

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Conflitos por terra em diferentes configurações: um
estudo de caso em Magé, RJ**

Marco Antonio dos Santos Teixeira

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**CONFLITOS POR TERRA EM DIFERENTES CONFIGURAÇÕES: UM
ESTUDO DE CASO EM MAGÉ, RJ**

MARCO ANTONIO DOS SANTOS TEIXEIRA

Sob a orientação da Professora
Leonilde Servolo de Medeiros

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em Ciências**, no
Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade

Rio de Janeiro, RJ
Setembro de 2011

333.3098153
T266c
T

Teixeira, Marco Antonio dos Santos

Conflitos por terra em diferentes configurações:
um estudo de caso em Magé, RJ / Marco Antonio dos
Santos Teixeira, 2011.

162 f.

Orientador: Leonilde Sérvolo de Medeiros

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências
Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 150-155

1. Conflitos por terra - Teses. 2. Magé, RJ - Teses.
3. Ditadura militar - Teses. 4. Posseiros - Teses. I.
Medeiros, Leonilde Servolo de. II. Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências
Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

MARCO ANTONIO DOS SANTOS TEIXEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa de Movimentos Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 05/10/2011

Leonilde Servolo de Medeiros (Dra.) CPDA/UFRRJ
(Orientador)

Ana Maria Motta Ribeiro (Dra.) UFF

John Cunha Comerford (Dr.) MN/UFRJ e CPDA/UFRRJ

Marcelo Carvalho Rosa (Dr.) UNB

AGRADECIMENTOS

Entre o início da preparação para a seleção do CPDA e a conclusão deste trabalho já são mais de três anos. Esta dissertação representa o encerramento deste período e não seria possível fazê-la sem a ajuda e o apoio de tantas pessoas. Por isso, as páginas a seguir são apenas uma forma de agradecer por todo o apoio que recebi neste tempo e que me possibilitou concluir este trabalho.

Qualquer coisa que eu diga como agradecimento a Leonilde Medeiros será pouco. Foi através dela que tive a oportunidade de começar a me aproximar do universo dos temas e pesquisa sobre o rural quando, em 2006, fui selecionado para trabalhar no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo. À professora Leonilde agradeço pelo curso de Sociologia Política, disciplina fundamental para o destino da pesquisa que desenvolvi. Era impossível sair o mesmo de cada aula. À orientadora Leonilde agradeço pela disponibilidade, cuidado, dedicação e profissionalismo com o qual conduziu minha orientação. À amiga Leonilde agradeço as palavras carinhosas e pacientes, confortantes nos muitos momentos de angústia, insegurança e desânimo, e também os puxões de orelha, que muitas vezes me mostraram um caminho quando eu não sabia que caminho seguir. Não tenho nenhuma dúvida em afirmar que sem ela eu não teria conseguido fazer este trabalho.

No CPDA tive as condições adequadas para desenvolver este trabalho. E isto se deve principalmente a um motivo: as pessoas que estão lá. Professores, alunos e funcionários, todos contribuem para que o clima na instituição seja leve e agradável. A boa relação vivida no CPDA foi um facilitador para enfrentar o desafio que foi fazer o mestrado.

Assim, em primeiro lugar gostaria de agradecer ao professor John Comerford. Coordenador do CPDA na maior parte do tempo em que estive lá como aluno, não houve problema que ele não tentasse resolver. Obrigado por sempre estar acessível e atencioso para ouvir e ajudar os alunos com suas dúvidas, inquietações e demandas. Seu compromisso no cargo de coordenador facilitou muito a vida dos alunos. Ao John agradeço também pelas aulas de Teoria Antropológica. Foi um privilégio poder discutir com ele a leitura de alguns textos que tanto me ajudaram nesta pesquisa e, mais do que isso, foram fundamentais neste momento da minha formação. Por fim, agradeço ao John pela leitura cuidadosa e conselhos na banca de qualificação e por ter aceitado participar da banca de defesa.

Entre os professores do CPDA, não posso deixar de agradecer a Cláudia Schmitt, Regina Bruno e Maria José. A todas elas sou extremamente grato pelos cursos que tive a oportunidade de acompanhar: com a Cláudia, as aulas sobre as redes nas Ciências Sociais; com a Zezé as aulas de Metodologia; e com a Regina as aulas de Teoria Sociológica. Não posso deixar de destacar, em especial, as aulas sobre a sociologia de Norbert Elias, curso oferecido pela Regina. A todas elas, agradeço pela atenção e carinho com que sempre me trataram, seja nas aulas ou nos corredores do CPDA. Suas palavras sempre foram confortantes e incentivadoras.

O CPDA foi lugar de estudo e trabalho, mas não só isso. Lá conheci pessoas incríveis, fiz amigos maravilhosos, e hoje já não é mais possível seguir sem eles. Em primeiro lugar agradeço aos meus amigos da turma de mestrado. Já na primeira semana de aula reconheci Jaqueline (os amigos se reconhecem, já disse o poeta) e principalmente com ela compartilhei as alegrias e dores desta trajetória. Quase sempre incansável, se amizade precisasse de prova, Jaque já teria dado umas mil. Devo agradecer principalmente por ter aturado minhas chatices e reclamações nos últimos meses. Nas quase diárias ligações (de Tim para Tim é de graça, ainda bem!), encontrei força para continuar escrevendo, além de me sentir menos sozinho nos meses de trabalho solitário de redação da dissertação. Débora e Luciano trouxeram toda a leveza que tornavam prazerosos os dias de aula, estudo, pesquisa e/ou trabalho no CPDA.

Com eles compartilhei ainda as inquietudes de trabalhar na prorrogação do prazo para a conclusão da dissertação e neles encontrei força para não parar de escrever. Ao restante da turma de 2009 (Aiman, Alex, Diógenes, Gabi, Guga, Letícia, Paulo, Thiago, Vanessa, Wagner), devo dizer que sem eles estes anos teriam sido sem cor e certamente muito menos divertidos. Sorte a minha ter encontrado ainda no CPDA tantas outras pessoas especiais: Dora, Dione, Silvinha, Fabrício, Cátia, Karina, Júnior, Sílvia, Bruno, Ana, João e tantos outros. Com todos eles pude aprender muito nos anos dedicados ao trabalho na Revista IDeAS, na organização da Semana Acadêmica, nas viagens para participar dos congressos, nos corredores do CPDA, no hora do café, nas salas dos alunos e também nas mesas dos bares e almoços.

Tive ainda o privilégio de passar manhãs e tardes de trabalho no Núcleo de Movimentos Sociais na companhia da Ju, grande companheira desde os meus primeiros dias de CPDA, quando ainda era estagiário, Carol, Mariana e Sílvia. A Sílvia e Rita, agradeço pela ajuda nas pesquisas que fiz na biblioteca e pelo carinho com que sempre me trataram.

Por fim, no CPDA tive ainda a honra de me tornar amigo de alguns funcionários. Adriana, Aline (as duas hoje não mais lá), Henrique, Reginaldo, Teresa e Tiemi sempre estiveram dispostos a ouvir e ajudar no que fosse preciso. Cada um deles, a sua maneira, trouxe palavras confortantes e incentivadoras para me ajudar a enfrentar a jornada que foi o mestrado. Devo agradecer ainda em especial a Diva. Foi ela a responsável por me integrar a outras pessoas no CPDA e me fazer sentir confortável naquele que foi um dos meus primeiros ambientes de trabalho. Os almoços, cafés, conversas, risadas, abraços e trabalho com ela sempre me fizeram muito bem. Sorte a minha encontrar pessoas assim na vida.

Dos amigos que a vida me deu, não posso deixar de agradecer a alguns em especial. Carol, Drica, Ju e Thati foram companheiras para todos os momentos. Com elas fui comemorar minha aprovação na seleção do CPDA e sempre foi para elas que corri para contar qualquer conquista, medo, insegurança, reclamação, descobertas... Dos amigos historiadores, não posso deixar de mencionar o apoio de Ágata, Patrícia, Victor, Alejandra, João, Biba, Mariana e Hélon. À Ágata, em especial, agradeço a solidariedade em me ajudar na organização e formatação final da dissertação. Agradeço também a Mariana, amiga de longa data, desde quando eu sabia menos ainda o que fazer na vida. Seu incentivo sempre me fez mais forte. A vida é mais fácil com eles.

Agradeço ainda ao professor Marcelo Rosa e à professora Ana Motta por terem aceitado o convite de participar da minha banca de defesa.

Aos meus entrevistados, agradeço por me confiarem suas histórias, tempo e atenção. Nossas conversas foram sempre momentos especiais de aprendizado e descobertas. Todos eles sempre foram extremamente generosos e carinhosos. Como não sentir falta das tardes de conversas, almoços, bolos, cafés e carinho com que me trataram? Alguns deles facilitaram muito meu trabalho em campo apresentando-me a outras pessoas, oferecendo-me almoço e até mesmo emprestando-me uma bicicleta para facilitar meu deslocamento pelo assentamento. Sem dúvida, alguns dos momentos de maior prazer nos anos do mestrado foi estar em campo e conhecer estas pessoas.

Agradeço ainda ao CNPq e a Faperj pelo primeiro e segundo ano de bolsa, respectivamente, e à UFRRJ pelos recursos disponibilizados para o apoio à pesquisa de campo.

Por fim, agradeço as pessoas mais importantes da minha vida: minha mãe e irmão. Neles encontro força, carinho, incentivo, confiança e tudo que foi e é preciso ter para seguir na vida – e este trabalho é só parte disso. Como não agradecer ao café e lanche que minha mãe preparava no fim das tardes dos dias que passei em casa escrevendo este trabalho? Sem contar toda a estrutura que me deu para que pudesse dedicar-me exclusivamente ao estudo e a finalização da dissertação. Seu carinho me faz mais forte a cada dia. Ao meu irmão, agradeço

por ser meu amigo, sempre generoso e cuidadoso, quase sempre tentando tornar o mundo um lugar mais fácil pra mim – quase sempre porque às vezes é preciso deixar doer para aprender. Sem suas conversas e apoio não seria possível fazer este trabalho. Ao meu irmão (e agora também a minha cunhada, Michelle) agradeço ainda por me receberem em sua casa e me darem o abrigo que tanto tem facilitado a minha vida. Michelle tornou-se uma grande amiga e muito tem apoiado meu trabalho. Seu carinho e atenção foram fundamentais para tornar os últimos meses menos áridos. Por fim, não posso deixar de lembrar do meu pai. Embora ele não esteja mais aqui, pensar que ele estaria feliz com esta conquista me dá força para seguir estudando e trabalhando em busca de uma melhor qualificação e também para tornar o mundo um lugar um pouco melhor.

RESUMO

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. **Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ.** 2011. Dissertação (Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

Este trabalho analisa as formas de ação empregadas por um grupo de trabalhadores rurais na luta para permanecerem na terra em que viviam. Trata-se de um estudo de caso feito na gleba América Fabril, fazenda Conceição de Suruí e fazenda Cachoeira Grande, localizadas no município de Magé, Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. O estudo compreende o período entre os primeiros anos da década de 1960 e a segunda metade dos anos 1980. Analisaram-se estes casos a partir das experiências dos homens e mulheres que lutaram para alcançarem seu objetivo, a permanência na terra. A partir desta experiência e da rede de elementos presentes em cada caso – personagens, contexto e cenário, por exemplo – buscou-se identificar a configuração que se conformou em cada caso para assim compreender melhor o rumo tomado pelos conflitos analisados.

Palavras-chave: conflitos por terra; Rio de Janeiro (Magé); ditadura militar, posseiros.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. **Land conflicts in different configurations: a case study in Magé, RJ.** 2011. Dissertation (Post-Graduate Program of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences. Department of Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

This work examines the forms of action used by a group of rural workers in the struggle to stay on the land where they lived. It is a case study about the clods América Fabril and the farms Conceição de Suruí and Cachoeira Grande, located in the city of Magé, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. The study covers the period between the early 1960's and the second half of the 1980's. We analyzed these cases starting from the experiences of men and women who fought to stay on the land. From the experiences and the elements present in each case - the characters, context and setting, for example - the aim was to identify the configuration formed in each case and to better understand the path taken by the analyzed conflicts.

Keywords: land conflicts, Rio de Janeiro (Magé), military dictatorship, squatters

LISTA DE ABREVIACÕES

- AF – América Fabril
- Alerj – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
- ALF – Associação dos Lavradores Fluminenses
- Aperj – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
- APPCG – Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande
- BNH – Banco Nacional de Habitação
- CAF – Companhia América Fabril
- CG – Cachoeira Grande
- Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CS – Conceição de Suruí
- Dops – Departamento de Ordem Política e Social
- Falerj – Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro
- Famerj – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
- FCG – Fazenda Cachoeira Grande
- FCOF – Federação dos Círculos Operários Fluminenses
- FCS – Fazenda Conceição de Suruí
- Fetag-RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
- Flerj – Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
- GAF – Gleba América Fabril
- Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LSM – Leonilde Servolo de Medeiros
- Master – Movimento dos Agricultores sem Terra
- MAT – Marco Antonio dos Santos Teixeira
- MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
- NMS – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PDS – Partido Democrático Social
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- Seaf – Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos
- STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Supra – Superintendência de Reforma Agrária
- TL – Jornal Terra Livre
- Ultab – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 SUJEITOS, CENÁRIO E CONTEXTO	16
1.1 A constituição dos sujeitos: <i>grileiros</i> e <i>posseiros</i>	16
1.2 A Companhia América Fabril – CAF	17
1.2.1 Criação e desenvolvimento da Companhia América Fabril	17
1.2.2 A fábrica <i>grileira</i>	19
1.3 A <i>grilagem</i> em Conceição de Suruí	23
1.4 A ocupação das terras por <i>posseiros</i>	25
1.4.1 Operários e lavradores	25
1.4.2 “Como uma mãe”: a vida dos funcionários da América Fabril em Cachoeira Grande ..	26
1.4.3 A ocupação da gleba América Fabril e fazenda Conceição de Suruí	35
1.4.4 O “companheiro dos trabalhadores”: o papel de Tenório Cavalcanti nas ocupações de terra	41
CAPÍTULO 2 DA CHEGADA DOS <i>POSSEIROS</i> A NÃO EFETIVAÇÃO DA PRIMEIRA DESAPROPRIAÇÃO: A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA NA GLEBA AMÉRICA FABRIL E FAZENDA CONCEIÇÃO DE SURUÍ	46
2.1 Do início da luta pela terra na gleba América Fabril e fazenda Conceição de Suruí ao primeiro decreto de desapropriação	46
2.2 A formação do movimento sindical dos trabalhadores rurais no início dos anos 1960	52
2.3 O golpe de 1964 e os trabalhadores rurais	55
2.4 A intensificação da repressão: entre o abandono e a permanência na terra	59
2.5 A permanência da luta pela terra na gleba América Fabril e fazenda Conceição de Suruí após o golpe de 1964	66
2.5.1 Os despejos e outras ações violentas nas lutas da gleba América Fabril e fazenda Conceição de Suruí	67
CAPÍTULO 3 DA NÃO EFETIVAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO DE 1963 À DESAPROPRIAÇÃO DA GLEBA AMÉRICA FABRIL E DA FAZENDA CONCEIÇÃO DE SURUÍ: A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA NA GLEBA AMÉRICA FABRIL E NA FAZENDA CONCEIÇÃO DE SURUÍ	76
3.1 A relevância do movimento sindical dos trabalhadores rurais no encaminhamento da luta pela terra na fazenda Conceição de Suruí e gleba América Fabril.....	76
3.2 A contenção dos despejos	77
3.3 As formas de lutas	81
3.3.1 O <i>andar</i> e a luta a partir da legislação	81
3.3.2 O envio de ofícios	88
3.3.3 Reuniões	94
3.4 A desapropriação da gleba América Fabril	97
3.5 A desapropriação da fazenda Conceição de Suruí	100
3.6 Os conflitos em Conceição de Suruí não se encerram com a desapropriação	107
CAPÍTULO 4 A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA EM CACHOEIRA GRANDE	110

4.1 Antecedentes do conflito: a falência da Companhia América Fabril e a tentativa de expulsão dos trabalhadores	110
4.2 O apoio do movimento sindical dos trabalhadores rurais	112
4.3 A tentativa de transformar a fazenda Cachoeira Grande em loteamento urbano	115
4.4 A relação com políticos fluminenses	118
4.5 Os despejos e a reação dos trabalhadores aos despejos	122
4.6 Dos primeiros passos da organização à criação da Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande	127
4.7 A luta pela permanência na terra	129
4.8 A violência na luta pela desapropriação em Cachoeira Grande	136
4.9 Do projeto de lei de 1983 ao decreto de desapropriação	138
4.10 A desapropriação	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
RELAÇÃO DE ENTREVISTAS	156
ANEXOS	157
A – RELAÇÃO DE MAPAS	157
B – DADOS BIOGRÁFICOS DOS ENTREVISTADOS	161

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo

Sindicatos rurais e federações fechados. Lideranças e trabalhadores rurais perseguidas, presas, exiladas, mortas. O líder das Ligas Camponesas, o advogado Francisco Julião, exilou-se. O mesmo destino teve o fundador da Ultab e Contag, Lyndolpho Silva. Manoel da Conceição, líder dos posseiros em Pindaré-Mirim (MA) foi preso nove vezes e barbaramente torturado. Manoel Mangueira foi assassinado em sua posse na área chamada Campos Novos, abrangendo parte do município de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, em 1971.¹ A repressão aos movimentos de trabalhadores rurais na ditadura militar foi grande, a ponto de desarticular lutas que se desenrolavam há anos no país. Mesmo assim, um grupo de trabalhadores rurais de Magé, na Baixada Fluminense, lutou pelo direito de permanecer na terra que ocupava e se transformou num exemplo de resistência no período em todo estado do Rio de Janeiro. Nesse processo, pessoas se conformaram e se constituíram em *posseiros* e *grileiros*, e uma série de demandas, objetivos e lutas floresceu. E é analisar a forma como esse grupo de trabalhadores rurais organizou suas ações e compreender como se deram as disputas o objetivo a que essa pesquisa se propõe.

As inspirações da pesquisa para enfatizar a experiência dos trabalhadores foram encontradas em Thompson (1987) e Comerford (1999). Referindo-se às experiências vividas como *lutas*, Comerford mostrou como “os agentes constroem culturalmente o sentido dessas experiências e também representações sobre a sua própria pessoa, sobre as suas ações, sobre a sua comunidade, e sobre as suas instituições” (COMERFORD, 1999, p. 43). Enfatizar a experiência de homens e mulheres significa acentuar os seus papéis como sujeitos na história.

O estudo empírico foi feito na gleba América Fabril (GAF), fazenda Conceição de Suruí (FCS) e fazenda Cachoeira Grande (FCG),² áreas vizinhas entre si e localizadas no município de Magé, Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro.³

A opção inicial foi analisar uma situação conflitiva nos anos da ditadura militar (1964-1985), porque, além do interesse pessoal pelo período, há poucos trabalhos sobre a ação dos trabalhadores rurais em luta pela terra neste contexto. Considero os estudos sobre a ditadura militar brasileira fundamentais para que questões silenciadas num momento histórico marcado pela censura, repressão e tortura sejam conhecidas e esclarecidas.

Há uma tendência entre os pesquisadores, identificada por Palmeira (2009), em privilegiar a reflexão sobre as lutas sociais em seus momentos mais críticos, enquanto os momentos menos espetaculares tendem a ser esquecidos. “A própria existência da luta costuma ser vinculada aos seus momentos de maior intensidade. Fora dali, ela é considerada inexistente.” (PALMEIRA, 2009, p. 172). Assumir esta postura significa, para o autor, aceitar um recorte dos fatos que esconde a existência dos conflitos e, conseqüentemente, exclui da hierarquia dos objetos de conhecimento um conjunto de experiências vividas pelas classes trabalhadoras. Para Palmeira,

¹ Casos como estes ocorreram em diferentes locais do país. Para mais detalhes, ver Carneiro e Ciocari (2010).

² Os entrevistados se referem às terras da gleba América Fabril também como terras da “parte do Incra”, “terras da América Fabril”, “do outro lado da estrada” e, algumas vezes, “Cachoeira Grande”. No decreto de desapropriação, esta área foi denominada “gleba América Fabril”. Como “Cachoeira Grande” é chamada também a área de terras que compreendia o entorno da unidade de alvejamento da CAF. Seja como for, optou-se aqui por utilizar os termos “gleba América Fabril (GAF)”, “fazenda Conceição de Suruí (FCS)” e “fazenda Cachoeira Grande (FCG)” para se referir as diferentes áreas estudadas. As duas primeiras foram objetos de disputa nos anos 1960 e primeira metade dos 1970, principalmente, e a terceira na segunda metade da década de 1970 e na de 1980.

³ Ver mapas no anexo A.

o estudo dos momentos de ‘desmobilização’, além de recuperar essas experiências [vividas pelas classes trabalhadoras], pode nos ajudar a entender o aparecimento ou o desaparecimento de conflitos mais abertos. E, em situações como a que descrevemos, pode nos dizer alguma coisa sobre as mudanças efetivamente operadas no padrão de atuação de uma classe social pela própria movimentação dessa classe numa conjuntura de desmobilização política. (PALMEIRA, 2009, p. 172).

Por isso, estudar casos de lutas por terra durante a ditadura militar é uma contribuição para qualificar a bibliografia sobre o tema. Isto porque a literatura vem apontando, sem maiores detalhes, que, apesar da desarticulação sofrida pelas lutas dos trabalhadores rurais após o golpe civil-militar de 1964, em algumas situações elas continuaram a existir de forma latente, algumas vezes sob novos contornos, ganhando força quando era possível.

Embora a pesquisa se debruce mais detidamente sobre o período da ditadura militar, este recorte temporal não foi visto de forma determinante e inflexível. Ter isso em mente é importante para entender a experiência dos trabalhadores rurais de Magé porque nem sempre os marcos da história nacional são representativos ou relevantes para a história de certas regiões ou grupos. Pollak (1992) mostrou que a libertação da França na Segunda Guerra Mundial foi vivenciada de forma diferente pelos franceses, já que a França foi libertada por etapas. Assim, o 8 de maio de 1945, data oficial do fim da guerra, é uma referência longínqua para alguns, pois é muito posterior à libertação de Paris. Para Pollak, “existem cronologias plurais, em função do seu modo de construção, no sentido do enquadramento da memória, e também em função de uma vivência diferenciada das realidades” (POLLAK, 1992, p. 10).

Para compreender os conflitos por terra, foi preciso, portanto, analisar eventos anteriores ao golpe de 1964 e também posteriores ao término oficial da ditadura, em 1985. Assim, o período que este estudo compreende vai do início dos anos 1960 até a segunda metade da década de 1980. Além disso, é indiscutível que no período genericamente identificado como os anos da ditadura militar há contextos distintos e ignorar esse fato comprometeria o entendimento do significado de cada evento no seu tempo.

Três momentos principais de lutas pela terra foram objeto de estudo. As duas primeiras são as desapropriações da GAF e da FCS que ocorreram respectivamente em 1973 e 1974. Foram as únicas realizadas no estado do Rio de Janeiro entre o golpe de 1964 e o fim dos anos 1970.⁴ Pedro,⁵ dirigente da Fetag-RJ neste período, afirmou em entrevista que Magé foi o único local no estado onde houve resistência dos trabalhadores rurais após 1964 e que nos demais lugares a resistência só começou na segunda metade dos anos 1970. Segundo ele: “Magé só cessou praticamente o conflito depois da desapropriação. Mais intenso, menos

⁴ O final dos anos 1970 é um marco importante, com destaque para o ano de 1979, pois foi quando ocorreu a revogação dos Atos Institucionais e a aprovação da anistia, ensejando o retorno do exílio das principais lideranças da esquerda brasileira. No início dos anos 1980, portanto, a repressão já não era mais tão intensa como nos anos anteriores. Depois disso, até onde se pôde obter informações na bibliografia, somente em 1981 foi feita uma nova desapropriação em terras fluminenses. Trata-se do assentamento Aldeia Velha, no município de Silva Jardim, criado em 8 de junho de 1981 (MEDEIROS et. al. 2009). Em relação ao contexto nacional, um rápido levantamento sobre outros casos de desapropriação de terras no período entre o golpe de 1964 e o início da redemocratização, em fins dos anos 1970, revelou que houve também um caso de desapropriação de terras no estado de Ceará. Trata-se da fazenda Japuara, localizada nos sertões de Canindé. Este conflito opôs moradores e parceiros aos proprietários e teve dois momentos distintos. No primeiro, o proprietário contratou pessoas para arrombarem o açude e destelharem as casas dos moradores, visando expulsá-los. O açude era central no cotidiano das famílias da fazenda uma vez que era a fonte de peixe e água dos moradores. O segundo momento caracterizou-se pelo conflito entre moradores e a polícia local. (BARREIRA, 1992). “Um mês e dois dias após o término dos confrontos explícitos o Presidente da República assinou decreto desapropriando 3.645 hectares em benefício de 39 famílias, com lotes que variam de 26 a 42 hectares.” (BARREIRA, 1992, p. 56).

⁵ Para um breve perfil biográfico de todos os entrevistados, ver anexo B. Optou-se por utilizar pseudônimos ao invés de os nomes verdadeiros dos entrevistados como forma de preservar suas identidades.

intenso; mais tenso, menos tenso, mas nunca deixou de ter conflito”.⁶ A luta pela desapropriação da GAF e FCS foi conduzida concomitantemente e pelas mesmas pessoas. Por isso, optou-se por investigar ambos os casos.

A terceira luta pela permanência na terra analisada ocorreu numa área vizinha à GAF, mas ainda durante a ditadura militar, no fim dos anos 1970 e início dos 1980. Desta vez, os ex-operários da CAF que viviam na FCG, no entorno de unidade de alvejamento que existia na fábrica, foram ameaçados de despejo por uma empresa que comprou as terras da AF depois da sua falência. Algumas destas pessoas, além de operários da fábrica, exerciam atividades agrícolas em seus terrenos. Movidos pelo conhecimento da experiência exitosa da GAF, de cuja desapropriação o sindicato havia sido um dos condutores, e recorrendo a uma identidade de “trabalhadores rurais”, alguns homens e mulheres da FCG foram ao STR⁷ de Magé em busca de ajuda para evitar a expulsão. Para além de serem territórios vizinhos, algumas pessoas atuaram na luta pela terra nos três momentos. Os três casos, portanto, possibilitaram investigar as formas como os trabalhadores rurais lutaram pela terra em diferentes contextos da ditadura militar.

Figuração

Escolhidos os locais de pesquisa, buscou-se mais especificamente compreender os elementos que tornaram esta região foco de disputa por terras a partir de fins dos anos 1950 e início dos 1960; identificar alguns dos atores presentes nestes casos e analisar o papel desenvolvido por cada um deles na *figuração* dos conflitos; além de, como já foi dito, analisar as formas de lutas empregadas em cada contexto pelas pessoas envolvidas nos conflitos para alcançarem seu objetivo principal, a obtenção da terra.

O conceito de *figuração* é uma importante chave de compreensão do trabalho. Utiliza-se aqui o termo em referência à formulação desenvolvida por Norbert Elias que propõe a utilização desse conceito como forma de superar o problema tradicional na sociologia: a separação entre indivíduo e sociedade. Assim, Elias se contrapõe aos sociólogos que estão em consonância com uma tradição que restringe o campo das teorias sociológicas exclusivamente à “sociedade” ou ao “indivíduo”. Para ele,

Ao estudar a humanidade, é possível fazer incidir um feixe de luz primeiro sobre as pessoas singulares e depois sobre as configurações formadas por muitas pessoas separadas. Mesmo assim, a compreensão de cada um dos níveis será afetada, a não ser que ambos os aspectos sejam constantemente considerados. (ELIAS, 2008, p. 141).

Segundo Elias, há sempre uma forma absolutamente determinada no convívio dos seres humanos em sociedades, ainda que haja o caos, desintegração ou a maior desordem social. É isso que o conceito de *figuração* revela: “Os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de *figurações* específicas” (ELIAS, 2006, p. 26). Essas *figurações* não são fixadas com relação ao gênero humano nem biologicamente, mas “possuem peculiaridades estruturais e são representantes de uma ordem de tipo particular, formando, respectivamente, o campo de investigação de um ramo da ciência de tipo particular, as ciências sociais em geral e, também, a sociologia” (ELIAS, 2006, p. 26).

⁶ Entrevista com Pedro concedida a LSM no dia 26/10/1982.

⁷ Optou-se por utilizar as siglas STR e MSTR como eram empregadas na época a que este estudo se refere. Hoje, utiliza-se as siglas STTR e MSTTR para incorporar o feminino (trabalhadoras) nos termos.

Segundo Corcuff, um de seus comentadores, “Elias denomina de ‘configuração’ [...] as formas específicas de interdependência que ligam os indivíduos entre si” (CORCUFF, 2001, p. 40). Esta noção, segundo Corcuff, possibilita que o sociólogo abandone o velho esquema causal e unilinear dos processos sociais do tipo “A causa B”, que simplificam o objeto, para analisá-los do ponto de vista da interdependência entre as ações individuais e as ações sociais. (CORCUFF, 2001, p. 42).

Elias dá pistas de como operar com o conceito de figuração ao citar a situação de quatro pessoas à volta de uma mesa jogando cartas. Ele explica que as ações dos jogadores são interdependentes e o “decorso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das ações de um grupo de indivíduos interdependentes” (ELIAS, 2008, p. 142). Ele explica:

por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários (ELIAS, 2008, p. 142).

No jogo de cartas citado por Elias, um novo jogador vai influenciar o andamento da partida e a relação entre eles determinará o seu rumo. É sob essa perspectiva que se procura entender aqui a ação dos trabalhadores rurais. Seus atos de luta e resistência só podem ser entendidos se compreendidos os movimentos dos supostos donos que reivindicavam as terras ocupadas por estes homens, assim como de outros agentes que se envolveram no caso, como o Estado, através das suas diferentes instâncias, a organização sindical, advogados etc.

Foi a partir dessa rede de relações sociais que se pôde compreender a figuração que se formou em cada caso. Olhar cada figuração significa perceber que cada situação representa um contexto específico, com suas particularidades, e estar atento a este fato é importante para entender os acontecimentos a que se propõe analisar aqui.

Memória

Outra discussão que esteve presente ao longo da dissertação foi sobre as implicações do uso da memória, sobretudo porque se lidou com a visão dos atores sobre os acontecimentos que vivenciaram. Alguns autores ajudaram nesta reflexão, como é o caso de Portelli (1998), que afirma que a memória deve ser considerada em seu tempo histórico. Ele também chama a atenção para o fato de que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais e que a memória tem suas divisões internas e é múltipla.

Já Pollak, em um artigo de 1989, apresentou o debate sobre os silêncios na memória, afirmando que eles podem ocorrer, por exemplo, por causa de uma lembrança traumatizante, seja por razões políticas, pessoais ou ainda de outra ordem. Além disso, uma situação ambígua e passível de gerar mal-entendidos também pode levar ao silêncio em uma memória. A memória evocada por alguém está repleta de silêncios, “zonas de sombra”, “não-ditos”, nas palavras de Pollak. “As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento” (POLLAK, 1989, p. 8).

Vale ainda trazer para este debate a questão das memórias subterrâneas, que seriam memórias das minorias se opondo à memória oficial (POLLAK, 1989). É com este tipo de memória que este trabalho lidou. É fundamental perceber que estas memórias se estabeleceram a partir do conflito e competição com outras memórias. Ou seja, as memórias são concorrentes, não dadas *a priori*, mas se constituem em disputas constantes com outras.

No caso dos trabalhadores rurais, suas memórias são contrapostas às memórias não só da elite agrária, que busca conformar uma imagem do campo que atenda aos seus interesses, mas também a uma memória urbana. Num país cada vez mais urbanizado, em grande medida o lugar do rural é reduzido e visto como destinado ao desaparecimento.

Por isso, este estudo pretende contribuir para mostrar que, no seu contexto, as lutas por terra contribuíram para colocar na pauta política questões centrais para se pensar num projeto de sociedade. A seguir, serão apresentados os caminhos percorridos durante a pesquisa até se chegar ao objeto de estudo tal como apresentado até aqui.

Construção, desconstrução e reconstrução do objeto de estudo

Quando ingressei no Mestrado, propus-me a pesquisar a atuação do sindicalismo dos trabalhadores rurais nas lutas por terra no estado do Rio de Janeiro, entre os anos 1964 e 1979, sobretudo a partir da perspectiva das lideranças, dos dirigentes sindicais e dos agentes mediadores deste processo. Esse recorte foi escolhido porque um número significativo dos estudos sobre os conflitos fundiários fluminenses encerra suas análises em 1964 ou se inicia já nos anos 1980. Palmeira (1985) afirma que entre o período que antecedeu o golpe de 1964, quando a questão agrária estava na ordem do dia, e após quase 20 anos, quando novamente a questão agrária ganhou destaque, “[...] uma repressão brutal faz aparecer como uma espécie de mistério a organização sindical nacional que os trabalhadores rurais conseguiram construir.” (PALMEIRA, 1985, p. 43).

Uma vez no mestrado, tive contato com a literatura sobre ação coletiva. Autores como Honneth (2003) e Melucci (2001) revelaram-me que, para além dos interesses pragmáticos e racionais dos sujeitos que agem, a ação coletiva deve levar em conta também os aspectos culturais e morais. Honneth chama atenção para o fato de que a luta social não tem como ponto de partida apenas interesses, mas sim sentimentos morais de injustiça e destaca que as novas tendências da historiografia podem revelar o nexos firmado entre desrespeito moral e luta social.⁸

Isso não significa que todos os confrontos sociais sejam produto de um mesmo modelo de luta por reconhecimento moral. Muitos casos históricos já mostraram que a segurança da sobrevivência econômica motivou o protesto e a rebelião em massa. Mas o uso de um modelo não deve excluir o outro. Saber se, em linhas gerais, o conflito social segue a lógica da perseguição de interesses ou a lógica da formação da reação moral permanece como uma questão empírica. O que não se pode é deter a teoria social na dimensão do interesse, pois isso obstrui a visão para o significado social dos sentimentos morais.

Já Melucci (2001) chama a atenção para a composição dos fenômenos coletivos, feitos de motivações, formas de relação, orientações diversas. Com isso, desloca para o passado a concepção de que cabe somente às estruturas produzir transformações, ignorando os modos de construir, individual e coletivamente, a mesma experiência humana. Para ele, a transformação também deve se operar nas mentes, nos afetos e nas emoções. Para Melucci, a ação dos movimentos está estreitamente relacionada com a vida cotidiana e com a experiência individual. Os aparatos de regulação que exigem identificação e consenso exercem um controle progressivo sobre a vida cotidiana dos indivíduos. “Os conflitos interferem na definição do ser em si mesmo nas suas dimensões biológicas, afetivas, simbólicas, nas suas relações com o tempo, com o espaço, com o outro” (MELUCCI, 2001, p. 28).

O que pode ser observado nestas proposições é a forma como Melucci examina a vida social, considerando-a em relação com as dimensões individuais e a experiência subjetiva.

⁸ Honneth cita os trabalhos de E. P. Thompson, Barrington Moore e Andreas Griebinger como as primeiras comprovações empíricas dessa tese.

Enquanto se revela a precariedade de uma racionalidade baseada exclusivamente sobre o cálculo meios-fins, abre-se o caminho a outros modos de conhecimento. As emoções, as intuições, a criatividade, a percepção “feminina” do mundo entram plenamente no processo de construção da nossa realidade individual e social. Trata-se de reconhecer a relação e não esconder a presença de tudo isto. [...] Aceitando-se que nas relações sociais nem tudo é calculável à luz de uma racionalidade absoluta, a diferença e a incerteza podem criar uma nova solidariedade (MELUCCI, 2001, p. 167).

Outro autor importante para a alteração o foco do estudo foi Scott (2002), que destaca a importância de se estudar os aspectos cotidianos da luta como uma forma de compreender melhor os conflitos sociais e a resistência. Segundo Scott, a história dos eventos e das insurreições camponesas ou dos trabalhadores fabris dedicadas inteiramente a greves gerais e a protestos, por mais importantes e sintomáticas que possam ser, não diz muito sobre a esfera mais durável dos conflitos de classes e da resistência, como “[...] a luta mais cotidiana levada na fábrica pela jornada de trabalho, pelo direito ao lazer, pelo salário, pela autonomia, por direitos e por respeito” (SCOTT, 2002, p. 11). No caso dos “[...] trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de lutas cotidianas podem ser a única opção [de resistência] disponível” (SCOTT, 2002, p. 11).

Scott entende por formas cotidianas de resistência “a luta prosaica, mas constante entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros” (SCOTT, 2002, p. 11). Outro importante conceito é o de micro-resistência que significa

qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas a essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimos de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).

A leitura desta literatura deslocou a perspectiva inicial do estudo. A intenção, portanto, passou a ser que o foco da pesquisa incidisse sobre a “resistência cotidiana” e as “micro-resistências” dos trabalhadores (SCOTT, 2002) e os significados que eles davam às suas ações.

No desenvolvimento do trabalho empírico, contudo, as noções apresentadas por estes autores não faziam muito sentido para o objeto deste estudo. Por isso, o debate não teve prosseguimento no decorrer dos capítulos. Mas ainda que o trabalho empírico tenha se distanciado das interpretações destes autores, o contato com esta bibliografia conformou o modo como seria feita a reflexão sobre as lutas sociais e foi fundamental para o resultado desta investigação pois alertou para as variadas formas que a ação de luta de um determinado grupo pode assumir num dado conflito social.

Metodologicamente, a pesquisa teve como base entrevistas e a análise de documentos. A conjugação desses dois métodos enriqueceu a compreensão do objeto estudado porque trouxe mais dados e diferentes perspectivas para o trabalho.

Sobre as entrevistas, vale mencionar que contribuíram para a percepção de aspectos que não se cristalizaram em documentação escrita, elementos “indizíveis”, que puderam encontrar na entrevista um espaço para se manifestar⁹ (QUEIROZ, 1988) porque ensinou a

⁹ Para a reflexão sobre a realização de entrevistas, foram fundamentais a leitura dos trabalhos de Amado (1996), Portelli (1997) e Thompson (1992), além dos já citados aqui.

compreensão da maneira como os indivíduos experimentaram e interpretaram os acontecimentos, situações e modos de vida em grupo. Já por meio dos diferentes tipos de documentos – atas de sindicatos, ofícios diversos enviados entre sindicato, federação e confederação, processos administrativos de desapropriação do Incra, jornais etc. – foi possível obter mais dados e diferentes perspectivas sobre os elementos aqui analisados.

O trabalho de campo

Os primeiros passos

As entrevistas foram realizadas após um levantamento preliminar de dados sobre os entrevistados e a partir de roteiros estruturados com perguntas abertas. Inicialmente, foram realizadas 13 entrevistas com trabalhadores rurais, entre eles algumas lideranças locais que atuaram na luta pela desapropriação da GAF, FCS ou FCG.

O início do trabalho de campo não se fez sem dificuldades. A estratégia para iniciar a pesquisa foi buscar a intermediação de Bráulio Rodrigues,¹⁰ atual morador do assentamento Cachoeira Grande, a quem eu já conhecia e com o qual havia construído uma relação de amizade. Conheci Bráulio em 2005, quando ainda era estudante da graduação em História. Mantive contato com ele principalmente nos encontros em que ia falar sobre o livro que lançou contando sua história de participação na luta pela terra no Rio de Janeiro.¹¹

A avaliação era de que ter Bráulio, apresentando-me a outras pessoas que precisava entrevistar, facilitaria o início da pesquisa, uma vez que ele é querido e respeitado em sua comunidade. A suposição era de que a sua intermediação faria com que as pessoas aceitassem conversar comigo e confiariam em mim com mais facilidade. Este tipo de intermediação é apontada como um facilitador no contato com os entrevistados em outros trabalhos que utilizaram entrevistas como método de investigação. É o caso do estudo de Catela (2000),¹² que afirma: “En los contactos previos a la entrevista, la gente primeiro me preguntaba quién me había dado su nombre y su número telefónico. Si expresaba una referencia ‘fuerte’ (amigo, pariente, familiar de desaparecido...) la aceptación era inmediata.” (CATELA, 2000, p. 70).

Em fevereiro de 2010, fiz a primeira ligação para Bráulio e lhe expliquei brevemente o que precisava. Ele falou que poderia me apresentar a algumas pessoas, mas me pediu para retornar a ligação após duas semanas, pois estava ocupado naquele momento. Quando voltei a ligar, Bráulio disse que poderia me levar à casa de José, importante liderança local nas lutas pela desapropriação nos anos 1970. Falou também que poderia me acompanhar até a casa de mais alguns dos seus companheiros que haviam participado das lutas por terra na região.

Para irmos à casa de José, Bráulio disse que precisaríamos de um carro, pois ele morava relativamente longe da sua residência. Além disso, e o mais importante, havia um morro no caminho, o que dificultava a realização do percurso a pé. Eu disse a ele que não sabia dirigir e que não tinha carro. Perguntei-lhe se ele poderia me indicar o caminho e telefonar para José avisando da minha visita. Assim, pensei, pouparia seu esforço de andar comigo pela região e resolveria o problema de não ter carro, já que eu não me importava em

¹⁰ Este foi o único nome verdadeiro mantido na dissertação.

¹¹ Silva (2008).

¹² A partir de entrevistas realizadas com familiares de desaparecidos políticos da última ditadura militar argentina (1976-1983), Catela analisou como os silêncios e os limites dos relatos sobre o acontecido se relacionam com as diferenças de gerações dos que falam sobre o tema, com as versões públicas dos fatos, com as vozes legitimadas, com os grupos de pertencimento e com os afetos e emoções que provoca no entorno familiar a entrevista. A autora analisou também as zonas e fronteiras dos silêncios e os limites autoimpostos pelos entrevistados, tendo em vista que eles tiveram acesso ao testemunho transcrito em papel (CATELA, 2000).

caminhar. Vale lembrar que Bráulio tinha então 86 anos. Ele titubeou e pediu que eu ligasse após alguns dias para confirmar minha visita.

Dias depois, voltei a ligar para Bráulio e as dificuldades aumentaram. Ele falou novamente da importância da minha ida à Cachoeira Grande de carro e de forma sutil descartou a possibilidade da minha visita sem a sua presença à casa de José. Minha impressão foi de que ele gostaria de estar presente neste contato, apresentando-me aos seus amigos. Não seria a primeira vez que ele faria isso. Por ser uma das principais lideranças fluminenses das ações de luta pela terra no pré-1964 ainda vivas, Bráulio vem sendo procurado por pesquisadores para relatar sua história. Ao que parece, ele valoriza este papel. Apresentar-me a outras pessoas que participaram dos conflitos fundiários no Rio de Janeiro significava para ele, pareceu-me, reproduzir seu papel com uma dos principais conhecedores das histórias sobre os conflitos no estado.

Após tentar algumas soluções sem sucesso (como conseguir um motorista na região por intermédio de Bráulio), resolvi mudar de estratégia. Minha impressão era de que as ligações seguidas e as tentativas frustradas de ir à Cachoeira Grande estavam desgastando o contato com ele, fato que me preocupava. Além disso, já era meados de abril e eu deveria dar início ao trabalho de campo para que pudesse cumprir os prazos exigidos na elaboração de uma dissertação de mestrado. Com isso, telefonei para Bráulio e combinei a visita a Magé para o fim de semana seguinte.

Em alguns momentos pensei em desistir da mediação de Bráulio. Cogitei procurar a intermediação do STR de Magé e/ou da Fetag-RJ. Outra possibilidade seria ir à região sem avisar, procurando as pessoas aleatoriamente. Ponderei e percebi que não seriam boas escolhas, pois meu contato com Bráulio ainda não havia se esgotado. Além disso, ele me veria andar pelo assentamento e poderia se magoar e mesmo criar resistências na comunidade por eu ter descartado sua ajuda.

Para resolver o problema da falta de um carro, recorri a um tio, que aceitou me acompanhar até a região. Até então não havia recorrido a esta solução porque imaginava que a presença de outras pessoas na minha primeira visita ao local de estudo poderia prejudicar de alguma forma o início do trabalho.

No dia combinado, fui a Cachoeira Grande, encontrei com Bráulio e saímos em direção ao nosso primeiro destino. Paramos primeiro na casa de Alberto, com quem conversei por cerca de meia hora. Bráulio me apresentou a ele como alguém que queria fazer um estudo sobre a luta pela desapropriação da fazenda Cachoeira Grande nos anos 1970 e pediu-lhe que contasse o que sabia sobre esta história. Conversamos na varanda da casa de Alberto e uma das primeiras reações dele à apresentação de Bráulio foi dizer que para contar a história da desapropriação desde o início levaria mais de um mês, tendo em vista que estava lá desde os três anos. Bráulio disse a ele que o meu interesse era na história da luta pela desapropriação. Na verdade, eu tinha também o interesse em conhecer como eles viviam e o que faziam quando não estavam envolvidos na luta pela terra. Naquele momento, porém, achei melhor não falar mais sobre meus objetivos, uma vez que teria outras oportunidades de conversar com ele com mais calma.

O que vale reter disso tudo é que a forma como Bráulio me apresentou às outras pessoas – alguém interessado em estudar a luta pela terra – de alguma forma influenciou o desenvolvimento da pesquisa. Isto porque passei a ser identificado como alguém que gostaria de ouvir essa história e foi sobre isso que eles me falaram. A conversa com Alberto foi rápida e optei por não ligar o gravador. Meu objetivo era apenas estabelecer um primeiro contato. Peguei o telefone de Alberto e deixamos sua casa. Depois disso, Bráulio me apresentou ainda a outro amigo, Leandro, ex-operário da CAF e ator presente na luta pela permanência na FCG.

As entrevistas

Uma vez que havia conhecido as primeiras pessoas em Magé, estava pronto para iniciar as entrevistas. No início de maio fiz a primeira delas com José. Escolhi iniciar por ele porque era considerado pelas pessoas com quem conversei a principal liderança das lutas travadas na FCS e GAF. Entre maio e agosto, fiz 13 entrevistas e algumas outras visitas à região para conhecer pessoas, participar de eventos e mesmo ter conversas com pessoas que viveram no local durante os conflitos, mas que não quiseram gravar entrevistas. Para cada entrevistado, perguntava com quem mais poderia conversar e assim obtinha novos possíveis entrevistados. Desta forma, um entrevistado foi me levando a conhecer outro.

Nos dias em que ia a Magé, planejava-me para chegar cedo e ficar até o início da noite porque além de fazer as entrevistas, tinha a oportunidade de conhecer melhor os entrevistados, suas famílias, amigos e a região. Inicialmente, meu objetivo era passar alguns dias em Magé, dedicado exclusivamente à pesquisa. Com isso, supunha que poderia me aproximar mais dos entrevistados e do seu universo, estreitar a relação de confiança deles comigo e, possivelmente, ter conversas informais sobre os conflitos e suas vidas nesta época. Todavia, não consegui um local nos assentamentos para me hospedar. Após dizer aos entrevistados do meu interesse em viver alguns dias lá, todos se mostraram contentes com a ideia e prometeram me ajudar, mas no fim não tive sucesso. Aqueles de quem mais me aproximei, José e Alberto, disseram-me que não poderiam me oferecer hospedagem, apesar de o desejarem, porque tinham pessoas doentes em suas casas, o que provocava a necessidade de cuidados especiais no dia a dia. Já Marina, disse-me que sua casa era muito pequena e sem estrutura para receber alguém.

O local mais próximo para me hospedar era em Piabetá, distrito de Magé e centro comercial mais perto dos assentamentos. Estar em Piabetá, porém, não facilitaria meu trabalho, uma vez que dificilmente encontraria alguém dos assentamentos pelas ruas.

Também não consegui agendar visitas seguidas aos assentamentos. Por conta disso, optei por ir e voltar para casa durante o trabalho de campo. A viagem de cerca de duas horas era cansativa, mas viável. Hospedei-me num hotel em Piabetá apenas nos dias em que fazia visitas seguidas ao assentamento.

As conversas informais em campo

Num dos dias em que estive na casa de José, ele convidou-me para conhecer a plantação de seu filho, que é agricultor e mora no andar de cima de sua casa. A plantação de inhame, batata-doce, quiabo, feijão de corda e outros produtos fica numa área em frente à residência.

Percebi que aquele momento poderia ser uma oportunidade para perguntar-lhe sobre como era sua lavoura na época em que ele era dirigente do sindicato. Queria entender como um militante que dedicava parte significativa do seu tempo para o trabalho no sindicato exercia seu ofício e sustentava sua família.

José respondeu à minha pergunta e nossa conversa seguiu em tom informal. Estava em jogo neste episódio a possibilidade de ouvi-lo narrar suas histórias sem a convenção e a formalidade de uma entrevista gravada. Em campo, procurei estar atento em todos os momentos e aproveitar as oportunidades para fazer algumas perguntas e ouvir as histórias dos entrevistados.

Os momentos em que o gravador estava desligado eram também oportunidades para me aproximar do entrevistado, o que poderia ajudar na construção de uma relação de confiança entre nós, que se refletiria na qualidade das entrevistas e conversas. Geralmente os entrevistados faziam-me perguntas com o objetivo de me conhecer melhor.

Entrevistava Gregório, quando seu sobrinho, filho de Leandro, com quem eu conversaria mais tarde, interrompeu-nos para me convidar para almoçar em sua casa. Apesar de me sentir constrangido, aceitei o convite. Isso porque achei que poderia ser uma oportunidade de me aproximar daquela família e quem sabe ouvir suas histórias. O mesmo aconteceu na casa de Maria.

Em alguns casos, o uso do gravador inibiu o entrevistado a falar. Para ouvir algumas pessoas contarem suas histórias foi preciso conversar com elas longe do gravador e da formalidade gerada pela entrevista. E não podia ser diferente. Não fazia sentido para algumas pessoas, que não estiveram à frente das lutas, serem entrevistadas, pois consideravam que não tinham nada a dizer, como ouvi algumas vezes delas. Contudo, nas conversas que tive durante o almoço, por exemplo, elas me narraram situações interessantes sobre os conflitos na região. Todos os dias do trabalho de campo foram relatados num caderno de campo, onde essas observações foram registradas.

A entrevista com Francisco foi ilustrativa de como o uso do gravador pode inibir a fala de um entrevistado. Com o gravador ligado, suas respostas eram curtas e objetivas. Ele parecia incomodado com aquela situação: tossia e olhava para o gravador todo o tempo, mostrando desconforto. A pedido de Francisco, interrompi a entrevista no meio para um café. Em aproximadamente meia hora já não tinha mais o que perguntar. Já com o gravador desligado, Francisco pareceu mais relaxado e conversamos um pouco mais sobre diversos assuntos, como sua família. Foi receptivo às perguntas e acabei passando quase o dia todo com ele, que me contou algumas histórias sobre a região e apresentou-me a outras pessoas com quem eu poderia conversar.

Obviamente, não é regra o gravador inibir a fala de um entrevistado. Na entrevista com Carlos, uma importante liderança das lutas por terra em Magé e dirigente sindical por alguns anos, o gravador parecia ser invisível. Assim que o conheci, ele quis começar a entrevista e com o gravador ligado narrou suas histórias por cerca de uma hora ininterrupta.

Houve ainda uma situação em que o gravador precisou ser desligado várias vezes durante a entrevista. Este entrevistado foi extremamente simpático em todos os momentos e compreendia o trabalho que estava sendo realizado. Contudo, solicitou-me não gravar certos momentos da conversa devido ao conteúdo da sua fala, que tratava da violência na tentativa de despejo e da luta pela terra na região. Disse que eu poderia utilizar as informações que me passou, mas não deveria identificá-lo nem gravar nada do que narrava.

Outra conversa que não pôde ser registrada no gravador foi com Henrique. Ele era identificado por José, Ricardo e Marina como jagunço de um *grileiro* e um dos adversários dos trabalhadores rurais na luta pela desapropriação da fazenda Conceição de Suruí. Conheci-o através de um funcionário do Colégio Estadual Agrícola Almirante Ernani do Amaral Peixoto. A recepção dele não foi das melhores. Cheguei à sua casa para conversar e ele me disse que precisaria sair. Antes, porém, perguntou-me o que eu queria. Expliquei-lhe meu objetivo. Não disse nada sobre conflitos de terra, mas que minha pesquisa pretendia entender a história da região e para isso seria importante conversar com as pessoas que estavam ali há mais tempo. Disse que gostaria de saber como eles haviam chegado e como haviam sido suas vidas. Ele não precisou mais sair e aceitou conversar. Sua esposa esteve presente durante todo o tempo da conversa e falou mais do que ele. Henrique tem um bar onde vende lanches para os alunos da escola agrícola, que fica em frente à sua casa. Ele e sua esposa sentaram na varanda da casa do lado de dentro, enquanto eu fiquei do lado de fora da varanda, em pé todo o tempo que durou a conversa. Esta disposição me parece dizer muito sobre o quanto eu não era bem-vindo nem deveria sentir-me a vontade naquela conversa.

Durante toda a entrevista Henrique fez questão de deixar claro que sua situação na terra na qual vivia era regularizada pelo Incra. Era uma forma de mostrar que sua permanência ali era legítima. Pelo que entendi, há uma briga entre Henrique e o diretor da

escola agrícola, que reivindica a área onde ele mora. Segundo o diretor, a casa de Henrique está na área doada pelo Incra à prefeitura de Magé para a construção da escola. Isso me fez pensar que talvez a desconfiança do Henrique comigo não fosse somente por não querer contar as histórias do tempo em que supostamente era jagunço de um *grileiro*, como as outras pessoas se referem a ele, mas por temer que eu fosse alguém ligado à escola com o intuito de tirá-lo de lá. Provavelmente foram as duas coisas.

Henrique talvez não tenha aceitado gravar a entrevista porque sabe que é identificado na região como jagunço de um antigo *grileiro* daquelas terras. Além disso, ele não tinha relações amistosas com algumas pessoas que entrevistei, como José. E uma das primeiras perguntas que ele me fez foi como cheguei até ele e com quem tinha conversado até então na região. Minha identificação com as pessoas com quem ele não tinha relações de amizade, pareceu-me, foi um importante motivo para sua recusa em realizar uma entrevista gravada. Pedi a Henrique e sua esposa seu telefone, para que pudesse ligar e conversar em outra oportunidade, mas eles esquivaram-se dizendo que bastava aparecer.

Relato estas situações para mostrar que no trabalho com entrevistas, mais do que dados, fazer um relato das conversas e das situações vividas em campo pode ser útil para a reflexão sobre as condições da pesquisa, para o entendimento sobre qual o contexto em que os dados foram coletados e os sujeitos com quem falamos. Trata-se de trabalhar com as entrevistas e ao mesmo tempo com as relações em que se envolve no campo, dando importância ao que foi dito e às condições de desenvolvimento da entrevista.

Entrevistas com mais de uma pessoa

Tive também algumas experiências de entrevistar mais de uma pessoa ao mesmo tempo. Em uma delas, iniciei uma conversa com Marina e, após 40 minutos, José juntou-se a nós. Em outra ocasião, entrevistava Ricardo, com a participação de Marina, e, também durante a entrevista, José agregou-se à conversa.

Por mais que a companhia de José fosse agradável e contribuísse para o diálogo, esperava a oportunidade de conversar com Ricardo e Marina sem a sua intermediação. A primeira entrevista com ela, da qual José participara, mostrou que ele dominara a entrevista – falou a maior parte do tempo, enquanto Marina ouvia-o junto comigo e fazia algumas breves intervenções. Essa dominação não parecia algo imposto da sua parte, mas algo reconhecido, aceito e reificado por seus amigos, que o viam como o maior conhecedor da história da região, uma espécie de porta-voz legítimo daquelas histórias.

Marina e Ricardo falavam menos na presença de José provavelmente porque o reconheciam como o homem que liderou e lutou pela desapropriação daquelas terras e entendiam que ninguém melhor do que ele para narrar aquela história. Quando falavam qualquer coisa, Ricardo e Marina olhavam para José esperando que ele confirmasse, acrescentasse ou fizesse qualquer tipo de observação às suas exposições. José pareceu-me bem à vontade nestas ocasiões e participou ativamente de ambas as entrevistas. Sua postura, vale destacar, foi simpática comigo e com os demais entrevistados. Na minha avaliação, sua presença enriqueceu a entrevista, pois me permitiu ouvir diferentes falas para uma mesma questão levantada. Numa ocasião, por exemplo, a fala de Ricardo levou José a falar sobre sua chegada na região. Ele contou essa história com detalhes, o que não tinha feito nas outras duas oportunidades anteriores em que o entrevistei.

Vale lembrar que fazer uma entrevista com uma pessoa ou com um grupo produz narrativas diferentes e o pesquisador que se propuser a trabalhar com essa metodologia precisa se debruçar sobre essas implicações. Becker explica que: “por um lado, um informante pode, enquanto está sozinho com o observador, dizer ou fazer coisas que reflitam com

exatidão a sua perspectiva, mas que seriam inibidas pela presença do grupo” (BECKER, 1993, p. 54).

Encerrado este primeiro momento do trabalho de campo, que compreendeu os meses de maio a agosto de 2010, dediquei-me ao tratamento dos dados colhidos e à realização de outros trabalhos de pesquisa, sobretudo à análise documental.

Entrevistas de outros pesquisadores

Além das entrevistas feitas durante o trabalho de campo, nesta pesquisa utilizei também entrevistas feitas por outros profissionais em outros estudos. A maioria destas entrevistas foi realizada por Leonilde Servolo de Medeiros para as pesquisas: “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro” e “Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental”. Foi utilizada ainda uma entrevista realizada por Victor Novicki no contexto da pesquisa para sua dissertação de mestrado (NOVICKI, 1992). Todas estas entrevistas estão disponíveis para consulta no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMS) e foram realizadas entre os anos 1980 e 2000.

Ao todo, foram consultadas 16 entrevistas deste tipo. A especificidade delas é terem sido realizadas de acordo com os objetivos de outras pesquisas. Portanto, a conjuntura histórica de produção é distinta. Por isso, os resultados obtidos decorrem das hierarquias de ideias feitas no processo de realização da entrevista. Embora se deva estar atento a estas observações na análise destas fontes, pois elas indicam os limites do material em análise, as entrevistas realizadas por outros pesquisadores mostraram-se importantes ferramentas de reflexão, na medida em que são fontes produzidas a partir da fala dos entrevistados que, em linhas gerais, falavam sobre suas experiências como atores que participaram de uma situação de luta por terra.

O retorno ao campo

Em maio de 2011, constatou-se que seria necessário fazer mais algumas entrevistas para esclarecer questões centrais que ainda estavam mal compreendidas ou para trazer o ponto de vista de sujeitos ainda não tratados no trabalho. Assim, entre junho e julho de 2011 fiz seis novas entrevistas. Bruno foi entrevistado para investigar como se deu a atuação de um assessor jurídico no encaminhamento da ação de luta pela terra via MSTR.¹³ Já José foi entrevistado novamente principalmente para tratar com mais cuidado questões pouco abordadas em entrevistas anteriores ou para perguntar-lhe sobre dados encontrados na pesquisa documental. João, Marcelo e Mônica foram entrevistados para trazer para o trabalho a visão do governo do estado em relação à desapropriação da FCG. Por fim, foi entrevistado também Joaquim, trabalhador rural que atuou no conflito de CG e que veio a ser nos anos seguintes a desapropriação presidente do STR de Magé e da APPCG.

A pesquisa nos documentos

O processo de análise documental se fez, principalmente, a partir do acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do CPDA/UFRRJ, onde há um conjunto de documentos sobre o sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil. Neste material, foram localizados documentos sobre a atuação

¹³ A necessidade de ter a visão dos assessores jurídicos surgiu a partir da constatação durante o trabalho de campo da importância deste sujeito nos casos pesquisados. A recorrência com quem os entrevistados falaram sobre os advogados indicou a importância em se enfrentar esta questão.

do MSTTR nos conflitos estudados. Foram analisados ofícios, cartas e relatórios que relatavam a situação e que serviam como meio de comunicação entre as instâncias do movimento sindical e entre este e esferas do governo federal e do poder judiciário.

O segundo acervo analisado foram os documentos das Polícias Políticas do Rio de Janeiro, armazenados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj). São prontuários elaborados pela polícia. A pesquisa no Aperj se faz a partir da busca por palavras-chave e poucos documentos foram localizados com referência aos nomes dos entrevistados e/ou da localidade estudada.

Foram analisados ainda os processos administrativos referentes à desapropriação da gleba AF e FCS, obtidos após meses de visitas ao Incra na tentativa de consultá-los. Só foi possível o acesso a estes documentos quando um dos funcionários do Incra apresentou-me ao Procurador da instituição, que me disponibilizou todo o processo para consulta. Não foi possível consultar o arquivo desta instituição porque a sede do Incra no Rio de Janeiro estava em reforma e a autarquia estava temporariamente funcionando em outro local.

Foram também obtidos alguns documentos no STR de Magé, tais como atas de assembleias, ofícios e relatórios. Eventualmente, foram consultados ainda alguns jornais e também a legislação. Na Alerj, foi consultado o projeto de lei que previa a desapropriação da FCG.

A construção do novo problema de pesquisa

Diante do material coletado, foi possível avaliar se seria viável responder às perguntas elaboradas inicialmente. A avaliação foi negativa. O principal foco de análise era a investigação sobre a vida cotidiana dos trabalhadores rurais que viviam um momento de disputa por terras. Não foi possível responder a essa pergunta em profundidade.

Algumas das pessoas com quem falei estavam acostumadas a ser entrevistadas por pesquisadores, dada a centralidade que tiveram na história dos conflitos por terra em Magé e/ou no Rio de Janeiro. Em geral, elas já tinham um discurso constituído sobre a história que viveram, relatando as principais ações da luta e a participação do sindicato e federação nas disputas por terra, por exemplo. Contudo, embora quisesse tratar destes assuntos, meu objetivo era ir além dessa história. Buscava saber como era, por exemplo, a relação do dirigente sindical com o trabalho na terra e com a sua família; entender como o entrevistado percebia sua relação com a família e o trabalho enquanto era militante, uma vez que a atuação política demandava muito tempo e até mesmo dedicação exclusiva, como alguns deles revelaram. As perguntas sobre este assunto causaram certo estranhamento, pois tratava-se de questões que estavam em conformidade com o problema de pesquisa, mas que os entrevistados não estavam acostumados a ouvir.

A atuação política, muitas vezes, significava para o militante certo afastamento da vida doméstica e do trabalho na lavoura. Foi comum ouvir deles, principalmente das lideranças, que não acompanharam o crescimento dos seus filhos, fato que lhes causava dor e desconforto. Talvez por isso seja difícil abordar este tipo de questão em uma entrevista. Em geral, os entrevistados as respondiam de forma breve, mas pude perceber, em alguns deles, certo desconforto, provavelmente porque as perguntas referiam-se ao espaço privado de suas vidas e se afastavam das histórias que costumam contar – os fatos mais notórios sobre os conflitos fundiários.

As entrevistas com as pessoas que vivenciaram a luta pela terra sem serem lideranças também não tiveram o rumo planejado. Embora estes entrevistados tenham me ajudado a pensar em algumas questões para além do conflito por terra, este tipo de informação era residual. Ricardo, por exemplo, um trabalhador que viveu o período de lutas, mas não foi uma liderança, surpreendeu-me com o foco exposto em sua fala. Ele falou de outros problemas que

dificultavam a vida dos trabalhadores rurais da região nos anos 1970, para além da luta pela terra. Como não estava envolvido diretamente com o conflito, como outros entrevistados, o que parece tê-lo afetado diretamente foram as dificuldades em viver em um local onde não havia ruas construídas e o transporte era precário.

Com a esposa e filho de Leandro iniciei uma conversa e eles contaram que aquela região teve muitos problemas e que sofreram muito com isso. Contudo, restringiram-se a esta observação. Disseram-me que era o Leandro quem conhecia bem a história da região e era com ele que eu deveria conversar. Esta posição se deve à concepção de algumas pessoas de que elas não participaram das lutas e, por isso, pouco ou nada teriam a falar sobre o assunto. Para eles, somente os protagonistas dos conflitos, entendidos como os sujeitos que atuaram diretamente, em ações diretas, poderiam contar o que se passou.

Tal situação ocorreu também com a mulher de José. Algumas vezes tentei entrevistá-la, sempre sem êxito. Ela argumentava que não havia participado de nada, mas apenas dado suporte ao marido. O mesmo ocorreu com Severino. Quando o solicitei para uma entrevista, ele alegou que não tinha muito a dizer. O mesmo fez Maria, sua esposa. Eles, porém, ao contrário da esposa de José, aceitaram ser entrevistados depois de certa insistência. A entrevista com cada um deles durou cerca de vinte minutos e eles pareciam desconfortáveis. Como haviam chegado após a desapropriação, o foco da entrevista foi a memória que eles tinham sobre o que as pessoas da região contavam a respeito dos conflitos fundiários locais e também sobre como era a vida naquela época.

Conversei também com Gregório, cunhado de Leandro. Ele era um morador antigo de Cachoeira Grande. Gregório trazia a visão de um trabalhador que não havia sido protagonista nas lutas. Por conta de seus problemas de saúde, sua esposa o acompanhou durante a entrevista e o ajudou a lembrar de alguns assuntos. Apesar de morar em Magé há vinte anos, ela não vivia ali durante os conflitos. Suas histórias foram contadas com base no que ouviu de sua sogra e marido.

Quero destacar a dificuldade que encontrei em entrevistar e/ou conversar com pessoas que viviam nas áreas foco de conflito, mas que não atuavam diretamente nas lutas. Expliquei-lhes algumas vezes que seria importante para a pesquisa ouvi-las sobre o que tinham a contar sobre a época da luta, seja com relatos sobre situações do conflito ou sobre suas vidas familiares e trabalho. Entretanto, nem sempre consegui convencê-la a falar. Quando conseguia persuadi-las, seus discursos eram breves.

Talvez eu tenha sido identificado na região como alguém que queria apenas estudar a história do conflito por terra. Na primeira ida a campo, fui apresentado assim por Bráulio. É possível que esta imagem tenha permanecido e se reproduzido entre os entrevistados e que isso tenha feito com que viessem conversar comigo já preparados para falar sobre os conflitos.

Além disso, a concepção que sustenta o posicionamento destas pessoas sobre seu papel nos conflitos por terras na região era a de que não faziam parte daquela história. Para eles, só poderiam falar sobre aqueles acontecimentos as pessoas que estiveram diretamente envolvidas nas ações.

Se por um lado não havia dados consistentes sobre o cotidiano dos trabalhadores rurais no momento da luta pela terra, por outro havia coletado um bom número de informações sobre o encaminhamento dado pelos trabalhadores rurais à luta pela terra. As entrevistas e a documentação sindical trouxeram-me um amplo panorama sobre as formas de ação dos trabalhadores rurais e os sujeitos envolvidos neste processo. Este então passou a ser o foco de investigação, conforme se mostrou no início desta introdução.

No desenvolvimento da pesquisa, algumas questões ganharam relevância frente as demais. Uma delas foi a importância do sindicalismo. Nos três casos, o STR de Magé foi fundamental para a conquista da desapropriação. Criado em 1962, o sindicato foi sujeito central na luta pela permanência na terra que se travou em CS, AF e CG. É por isso que se

passou a ter como questão central de investigação o papel do STR na condução das lutas analisadas. Além disso, a análise das lutas em seus distintos momentos forneceu uma visão mais ampla sobre a atuação sindical em contextos diferentes de um mesmo período histórico: a ditadura militar.

Estrutura da dissertação

Além da introdução, esta dissertação possui quatro capítulos. No primeiro, são apresentados os personagens que compõem esta história, destacando o processo no qual se constituíram como sujeitos na luta pela terra na GAF, FCS e FCG. Além disso, apresento o cenário no qual esta luta se travou, destacando o contexto em que a mesma teve início

No segundo capítulo, a luta pela terra é analisada, buscando a compreensão dos elementos que levaram à deflagração dos conflitos. Neste capítulo, foram estudados os principais episódios do conflito na década de 1960: destacam-se a entrada do MSTR como ator central no desenvolvimento da luta e o impacto do golpe de 1964 e dos primeiros anos do governo militar na vida destes trabalhadores rurais.

O terceiro capítulo investiga a história da desapropriação da GAF e FCS. Desta vez, contudo, o foco de análise compreende a primeira metade da década de 1970. Buscou-se neste capítulo entender as formas de ação dos trabalhadores rurais na luta pela permanência na terra. Ressalta-se ainda, nesta parte, o desfecho da luta: a desapropriação.

O quarto e último capítulo foi dedicado à análise da luta pela terra na FCG. Em primeiro lugar, são revelados os elos entre este momento de luta – que se desenvolveu principalmente, na segunda metade dos anos 1970 e primeira metade dos 1980 – e o contexto anterior. Neste capítulo, busco ainda mostrar a diferente configuração deste momento de luta e a forma como ela foi encaminhada pelas pessoas ameaçadas de despejo na FCG.

Nas considerações finais, retomo as principais questões debatidas ao longo da dissertação para oferecer uma visão sistematizada dos estudos desenvolvidos no trabalho.

CAPÍTULO 1

SUJEITOS, CENÁRIO E CONTEXTO

Para analisar a história dos conflitos por terra que envolveram a GAF, a FCS e a FCG é preciso antes falar da ocupação desta área. Entre os anos 1960 e 1980, pessoas oriundas de diferentes locais do estado do Rio de Janeiro e do país para ali se deslocaram entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, principalmente, em busca de um pedaço de terra para morar e trabalhar – homens e mulheres que depois vieram a se auto-reconhecer e ser identificados como *posseiros*.

Antes da chegada destes sujeitos, já existia nestas áreas uma ocupação incipiente. Em fins do século XIX, havia se instalado em Pau Grande, área vizinha às terras palco dos conflitos que serão abordados, uma fábrica de tecidos. Nos últimos anos do século XIX e durante a primeira metade do século XX, esta fábrica expandiu seus domínios territoriais na região e parte da terra que conquistou foi utilizada como local de moradia para os seus funcionários.

Já a FCS fora ocupada por outros sujeitos, supostos proprietários, pelo menos desde a primeira metade do século XX. Estes e a fábrica de tecidos foram posteriormente identificados como *grileiros*.

Estes personagens vieram a ser os antagonistas nas lutas por terras que se desenvolveram na região entre as décadas de 1960 e 1980. Neste capítulo, estes sujeitos serão apresentados, assim como a área ocupada e o contexto de ocupação.

1.1 A constituição dos sujeitos: *grileiros* e *posseiros*

A identificação da CAF ou de outros supostos proprietários das terras em disputa com *grileiros* deve ser considerada no contexto em que esta classificação se constituiu. A mesma advertência vale para a identificação de homens e mulheres oriundos de diversos locais que se instalaram em Magé como *posseiros*.

Grynszpan (2009) explica que considerar os grupos sociais como dados pode significar a perda da perspectiva de que eles podem ser formados *na e para* a ação política ou mesmo que esta ação pode conferir novos contornos a grupos preexistentes. Para este autor, deve-se estar atento para o fato de que

[...] a forma objetivada como os grupos se apresentam, com nomes próprios, organizações, porta-vozes e reivindicações, é fruto de um conjunto de ações e de lutas, de todo um trabalho de definição, de agrupamento, de representação e de mobilização. (GRYNSZPAN, 2009, p. 35-36).

Para Grynszpan, no estado do Rio, os *posseiros* eram majoritários no interior da organização dos trabalhadores e foi através das suas lutas contra os *grileiros* que sua identidade se forjou. “Esta categoria tinha, ao que nos parece, uma origem na argumentação jurídica dos lavradores e de seus advogados no sentido de obter, da Justiça, a sua permanência na terra através do usucapião.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 87). No decorrer das lutas, *posseiro* adquire um significado mais amplo, englobando diversas categorias de produtores rurais. Com isso, Grynszpan conclui: “Por isso mesmo, no caso específico do estado do Rio de Janeiro, *posseiro* que ganha sentido em oposição a *grileiro*, e luta, não podem ser dissociados.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 89-90).

Com base nesta perspectiva, *grileiros* e *posseiros* devem ser considerados categorias que explicitam relações e características de um determinado grupo social num dado contexto e não categorias cristalizadas de forma atemporal.¹⁴

Thompson (1987) ressalta em seu trabalho o movimento de “autofazer-se” das classes sociais ao longo da história e utilizou o termo *making* porque se refere em seu estudo a um processo ativo, resultado da ação humana e dos condicionamentos históricos. Ele afirma com isso que a classe operária estava presente ao seu próprio fazer-se. Classe, portanto, concluiu o autor, é um fenômeno histórico, que “[...] unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência.” (THOMPSON, 1987, p. 9); traz consigo a concepção de relação social;

[...] acontece quando alguns homens, como resultado de **experiências comuns** (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 1987, p. 10).

Com inspiração nestes autores, neste estudo, utiliza-se as categorias *posseiro* e *grileiro* como concepções historicamente construídas e determinadas que aglutinam uma diversidade de acontecimentos formados na experiência compartilhada de sujeitos aparentemente díspares, que só existem em relação. Isto significa que os sujeitos que migraram para Magé em busca de um pedaço de terra para viver e trabalhar não eram *posseiros a priori*, mas tornaram-se *posseiros* no processo de ocupação daquelas terras, na medida em que viviam aquela experiência junto a outros homens e mulheres em situação semelhante e conforme se opunham a outros sujeitos, os *grileiros*. Estes, por sua vez, também só podem ser assim denominados, neste caso, quando vistos em relação aos *posseiros* e considerados no contexto do seu fazer-se.

1.2 A Companhia América Fabril – CAF

1.2.1 Criação e desenvolvimento da Companhia América Fabril

O núcleo original da CAF foi a Fábrica Pau Grande, instalada em 1878 em Pau Grande, localidade do município de Magé. Esta fábrica foi uma das 36 unidades têxteis criadas entre 1866 e 1882 no Brasil. Em 1882, ela possuía 150 operários e ocupava o quarto lugar na então província do Rio de Janeiro em relação ao emprego de mão-de-obra (WEID; BASTOS, 1986). Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a CAF foi a mais importante empresa têxtil do país, com capital superior ao de qualquer outra empresa nacional (WEID; BASTOS, 1986).

Um dos estímulos para a construção de uma fábrica na Raiz da Serra de Petrópolis, na então freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, hoje município de Magé, foi a topografia da região. A fazenda Pau Grande era cercada por montanhas, recortada por diversos rios e córregos e possuía cachoeiras e corredeiras, uma delas chegando a ter 70 metros de altura. Como os recursos hídricos eram fundamentais como fonte energética para a indústria, este local era adequado para a instalação da empresa (WEID; BASTOS, 1986).

Em 1885, a Fábrica de Tecidos Pau Grande teve seu nome alterado para Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande. Esta mudança fazia parte de uma reestruturação da empresa,

¹⁴ Na construção desta perspectiva, Grynszpan diz que se valeu, em larga medida, da reflexão de Luc Boltansky (1882) sobre a formação dos executivos na França como grupo social.

que deixou de ser uma sociedade solidária e passou a ser uma sociedade anônima.¹⁵ A nova sociedade tinha como objetivo aumentar e desenvolver a produção da Fábrica.

Em 1892, a empresa teve seu nome alterado novamente: passou a chamar-se Companhia América Fabril, devido à aquisição da Fábrica Cruzeiro, em 1891, na zona suburbana do Rio de Janeiro: o antigo nome restringia o patrimônio da empresa à Fábrica Pau Grande e estava em desacordo com a expansão para outros locais do estado realizada pela empresa naquele momento. (WEID; BASTOS, 1986).

De acordo com o novo estatuto, a firma tinha “[...] por objeto o estabelecimento de fábricas de fiação, tecelagem e outras.” (WEID; BASTOS, 1986, p. 68). Tal objetivo adequava-se à prática da empresa, que não se restringia ao ramo têxtil, mas também investia na produção agrícola e em diversas unidades fabris em Pau Grande, como a olaria, o engenho e as fábricas de correias de sola. O objetivo da CAF era tornar a empresa auto-fornecedora de materiais e produtos complementares para a produção têxtil (WEID; BASTOS, 1986).

A expansão da CAF para a área urbana do Rio de Janeiro continuou no início do século XX. Em 1903 foi comprada a Fábrica Bonfim, localizada no atual bairro do Caju, e, em 1911, a Fábrica Mavilis, vizinha à Bonfim. Com isso, a CAF passou a figurar entre as dez indústrias têxteis do país. Alguns anos depois, em 1920, com a aquisição da fábrica Carioca, localizada no atual bairro do Jardim Botânico, a AF se tornou a maior companhia têxtil do Brasil. Nos anos seguintes, a AF ainda adquiriu a fábrica Deodoro, no bairro de mesmo nome, e a área de terras de Cachoeira Grande, vizinha à Pau Grande, onde foi construída a unidade de alvejamento (PIMENTA, 2007).

Em Pau Grande, a expansão da AF iniciou-se ainda em fins do século XIX: em 1890 ela comprou a fazenda Judé e em 1896 as fazendas Cachoeira, Furtado e Porto Rico, todas elas vizinhas à fazenda Pau Grande (WEID; BASTOS, 1986). O objetivo da Companhia com estas aquisições era aumentar o fornecimento de água e conseqüentemente a força motriz disponível na fábrica, uma vez que a energia utilizada em Pau Grande era hidráulica. Com isso, a América Fabril ampliou não só seu patrimônio, como também sua capacidade produtiva em termos de controle de terras e águas (WEID; BASTOS, 1986).

A Companhia América Fabril fez ainda outros investimentos na região da Fábrica Pau Grande. Em 1895, ela dispunha de uma linha férrea de sete quilômetros conectando a Fábrica Pau Grande à estação de ferro de Raiz da Serra, obra iniciada em 1889. Esta conexão facilitou o acesso da empresa aos fornecedores dos materiais necessários e o escoamento da produção para o Rio de Janeiro (WEID; BASTOS, 1986). Em 1922, foi construída uma linha férrea de nove quilômetros ligando a Fábrica Pau Grande à fazenda Cachoeira.

A importância dessa linha residia no fato de haver nas terras daquela fazenda grandes roças de cereais e plantações de mandioca, matéria-prima necessária à fábrica de polvilho inaugurada em Pau Grande em 1921. Além disso, a seção de alvejamento da Fábrica Pau Grande estava localizada junto à cachoeira de Santana, no limite das duas fazendas (WEID; BASTOS, 1986, p. 153).

A área ao redor da seção de alvejamento da fábrica é central para este trabalho, pois esta é a região correspondente ao hoje assentamento CG. Pimenta (2006) diz que a construção, na década de 1950, de uma unidade de alvejamento em Cachoeira Grande e da Fábrica Santana com equipamentos mais modernos fazia parte de uma estratégia da CAF de

¹⁵ Segundo Weid e Bastos (1986, p. 44), “[...] as sociedades solidárias são sociedades comerciais de pessoas em que cada sócio se responsabiliza integralmente pelo empreendimento, enquanto as sociedades anônimas (S.A.) são sociedades comerciais de capitais, cujos membros respondem apenas pelo valor dos seus investimentos.”

modernizar sua indústria. Isto porque, nesta época, a quase setuagenária Fábrica Pau Grande já se mostrava bastante obsoleta.

1.2.2 A fábrica *grileira*

Os dados coletados na pesquisa revelaram outros aspectos da expansão territorial da fábrica. Há entre os entrevistados um discurso comum de que a AF seria proprietária apenas das terras onde estava localizado o núcleo original da Companhia, a fábrica/fazenda Pau Grande. O restante do seu domínio na região, as áreas correspondentes à fazenda CG e gleba AF, teriam sido obtidas através da *grilagem*. Há uma memória coletiva¹⁶ dos entrevistados das glebas em estudo sobre a propriedade destas terras. Em uma entrevista com Ricardo e Marina, eles explicitam sua compreensão sobre o termo *grileiro*.

Ricardo: [...] os *grileiros*, é assim...

Marina: É igual cigano.

Ricardo: É igual cigano. Só que o cigano, ele vem, a diferença...

Marina: Ele vai embora.

Ricardo: O cigano vem, ele fica aqui dois meses, 90 dias, não sei, ele não vai brigar com você por causa de terra. Ele sabe que aquilo ali não é dele, eles só querem um tempo pra descansar e depois seguir. O *grileiro* é o contrário, **ele vem pra tirar você da terra pra se apoderar daquilo ali**. E depois alguns deles vão fazer pasto ou vão vender. **Eles vão se apropriar de uma coisa que eles não compraram. Esse é o *grileiro***, o negócio dele era esse.¹⁷

O interessante neste trecho é atentar para a compreensão dos entrevistados em relação a um termo que eles utilizam recorrentemente. Os *grileiros*, para eles, representam o sujeito que de forma ilegal expulsa os trabalhadores das terras na qual eles moram e trabalham. A não legalidade reside no fato de o sujeito, identificado como *grileiro*, apoderar-se da terra de forma impositiva, sem um acordo com a pessoa que nela reside, como através de uma relação comercial ou um acordo de outra ordem.

Alguns entrevistados contaram uma história semelhante sobre a ação da AF na grilagem das terras vizinhas à fábrica Pau Grande. Estas falas, mais do que indicar que havia grilagem de terras naquela área, revelam como se dava a ação da fábrica. Segundo um dos entrevistados, a AF utilizava algumas pedras para demarcar a fronteira das terras sob seu domínio. Assim, para expandir seu território, a fábrica tinha uma equipe responsável por deslocar estas pedras e consequentemente aumentar a área da sua fazenda. José conta:

Toda noite que tava a lua clara, começava às oito da noite e ia até as seis da manhã, tinha a equipe que entrava em ação, carregava pedra, fazia buraco, quando a pedra era pesada, era pedra trabalhada, América Fabril. Então tinha os carregadores de pedra.¹⁸

Provavelmente José não testemunhou muitas destas ações, uma vez que chegou a Magé apenas em 1962, quando, ao que parece, a AF já havia expandido seu domínio na região, inclusive na fazenda Cachoeira Grande e na gleba América Fabril. Esta história, contada por outros entrevistados, alguns com mais detalhes, outros apenas com algumas referências sobre a expansão através da pedra, parece ser compartilhada por aqueles sujeitos e recontada entre eles. Pollak (1992) comenta ser possível que, através da socialização política

¹⁶ Sobre o conceito “memória coletiva”, ver Halbwachs (2004).

¹⁷ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

¹⁸ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

ou da socialização histórica, haja um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado. A força dessa situação permitiria falar em uma “memória quase que herdada”. Segundo Pollak: “De fato [...], podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.” (POLLAK, 1992, p. 201). A história da grilagem das terras pela AF parece ser um desses casos por ter marcado de forma intensa a memória de um grupo, homens e mulheres envolvidos de alguma forma na luta pela desapropriação das terras aqui estudadas.

Outros entrevistados falaram sobre a expansão da fábrica para as terras vizinhas ao seu núcleo original em Pau Grande. Manoel Ferreira contou que a AF se apropriou de alguns milhares de alqueires de terras que não eram dela. Ele disse: “Segundo o relatório de João Brant, que era presidente da Comissão de Reforma Agrária criada pelo governo Roberto Silveira,¹⁹ a América Fabril apenas teria 11.650 metros de terras, o resto tudo ela grilava, era terra do Estado e de herdeiros”.²⁰

A concepção de que a fábrica havia grilado as terras correspondentes à gleba AF e fazenda CG foi consensual entre os entrevistados, que contaram esta história com a intenção de mostrar a ilegalidade da situação da fábrica em relação às terras que foram disputadas. A concepção dos trabalhadores era que, uma vez que a AF não era proprietária das terras griladas, elas deveriam pertencer a quem nelas trabalhava e delas tirava seu sustento. Esta visão estava em sintonia com o debate que se fazia na época, no pós-guerra (1945), no qual se defendia a luta pela extensão dos direitos trabalhistas e pela permanência na terra. Este debate surgiu num momento em que o campesinato, por meio das suas mobilizações, ganhou reconhecimento social e político. De acordo com Medeiros:

Ganharam então espaço duas ordens de questões que não eram novas, mas que se atualizaram e adquiriram visibilidade a partir de diferentes ordens de conflitos que permeavam o campo: lutas por direitos trabalhistas, entendidos como extensão aos trabalhadores rurais dos direitos já legalmente obtidos pelos operários urbanos (limitação da jornada de trabalho, salário mínimo, férias, previdência social, organização sindical, etc) e lutas pela permanência na terra. Neste último caso, conflitos particulares, espacialmente localizados, lutas de resistência à expulsão por proprietários ou pretensos proprietários, passaram a ser traduzidas em concepções mais genéricas, envolvendo noções de direito de livre acesso à terra onde se trabalhava, o que culminou na transformação dessas lutas particulares em uma demanda mais geral por reforma agrária. A adesão a essa bandeira traduz também uma condenação social à concentração da propriedade da terra e à sua improdutividade, dando densidade social à palavra latifúndio, que mais do que uma grande extensão de terra, passou a significar relações de opressão e exploração, improdutividade, etc. (Novaes, 1997). (MEDEIROS, 2002, p. 8).

Medeiros explica ainda que, “no caso dos *posseiros*, a produção de reivindicações passava pela leitura do acesso à terra como um direito, forjado através do trabalho contumaz, do investimento no desbravamento do solo, em oposição ao oportunismo e ausência de interesse produtivo dos *grileiros* e latifundiários.” (MEDEIROS, 2002, p. 10). Esta parecia ser a concepção que orientava a ação dos *posseiros* de Magé em luta pela terra.

¹⁹ Foi governador do estado do Rio de Janeiro entre 1959 e 1961.

²⁰ Entrevista com Manoel Ferreira concedida a LSM em 1982.

Mas não foram somente os entrevistados que sugeriram a ilegalidade das conquistas territoriais da AF na região estudada. Uma matéria do jornal *Terra Livre*,²¹ de 1963, atribui à AF a alcunha de *grileira* de terras. A reportagem intitulada “Terras griladas pela América Fabril ocupadas por camponeses de Magé” relata:

A América Fabril que possui apenas 11.650 metros quadrados de terras no sexto distrito de Magé, já há algum tempo está se apoderando das terras próximas chegando a atingir um total de 2.000 alqueires do estado proibindo a entrada de lavradores para o cultivo da terra. Os camponeses, conhecedores da ilegalidade com que age a companhia grileira e latifundiária, procurando fugir da miséria em que vivem e evitar que seus filhos morram de fome, resolveram entrar nas terras dos latifundiários grileiros que aumentam cada vez mais. Os camponeses da região, resolveram assim, começar a reforma agrária que o governo está retardando tanto a fazer, acuado pelos latifundiários que formam a maioria do nosso Congresso.²²

Também em alguns documentos que compõem o processo administrativo do Incra referente à desapropriação da gleba AF, está indicada a condição de *grileira* da CAF em relação à gleba AF. A perícia realizada devido ao processo de desapropriação promovido pelo Incra comprovou que a AF não era proprietária das terras correspondentes à gleba AF.²³ O primeiro passo da perícia foi analisar a documentação disponível no processo judicial até então. No decreto de desapropriação (nº 72420, de 02/07/1973), a área em questão foi considerada propriedade da CAF. Tal território seria parte do imóvel denominado Conjunto Agro-Industrial América Fabril, com área aproximada de 635 hectares, registrada como um todo maior de 5.040 hectares no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Magé. Dito isto, o perito informou que se pôs a examinar os títulos das áreas que constam no Registro Geral de Imóveis de Magé em nome da CAF e para isso partiu dos registros indicados no decreto expropriatório. Estas foram as áreas analisadas pelo perito e suas respectivas observações:

- 1) Fazenda da Cachoeira e propriedades anexas Furtado a Porto Rico: “Os lugares mencionados, bem como as confrontações nada têm haver (sic) com a área das ocupações do Incra com seus parceleiros e objeto da presente desapropriação”.
- 2) “Referente a uma data de terras”: “Este registro se refere a uma área do 6º Distrito, no lugar “Serra Velha”, muito afastado da área objeto da Ação de Desapropriação, e suas características e confrontações são muito vagas, sem dimensionamento linear ou superficial”.
- 3) Escritura de compra e venda lavrada em 17 de setembro de 1885, pelo Tabelião Mathias Teixeira da Cunha, da Capital Federal: “Essas terras se situam em Inhomirim, 6º Distrito, muito afastadas do lugar da desapropriação em áreas ocupadas por parceleiros localizados pelo Incra, e suas características e confrontações são imprecisas e seus limites sem dimensionamento linear ou superficial”.
- 4) Escritura de compra e venda lavrada em 13 de janeiro de 1938, referente a parte da Fazenda denominada Frágoso, constituída de duas porções. Para este registro, há duas observações. A primeira diz: “Examinando este registro nº 6818. Fls. 171, L 3G,

²¹ O jornal *Terra Livre* era uma publicação voltada para os trabalhadores rurais e objetivava ser um guia político e um canal de troca de experiências entre os trabalhadores do campo. Editado pelo PCB desde maio de 1949, o *Terra livre* existiu até 1964, sendo publicado sem periodicidade, embora tenha buscado ser quinzenal e até mesmo se proposto a ser semanal (MEDEIROS, 1989; 1995).

²² TL, janeiro de 1963. Ano XIV – Nº 118. p. 6.

²³ O laudo pericial foi apresentado no dia 08 de agosto de 1984 por Anael Cesar de Oliveira, perito contratado pelo Juízo.

mencionado no Decreto desapropriatório, verificou-se que se refere a propriedade de terceiros e não da Cia. América Fabril, concluindo-se por tratar-se de equívoco quanto ao dígito da unidade “8”, visto como adiante no R. Nº 6816, nas mesmas fls. 171 do mesmo L 3G, está outro Registro de uma outra data, esta sim, em nome da Cia. América Fabril”. A segunda observação: “Trata-se de uma área constituída de “duas porções”, uma de 3.832,00 m², de um lado da Estrada de Ferro, e outra de 7.224,00 m² do outro lado da mesma, todas muito afastadas da área objeto da desapropriação”.

Após examinar os títulos da AF que constam no Registro Geral de Imóveis de Magé, o perito analisou a averbação²⁴ do Conjunto Agro Industrial América Fabril. Também por este documento, que tratava da unificação das áreas citadas acima, o perito chegou à conclusão de que os imóveis em questão nada tinham a ver com a área das terras expropriadas.

No processo analisado, uma parte do laudo do perito é destinada a responder os quesitos levantados pelas partes do processo. Em resposta ao quesito da CAF – “Se a área beneficiada pelo decreto expropriatório, corresponde realmente àquela a que a Autora se imitiu na posse”, o perito respondeu e concluiu:

O Incra não se imitiu, mas foi imitado na posse da área de 668,1192 ha, correspondente, aproximadamente, à área descrita na inicial e que, a nosso ver, por equívoco foi atribuída à Cia. América Fabril, ao mencionar-se no Decreto nº 72.420/73 os quatro Registros que correspondem a várias propriedades da Cia. América Fabril, mas que nada têm em comum com a área expropriada efetivamente, por força do Mandado de Imissão de Posse Definitiva.

O fato de as terras constantes no Registro Geral de Imóveis de Magé como de propriedade da AF não corresponderem à área da CAF é indicativo da *grilagem* desta porção de terras pela Companhia, conforme alguns entrevistados indicaram.

Há que se considerar uma particularidade na suposta *grilagem* de terras da CAF em relação ao que ocorreu em geral no restante do território fluminense nos anos 1950 e 1960. Ao que parece, a fábrica não realizou a *grilagem* estritamente com fins especulativos, mas parecia buscar uma expansão territorial da empresa para aumentar seu domínio na região. A terra conquistada pela fábrica foi utilizada como local de moradia para os seus funcionários, como área de plantio de alimentos para o auto-consumo e comercialização dos moradores, em geral operários da fábrica e suas famílias, e para a produção e extração de matéria-prima para a produção fabril, como a mandioca e a lenha.²⁵

À FCG coube a atribuição de ser um dos locais de moradia dos funcionários da fábrica, ao contrário do que ocorreu na gleba AF. Isto porque em CG estava localizada a seção de alvejamento, fundada na década de 1950. Ao redor desta unidade, a AF construiu casas e as distribuiu para os seus funcionários que trabalhavam na nova unidade da Companhia. Esta distribuição não ocorreu de forma aleatória, mas orientou-se segundo critérios que serão explicados adiante.

Weid e Bastos (1986) relatam ainda, para o período anterior a 1930, que a fábrica construía algumas casas para os operários nos limites da fazenda buscando com isso preservar e demarcar os domínios da Companhia. As casas eram distantes uma das outras e seus moradores tinham o privilégio de usufruir de um pedaço de terra, geralmente utilizado para o

²⁴ Segundo definição do dicionário Houaiss, a averbação é uma “nota inserida à margem de um documento ou registro público para indicar qualquer alteração relativa ao documento ou registro original.”

²⁵ Márcio explica em sua entrevista que o plantio de mandioca era feito para produzir uma goma que seria utilizada para engomar os fios na produção dos tecidos. A lenha era utilizada para alimentar as caldeiras da fábrica.

cultivo de subsistência. Esta prática parece ter sido uma estratégia da empresa para expandir seus domínios territoriais na região mesmo depois de 1930.

1.3 A *grilagem* em Conceição de Suruí

Segundo os entrevistados, também os supostos proprietários da FCS teriam adquirido aquelas terras através da *grilagem*. Um dos entrevistados conta que havia quatro *grileiros* que se diziam donos de CS. O primeiro era Camilo, dentista que morava em Copacabana. Depois apareceu Daniel e Márcia, que eram casados. Por último, Gomes, dono de uma rede de açougues em Niterói e São Gonçalo.²⁶

O principal interesse dos *grileiros* naquelas terras, de acordo com os entrevistados, era especulativo. De acordo com José, Renato, um *grileiro* que loteava terras em vários lugares do Rio de Janeiro, inclusive em Magé, ficava na praça Mauá, centro do Rio de Janeiro, e vendia terras em diversas localidades do estado. A praça Mauá era onde ele encontrava as pessoas interessadas em comprar terras e as levava até o local do loteamento para vendê-las. Ele conta:

Naquela época, o ônibus pra chegar aqui, era tudo estrada de chão, ele levava umas oito horas. Ele marcava com o pessoal que ia comprar lote, fazia uns panfletos assim, pegava alguns, em 60 e pouco, tinha que sair duas horas da manhã, três horas da manhã da praça Mauá pra chegar aqui onze horas do dia. Chegava onze horas do dia pra mostrar terreno pra vender. Teve quem comprou e depois sumiu, largou. Não tinha transporte, não tinha nada. Largou isso aí.²⁷

José explica ainda:

Tinha os dias dos caras, um dia entrava a condução, marcava quem queria olhar o lote pra comprar, marcava o dia, trazia. Também não tinha escritura, promessa de compra e venda, que é escritura provisória, até o cara acabar de pagar, que é pra ir pro cartório, e formar a escritura legal. Não tinha. Tanto aqui, esses caras só faziam um bloco de talõezinhos, de cem talõezinhos cada bloco, e marcava. Você pagou a mensalidade e dava uma carteirinha pra você.²⁸

José fala também sobre a prática dos *grileiros* em conseguir o que alguns chamam de “escritura do abraço”. Era tática dos *grileiros* tentar um acordo com algum dos *posseiros*, fazendo-os assinar um documento no qual reconheciam que a terra em questão era do *grileiro*. Com esse documento, seria mais fácil para o *grileiro* provar para o juiz que a terra ao redor ocupada por outros *posseiros* era dele também.

O *grileiro* se reunia com uma série de trabalhadores para todos eles assinarem um documento dizendo que o reconhecia como dono de uma dada porção de terra. Depois, este terreno era loteado e vendido para pessoas de fora.

Eles [os *grileiros*] procuravam peão, peão trabalhador, que trabalha aqui hoje, amanhã tá trabalhando em Caxias, não sei que lá. Faziam a tal de assembleia pra colher assinatura. Quem não assinava, fichava. Aí eles eram espertos, botavam o nome do cara na frente, mata-borrão. Aí faziam o

²⁶ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

²⁷ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

²⁸ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

cabeçalho: assembleia extraordinária ou ordinária. Fazia ordinária que era de poder, de força. Juntava dois grileiros, igual fizeram o Renato e esqueci como era o nome daquele outro, aquele do Rio D'ouros, dono do loteamento.... [...] então eles faziam assim, descobriam a terra. A assembleia chamava 50, 60 e pagava mixaria. Pagava até dois dias e falava “você vão ficar lá três horas com nós, te dou dois dias de trabalho.” Naquela época era mixaria do cruzeiro, do mil-réis. Aí pagava, o cara todo alegre, ganhei dois dias pra ficar lá três horas, quatro horas, bom demais. Aí ia. Fazia assembleia, assinava ata, da ata levava pro cartório, registrava, aí daquilo ali e dizia daquela ata o tanto de terra que eles reconheciam que eles eram os donos, aí eles dividiam, rachavam no meio, daqui pra lá você manda, daqui pra lá eu mando. Aí abria o loteamento, igual foi feito aqui e feito ali onde morava o Luiz Patrício, onde morava o falecido Moreno, o Darci...²⁹

José conta que Camilo chegou a CS e comprou a posse de dois *posseiros* que já moravam lá: “o tempo que fazia o documento da posse, escrevia um papel branco, ia no cartório, botava um selo e escrevia por cima. No tempo era assim, não exigia carimbo, escritura. Papel de posse.”³⁰

Márcia teria agido de forma semelhante, segundo alguns entrevistados. Ela teria comprado a posse de uma pessoa e através deste documento alegou que toda a área do entorno era sua. Esta ação é chamada de “escritura do abraço” pelo entrevistador e o entrevistado confirma. Um dos entrevistados conta: “com esse documento, ela e os advogados, com testemunha e tudo, deu entrada na Justiça para retirar o pessoal. O pessoal não recorreu a ninguém. Quer dizer, houve uma vacilação. Aí ela foi e garfou.”³¹

Mas não foi apenas por meio de falsas escrituras de propriedades que os *grileiros* agiam em CS. As entrevistas indicam que a ação dos *grileiros* em CS não dispensava o recurso de ameaças aos *posseiros* que ocuparam aquela região.

A fala de Ricardo relata um pouco desta prática. Ele diz que quando se está na terra, ainda em condições precárias, sem casa, mas vivendo em um barraco, o *grileiro* chegava para expulsá-los. E os *grileiros* tinham força e isso fazia com que as pessoas deixassem suas casas. Ricardo contou casos em que alguns trabalhadores tiveram suas casas derrubadas: em CS isso ocorreu com três casas.

Inclusive a minha também ia ser derrubada, só que graças a Deus eu conversei com o cara, a primeira vez que veio, o administrador da fazenda, conversei com ele legal, expliquei a situação a ele e também nessa época já tava a briga do sindicato, já tava a discussão do sindicato e eu era registrado no sindicato, pagava. Aqueles que não eram registrados no sindicato derrubaram a casa. Porque o negócio do *grileiro* era esse, ele vinha, tirava e tomava conta da terra. Só que eles não vão tomar conta daquela terra, a ideia deles é vender, ou criar boi, geralmente a ideia deles não é ficar ali, geralmente a ideia deles é depois passar pra frente.³²

Sobre os *grileiros* de CS, é em relação a Camilo que se têm mais informações. Isto porque foi possível ter uma breve conversa com Henrique,³³ seu funcionário na época dos conflitos. Hoje Henrique vive na casa que um dia foi de Camilo, sede da fazenda. Ele a obteve no processo de desapropriação da FCS.

²⁹ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

³⁰ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

³¹ Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

³² Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

³³ Ele não aceitou fazer uma entrevista gravada.

Henrique diz que Camilo era um dentista que gostava de passar alguns dias da semana na fazenda. Ele contou que a família de Camilo não se interessava em viver ou passar alguns dias em Magé. Henrique e sua esposa referiram-se a ele como um senhor muito bom, que os ajudou muito. Disseram que eles haviam ido para a região para trabalhar a terra e fazer companhia para Julio. Quando ele estava lá, todos almoçavam e conversavam juntos. A fala de Henrique e sua esposa sobre Julio foi carinhosa.

Ricardo também fala de Camilo e o identifica como o proprietário daquelas terras que não implicava com nenhum morador da região, mas que apenas queria explorar seus interesses, que ele não diz quais eram. Ricardo diz que quem implicava com os moradores eram os *grileiros*. “Quem implicava com o morador era o que a gente chama de *grileiro*, que são os caras que não moram aqui, moram em Minas, algum, moram em outros estados e conhece isso aqui e vem pra tirar a pessoa que tá aqui em cima”.³⁴ Interessante que Julio deixa de ser *grileiro* na fala deste entrevistado. Não há indícios na fala de nenhum entrevistado de que Camilo tinha interesses especulativos na terra.

José contou um episódio que envolveu Gomes, outro *grileiro* de CS. Este fato parece indicativo do envolvimento deste personagem no conflito por terras que se travou naquela fazenda. Segundo José, no dia que em que Garcia recebeu a notícia que a fazenda CS havia sido desapropriada, ele teve um infarto e morreu.³⁵

1.4 A ocupação das terras por *posseiros*

Nem todos os homens e mulheres que se deslocaram para estas terras entre os anos 1950 e 1960 foram depois caracterizados como *posseiros*. Esta alcunha coube principalmente aos que foram viver em um pedaço de terra na GAF e FCS. Àqueles que foram morar na FCG, em sua maioria, mudaram-se para lá com o objetivo de trabalhar na fábrica. Eram, portanto, operários da indústria têxtil. As particularidades destes sujeitos e o processo de ocupação das terras por estes homens e mulheres será objeto de análise nos tópicos seguintes.

1.4.1 Operários e lavradores

As pessoas que foram morar em CG chegaram principalmente de diversos locais do estado do Rio de Janeiro, mas também de outras regiões do país, com o interesse de trabalhar na fábrica e/ou na lavoura. Este é o caso da família de Alberto, que chegou à Cachoeira Grande em meados dos anos 1940, quando ele ainda era criança. Antes ele morava em Italva, localidade do município de Campos, estado do Rio de Janeiro, com seus pais e sete irmãos. Ele contou que seu pai mudou-se para Magé quando soube que havia oportunidades de emprego em uma fábrica. Trabalhador rural, pretendia continuar trabalhando na roça e planejava conseguir para seus filhos um emprego na fábrica. Isto era possível porque a unidade de Pau Grande da Companhia América Fabril, por ser uma fábrica/fazenda, permitia que seus operários se dedicassem à agricultura no período de folga das atividades fabris.

Sobre a distribuição da terra, Alberto explicou: “A fábrica mandava uma pessoa ir lá, via a terra que a pessoa queria, o tamanho que a pessoa queria... Meu pai chamava Zé... ‘Aqui é do seu Zé [...]’ Eles davam... e comprava toda a produção”.³⁶ A exigência da empresa para a concessão das terras, segundo Alberto, era que toda a produção deveria ser vendida para a própria fábrica. Falar-se-á mais sobre isso no tópico seguinte.

Antes de Alberto e sua família chegarem a CG, entretanto, veio primeiro um parente que, depois, trouxe outros. Com Fernando, a história foi parecida. O que esta situação sugere

³⁴ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

³⁵ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

³⁶ Entrevista com Alberto concedida a LSM no dia 03/05/2001.

é que uma rede de comunicação informal, baseada em parentesco e/ou vizinhança, se constituiu e se tornou fundamental para a circulação da informação sobre os lugares onde havia trabalho e/ou terras disponíveis para ocupar. É comum no discurso dos entrevistados a referência a algum vizinho, amigo, conhecido ou familiar que lhes informara sobre a oportunidade de ocupar terra ou conseguir trabalho num dado local.

O estudo de Menezes (2002) trata da migração enquanto prática constitutiva da reprodução social das famílias camponesas do Nordeste do Brasil e da situação dos trabalhadores migrantes como segmento que constituiu a força de trabalho na *plantation* canavieira no estado de Pernambuco. Em um dos capítulos deste trabalho, Menezes fala sobre as redes de recrutamento de trabalhadores migrantes da região agreste da Paraíba para a Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco. Ao falar sobre o recrutamento de trabalhadores, Menezes mostra que o arregimentador se apóia em redes informais de parentesco e relações de amizade em sua tarefa. No entanto, para a autora,

as redes representam, também, o espaço onde os trabalhadores trocam opiniões e informações sobre uma diversidade de aspectos relacionados à *plantation* canavieira e praticam formas de resistência espontâneas, individuais ou coletivas. Assim, eles não são inteiramente passivos diante das estratégias de controle político da usina, mas atores sociais que praticam atos de resistência. (MENEZES, 2002, p. 132).

Menezes explica que a notícia sobre o recrutamento realizado pelo arregimentador propagava-se através da transmissão oral nos municípios onde os migrantes moram. “As redes informais entre os trabalhadores atuam como o veículo mais eficiente para agregar trabalhadores e trocar informações sobre as usinas. A turma de trabalho é formada de parentes, vizinhos e amigos.” (MENEZES, 2002, p. 132).

Em linhas gerais, as condições de troca de informações realizadas entre os trabalhadores nordestinos a que se refere Menezes são parecidas com as que foram encontradas nesta pesquisa.

A CAF oferecia casa e terra às pessoas que chegavam à CG e foram trabalhar na fábrica, de acordo com alguns critérios. Esta situação conformou entre estes homens e mulheres uma situação diferenciada em relação aos *posseiros* que se instalaram na GAF e FCS.

1.4.2 “Como uma mãe”: a vida dos funcionários da América Fabril em Cachoeira Grande

A fábrica Pau Grande localizava-se numa área cercada por morros, com uma extensão de 5.000 km², distante três quilômetros do arraial de Raiz da Serra e 18 quilômetros da cidade mais próxima, Magé. Devido à sua localização e isolamento, ainda na década de 1880 a fábrica instalou as primeiras moradias para operários, próximas às unidades fabris. A Companhia objetivava com este projeto atrair e reter os trabalhadores próximos ao local de trabalho. O modelo de fábrica/fazenda, juntamente com suas vilas operárias, gerou a necessidade da empresa criar um aparato urbano que permitisse aos operários inquilinos viverem relativamente autônomos das cidades mais próximas (WEID; BASTOS, 1986).

Uma vez construída a vila operária, foi preciso melhorar suas condições de habitação, implementando serviços de infraestrutura diversos, tais como: “[...] a construção de um reservatório de água, o calçamento das principais ruas em torno da sede e a demarcação de áreas para a agricultura e a criação.” (WEID; BASTOS, 1986, p. 161). O trecho a seguir resume o que significou esta estrutura criada pela fábrica:

Na década de 1920 a fábrica-fazenda já se havia tornado quase auto-suficiente, constituindo uma comunidade fechada, isolada e com vida própria. As famílias se distribuíam na produção; mulheres e crianças na maior parte das tarefas têxteis, e os homens na lavoura, manutenção, nos trabalhos pesados ou de responsabilidade na fábrica, na administração e no controle. Esta situação permitiu a extrema estabilidade dos trabalhadores da fábrica-fazenda (WEID; BASTOS, 1986, p. 164).

A existência de uma fábrica/fazenda com vila operária não foi exclusividade da CAF. Na mesma época, existiam outras situações semelhantes. Era o caso da vila operária da Companhia de Tecidos Paulista (CTP), localizada na cidade industrial única de Paulista, em Pernambuco. Esta vila operária existiu desde os anos 1950 e agregou aproximadamente 6.000 casas que coincidem com a cidade-sede do município de Paulista. Este caso foi estudado por Leite Lopes (1986), que diz:

A fábrica e a vila operária de Paulista, distante apenas 20 km de Recife, mas conseguindo manter seu isolamento até os anos 50 e 60 através do seu monopólio territorial, distingue-se assim por esta superposição entre uma unidade econômica de atividades fabris e agrícolas centralizadas e uma unidade político-administrativa que vem assim notabilizar a concentração de poderes do capital industrial e da propriedade territorial nas mesmas mãos. (LEITE LOPES, 1986, p. ii).

Em Pau Grande, a melhora das condições ao redor da fábrica-fazenda foi uma preocupação central para a CAF, pelo menos na primeira metade de sua existência, até 1930. Os problemas com saneamento, por exemplo, tinham implicações sobre a fixação de mão-de-obra na região. Assim, em 1890, foram colocadas em prática algumas medidas: plantou-se cana-de-açúcar, pois esta planta tem a propriedade de absorver a umidade excessiva dos terrenos. Os resultados animadores obtidos com a cultura da cana mobilizaram a empresa a construir um engenho (WEID; BASTOS, 1986).

Já no final do século XIX havia na fazenda médico, farmácia, enfermaria, escola diurna e noturna e 190 casas. Pode-se entender estes benefícios oferecidos aos operários pela fábrica como parte da política social da CAF que, de acordo com Weid e Bastos, caracterizava-se como uma tentativa dos empresários de resolver os problemas relativos à permanência, ao controle e à formação da força de trabalho.

O recurso às vilas operárias desde o início e, posteriormente, a adoção de uma política de cunho social possibilitaram à CAF dispor de mecanismos de controle sobre sua mão-de-obra que transcendiam aquele exercido apenas ao nível do processo de trabalho. Tais mecanismos foram progressivamente desenvolvidos e institucionalizados, manifestando-se de forma direta no dia a dia dos operários em diversos aspectos: na moradia, com a construção de vilas operárias que abrigavam, mediante aluguel módico, uma parcela da força de trabalho; na educação, através da construção de escolas primárias para os operários e seus familiares; na saúde, mediante o fornecimento de assistência médico-farmacêutica; na religião, com a edificação de uma igreja e atendimento espiritual; e no lazer, através da criação de uma associação operária, com comitês nas diversas unidades fabris que promoviam bailes, piqueniques, passeios, jogos de futebol, sessões de cinema e teatro (WEID; BASTOS, 1986, p. 157).

Sobre a relação de dominação das fábricas com vilas operárias ou das fábricas que subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção, Leite Lopes diz:

[...] o fato de certas indústrias fornecerem casas a seus operários, em contrapartida seja de um aluguel geralmente descontado do salário, seja de obrigações econômicas e não-econômicas geralmente não explicitadas em contrato, mas incorporadas ao comportamento dos operários como parte das regras do jogo, significa de fato uma interferência direta e visível da administração da fábrica sobre a vida social extra-fábrica dos trabalhadores. (LEITE LOPES, 1986, p. iv-v).

As observações de Leite Lopes sobre o caso da vila operária de Paulista aproximam-se em grande medida da realidade da vila operária de Pau Grande e Cachoeira Grande, conforme foi relatado pelos entrevistados. Leite Lopes diz ainda:

Se a forma de dominação fábrica-vila operária tem por característica geral o controle direto da força de trabalho não somente na produção, mas também em outras esferas da vida dos trabalhadores fora da fábrica, através principalmente do recurso estratégico da moradia, o ‘sistema Paulista’³⁷ é uma variante de tal forma de dominação que se singulariza pela abrangência de sua ação sobre as condições materiais de existência de seus trabalhadores. Essa abrangência se manifesta não somente pelo fato da companhia dar acesso ao trabalho e à casa simultaneamente, assim como o acesso a um trabalho complementar que se incorpora nas condições subsidiárias à própria moradia (o roçado, a lenha) e mais ainda por administrar a circulação de bens de primeira necessidade dos trabalhadores através da organização da feira, mas também por controlar a própria constituição do grupo operário, arregimentando de áreas distantes famílias de trabalhadores a serem formadas para o trabalho e para as regras de convivência da vila operária. (LEITE LOPES, 1986, p. 10).

Em outro trabalho, Leite Lopes, desta vez em co-autoria com Maresca (1992), refere-se à vila operária em meio rural como a de Pau Grande como uma dessas cidades paternalistas com caráter de “instituição total”. Isto não significa, porém, que haja um cerceamento total da vida dos seus moradores. Para estes autores, havia certa mobilidade, indisciplina e “liberdade” dentro deste modo de dominação patronal que controlava não só a produção industrial, mas também toda a vida social.

Na vila operária de Magé, o controle dos trabalhadores era exercido por alguns funcionários, designados como administradores ou gerentes, responsáveis por manter a ordem e a rotina das atividades. No caso da fazenda, cabia a Fernando, por certo período, receber os trabalhadores, destinar-lhes as terras onde poderiam plantar sua lavoura, além de fiscalizar se

³⁷ “Sistema Paulista” é uma denominação construída pelo autor para designar etnograficamente a variante da forma de dominação fábrica-vila operária por ele estudada. Ele explica que esta designação “[...] segue por um lado a tradição das denominações usuais na literatura a respeito desta conjugação da fábrica com a moradia anexa de sua propriedade, de “cottage-system” e “sistema de caserna” (cf. Engels, 1969, pgs, 63-64; Leite Lopes, 1979, pgs. 43-44); e por outro lado aponta para uma estrutura de relações que se estabelece, no caso da fábrica e da vila operária de Paulista, envolvendo sob um mesmo controle centralizado a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil dos bens de consumo dos operários sob a forma de uma feira administrada. Além disso esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas e recreativas, e também uma numerosa milícia particular garantindo o ‘governo local de fato’ da companhia sobre estas múltiplas atividades.” (LEITE LOPES, 1986, p. xi).

as regras impostas pela fábrica estavam sendo cumpridas, como, por exemplo, a proibição de plantar bens de raiz.

As casas da vila Brasília, nome pelo qual é conhecido um conjunto de moradias do atual assentamento CG, foram construídas pela fábrica para seus funcionários. Elas existem até hoje e algumas delas preservam em muito as construções originais. Ao que parece, o material e a mão-de-obra necessários para a construção das casas eram cedidos pela fábrica. Márcio conta que uma das atribuições do trabalho do seu pai, empregado da fábrica, era ajudar na construção das vilas. O pai de Márcio e Roberto era contratado, segundo eles, como empreiteiro³⁸ da fábrica.³⁹

Leandro, morador de uma das casas da vila Brasília, também fala sobre as casas cedidas pela AF. Ele diz que essa cessão não era gratuita, mas que todo mês os funcionários tinham um desconto na folha de pagamento referente ao aluguel da casa.⁴⁰ Esta fala está em consonância com o que disse Weid e Bastos (1986), que afirmaram que as casas eram cedidas mediante o pagamento de um aluguel módico. As falas dos entrevistados, porém, sugerem que o modelo de cessão de casas pela fábrica aos seus operários não foi único, mas provavelmente variou ao longo do tempo e conforme a relação de cada funcionário com seus patrões.

Os operários e suas famílias que viviam nas vilas operárias tinham que se submeter às regras da CAF em relação às casas em que viviam. A fábrica só permitia a construção de uma casa por lote, por exemplo, o que impedia os filhos dos operários que se casavam de construir suas casas no terreno dos pais.⁴¹ Existiu também em Pau Grande uma vila operária para os funcionários da fábrica. Esta era mais antiga que a vila construída em CG, uma vez que atendia os funcionários do núcleo original da companhia.

Além da moradia, a fábrica distribuía terras para os funcionários que tinham interesse em cultivá-las. A exigência para isso era que os produtos cultivados pelos trabalhadores fossem divididos com a fábrica e a metade destinada aos produtores devia ser vendida para a própria fábrica. Esta, por sua vez, vendia estes produtos em uma cantina para os funcionários que não plantavam, informa Márcio.

Márcio diz também que era possível vender as mercadorias para pessoas de fora, quando havia gente interessada e que existia um posto na CAF onde as pessoas entravam para comprar as mercadorias. Estes sujeitos, porém, eram ligados à fábrica.

Apesar do caráter de “instituição total” da fábrica, havia estratégias para fugir a este controle quase absoluto da vida dos operários. A entrevista com Márcio revela que estas regras não eram cumpridas rigorosamente e havia espaço para manobras. O pai de Márcio, que além de empreiteiro da fábrica dedicava-se à atividade agrícola,⁴² burlava as regras da fábrica em relação ao cultivo de alimentos:

Isso meu irmão mais velho conta, que meu pai saía daqui às três horas da manhã, escondido, com os burros pra vender em outro lugar, porque vendia a mais do que aqui. [...] Se soubesse que vendia era punido, então ele saía de madrugada pra vender fora, lá em Piabetá, em Imbariê, porque lá conseguia mais. Senão ficava escravo da fábrica o tempo todo.⁴³

³⁸ Márcio explica em que consistia o trabalho do empreiteiro: “[o empreiteiro] fazia casa, ele tirava lenha, ele derrubava a mata...”. Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

³⁹ Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

⁴⁰ Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

⁴¹ Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

⁴² Márcio disse: “Além de empreiteiro, era meeiro. Na agricultura ele era meeiro.” Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

⁴³ Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

Outro entrevistado, Fernando, que se dedicou ao trabalho na lavoura desde sua chegada a CG, diz que os sítiantes produziam e davam 30% da sua produção para a fábrica. O restante ficava com os produtores.⁴⁴ Como se pode ver, não há consenso nas entrevistas sobre a parcela da produção que deveria ser dada para a fábrica nem sobre o que se fazia com a produção que ficava para o trabalhador. Estas incongruências nos dados, porém, não explicitam falsas informações, mas parecem traduzir diferentes relações que se estabeleceram entre a fábrica e operários ao longo do tempo. De toda forma, o importante aqui é frisar que um acordo entre a fábrica e o trabalhador era estabelecido para que este pudesse viver e produzir nas terras sob domínio da CAF.

O controle da distribuição das terras e produção agrícola era feita por um funcionário da CAF. Este cargo foi exercido por Fernando durante algum tempo. Ele conta que sua função era controlar a produção agrícola dos trabalhadores. Cabia a ele, por exemplo, recolher os 30% dos produtos produzidos pelos sítiantes destinados à fábrica.

A mercadoria recolhida pela AF era levada para o armazém da fábrica, onde era vendida para os operários que não produziam. Medeiros, com base em entrevistas feitas na região, falou sobre isto:

De acordo com as informações obtidas, os que plantavam tinham que dar 30% de sua produção à empresa. Esses produtos também iam para o armazém. O restante voltava-se para o consumo doméstico e, se houvesse sobras, a empresa também comprava. Alguns informantes afirmaram que a fábrica impedia a venda de produtos para fora e que muitas vezes eles saíam com a produção durante a madrugada, para burlar o controle e vender em outros lugares a preços melhores que os pagos pela fábrica. No que se refere aos preços de venda ao consumidor, segundo os depoimentos obtidos, eram baixos para todos os produtos existentes no armazém. (MEDEIROS et al., 2003, p. 68).

Uma vez no armazém, a produção não era vendida somente para os funcionários da fábrica, mas também para pessoas de fora. Ao que parece, desde 1890 já funcionava junto à fábrica um negócio de venda de gêneros de primeira necessidade aos operários. Este armazém fazia parte do conjunto de ações desenvolvidas pela Companhia para tornar a comunidade autosuficiente (WEID; BASTOS, 1986): “Ora mantida pela própria empresa, ora arrendada a terceiros, essa unidade comercial sempre foi conhecida como *armazém da fábrica*.” (MEDEIROS, 2003, p. 68).

Alberto diz que “não faltava nada para quem trabalhava na América Fabril. Os funcionários faziam compra só ali naquele armazém”. Essa fala mostra como, em alguma medida, era bem sucedido o papel de “instituição total” desempenhado pela fábrica, a ponto de um dos seus operários dizer que “não faltava nada para quem trabalhava na América Fabril.” Há que se considerar neste depoimento uma possível idealização do passado.

Segundo Fernando, as pessoas que trabalhavam na roça, os sítiantes, não trabalhavam na fábrica, assim como o contrário. Esta informação, porém, é divergente das demais entrevistas, onde é consensual o discurso de que era possível conjugar o trabalho na fábrica e na lavoura. Em geral, os entrevistados disseram que o trabalho na lavoura ocorria fora do horário do expediente da fábrica. Sobre a conjunção do trabalho na fábrica e na lavoura, Leandro diz:

Marco: O senhor plantava também aqui no sítio?

⁴⁴ Entrevista com Fernando concedida a LSM no dia 02/05/2001.

Leandro: Plantava, plantava. Plantava jiló, batata, quiabo, maxixe, abobrinha, tudo. Aí enjoei disso tudo, fui plantar coco, maior besteira que eu fiz.

Marco: Então em 78 o senhor trabalhava na fábrica, estudava à noite, e ainda arrumava tempo pra plantar?

Leandro: Arrumava, porque a gente sempre tinha o feriado, tinha o domingo, eu tinha folga porque eu era vigilante... Tinha as pessoas que trabalhavam também pra mim, meu cunhado me ajudava, eu pagava ele...

Gregório.

Marco: Mas o senhor plantava, chegava a vender, ou era...

Leandro: Era pro consumo de casa, mas vendia também, porque já pensou eu colher 30 caixas de jiló... Amargar a vida. Cheguei a colher 600 caixas de batata, tinha que vender... A minha esposa, coitada, ela ralou ali comigo, nós plantamos batata, nós não tinha nem máquina. Fiz tudo no enxadão, cavando, eu, ela, meus filhos. Arrancamos batata lá com a mão pra lavar, a mão chegava a ficar, que a batata solta uma coisa terrível, a gente lavava, encaixotava tudinho, o carro passava e levava. Era 10, 12, 15 dias pra receber o dinheiro, primeiro ia pro Ceasa, eles vendiam pra depois mandar a fatura pra gente.⁴⁵

As entrevistas indicam, portanto, que aquele que cultivava as terras cedidas pela Companhia podia ser um operário que se dedicava às duas funções (atividade fabril e agricultura); o membro da família de um operário; ou simplesmente um lavrador que obteve permissão da fábrica para cultivar nas terras sob seu domínio.

Havia regras estabelecidas pela fábrica sobre o que podia ser plantado. Fernando conta que os operários que tinham um pedaço de terra em suas casas podiam plantar apenas lavoura de ciclo curto e que árvores frutíferas não podiam ser plantadas. Mas ele diz que, quando passou a ser o administrador, isso mudou, pois ele autorizava os lavradores a plantarem o que quisessem.⁴⁶

Chama atenção na fala de Fernando sua tentativa de mostrar que tinha poder sobre os trabalhadores de CG. Ele diz, por exemplo: “Mas eu tive uma vida muito boa. Eu lutava com 300 e tantas pessoas aqui e o patrão... Eu mandava no patrão. O que ele queria mandava me chamar que eu resolvia.”⁴⁷ Ele diz também que era responsável por selecionar os lavradores quando havia necessidade de mão-de-obra na fábrica e por escolher as pessoas que receberiam um lote de terra para plantar e morar. Interessante ver que ele subordina as pessoas a ele e não à fábrica.

Além de não poder plantar árvores frutíferas, como Fernando disse, Roberto diz que não era permitido criar animais de grande porte, como vaca e cavalo, mas somente pequenos animais, como porcos e galinhas.⁴⁸

Em suma, a empresa concedia terrenos para os cultivos dos operários, o uso das matas para fins materiais, como a extração de lenha, além de outras estruturas, tais como assistência médica, associações religiosas, grupos folclóricos e o clube do futebol. Isso fazia com que esses operários usufríssem de condições de vida melhores do que poderiam presumir. (LEITE LOPES; MARESCA, 1992).

⁴⁵ Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

⁴⁶ Entrevista com Fernando concedida a LSM no dia 02/05/2001.

⁴⁷ Entrevista com Fernando concedida a LSM no dia 02/05/2001.

⁴⁸ Roberto conta que uma vez comprou uma vaca, pois precisava tomar leite por conta de uma gastrite que teve. Então Alvino pediu que ele tirasse a vaca dali, pois não era permitido ter animais grandes. Como naquele momento Alvino já estava perdendo o poder na região, Roberto fala que não obedeceu à sua ordem.

Nas entrevistas e conversas com os trabalhadores durante o trabalho de campo foi possível perceber o impacto da estrutura desta empresa na vida dos operários. A fala de Alberto, por exemplo, é marcada pela nostalgia e valorização do tempo em que era funcionário da fábrica.

O serviço educacional e médico disponibilizado pela fábrica são recorrentemente lembrados nas falas dos entrevistados como um aspecto positivo dos serviços oferecidos pela AF aos seus funcionários. Havia uma escola próxima à seção de alvejamento, em CG. Era a escola Roberto Silveira, hoje ligada à prefeitura de Magé e chamada de E. M. Marcílio Dias. Ao que parece, em Pau Grande, núcleo original da fábrica, havia outra escola, chamada de Santana.⁴⁹

Alberto contou que toda a estrutura da escola era garantida pela fábrica, como a manutenção do prédio, o pagamento dos funcionários, o material escolar e o uniforme dos alunos. Estudavam na escola os filhos dos funcionários da fábrica e os próprios operários.

Os filhos dos operários, quando completavam 14 anos, geralmente começavam a trabalhar na fábrica, mas não paravam seus estudos: trabalhavam durante parte do dia e estudavam à noite. Sobre este ponto, Leandro diz:

Essa fábrica dava trabalho pra você, quando você tava se aposentando, ou então se você tivesse um filho com a idade de 13 anos pra cima, ela dava condições de você empregar o seu filho lá com 13 anos, trabalhando e estudando. Recebendo educação e recebendo salário. Tinha hora pra estudar, sempre botavam num horário bom, que seu filho podia estudar. Aqui tem muita gente que conseguiu se formar muito bem. Ali tem gente que hoje é militar, engenheiro, militar, médico, que foi menino trabalhando na fábrica.⁵⁰

Abaixo, outro trecho do entrevistado no qual ele fala da escola:

Eu estudei ainda uns dois anos, depois tive que sair. No colégio da fábrica mesmo. A fábrica dava trabalho, dava profissão, e dava também educação. Pra isso ela era boa. Depois que foi caindo...

Marco: Ela cobrava por isso?

Leandro: Não cobrava nada. Nem uniforme se pagava. E outra, o funcionário, os filhos tinha colégio, e quem estudasse de manhã até meio dia tinha almoço. O almoço era nove e meia, que almoço nesses lugares é nove e meia da manhã. Quem estudava à noite tinha janta. Eu, barbado e velho, trabalhando, saía de lá e ia pro colégio, jantava no colégio. Sete e meia tava jantando, saía dez horas do colégio. Eles ensinavam bem, eu que não aprendi muito que o cansaço não deixou.

[...] **Rapaz, essa fábrica aí, ela era uma mãe.**⁵¹

Para aqueles que precisavam trabalhar e estudar ao mesmo tempo, a rotina educacional não parece ter sido fácil. Francisco, por exemplo, conta que trabalhava entre 7 horas e 16:30. Saía do trabalho, ia para sua casa, tomava banho, jantava e ia para escola. Com essa rotina, ele diz que foi difícil permanecer na escola.⁵² Márcio lembra-se que estudou até os 14 anos, quando começou a trabalhar. Ele diz que a escola ia até a 8ª série, mas que normalmente as

⁴⁹ Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

⁵⁰ Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

⁵¹ Foi a partir desta fala e com base no relato nostálgico e idealizado de outros ex-operários da fábrica, que ressaltaram positivamente o tempo em que eram funcionários da Companhia, que se chegou ao título deste tópico. Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

⁵² Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.

pessoas estudavam até a 4^a, porque depois começavam a trabalhar e ficava mais difícil conciliar estudo e trabalho.⁵³

Roberto diz que, após completarem 14 anos, todos eles eram obrigados a trabalhar na AF. Em alguns casos, quando tinham estrutura física, as crianças iam até mais novas para a fábrica. Márcio, por exemplo, tinha nove irmãos e diz que havia espaço para todos eles trabalharem na CAF. Fernando também conta que todos os seus filhos trabalharam na AF.⁵⁴

Pimenta (2006) relativiza as diretrizes da política assistencial da fábrica a partir da fala de antigos operários. Ele diz, por exemplo, que as crianças com menos de 14 anos tinham seu registro alterado para trabalharem, porque só era permitido o emprego de maiores de 14 anos, como regulou o decreto nº 5.083, de 01 de dezembro de 1926.

A referência ao tratamento médico oferecido pela fábrica aos funcionários doentes também é recorrentemente lembrado nas entrevistas com os trabalhadores. Além de médicos, havia também enfermeiros, dentistas e uma farmácia em Pau Grande, conforme contaram alguns entrevistados.

Referindo-se ao acompanhamento dos médicos no caso dos funcionários ou seus familiares ficarem doentes, Alberto conta que quando a estrutura da fábrica não era suficiente para tratar o enfermo, a AF levava-o a um hospital conveniado e o médico da fábrica acompanhava o tratamento: “Quería saber se estava sendo bem tratado, se não estava. Era uma coisa fora de série!”.⁵⁵ Segundo Alberto, todos os funcionários e familiares tinham direito aos cuidados médicos. Como se pode perceber, o discurso de Alberto é marcado pelo entusiasmo e idealização dos serviços prestados pela fábrica.

Gregório pelo menos uma vez precisou recorrer aos cuidados médicos oferecidos pela fábrica. Ele gostava de caçar nas matas da região e num dos dias em que caçava, foi picado por uma cobra. Foi atendido pelo médico da CAF, em Pau Grande.⁵⁶

A principal atividade de lazer dos funcionários da fábrica em Pau Grande era o futebol. Alguns entrevistados contam que a CAF tinha um campo de futebol em Pau Grande, onde os jogos eram realizados. A fábrica tinha um time e participava de campeonatos, que podiam ser externos, contra outros times, mas também aconteciam entre diferentes grupos de operários da própria AF em Pau Grande e CG.

O fato de Garrincha ter sido morador da vila operária de Pau Grande é em grande medida lembrado pelas pessoas da localidade. Foi lá que Garrincha nasceu e viveu até seus anos de glória no futebol. Alguns entrevistados, como Alberto, lembraram-se que participaram de jogos de futebol junto com ele. Tal fato é ilustrativo da presença do futebol como atividade constitutiva da vida cotidiana dos moradores de Pau Grande e adjacências. Até hoje o futebol é destacadamente presente na vida dos moradores daquela região. Isto porque faz fronteira com o assentamento CG um conjunto de campos de futebol que constituem o Clube de Futebol Rio de Janeiro, uma agremiação esportiva de Magé, fundada em 2 de agosto de 2001.⁵⁷

Um dos entrevistados diz também que eventualmente ocorriam festas organizadas pela fábrica. O nome da festa era festa do Santana por conta do nome de uma das unidades da fábrica.⁵⁸

A trajetória de Alberto é exemplar de alguém que viveu quase toda a vida em CG. Ele começou a trabalhar na fábrica aos 14 anos (meados dos anos 1950) e lá permaneceu até a sua aposentadoria. Até os 18 anos, Alberto trabalhou no que ele chamou de “serviço comum”.

⁵³ Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

⁵⁴ Entrevista com Fernando concedida a LSM no dia 02/05/2001.

⁵⁵ Entrevista com Alberto concedida a LSM no dia 03/05/2001.

⁵⁶ Entrevista com Gregório e Juliana concedida a MAT no dia 01/08/2010.

⁵⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_de_Futebol_Rio_de_Janeiro>. Acesso em: 09 jun. 2011.

⁵⁸ Entrevista com Gregório e Juliana concedida a MAT no dia 01/08/2010.

Depois, passou a trabalhar na oficina e a atividade que exerceu por mais tempo na fábrica foi a de mecânico. Aprendeu seu ofício através de orientações dos funcionários mais antigos. Depois de algum tempo, Alberto também ensinou outras pessoas que entraram na oficina sem experiência.

A esposa de Alberto era filha de um funcionário da unidade do Jardim Botânico – Fábrica Carioca – desativada em 1962, sendo demolida em 1964, transferida para Cachoeira Grande, segundo Alberto. Com isso, a família da mulher que viria a ser sua esposa foi morar em Cachoeira Grande. O casamento de Alberto com uma mulher da região mostra que a vida social dos operários daquela empresa parecia restringir-se à fábrica e a vila onde moravam. Era possível trabalhar, plantar, fazer compras, divertir-se e mesmo se casar sem precisar sair da região.

A idealização do passado ganha contornos ainda mais fortes quando suas vidas são comparadas às de pessoas que viviam próximas a eles, mas que não usufruíam da estrutura que lhes era oferecida pela fábrica. Leite Lopes e Maresca (1992) dizem, em artigo que parte da morte de Garrincha para analisar sua trajetória de vida, que a força de relatos nostálgicos

[...] mostra a ambiguidade dessa relação entre as concessões patronais e as práticas operárias: o observador pode ver interstícios, brechas ou contradições no sistema de dominação, permitindo às famílias operárias a “recuperação” em seu favor de algumas instituições paternalistas ou, ao contrário, ver nessa ilusão de recuperação e na satisfação atingida *a posteriori* pelos operários o grau último do sucesso de uma política social que visa a minimizar frustrações e conflitos, organizando ao mesmo tempo uma superexploração eficaz (LEITE LOPES; MARESCA, 1992, p. 12).

Medeiros também identificou em sua pesquisa a valorização por parte dos seus entrevistados, ex-operários da fábrica, do tempo em que eram empregados. Ela diz:

Hoje ainda, decorridos cerca de 20 anos desde a falência da América Fabril, há, entre seus antigos operários, uma avaliação extremamente positiva e saudosa do *tempo da fábrica*, indicando que esse padrão de relações se conservou ao longo dos anos. Assim, eles elogiam a qualidade da escola, em comparação com a atual; a assistência à saúde, considerada de excelente qualidade; a forma como os operários eram tratados. (MEDEIROS, 2003, p. 69).

A fazenda CG, onde viviam os homens e mulheres dos quais se falou até aqui, tinha como vizinha a gleba AF. Entre estas duas áreas havia uma estrada, construída pela fábrica, que ligava a unidade de alvejamento à fábrica Pau Grande. A gleba AF era em sua maior parte ocupada por *posseiros* chegados de diferentes locais e contra eles a AF travou uma luta ao longo dos anos 1960 e 1970 pela posse das terras.⁵⁹ A vida dos *posseiros* da gleba AF era bem diferente da vivida pelos funcionários da AF. Marina conta que seu bar, que ficava num terreno vizinho ao da unidade de alvejamento, não tinha luz, ao contrário do que acontecia nas casas dos operários da fábrica. Só quem morava em determinadas áreas das terras da América Fabril tinha acesso à energia elétrica.

Alberto conta que havia uma diferença entre os moradores da gleba AF e entre os operários da fábrica, que viviam na área que viria a ser o assentamento CG. Alberto explica que onde ele vivia, na fazenda CG, a fábrica fazia tudo pelos seus operários. As ruas de CG que delimitavam o espaço da fábrica eram cercadas por guardas, que não deixavam ninguém

⁵⁹ A gleba AF não fora ocupada apenas por *posseiros*. Alguns funcionários da fábrica também utilizavam estas terras como local de plantio de suas lavouras.

entrar no território da CAF. Os moradores da gleba AF não podiam, por exemplo, passar pela estrada construída pela fábrica e por isso tinham dificuldade em se deslocar na região.

1.4.3 A ocupação da gleba América Fabril e fazenda Conceição de Suruí

A ocupação da gleba América Fabril e fazenda Conceição de Suruí por homens e mulheres vindos de diferentes lugares remonta aos anos 1950 e início dos 1960. Diversas famílias chegavam de diversas regiões do estado do Rio, mas também do Espírito Santo, Minas Gerais, principalmente, e do Nordeste e buscavam um pedaço de terra para viver e plantar. A maioria das famílias que chegaram à GAF e FCS foi dedicar-se ao cultivo de lavouras. É importante perceber que enquanto esta ocupação ocorria, a AF já estava na região, também ocupando a área da gleba AF, conforme dito antes. A AF, supostos donos das terras de CS e *posseiros* estavam simultaneamente ocupando estas terras e foram os personagens em cena na luta que se travou por estas terras ao longo dos anos 1960 e 1970. Silveira-Lindoso entende esse movimento populacional como

parte de um fluxo migratório mais geral para outras regiões do Rio e do sul do país que se verificou na época da política da erradicação do café, empreendida pelo Governo Federal. Justamente nessa época se dá no Estado do Rio um grande número de conflitos de terra que terá nesses migrantes um contingente importante e levará à desapropriação de 23 fazendas, no período imediatamente anterior a 1964, segundo levantamento feito pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag-RJ). (SILVEIRA-LINDOSO, 1983, p. 38).

Beloch (1986) diz que parte da migração que se destinou para a Baixada Fluminense era formada por nordestinos, expulsos das suas regiões de origem pelas secas e pelo pauperismo, organicamente relacionado à injusta estrutura fundiária e aos desequilíbrios regionais.

Menezes (2002) explica que a migração para as cidades da região Sudeste é parte do importante movimento populacional das áreas rurais do Nordeste para as cidades do Sudeste. Segundo a literatura (BERLINCK, 1977; LOPES, 1971, 1980; MARTINE, 1990), destaca a autora, este movimento iniciou-se na década de 1930 e cresceu consideravelmente nos anos 1950 (MENEZES, 2002).

Em relação à ocupação das terras da Baixada por lavradores, Grynspan (1987) indica que a chegada desse novo ator a esta região parece ter variado entre a década de 1920, de acordo com relatos, e a de 1950, conforme indicam os dados do Censo.⁶⁰ Neste ponto, Grynspan faz um alerta:

Na verdade, pequenos arrendatários e ocupantes indicam uma outra face da moeda da decadência da Baixada. Parte das terras abandonadas, despovoadas e incultas, não apenas muda de proprietário, mas também passa a receber lavradores que, em condições diversas que vão desde a parceria até a ocupação pura e simples, passando pelo arrendamento, ali começam a produzir juntamente com suas famílias (GRYNSZPAN, 1987, p. 38).

⁶⁰ Referindo-se ao crescimento do número de estabelecimentos controlados por *posseiros*, o autor afirma: “Se, em 1940, eles praticamente não figuravam nos dados do Censo relativos aos municípios da Baixada, em 1950 eles já eram 253 e, em 1960, pulavam para 1596. De 0,03% do total de estabelecimentos recenseados na Baixada em 1940, eles passam para 24,2% em 1960. Sua média de área sobe, de 8,8 ha em 1950, para 13,6 ha em 1960.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 37). As fontes usadas para esses cálculos foram o Recenseamento de 1920 e Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960.

Os grandes proprietários perderam o interesse pelas terras da Baixada devido à desvalorização desta área em fins do século XIX. Este desinteresse possibilitou que, ao longo do século seguinte, estas terras mudassem de dono. Elas receberam lavradores vindos de diversas regiões do estado e até mesmo do país, que passaram a produzir nelas junto com suas famílias (GRYNSZPAN, 1987).

Pedroza (2003) diz ser possível que essas famílias de trabalhadores tenham chegado à Baixada Fluminense por terem sido expulsas do campo no interior do estado do Rio de Janeiro e mesmo em outras regiões próximas, como o Espírito Santo. O motivo desta expulsão foi a transformação ou decadência agrícola destes locais, antes mesmo do grande êxodo rural que se processou entre as décadas de 1940 e 1960 (PEDROZA, 2003, p. 101).

Foi comum no discurso dos entrevistados a afirmação de que chegaram à região porque souberam que havia ali terras disponíveis para ocupar.⁶¹ Em geral, quando perguntados especificamente sobre isso, eles não sabiam explicar como souberam disso. Contudo, ao longo da conversa, acabavam revelando que antes de chegarem a Magé havia normalmente alguém na área, um parente, vizinho ou conhecido. A questão da rede de comunicação informal entre parentes, vizinhos e amigos que se forma e se torna fundamental para a divulgação de terra disponível e trabalho já foi discutida anteriormente, no caso dos trabalhadores que chegaram a CG para trabalhar na fábrica, e serve também como suporte para a discussão desenvolvida aqui.

A fala de José reforça a ideia de que havia uma rede de contatos que divulgava notícias sobre terras e trabalhos disponíveis. Segundo ele, a chegada de novas pessoas se dava através de parentes, que mandavam buscar seus familiares para mudar-se para Magé. José contou um episódio no qual um senhor viu sua grande produção de arroz e entusiasmou-se com a produtividade daquelas terras. Este fato motivou este senhor a buscar sua família para mudar-se para o local. Quando perguntado sobre como havia chegado à CS, José disse: “Ah, um vem e compra, aí vai dando notícia. Daí a pouco tá cheio de gente.”⁶²

Parece não haver uma reflexão destes sujeitos sobre a chegada de novas pessoas vindas de diferentes lugares para aquelas terras. Para eles, parece natural a chegada de novas famílias para viver nas e das terras desocupadas.

A história da chegada de José é ilustrativa deste conjunto de pessoas que se mudaram para esta região. Em 1962, ele e sua família deixaram o estado da Paraíba rumo ao Rio de Janeiro.⁶³ Nos primeiros meses em terras fluminenses, moraram em Duque de Caxias, município da região metropolitana do estado, que faz limite com Magé. Alguns meses após a chegada, já viviam em Conceição de Suruí, no mesmo local onde José vive hoje. Em 1962 não havia muitas pessoas em Conceição e José foi um dos primeiros *posseiros* destas terras. Escolhido o lugar onde se instalaria com sua família, José conta quais foram os passos seguintes:

[...] nós roçamos durante quatro dias, no de cinco fizemos uma picada, aí arrumamos um moço que morava ali do lado, chamado... falecido Moreno, aí o Moreno sabia armar a barraca, armou tudo, botou a madeira, fizemos o barraco grande, arrancamos o sapê fora [...], tampamos, barreamos o barraco, quando tava pronto, a gente foi em Caxias. Lá em Campos Elíseos tem uma

⁶¹ Nessa época, também chegou a Magé um grupo de japoneses, vindos de São Paulo, como disseram alguns entrevistados. Ao contrário de grande parte dos brasileiros, eles já traziam tratores e até financiamento ou a certeza de comercialização de seus produtos através da CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia). Contudo, as entrevistas não trouxeram dados que permitissem explorar esta questão.

⁶² Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

⁶³ José já havia deixado o estado da Paraíba antes. Ele já havia morado no Rio de Janeiro e em Brasília, na área urbana. Em 1962, ele retornou a Paraíba para buscar sua família para viver com ele no Rio de Janeiro.

família. Arrumamos lá um caminhãozinho velho e botamos todo mundo dentro, igual carrega bode. Aí saltamos no rio Escavaleiro e viemos a pé, tudo de trouxa na cabeça. Não tinha muita coisa, não, que a gente tinha chegado tinha sete meses em janeiro do norte, nordeste, aliás [...]. Aí começamos a fazer fumaça, cozinhar feijão, coisa e tal, a gente tinha derrubado só o lugar do barraco, por baixo tava tudo roçado. A gente chegou, todo mundo armou as camas com pedaço de pau, compramos umas dez esteiras pra quem não tinha lugar pra dormir, piso de chão batido, sentado lá, arrumamos seis machadinhos num dia só. Aí começou a derrubar pau. Aí pá, pá, pum, pá, pá, pum!⁶⁴

José fala sobre as pessoas que já estavam instaladas em CS no momento da sua chegada e sobre a relação delas com as pessoas que se diziam proprietárias da área naquele momento:

Marco: Essa terra foi ocupada junta, tanto a América Fabril quanto a Conceição de Suruí, em 62?

José: O primeiro que ocupou aqui, você viu que morreu aqui, mês passado, um vizinho meu do outro lado, que hoje mora, o dono é um japonês, Alair Rodrigues da Silva. Ele era um *posseiro*. Mas ele não entrou na briga com a gente, era um crocodilo. Porque ele entrou pra dar a terça, 30% que se dizia dono. Então ele colhia, digamos que ele tinha que dar cinco sacos de arroz, ele botava dois no burro e ia dar lá na porta da fazenda.

Marco: Ele dava pra quem?

José: Pra quem se dizia dono da terra. Pra não mexer com ele.

Marco: De Conceição de Suruí?

José: É. Pra dizer que ele era bonzinho com o patrão, não mexer com ele. E o outro tava muito velhinho, doente, morava aí.

Marco: Quem?

José: O Manuel do Nascimento. Ele dizia que o doutor Julio tinha dado a terra pra ele. Então nós tinha desses aí, chamava pra se juntar...⁶⁵

O discurso de José remete a outra forma pela qual as pessoas chegaram à região. José conta que, quando chegou a CS, só havia dois moradores na área, mas eles haviam sido colocados lá pelo *grileiro*. Trata-se dos casos de pessoas que chegaram a CS trazidos de Minas Gerais, como Henrique e sua esposa, que chegaram a CS no início dos anos 1960. O tio de Henrique já morava em Magé e dizia que aqui se produzia bem, motivo que incentivou a família de Henrique a mudar-se.

A esposa de Henrique contou que ficou um pouco assustada quando chegou onde mora atualmente. Disse que achava estar vindo de Minas para morar em algum lugar desenvolvido, mas quando chegou aqui não havia ninguém morando próximo de sua casa. Ela fez questão de deixar claro que ela e sua família chegaram à região através de um convite do Camilo, suposto proprietário das terras. A ênfase nesta fala deu-se para se opor as outras pessoas que chegaram à região, segundo ela, os *invasores*. É assim que ela e seu marido se referem à família de José, por exemplo. Eles disseram que, de repente, um dia viram uma família de *paraibas* morando em uma área que supostamente pertencia à fazenda de Camilo. Perguntados sobre o que Camilo fez com os *invasores*, eles disseram que ele foi até lá conversar com eles e pedir que saíssem, mas os *paraibas* o ameaçaram e disseram que ficariam ali, pois aquelas terras não tinham dono. Perguntados sobre o que aconteceu depois,

⁶⁴ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

⁶⁵ Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.

eles disseram que nada, pois Camilo, um senhor de idade já avançada, ficou com medo e preferiu deixar a situação como estava.

A fala anterior de José sobre um *posseiro* que dava parte da sua produção ao suposto dono da fazenda para evitar um enfrentamento com ele mostra que não foi só de enfrentamento a relação entre *posseiros* e *grileiros*, mas que estratégias foram desenvolvidas pelos *posseiros* para evitar uma tentativa de despejo por parte do *grileiro*.

Os entrevistados quando relatam a chegada naquelas terras, em geral, tentam mostrar como foi difícil a ocupação daquela área. Contam que, quando chegaram à região a ser ocupada, aquelas terras eram relativamente desertas, pantanosas e cobertas de mato alto. Ressaltam o papel de desbravadores que tiveram ao se instalar naquela região – “Nós abrimos tudo no peito: estradas...”.⁶⁶ Outro entrevistado disse que no início dos anos 1960, período mais intenso de ocupação na região: “era uma mata, um deserto. Só mesmo um trabalhador rural teria coragem de entrar aqui.”⁶⁷ Neste trecho identifica-se a imagem do trabalhador rural com o desbravador, uma valorização que pode justificar o mérito deles de ficarem naquela região, já que, como disseram, ninguém mais teria coragem de acessar aquela área naquelas condições.

José conta que os *grileiros* começaram a aparecer após os trabalhadores rurais abrirem os caminhos para cavalo: “Aqui não tinha estrada, não tinha nada, fizemos no braço. Até o trilho do burro pra tirar produção foi feito no braço, fizemos tudo no braço.”⁶⁸

Silveira-Lindoso identificou o momento de chegada de diversas pessoas na região como o período da “invasão” de Cachoeira Grande.⁶⁹ O que caracteriza o momento da invasão é sua situação deflagradora e o caráter *ilegítimo* do processo, quando se entra no que supostamente é propriedade do outro e assim se opera alheio ao que é tradicionalmente aceito como lei. Neste momento, ocorre a participação de *jagunços*, que desaparecerão logo depois, e também se utiliza a justificativa de a América Fabril nunca ter provado a propriedade da área como justificativa ao “desrespeito” à lei.

Depois, quando o trabalho já tiver legitimado a ‘invasão’ a figura muda: aí se a Companhia conseguir provar que tem os documentos ou ganhar a causa, os lavradores terão que ser indenizados de alguma maneira pela riqueza já criada por seu trabalho naquela terra, as *benfeitorias* (casa, plantações, fruteiras, etc.). (SILVEIRA-LINDOSO, 1983, p. 44).

Foi recorrente nas entrevistas referências à chegada de um grande número de capixabas na região. A partir da segunda metade da década de 1950, iniciou-se uma queda dos preços internacionais do café. Isto levou o governo federal a empreender uma política de erradicação dos plantios de café. Esta ação teria provocado o êxodo de um número significativo da população capixaba que vivia no campo e dependia do trabalho na lavoura cafeeira.

A transformação da estrutura do sistema produtivo, tendo como eixo principal a crise da cafeicultura, constitui um dos principais determinantes do êxodo que drenou a população rural. Os problemas do setor cafeeiro que eclodiram nos meados do século, as baixas do preço do café e as medidas tomadas pelo Governo para solucionar a crise, constituíram o motor que desmontou a estrutura agrária que foi a base da economia do Estado por mais de um século. Um intenso êxodo rural se seguiu, durante as décadas de 1960

⁶⁶Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

⁶⁷Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

⁶⁸Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

⁶⁹A autora identifica as glebas América Fabril e Conceição de Suruí como Cachoeira Grande.

e 1970, uma vez que a desestruturação do modelo vigente teve como principal consequência a expulsão da mão-de-obra rural. (CASTIGLIONI, 2009).

A crise cafeeira no Espírito Santo como motivadora da mudança dos trabalhadores daquele estado para outros locais, como Magé, aparece nas entrevistas. É o caso de Fernando França, que chegou ao Rio de Janeiro com 22 anos, provavelmente em 1938, como indicam os dados da entrevista. Fernando era colono no Espírito Santo e plantava café como *meeiro*. Deixou o estado porque o preço do café diminuiu. Primeiro, foi para Duque de Caxias e depois para o Rio em busca de trabalho, mas “aquele movimento” não o agradou. Logo soube de Cachoeira Grande e mudou-se para lá.⁷⁰ Provavelmente ele foi para CG para trabalhar na fábrica e não para ocupar terras.

Outro caso de um entrevistado com origem capixaba é Joaquim. Seu pai chegou a Magé em 1967 vindo do Espírito Santo, onde era colono, e foi morar na gleba AF. Assim como em outros casos, a família de Joaquim também só foi para Magé a partir de informações de outras pessoas sobre terras disponíveis naquela região. Ele conta que já havia colegas, conhecidos do seu pai naquela região, por isso foram para lá:

Nós viemos... Na verdade o papai veio para morar com uma sogra dele que já tinha uma propriedade do outro lado [gleba AF] [...]. Então, nós fomos morar com a sogra do papai. Daí começou toda uma luta, não é? Meu pai trabalhando, nós trabalhando junto para ter um pedaço de chão, um pedaço de terra. Naquela ocasião, foi uma luta muito árdua para o velho, para poder ele adquirir um pedacinho de terra, porque aí fomos trabalhando...⁷¹

Joaquim diz que as pessoas que viviam na gleba AF eram *posseiros* e estavam lá sem a autorização da fábrica. Para o pai dele, foi difícil conseguir um pedaço de terra, pois todos aqueles que moravam ali, apesar de não serem os proprietários definitivos, já tinham demarcado os seus pedaços de terra. Por isso, no início, seu pai trabalhou como *meeiro* da sogra. Depois conseguiu *comprar uma posse* do outro lado (assentamento CG). “Aí começamos toda aquela luta, ele trabalhando na posse dele, nós plantando.”⁷²

A fala de Joaquim traz dados que complexificam as relações sociais existentes nas áreas estudadas. Se no momento da luta pela terra a identidade de *posseiro* é importante para se opor aos *grileiros*, em outras situações e contextos, os sujeitos podem ser caracterizados por outras categorias, conforme as relações de trabalho que desenvolvem, como *meeiros* e *parceiros*.

Na época em que ocorreu a chegada de *posseiros* vindos de diferentes lugares a partir dos anos 1950, já estavam instalados na fazenda CG diversos operários da fábrica, entre eles Alberto. Por conta disso, Alberto fala sobre a ocupação da gleba AF, a qual pôde observar de onde morava, em CG. Alberto conta que a América Fabril tomava conta de toda a área de Cachoeira Grande. Ele explica que dois anos antes de se casar (seu casamento foi em 1962), começou o movimento de invasão das terras da “parte do Incra” (gleba AF). Ele conta que um grande número de pessoas de fora foi chegando e invadindo⁷³ as terras e, por conta dessa

⁷⁰ Entrevista com Fernando concedida a LSM no dia 02/05/2001.

⁷¹ Entrevista com Joaquim concedida a LSM no dia 13/06/2001.

⁷² Entrevista com Joaquim concedida a LSM no dia 13/06/2001.

⁷³ José disse: “Porque o pessoal tem um negócio de falar invasão, e diz que se invade uma coisa quando tá pronto pra comer ou beber, você bota essa mesa aqui cheia de salgadinho... Aí o dono, que tá acomodando, tem muita gente, principalmente, diz: “espera a hora, que a gente vai anunciar, todo mundo tem a participação, de comer o bolo”. Daí a pouco nego invade, tem a invasão. Isso é invasão; mas a terra não. A terra é ocupada pra fazer dar fruto.” Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.

invasão, houve muita briga, muita morte. Alberto se lembra que pessoas desconhecidas chegavam e pegavam seu pedaço de terra, não poupando nem mesmo as terras com lavoura dos funcionários da fábrica que ficavam na GAF.

Ele disse que, como estas terras não eram da América Fabril, ela não teve como impedir a ocupação, apesar de ter tentado. Alberto contou que a AF chegou a expulsar as pessoas que invadiam as terras, mas elas retornavam em seguida. Essa disputa gerou muitos conflitos, que só se encerraram quando as autoridades intervieram, através do Incra, já nos anos 1970. Alberto falou que poucos funcionários da fábrica moravam nas terras da gleba AF. Em geral, aquela área era local de lavoura. Eles moravam mesmo na área do atual assentamento CG, pois a maioria trabalhava na fábrica. O discurso de Alberto dá uma dimensão do que parece ter significado a ocupação daquelas terras no final dos anos 1950 e início dos anos 1960.⁷⁴

Perguntado sobre o processo de ocupação das terras por posseiros, Fernando diz que as pessoas chegavam à área e invadiram. Tratava-se do “pessoal de fora”, que chegou e “invadiu” as terras da fábrica. Ele se refere às duas áreas, a desapropriada pelo Incra (gleba AF) e a desapropriada pelo governo do estado do Rio (fazenda CG). Fernando conta como a fábrica reagiu diante destas ocupações: “[...] primeiramente a Companhia botou policiamento aí para vigiar, para ninguém entrar. Aí veio outro policiamento mais alto que aquele e botou o pessoal para correr. Aí o pessoal entrou, mais de 500 pessoas...”⁷⁵

Manoel Ferreira diz que as pessoas chegavam e logo iniciavam plantação. Algumas vezes, estas pessoas foram hostilizadas pela polícia e pelo pelotão do Exército, que atuavam com o objetivo de inibir a instalação destas pessoas nas terras ocupadas. Com o tempo, depois que ocuparam a área que posteriormente foi desapropriada pelo Incra, eles começaram a ocupar a área que mais tarde se transformou no assentamento Cachoeira Grande.

Fernando, como administrador da área rural da CAF, dizia que avisava à fábrica que havia pessoas invadindo as terras e não se intimidava com a chegada dessas pessoas:

Eu ainda tinha peito de entrar no meio deles, com revólver na cintura, aquela coisa, não é? [trecho inaudível] Eu tinha que andar armado. Chegava aquela turma de Minas, de mineiro para trabalhar comigo, como é que eu ia fazer? Eu tinha que andar armado. [trecho inaudível] Nunca me dei mal. O resto que trabalhava aí comigo é tudo mal falado até hoje aí. Administrador igual eu é difícil...⁷⁶

Este trecho revela não só a auto-valorização no discurso do entrevistado, mas também dá indícios de uma possível intimidação que ele exercia sobre os demais trabalhadores.

Se em um primeiro momento, nos anos 1950 e início dos 1960, a ocupação de terras parece ter sido a principal forma das pessoas conseguirem um lote em CS e AF, nos anos seguintes a *compra da posse* parece ter sido a prática mais comum de acesso à terra pelos trabalhadores. Esse foi o caso de Ricardo. Ele explica que *comprar a posse* ou *comprar o direito* significava comprar as benfeitorias que havia na terra e não a terra em si. Ricardo disse: “[...] quando a gente veio para cá era *direito*, você comprava o pé de planta que tinha ali, o pé de manga, o pé de banana, igual eu comprei na época, mas não era terra que a gente comprava”.

Ricardo, entretanto, só após efetivar a compra soube que *comprou o direito* e não a terra. Ele disse que esta situação também aconteceu com outras pessoas. Foi a partir das

⁷⁴ Entrevista com Alberto concedida a LSM no dia 03/05/2001.

⁷⁵ Entrevista com Fernando concedida a LSM no dia 02/05/2001.

⁷⁶ Entrevista com Fernando concedida a LSM no dia 02/05/2001.

investidas dos *grileiros* para conseguir as terras onde morava e trabalhava que Ricardo descobriu que as terras não eram suas.

A história de Ricardo sobre como soube das terras disponíveis para comprar o direito é interessante na medida em que mostra como a informação sobre terras disponíveis passava por uma rede de relações pessoais. Ricardo frequentava uma das cachoeiras em Cachoeira Grande e, um dia, numa conversa com um rapaz que conheceu ali, soube que alguém estava querendo vender um sítio. Esse homem vendeu para Ricardo um pedaço de terra que não lhe pertencia, o que provocou um conflito com o outro vizinho, donos dessa terra.

Ricardo contou que as casas eram todas de estuque.⁷⁷ Para construir sua casa, Ricardo foi na mata tirar madeira para este fim. Enquanto ele e sua esposa cortavam a madeira, o vizinho chegou com uma foice na mão questionando-o sobre o corte da madeira. Argumentando que aquilo não era dele, mostrou-lhe os limites e assim ele interrompeu a atividade. Ricardo foi conversar com o homem que lhe vendeu a terra e combinaram que ele lhe devolveria parte do dinheiro, o que não foi cumprido. Depois disso, Ricardo construiu seu “barraquinho”. Ele disse que mora em Conceição há 40 anos. Ricardo falou que na época dizia-se que Camilo era o dono da terra e conta que, quando chegou a Conceição, já encontrou José, Luiz (Luizão), Nascimento, Juca e Alair. Alguns deles trabalhavam para Julio como *parceiros*.⁷⁸

A *compra do direito* de posse foi utilizada por um dos entrevistados como uma forma de se diferenciar daqueles que haviam ocupado as terras. Sérgio disse que quando chegou à CG, em 1960, já havia muita gente na região. Ele explicou que nunca ocupou terra porque gosta de ter o direito na sua mão. Com isso, ele pareceu querer mostrar que aquele que ocupava terra não tinha necessariamente o direito de nela permanecer, pelo menos não na mesma medida que aquele que *comprava o direito*. Perguntado sobre o que é comprar direito, ele disse: “Direito é a pessoa que ocupava, a pessoa que tinha a sua posse da terra, né, e pegava e vendia o direito [trecho inaudível], suas benfeitorias, né, suas bananas, suas canas, seu barraco.”⁷⁹

1.4.4 O “companheiro dos trabalhadores”: o papel de Tenório Cavalcanti nas ocupações de terra

No processo de ocupação desta região, um personagem parece ter sido importante. Trata-se de Tenório Cavalcanti.⁸⁰ Influente político fluminense da época, Tenório construiu

⁷⁷ José explica que casa de estuque é casa de pau-a-pique. A casa de estuque era feita de madeira e barro. Ele disse: “amassa no pé e chuta na mão”. José se lembra que as casas dos *posseiros* em CS e CG eram quase todas feitas de estuque e cobertas de sapê. Entrevista com José concedida a MAT no dia 12/07/2011.

⁷⁸ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

⁷⁹ Entrevista com Sérgio concedida a MAT no dia 30/07/2010.

⁸⁰ Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque elegeu-se vereador em 1936 pela União Progressista Fluminense (UPF), representando Caxias e, durante os anos 1930 e até o fim do Estado Novo, atuou como oposição aos governos estadual e federal. Após a queda do Estado Novo, atuou como parlamentar. A conquista de postos eletivos foi importante para consolidar e ampliar sua força política, tendo maior acesso aos recursos do poder e prestígio, assim como tendo maior liberdade de ação em função da imunidade parlamentar. Em 1947, elegeu-se para a Assembléia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Ainda por este partido, ocupou uma cadeira na Câmara Federal nos pleitos de 1950, 1954 e 1958, sendo, nos dois últimos, o deputado federal mais votado do Estado. Em 1960, rompeu com a UDN e candidatou-se ao Governo do novo Estado da Guanabara, criado devido à transferência da Capital Federal para Brasília, pelo Partido Rural Trabalhista (PRT) e com apoio do Partido Social Progressista (PSB), eleições na qual obteve o terceiro lugar. Após dois anos, Tenório candidatou-se pelo Partido Social Trabalhista (PST) ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, obtendo o segundo lugar nas votações. Ao mesmo tempo, candidatou-se à Câmara Federal, sendo reeleito. Nestas eleições, Tenório foi apoiado pelos grupos de esquerda que ajudou a derrotar em 1960 e aos quais sempre combateu. Sua campanha foi desenvolvida nos moldes populares e nacionalistas (GRYNSZPAN, 1987, 1990).

sua liderança política na Baixada Fluminense através do uso da violência e de mecanismos clientelísticos, prestando assistência e segurança.

Além da atividade política, Tenório dedicou-se também às funções de jornalista e advogado. Como jornalista, criou o jornal “Luta Democrática”, em 1954, peça fundamental para ampliar sua área de penetração e legitimar seu discurso através da formação de uma opinião pública favorável. Como advogado, Tenório atuou nos anos 1950 em casos rumorosos⁸¹ (GRYNSZPAN, 1987, 1990).

O vínculo entre Tenório e os lavradores começou a se formar a partir da campanha para o governo fluminense, em 1962. A “Luta Democrática” manteve sua posição favorável aos lavradores após o pleito e a derrota de Tenório. Um grupo ligado ao jornal e ao deputado passou a incentivar e até mesmo promover resistências e ocupações de terras (GRYNSZPAN, 1987, 1990). Tendo se constituído como liderança política a partir da região de Duque de Caxias, sua influência exerceu-se também em Magé, ao que parece.

Silveira-Lindoso diz que aproximadamente no início dos anos 1960 a região circunvizinha a área da América Fabril começou a ser agitada por correligionários do deputado. Eles buscavam ampliar a influência de Tenório no estado, sobretudo na Baixada Fluminense. Para isso, organizavam a ocupação por *posseiros* das terras dominadas pela fábrica e os orientavam sobre como proceder após a ocupação: deveriam limpar a mata e construir um barraco para marcar presença nas terras ocupadas e assim garantir a ocupação.

A aproximação de Tenório das classes populares deve ser entendida no contexto de seu afastamento da UDN, quando empreendeu uma virada política em sua trajetória, mudando de forma radical seu discurso, propostas e alianças. De acordo com Grynszpan:

Num quadro marcado pela polarização e a intensificação dos embates políticos, buscando diversificar e ampliar seu campo de ação alargando, ao mesmo tempo, suas áreas de penetração eleitoral, competindo localmente com setores de esquerda e trabalhistas, embora aproximando-se, no âmbito Federal, do Governo presidido por João Goulart, Tenório adotaria palavras-de-ordem como a da reforma agrária e o combate ao imperialismo, passando a dar suporte a manifestações e movimentos reivindicatórios operários e camponeses (GRYNSZPAN, 1990).

Deve-se deixar claro que, no pré-1964, Tenório estava afastado das forças udenistas às quais esteve ligado por muito tempo e passou a alinhar-se às forças nacionalistas e democráticas. Tenório fez parte da frente que lutou pela posse de Jango e deu respaldo às bandeiras reformistas (BELOCH, 1986). Sua nova posição política tornava-o inimigo do novo governo que se instaurara e por isso fora cassado após o golpe de 1964.

A presença de Tenório em Magé é lembrada por alguns entrevistados. José, antes de mudar-se para CS, havia conseguido um lote de terra através dos homens que trabalhavam para Tenório Cavalcanti. Ele havia conhecido estes homens no município de Duque de Caxias. A manutenção de um corpo de funcionários para atuarem como intermediários locais de Tenório se fez necessária na medida em que o político fluminense se tornou uma figura nacional, o que reduzia as suas oportunidades de um contato prolongado, direto e personalizado com seus clientes. Dessa maneira, os intermediários eram uma forma de garantir a manutenção, o fortalecimento e mesmo a expansão de seus vínculos com sua clientela local (GRYNSZPAN, 1990).

⁸¹ Como o “Crime da Machadinha” e o “Crime do Sacopã”. No primeiro, Araci Abelha era acusada de matar seu marido e no segundo o réu era o tenente Bandeira (GRYNSZPAN, 1987, 1990).

José contou que homens, a mando de Tenório, dividiam os lotes da região para as pessoas que chegavam de diversos lugares do estado e do país.⁸² Num contexto de crescente mobilização, no início da década de 1960, os próprios homens de Tenório ocuparam terras. Segundo Valente (1986), citado por Grynszpan (1990), grupos, a mando de Tenório, primeiro invadiam terras e em seguida traziam *posseiros*. Para esta tarefa, o domínio no uso e na administração da violência e a experiência na constituição de grupos armados foram fundamentais (GRYNSZPAN, 1990). Uma vez que as fazendas eram ocupadas, Tenório, em Brasília, e a “Luta Democrática” começavam a pressionar com o objetivo de obter a desapropriação e entrega destas terras aos camponeses. Grynszpan diz que, concomitante a este trabalho, comissões de *posseiros* eram formadas e levadas por Paulo Valente, primo e antigo secretário particular de Tenório, às autoridades, e manifestações eram promovidas nas cidades, sobretudo em Niterói, então capital do Estado, reivindicando a terra. Quando a desapropriação era obtida, tratava-se de alardear a notícia de que ela se devia ao esforço de Tenório (GRYNSZPAN, 1990).

José disse ainda: “[Tenório Cavalcanti] foi o braço forte de todo mundo aqui. Ajudou os *posseiros* a dar cobertura, que dividiu a terra da América Fabril.”⁸³ José, porém, não quis o lote obtido através de Tenório, pois ele era pequeno e não seria suficiente para abrigar toda a sua família. Foi então que ele rumou para CS, onde havia notícias de terras ociosas.

Outro entrevistado fala sobre o apoio de Tenório Cavalcanti nas ocupações de terras em Magé, especificamente em CG, AF e CS, foi Sérgio. Ele diz que Tenório levava alimento para as pessoas da região; orientava-as como proceder em determinadas ocasiões, como na elaboração de um documento; e ficava do lado do trabalhador quando este sofria pressão para deixar as terras ocupadas. Nas suas palavras: “Tenório foi um grande companheiro nosso.”⁸⁴ Ele conta ainda que os trabalhadores iam até a casa de Tenório em Caixas pedir ajuda quando era necessário.⁸⁵ A fala de Sérgio identifica Tenório como alguém próximo dos trabalhadores de Magé – o termo “companheiro nosso” parece indicar isso. Além disso, o fato de Tenório receber as pessoas em sua residência para lhes oferecer ajuda revela o tipo de relação de proximidade que este político buscou estabelecer com as pessoas. Citando o livro de uma das filhas de Tenório (CAVALCANTI, 1986), Grynszpan (1990) relata que Tenório havia constituído um serviço que funcionava durante todo o dia para receber as pessoas que iam lhe fazer pedidos. Para este trabalho, havia três secretárias e trinta atendentes que segmentavam as pessoas por assuntos como emprego, comida, documentos e problemas familiares.

Para José:

Tenório Cavalcanti, pra nós, trabalhador rural, principalmente do município de Magé, Tenório Cavalcanti, nunca ensinou ninguém a matar, a roubar, foi trabalhador e sempre deu apoio. Tenório sempre falava no grupo: “se precisar matar, eu que vou matar. Vocês que precisam trabalhar, vocês trabalhem. Tem muita boca aberta; primeiro, tem a família de vocês, e segundo a cidade necessita de quem produz, inclusive pra mandar pra cidade”. Tenório, pra nós, deu muito apoio. Durante os primeiros seis meses...⁸⁶

⁸²Neste momento da entrevista, Ricardo, que também participava da entrevista, concordou com José, confirmando a história que ele contava sobre Tenório. Este gesto é ilustrativo da memória dos entrevistados sobre a presença de Tenório em Magé.

⁸³ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

⁸⁴ Entrevista com Sérgio concedida a MAT no dia 30/07/2010.

⁸⁵ Entrevista com Sérgio concedida a MAT no dia 30/07/2010.

⁸⁶ Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

É, em Cachoeira Grande, uma vez por mês chegava um caminhão de mantimento pros trabalhador: carne seca, gordura, feijão, farinha. Depois mandava ver se o pessoal tava trabalhando mesmo. Deu uma força tremenda pra nós. Nós aqui desse lado, de gleba da Conceição de Suruí, tivemos menos apoio. Em Cachoeira Grande teve grande apoio de Tenório Cavalcante.⁸⁷

Ele dava apoio, orientação, coordenação. Não era ele, ele mandava. Tinha um tal de doutor Gerson, ele vinha uma vez por semana. Tinha gente que trabalhava pra ele, coordenando. Tinha sempre um grupo, tinha o grupo dos sete baianos. Dividia a terra e mandava os trabalhos. Era muito bom. Aqui, não. Aqui nós mesmos se dividíamos. Aqui nós, um por si e todos por um.⁸⁸

Deve-se entender a atuação de Tenório junto ao campesinato como uma forma de afirmar-se como uma nova liderança no contexto nacional. Para este objetivo, aproximar-se daqueles que ganhavam destaque como atores importantes na cena política, constituindo-se em legítimo representante e porta-voz deste grupo, parecia ser uma estratégia rentável. “Por isso mesmo, seriam estabelecidos vínculos com as organizações camponesas existentes no Estado, passando Tenório e seu jornal a apoiar, estimular e dar cobertura a ações suas como invasões de terras.” (GRYNSZPAN, 1990, p. 18).

Apesar de manter um corpo de intermediários para atuar nos locais a seu mando, a aparição de Tenório em alguns eventos era uma forma do político marcar sua presença, sempre que possível, no Estado e em manifestações e encontros, intervindo e prestando auxílio em problemas pontuais que surgiam (GRYNSZPAN, 1990).

Alberto conta que a CAF mandava a polícia expulsar os *posseiros* que haviam ocupado as terras da gleba AF e Tenório atuava no sentido de ajudar estes *posseiros* a continuar nas terras, defendendo-os de atos violentos. Leandro também se lembra de Tenório sobre sua atuação em Caxias. Ao ser perguntado sobre o que ele fez na região, ele responde:

A única coisa que ele fez por aqui, ele chegou na América Fabril uma vez e deu uma prensa na América Fabril porque as pessoas trabalhavam e eles omitiam o direito das pessoas, então Tenório Cavalcanti chegou lá em botou uma pressão em cima deles. Isso foi em 64, quando João Goulart teve que abandonar o cargo e sair fora.⁸⁹

Os entrevistados que fazem referência a Tenório são, em sua maioria, aqueles que estão em Magé há mais tempo, pois a atuação de Tenório naquelas terras se deu no início dos anos 1960 e restringiu-se ao apoio no momento de ocupação daquela área por pessoas vindas de diferentes locais do estado e do país. A presença do político fluminense em Magé se encerrou nos primeiros meses de 1964. Isto porque, após o golpe de 1964, em 13 de junho deste ano, Tenório teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos com base no Ato Institucional nº 1⁹⁰. Beloch relata os passos de Tenório após sua cassação:

⁸⁷ A área que José chama de CG é a área da AF. Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

⁸⁸ Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

⁸⁹ Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

⁹⁰ O Ato Institucional nº 1 (AI-1), promulgado no dia 09 de abril de 1964 pela junta militar que representava o Comando Supremo da Revolução, que assumiu o poder após o golpe de 1964, concedeu “[...] ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem ‘atentado’ contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública” (CALICCHIO, s/d). O AI-1 determinava ainda que dentro de dois dias seriam realizadas eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República.

Afastado da cena política, Tenório recolheu-se a seu reduto eleitoral, confinou-se ao ambiente em que florescera como fenômeno político-social. Permaneceu desde então a maior parte do tempo em seu sítio de Gramacho, localidade do município. Manteve contudo os vínculos com a população caxiense, desenvolvendo sua obra filantrópica, a Fundação São José e o Colégio Maria Tenório. A *Luta Democrática* ressentiu-se da marginalização do proprietário e foi declinando, com tiragens cada vez mais reduzidas, até ser arrendada em 1973 a um grupo de jornalistas encabeçado por Raul Azedo. No final de 1977, o jornal esteve a ponto de deixar de circular, sendo editado apenas esporadicamente. Sob nova propriedade, voltou às bancas em 1980 mas não conseguiu recuperar o antigo prestígio. (BELOCH, 1986, p. 60).

CAPÍTULO 2

DA CHEGADA DOS *POSSEIROS* À NÃO EFETIVAÇÃO DA PRIMEIRA DESAPROPRIAÇÃO: A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA NA GLEBA AMÉRICA FABRIL E FAZENDA CONCEIÇÃO DE SURUÍ

Mostrou-se no capítulo anterior que a GAF, FCS e FCG foram ocupadas por diferentes sujeitos oriundos de diversos locais do estado do Rio de Janeiro e do país entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960. Ao mesmo tempo, os supostos proprietários destas terras queriam mantê-las sob seus domínios.

O ano de 1962 é aproximadamente quando se intensifica a ocupação destas terras e quando também se inicia a reação dos posseiros a esta ocupação. Neste momento, a principal liderança é Manoel Ferreira. É ainda o ano de chegada de José a Conceição de Suruí. Ele diz ter sido um dos primeiros ocupantes desta área e possivelmente foi a pessoa que mais se envolveu na luta pela desapropriação da FCS e GAF. Este reconhecimento é compartilhado por José e demais entrevistados. No processo da luta pela desapropriação destas terras, José se tornou a principal liderança local e veio a ocupar cargos de direção no STR de Magé e Fetag-RJ nos anos seguintes. É principalmente a partir de suas entrevistas que se têm dados sobre os primeiros passos da luta pela terra nestes casos. Por isso, é a partir da sua fala que buscarei compreender o início da luta pela terra na GAF e FCS.

2.1 Do início da luta pela terra na gleba América Fabril e fazenda Conceição de Suruí ao primeiro decreto de desapropriação

José chegou a CS em 1962 acompanhado do pai, mãe e cinco irmãos. Uma vez no local, foi procurar um pedaço de terras para ocupar. Ele contou que naquela época só havia mato na região. Seu critério de busca foi um terreno que ficasse próximo a uma fonte de água. Ajudado por um *posseiro* da região, José localizou o terreno que procurava. Nos primeiros dias de ocupação, ele e sua família se dedicaram ao roçado do terreno. Com a terra limpa, o passo seguinte foi construir um “barraco”. Foi só depois que a nova casa de José estava pronta que ele e sua família se mudaram definitivamente para CS.

A recordação de José dos primeiros anos na ocupação é de que foram momentos de muita dificuldade e sofrimento. Ele narra que sua situação só começou a melhorar um ano depois, quando começou a colher os produtos plantados e pôde começar a criar animais.

José conta que foi um dos primeiros ocupantes da FCS. Antes dele, havia poucas pessoas vivendo nesta área. Mas, com o passar dos meses, outras pessoas chegaram e ocuparam as terras disponíveis. As inúmeras ocupações de terras provocaram a reação daqueles que reivindicavam a propriedade da FCS. Segundo José, já nos primeiros momentos após a ocupação se iniciaram as tentativas de intimidação e ameaça dos *posseiros* pelos supostos proprietários (os *grileiros*, como os identificavam os *posseiros*). O episódio narrado a seguir por José mostra como se dava a ação dos *grileiros* neste momento. Diante da ocupação do terreno que alegava pertencer ao seu patrão, o empregado de um *grileiro* agiu na tentativa de intimidar os novos ocupantes:

Lá da fazenda eles [*grileiros*] olhavam de cá: “ih, houve invasão naquele morro ali, olha a fumaça cobrindo”. Aí eu vim matando até aqui embaixo onde tá a minha casa. Aí quando passou um mês encontramos dois caras, um ainda tá lá, velho igual a eu, chama Henrique. [...] Aí ele chegou com uma espingarda de dois canos, carregada, pendurada no braço, e um garruchão desse tamanho, 38, na cinta.

- “Quem é o chefe dessa derrubada aí, coisa e tal?”

- “Por que, meu amigo? Sou eu e meu irmão, meu irmão não tá aí não, tá viajando”. Meu irmão, falecido Manuel.

- “Não pode não, isso aqui é terra do Camilo”.

- “Até onde eu sei, Deus não dividiu terra pra ninguém, nem pra Camilo, nem pra Pedro nem pra Joaquim. A terra é de quem lavra, de quem planta. Agora, o cara lavrou, tá cheio de benfeitoria, aí sim, já sabe o dono, já lavrou a terra, já marcou, mas tudo no mato assim, e eu tô com fome”. Aí gritei o nome da família toda e juntou aquele montão. Tinha os outros que tavam trabalhando. Disse: “vem esses aí também”. Tudo é parente também, tudo é família.

- “Você planta lá?”

- “Planto.”

- “Quem planta mais lá? Seu pai? Pode ficar sossegado. Nós vamos comer a banana aí que já tá colhendo, aipim, se tiver dinheiro a gente compra, nós não vamos invadir sua roça, tenha certeza disso, eu garanto. Agora se quer lavrar também, bota planta igual você, ninguém rouba. Mas tem um dono aí, tem que fazer parceria, pagar terça”.

Eu disse: “olha, primeiro a gente entrou na terra, vai estudar a terra, ver o que a terra dá. Se a terra der aipim, a gente vai plantar; se der banana, a gente vai plantar, se der batata, a gente vai plantar, se der arroz, vamos plantar. Depois que a gente ver, a gente vê isso.”

- “Ah não, mas o senhor tem que ir hoje.”

- “Mas você é pau mandando, eu não sou pau mandado por ninguém.”

- “Eu não sou pau mandado!”

- “O senhor não foi mandado aqui? É pau mandado sim senhor. Eu não sou mandado por ninguém, respeito meu pai aqui embaixo”. (Tá ali ele. “Que negócio é esse?”). Aí o velho ficou só do lado da porta assim, que todo mundo tem medo desses velhos antigos. Ele e outro cara, nem lembro do outro cara. Aí conversamos.

- “O senhor podia marcar, todo sábado o doutor Julio, dono da terra, tá na fazenda, sábado e domingo. Segunda-feira ele é dentista e trabalha em Copacabana no Rio. Mora lá. O senhor ia lá conversar com ele e fazer a parceria.”

Falei: “meu filho, não vou continuar a discussão, você tá me roubando tempo e eu preciso trabalhar. Pra facilitar pra mim e pra você a conversa, você foi mandado pra cá e eu vou te mandar pra lá. Faz o seguinte, espera seu patrão vir no sábado, o senhor fala com o seu patrão, que a mesma distância que tem daqui pra lá tem de lá pra cá, ele vem pra cá e a gente conversa. Eu não vou puxar faca, não vai sair tiro, a não ser que vocês venham igual você tá aí com espingarda e garrucha na cinta, pra me intimidar, eu não gosto de fazer isso não. Se precisar matar, a gente mata, mas é o último caso da vida que o homem deve fazer, nem por dinheiro, nem por nada. Você dá o recado pro seu patrão.” Assinado José Neto, na folha de mato. No papel não dou. Aí ele foi embora. Tudo isso aconteceu em 1962.⁹¹

A ocupação das terras por *posseiros* também provocou a reação da CAF, que se dizia dona daquela área. A fábrica, objetivando banir os novos ocupantes das terras que ela tinha até então sob seu domínio, empreendeu tentativas de despejo. Alguns *posseiros*, entretanto, recusaram-se a deixar a terra ocupada. Era o início de uma resistência que atravessaria a segunda metade da década de 1960 e a primeira de 1970.

Os conflitos por terra gerados a partir da resistência dos *posseiros* às tentativas de despejo realizadas pelos *grileiros* não é particularidade do caso estudado. Analisando a

⁹¹ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

mobilização do campesinato entre os anos 1950 e 1964 no estado do Rio de Janeiro, Grynszpan (1987) mostrou que o despejo ou simplesmente sua ameaça despertou nos lavradores uma reação de luta por suas terras. Este autor explica que o despejo representava não apenas uma ameaça aos lavradores, mas a todo um modo de vida e conjunto de relações sob os quais estavam assentados. Isto porque

a terra não é, para o camponês, um simples local de trabalho e de habitação, mas sim a base para a reprodução de sua condição camponesa e, conseqüentemente de uma série de relações sociais, da família, de valores. Por isso, ele percebe o seu futuro como vinculado à terra, e a decisão de abandoná-la não é um mero cálculo de custos e benefícios (GRYNSZPAN, 1987, p 65).

Com isso, concluiu o autor, a reação aos despejos se tornou uma alternativa dos lavradores para manterem sua condição camponesa, seu vínculo com a terra e também seu sustento e moradia. Contudo, a reação e a revolta só ocorrem, argumenta Grynszpan, na medida em que o despejo seja visto pelos lavradores como uma ação ilegítima, injusta e não inevitável, ocorrendo sob a quebra de autoridade daquele que despeja (GRYNSZPAN, 1987).

No caso estudado, foi a partir da reação dos *posseiros* às tentativas de despejo dos *grileiros* que os conflitos por terra na FCS e GAF tiveram início. Contudo, um dos entrevistados deu outra explicação para a emergência das lutas por terra na GAF. Manoel Ferreira explicou que a gleba AF não era ocupada exclusivamente por *posseiros*, mas também por pessoas colocadas ali pela fábrica. A empresa destinava aquela terra para servir como local de plantio para os seus funcionários – em geral, moradores da fazenda CG, operários ou seus familiares. A produção destas pessoas deveria ser dividida com a AF e a metade pertencente ao lavrador precisava ser vendida para a fábrica pelo preço que ela determinava, como foi explicado no capítulo anterior. Para Manoel Ferreira, esta prática constituía uma exploração do lavrador pela AF. No início dos anos 1960, ele já era presidente da Associação de Lavradores do Município de Magé, organização existente desde os anos 1950 e determinou que ninguém mais pagasse a *meia* para a AF. Este provocou a reação da América Fabril e assim os conflitos na GAF tiveram início.

A explicação de que a emergência da resistência dos *posseiros* para permanecer na terra se deu a partir da reação dos lavradores ao despejo (ou tentativas de despejo) efetuados pelos *grileiros*, porém, é predominante na fala dos entrevistados. Provavelmente houve diversos motivos para o engajamento dos diferentes sujeitos na reação contra o despejo e na luta para permanecer na terra. Uma e outra explicação devem ser consideradas, embora haja a predominância de uma das versões.

Sobre a ação dos *grileiros* na FCS, José disse que ela se caracterizou basicamente por ameaças e intimidação dos *posseiros* no período entre a ocupação e o golpe de 1964. Ele conta, por exemplo, que os *grileiros* andavam armados pela região na tentativa de amedrontar os *posseiros* e diziam aos novos ocupantes que não plantassem naquelas terras porque elas não lhes pertenciam. Os *grileiros* buscavam com isso provocar a saída dos *posseiros* das terras ocupadas.

Já na GAF, a ação da fábrica não se restringiu exclusivamente a ameaças de despejo e intimidações, como na FCS. Neste caso, a *grileira* chegou a empreender pelo menos uma ação de despejo no período de ocupação das terras, decretada pelo juiz de direito da comarca de Magé em ação de reintegração de posse proposta pela CAF. Alguns entrevistados contam que o despejo teria ocorrido por volta de 1962 e foi empreendido com apoio do Exército. Nesta ação, o Exército expulsou vários *posseiros* de suas casas e destruiu suas plantações. Outro entrevistado diz ainda que houve, além da participação do Exército, polícia e milícia privada na execução do despejo.

Quando eu cheguei e vi aquilo: barraco de trabalhador virado de perna pra cima, outros que tinham corrido, outros que estavam teimando ainda, resistindo, aquela briga toda, aquilo me deu uma tristeza no coração. Aquilo foi uma coisa demais. Já tinha arroz, milho plantado, mas derrubaram tudo, cortaram e jogaram tudo no chão. Mas o pessoal não se deixou abater, não correu...⁹²

Outro entrevistado também fala sobre este momento. Ele não participou do movimento de ocupação, mas mudou-se para a GAF através da *compra do direito* antes de 1964. Ele contou que, no dia seguinte à sua chegada, foi a uma reunião na qual se falou sobre os despejos que vinham ocorrendo na região. Até então, ele desconhecia este problema e disse ter reagido com certa surpresa ao que viu: “Quando eu vejo um com um cacete, o outro com um pau e eu não estava acostumado com aquilo. O negócio aqui estava danado.”⁹³

Estes depoimentos revelam o caráter violento dos despejos. Mostram ainda os sujeitos responsáveis pela execução do despejo: policiais, exército e milícia privada (pessoas contratadas pelos *grileiros*).

Diante da ameaça de expulsão ou mesmo após terem sido despejados, um grupo de *posseiros* se organizou para resistir e permanecer na terra ocupada. Ao que parece, esta resistência contou com o apoio da então “Associação de Lavradores do Município de Magé”, organização antecessora do STR de Magé, fundado em junho de 1962. Um dos entrevistados diz que esta associação foi organizada com o apoio dos assessores do Tenório Cavalcanti. Contudo, não há dados que permitam desenvolver esta possível relação.

A referência mais antiga à Associação foi encontrada no jornal *Terra Livre*, edição da primeira quinzena de fevereiro de 1956.⁹⁴ Há na matéria intitulada *Ordem de despejo para 80 famílias camponesas* referência a um núcleo da Associação dos Lavradores Fluminenses em Magé. Recentemente criado, o núcleo era presidido por Manoel Ferreira. A referência ao nome *Associação dos Lavradores do Município de Magé* foi encontrada pela primeira vez na edição do *Terra Livre* de maio de 1961⁹⁵ numa matéria intitulada *Nova Diretoria da Associação dos Lavradores de Magé*. A existência de uma associação de lavradores em Magé é indicativa da existência de tensão social neste território em virtude dos conflitos por terra. Isso porque as associações de lavradores foram fundadas neste momento “[...] sempre em torno da resistência dos *posseiros* à expulsão da terra por parte dos *grileiros* e dirigida pela Associação de Lavradores Fluminense.” (MEDEIROS, s.d., p. 02).

A associação de lavradores foi a primeira forma de organização dos lavradores no estado do Rio de Janeiro e predominou até 1962. Sua origem remonta à Baixada Fluminense, onde foram criados dois polos: um em Nova Iguaçu, a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em 1948, e outro em Duque de Caxias, a Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), fundada em 1952. Ambas visavam defender os trabalhadores dos despejos que vinham ocorrendo na região. As associações formadas no Rio de Janeiro eram constituídas basicamente por posseiros, ator predominante nas lutas pela terra no território fluminense, sobretudo na Baixada (GRYNSZPAN, 1987). As associações de lavradores eram criadas e registradas enquanto entidade civil em cartório. Este recurso parece ter sido uma alternativa dos trabalhadores para formarem sua própria organização já que, de acordo com a legislação vigente, até o início dos anos 1960 apenas empregados⁹⁶ e empregadores poderiam formar sindicatos. “A definição de empregado rural excluía dessa categoria pequenos

⁹² Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

⁹³ Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

⁹⁴ Ano VII – Nº 61. p. 4.

⁹⁵ Ano XII – Nº 99. p. 3.

⁹⁶ Mesmo estes com muita dificuldade, dado o número e o tipo de exigências feitas.

produtores, como arrendatários, *posseiros* e pequenos proprietários.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 114). Assim, aos pequenos produtores rurais era possível apenas participar dos sindicatos dos empregadores rurais junto com os grandes proprietários e arrendatários (GRYNSZPAN, 1987).

Medeiros diz que as associações encaminhavam as lutas dos trabalhadores rurais no cotidiano, organizando a resistência e estabelecendo alianças (MEDEIROS, 1989). Este parece ter sido o papel da Associação de Lavradores do Município de Magé diante da tentativa de despejo empreendida pela CAF. Os entrevistados contam que a reação ao despejo reunia um grande número de pessoas para ir ao Rio de Janeiro, onde pediam às autoridades políticas para intervir no caso. Segundo José, um dos locais visitados na capital fluminense era o Palácio do Ingá, sede do governo do estado do Rio de Janeiro na década de 1960. Isto significa que o interlocutor dos trabalhadores no pedido de intervenção nos despejos era o governo do estado.⁹⁷

Silveira-Lindoso fala que os trabalhadores pressionavam as autoridades por meio de de manifestações públicas, seja no Palácio da Justiça ou cercando a casa do juiz que havia decretado o despejo. “A manifestação exigia a intervenção do governo estadual que gestionou para que o despejo fosse suspenso, havendo nesse momento um primeiro decreto de desapropriação.” (SILVEIRA-LINDOSO, 1983, p. 35). Trata-se do Decreto nº 10.603, de 11 de janeiro de 1963.⁹⁸

Segundo José, a área referida no decreto como Cachoeiras correspondia à GAF. Eles chamavam de “gleba” porque a fazenda CG não foi totalmente desapropriada, mas somente uma parte, a GAF. Esta e Rio do Ouro foram desapropriadas no mesmo decreto porque eram áreas disputadas entre *posseiros* e a AF. Esta disputa, inclusive, foi uma das justificativas para o decreto:

Considerando que as terras econômico-agrícolas localizadas no 6º Distrito do município de Magé e conhecidas sob as denominações de Rio do Ouro e Cachoeiras, instalou-se grave dissídio entre a chegada da Companhia América Fabril, pretensa proprietária das terras em litígio, e centenas de lavradores residentes no local.⁹⁹

Vale notar que o decreto parece assumir a versão dos *posseiros*. É dito também como justificativa para a sua promulgação que havia na região uma “situação de calamidade” gerada devido à iminência do despejo dos lavradores por conta de uma liminar concedida pelo juiz de direito da comarca de Magé, em ação de reintegração de posse proposta pela Companhia América Fabril.

O Decreto foi assinado pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, José de Carvalho Janotti.¹⁰⁰ Nesta época, a desapropriação era uma atribuição da União, dos estados,

⁹⁷ A prática de procurar as autoridades do governo em busca de apoio na luta pela contenção do despejo e pela desapropriação das terras foi presente na ação dos trabalhadores ao longo de toda a década de 1960, 1970 e 1980. Este aspecto será discutido com mais detalhes nos capítulos seguintes.

⁹⁸ O artigo primeiro do Decreto diz: “São declaradas de utilidade pública, de acordo com o artigo 5º letras “c” e “i”, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 11 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para cumprimento do disposto nos itens 6º e 7º do artigo 1º da Lei estadual nº 3.951, de 24 de junho de 1959, para efeito de desapropriação, mediante composição amigável ou judicial, as terras agrícolas das Fazendas Rio do Ouro e Cachoeiras, localizadas no 6º Distrito do Município de Magé.” Diário Oficial – Estado do Rio de Janeiro. Seção I. Ano XXXIII. Niterói. Sábado, 12 de janeiro de 1963. Nº 9.411. p. 1-2.

⁹⁹ Diário Oficial – Estado do Rio de Janeiro. Seção I. Ano XXXIII. Niterói. Sábado, 12 de janeiro de 1963. Nº 9.411. p. 1-2.

¹⁰⁰ Foi governador do estado do Rio de Janeiro entre julho de 1962 e janeiro de 1963. Assumiu o governo em 1962 porque o então governador do estado, Celso Peçanha, deixou o cargo para concorrer ao Senado. Deixou o governo em 1963 para assumir o cargo de ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

dos municípios, do Distrito Federal e dos territórios (MAGALHÃES, 1970, p. 2119 *apud* GRYNSZPAN, 1987). Um governador estadual, portanto, podia desapropriar terras. Este fato é lembrado na enumeração das justificativas que compõe a redação do decreto.

Grynszpan explica que, até 1963, eram basicamente os governos estaduais que buscavam medidas para resolver o problema da questão agrária dentro de seus respectivos territórios. Somente em 1963, com a criação da Supra, o governo federal passou a centralizar as ações referentes à política agrária. Este órgão tinha, entre outras atribuições, planejar, promover e executar a reforma agrária no país (GRYNSZPAN, 1987). Para Grynszpan, essa mudança de eixo da política agrária estava relacionada ao processo de politização da questão agrária no começo dos anos 1960. É neste momento que o movimento camponês ganhou uma feição mais nacional, principalmente a partir do Congresso realizado em Belo Horizonte, em 1961.¹⁰¹

No Rio de Janeiro, para encaminhar as questões concernentes às desapropriações de terras, foi criado, em 1959, o Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado ou, conforme era chamado, Plano de Ação Agrária. Neste momento, o governador do estado era o petebista Roberto Silveira.¹⁰² O Plano buscava agilizar a solução de diversas questões no campo fluminense. Entre elas e principalmente os litígios de terra (GRYNSZPAN, 1987).

Através do Plano de Ação Agrária, entre 1959 e 1962, o governo estadual declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, dezoito imóveis rurais em litígio. Deste total, onze se localizavam na Baixada Fluminense. Em Magé, havia dois: Rio de Ouro e Cachoeiras, exatamente os locais desapropriados pelo decreto 10.603 de 1963.

A pressão sobre as autoridades governamentais feita pelos trabalhadores rurais foi um elemento importante para fazer com que o governo do estado promulgasse o decreto de desapropriação. Sobre estes 18 decretos estaduais, Grynszpan diz: “Ele não era uma concessão, mas sim fruto de resistências, ocupações, manifestações públicas, denúncias em jornais, ameaças de greve e mais uma série de outras formas de pressão.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 197).

Contudo, deve-se considerar que a pressão dos trabalhadores foi facilitada pelo momento político do Rio de Janeiro. Havia no governo uma política voltada para solucionar os problemas dos conflitos de terras, o Plano de Ação Agrária, que criou uma possibilidade de solução para os litígios entre *posseiros* e CAF em Magé. A desapropriação, portanto, não pode ser vista como uma ação exclusiva do Estado nem com uma resposta do Estado às reivindicações dos trabalhadores rurais. É na relação entre estes sujeitos e seu contexto – *posseiros* reivindicando a desapropriação e governo do estado interessado em atuar no campo da questão fundiária – que é possível entender o decreto.

No entanto, embora o decreto externasse a intenção do poder público de entrar em sua posse, como disse Grynszpan, o decreto só se consumaria com o depósito relativo à desapropriação. “O decreto de desapropriação, assim, não representavam, necessariamente, o fim das investidas contra os lavradores. Em alguns casos elas eram temporariamente

¹⁰¹ Convocado pela Ultab, o Congresso Camponês de Belo Horizonte teve a participação de outras forças políticas que atuavam no campo além da Ultab, como as Ligas Camponesas e o Master. Alguns autores consideram este Congresso um marco das lutas no campo devido a dois aspectos que o marcou: “a proposta de reforma agrária radical, ‘na lei ou na marra’, e as divergências entre Francisco Julião e o Partido Comunista Brasileiro, em torno da validade da luta por medidas parciais de reforma agrária.” (MEDEIROS, 1989, p. 56). Esse congresso marcou ainda o reconhecimento político e social da categoria “camponês” como um termo que sintetiza um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo. A presença de importantes autoridades no Congresso, como do então presidente da república, João Goulart, são indicadores do fato político de relevo e da gravidade que a questão agrária assumia (MEDEIROS, 1989).

¹⁰² Foi governador do estado do Rio de Janeiro entre janeiro de 1959 e fevereiro de 1961, quando faleceu em virtude de um acidente de helicóptero.

suspensas. Em outros, porém, as ameaças, violências e despejos persistiam.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 198). Grynszpan afirma que:

A insistente demora na realização do depósito devia-se a causas diversas, que poderiam ir de uma possível falta de empenho real em resolver os problemas, até à falta de recursos. Arthur Pio dos Santos observa que o decreto não obriga o Poder Público a efetivar a desapropriação. Ele pode revogá-lo, deixar que se extinga a sua validade ou desistir da ação. Ele pode lançar mão do decreto apenas para induzir as partes em luta a chegarem a um acordo. (SANTOS, 1982, p. 66-67) No caso específico do estado do Rio, porém, a não efetivação da desapropriação, durante o prazo de vigência do decreto, levava à reprodução de tensão e das lutas (GRYNSZPAN, 1987, p. 199).

No caso do decreto de 1963, para que a desapropriação se efetivasse, alguns entrevistados e documentos apontaram¹⁰³ que o governo deveria, num prazo de até cinco anos, pagar aos supostos proprietário a indenização pela desapropriação. Isto não ocorreu.

Ao que parece, o decreto teria motivado a chegada de novos *posseiros* nas glebas indicadas para desapropriação, vindos de diferentes lugares do estado e do país, interessados em ocupar um pedaço da terra que estaria sendo desapropriada, para trabalhar e morar. Manoel Ferreira conta que, neste grupo de migrantes, havia gente de todo o tipo: operários, policiais, negociantes, aventureiros. Silveira-Lindoso também fala sobre este fato. A autora diz que a grande maioria das pessoas presentes em Cachoeira Grande, no momento em que ela desenvolveu a pesquisa, chegou após o primeiro decreto de desapropriação, ocorrido em 1963.

Grynszpan explica, para o contexto do estado do Rio de Janeiro, que o decreto de desapropriação impulsionava a chegada de novos ocupantes nas terras desapropriadas porque, quanto mais famílias entrassem antes de se dar a colonização, mais famílias poderiam obter a desapropriação. Para ele, umas das razões para esta chegada de novos lavradores após o decreto “[...] residiria no fato de que, ao decretar a desapropriação de uma área, o Governo aprofundava a deslegitimação das pretensões e do controle dos grileiros sobre ela. Desta forma, abria-se a brecha para a entrada de novos lavradores.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 201).

O decreto de 1963, embora representasse uma vitória dos *posseiros* de CG, não encerrou a contenda na GAF. José contou que, mesmo após o decreto, a fábrica tentou despejar os *posseiros*. Algumas dessas tentativas de despejo se deram com o apoio do juiz de Magé e por influência do advogado da fábrica. Na FCS, as tentativas de despejo nunca cessaram.

O momento em que ocorreu o decreto foi também um período em que o movimento sindical dos trabalhadores rurais começava a se conformar. Nos anos seguintes, o apoio do movimento sindical (Fetag-RJ e Contag) à luta dos trabalhadores rurais das glebas AF e CS foi central no andamento da luta pela desapropriação destas terras, como os entrevistados ressaltaram. Foi recorrente na fala de alguns entrevistados a referência ao MSTR como grande apoiador dos trabalhadores rurais nesta luta. Um deles chegou a dizer que só o sindicato e a federação os apoiaram neste conflito.¹⁰⁴ Por isso, na seção seguinte, será discutido de forma breve o contexto e os principais fatos que marcaram o momento de conformação da estrutura sindical dos trabalhadores rurais no Brasil.

2.2 A formação do movimento sindical dos trabalhadores rurais no início dos anos 1960

¹⁰³ Ofício da Fetag-RJ (OF. Nº 180/DA/71) para José Francisco da Silva (presidente da Contag) – 06/05/1971.

¹⁰⁴ Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

O momento em que ocorreu o decreto de 1963 foi particularmente importante para os movimentos sociais no campo. Foi principalmente no início dos anos 1960 que a mobilização do campesinato se intensificou e ganhou novos contornos. Notícias de resistências dos trabalhadores rurais, muitas delas bem sucedidas, surgiam em diversas regiões do Brasil, ao mesmo tempo em que se intensificava a violência dos proprietários rurais, principalmente sobre as lideranças mais expressivas dos trabalhadores rurais. (MEDEIROS, 1989).

Em diversos locais do país ocorriam intensos conflitos por terra nos anos 1960, muitos deles com origem na década anterior. É o caso do estado do Maranhão, na região dos vales do Itapecuru, Pindaré e Mearim; Paraíba, na região de Sapé; Pernambuco, na região do Agreste/Mata; Bahia, na zona de cacau; Minas Gerais, no Triângulo Mineiro e no Vale do Rio Doce; São Paulo, em diversas áreas do estado; Rio Grande do Sul, com os acampamentos do Master; no Paraná, em Porecatu, Francisco Beltrão e Pato Branco; e em Goiás, em Formoso, Trombas e Pires do Sul. Em geral, os conflitos se davam em torno da questão da luta pela terra, por melhores salários e leis trabalhistas, pela não elevação da taxa de arrendamento e resistência de arrendatários à expulsão.¹⁰⁵

Em relação ao estado do Rio de Janeiro, Grynszpan (1987) caracterizou a situação no campo fluminense no início dos anos 1960 como um “barril de pólvora prestes a explodir”. Para ele, a partir de 1963 ocorrem uma intensificação das lutas no campo neste estado, ao mesmo tempo em que se intensifica e ganha uma articulação maior a ação contrária dos proprietários de terras. Junto a isso, a atitude rígida assumida pelo Judiciário fluminense, com alguns juízes dispensando um tratamento hostil aos lavradores¹⁰⁶ e a permanente indefinição das desapropriações realizadas pelo estado agravou ainda mais a situação dos conflitos. Com isso, um clima de tensão permanente permeava o campo fluminense nestes anos (GRYNSZPAN, 1987).

É neste contexto que, em 1962, deu-se a regulamentação da sindicalização rural, através das Portarias nº 209-A/25 e 355-A do Ministério do Trabalho (RICCI, 1999). A partir de então, iniciou-se a elaboração de planos para transformar as associações de lavradores em sindicatos de trabalhadores rurais.¹⁰⁷

Neste momento, já havia em Magé a Associação de Lavradores. Há duas datas diferentes para a fundação do sindicato neste município. A mais antiga é de junho de 1962, antes mesmo da lei que regulamentava a sindicalização rural. A referência a esta data foi localizada na Ata da Assembléia de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Magé, documento consultado na própria sede do sindicato. Consta na ata que um das primeiras ações da diretoria eleita deveria ser providenciar o reconhecimento deste sindicato junto ao Ministério do Trabalho.

A fala de um dos participantes da assembléia revela, em parte, o papel atribuído à organização sindical naquele momento. Ele diz que “[...] só com a união os lavradores poderão reivindicar dos poderes públicos todos os seus direitos”.

A referência à segunda data de fundação do sindicato foi localizada no jornal *Terra Livre*. Em edição de janeiro de 1963,¹⁰⁸ a matéria *Mais um Sindicato Rural do Rio* diz que através de uma assembléia realizada no dia 25 de novembro de 1962, a Associação dos

¹⁰⁵ Para maiores detalhes, ver, entre outros, Medeiros (1989), Cunha (1994), Silva (2006), Welch (2010).

¹⁰⁶ Esse tratamento se dava através da execução de ações de despejos ou por meio do enquadramento de lideranças camponesas na Lei de Segurança Nacional (GRYNSZPAN, 1987).

¹⁰⁷ O Sindicato de Empregados Rurais de Campos foi fundado em 1938 e reconhecido como órgão sindical em 1945. Ele garantia a sindicalização aos trabalhadores assalariados na agricultura.

¹⁰⁸ Ano XIV – Nº 118. p. 6.

Lavradores e Trabalhadores Rurais de Magé foi transformada em Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de acordo com a regulamentação da sindicalização rural então recém-instituída.¹⁰⁹

Vale destacar que nenhum dos membros da diretoria eleita na fundação do sindicato em junho de 1962 fazia parte na diretoria do sindicato fundado em novembro de 1962. Atualmente, é a ata de fundação do sindicato em 1962 que está arquivada no STR de Magé e na Fetag-RJ.¹¹⁰

É possível que tenha existido a fundação de dois sindicatos. Contudo, uma das exigências da legislação sindical de 1962 era de que só seria permitida a existência de um sindicato por categoria por município. Com isso, só continuou a existir o sindicato que obteve a carta sindical.

Neste momento, havia diferentes forças que atuavam no campo e agiam no sentido de conseguir a carta sindical o mais rápido possível, seja através do encaminhamento da documentação necessária ao Ministério do Trabalho ou por meio de barganhas no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (Consir), criada pelo governo federal em 1963 (MEDEIROS, 1989; COSTA, 1996; RICCI, 1999 *apud* BARCELLOS, 2008). No Rio de Janeiro, as principais forças políticas que atuavam no campo neste momento eram o PCB e grupos ligados à Igreja. O primeiro estava ligado à Falerj e o segundo à Flerj.

Falerj e Flerj foram criadas no fim dos anos 1950 e início dos 1960 com o objetivo de coordenar as lutas no campo fluminense no âmbito estadual. A Falerj foi criada em 1959 após a I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro e agregou as associações de lavradores de âmbito municipal. A Falerj foi criada sobre a base da ALF e posteriormente agregaria a associação de Pedra Lisa, que até então desenvolvia um trabalho paralelo (GRYNSZPAN, 1987). Já a Flerj foi criada em julho de 1960 pelo governo do estado sob o comando de Roberto Silveira e tinha o objetivo de conter o avanço das associações de lavradores e da Falerj. A Flerj parecia reunir, desde sua criação, diversos integrantes que se opunham à linha da Falerj. A Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF) era o mais forte deles. O trabalho em conjunto entre Flerj e FCOF possibilitou a criação de algumas associações de lavradores que se vincularam a Flerj (GRYNSZPAN, 1987).

Com a legislação sindical de 1962, portanto, a atuação destas federações se deu visando formar sindicatos no campo. A disputa era acirrada porque o princípio de unicidade sindical (cada categoria poderia ser representada por apenas um sindicato por município) era extensivo também às entidades de grau superior, como as federações (GRYNSZPAN, 1987).

¹⁰⁹ A diretoria provisória do recém-criado sindicato era composta por Manoel Ferreira (presidente), Waldemar de Souza (secretário), Benício Fonseca (tesoureiro); Adalberto Marques (procurador); José Desidério, José Antonio de Oliveira e Manoel Ferreira Rodrigues Filho (conselho fiscal); e João Inácio da Silva, Raimundo Menagatti, Gesso Chanichorro, Antonio de Azevedo e Onofre Vieira (suplentes). A diretoria eleita pelo sindicato fundado em 02 de junho de 1962 era composta por Orlando Jacinto (presidente), Antonio Firmino (secretário) e Auro Gomes (tesoureiro); Ernestino de Souza Guarino, Honorato Alves e Manoel Carvalho (suplentes da diretoria); Alfredo Barreto, Severino Gangorra e América Pereira (conselho fiscal); Moisés dos Santos, José Pereira e Aprígio José da Silva (suplentes do conselho fiscal).

¹¹⁰ De toda forma, parece que a efervescência das lutas no campo neste momento, e particularmente em Magé, tenha impulsionado os trabalhadores rurais a criar o sindicato. Uma matéria do jornal *Terra Livre* (Ano XIII – Nº 117, p. 6) revela que eram diversos os locais em litígio em Magé no início dos anos 1960. A reportagem intitulada *Posseiros de Magé exigem: “desapropriação é a solução”*, de dezembro de 1962, fala sobre as tentativas de despejos de camponeses com mais de 15 anos de posse da terra em diversas fazendas no 5º Distrito de Magé. São elas: Camarão, Jardim, Santa Fé, Calundú, Morro da Onça, Cruz, morro da Caxeta, Ribeira, Salgado, morro do Coronel, Retiro e Sítio do Cacau. A Falerj estava atuando neste caso, que estava correndo em julgamento. A Falerj indicava como única solução para estes casos a desapropriação das terras e era neste sentido que os advogados dos posseiros conduziram a defesa dos posseiros juntos às autoridades.

Na disputa entre Flerj e Falerj para obter a carta sindical, a última saiu vencedora e em agosto de 1963 foi reconhecida. Em novembro do mesmo ano, em uma manifestação em Niterói, a entidade recebeu a sua carta sindical¹¹¹ (GRYNSZPAN, 1987).

A fundação de sindicatos e o controle da federação eram importantes porque permitiria ao grupo vencedor ampliar o controle sobre a confederação sindical, criada em dezembro de 1963 e reconhecida em janeiro de 1964. A Contag passou a representar os trabalhadores do campo nacionalmente, tendo como seu presidente Lyndolpho Silva e como tesoureiro Nestor Veras, ambos ligados ao PCB. O secretário da entidade foi Sebastião Lourenço de Lima, ligado a Ação Popular (AP).¹¹²

Neste momento, a Contag assumiu dois compromissos básicos: lutar pelo reforço e ampliação dos sindicatos dando unidade ao movimento e também pela efetivação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte (MEDEIROS, 1989). Contudo, com o golpe civil-militar de 1964, o rumo da luta dos trabalhadores do campo e do sindicalismo rural foi alterado.

2.3 O golpe de 1964 e os trabalhadores rurais

O início dos anos 1960 foi um período no qual o apoio do governo federal, do então presidente João Goulart e de setores do Congresso Nacional à causa camponesa se intensificou. A estes políticos interessava obter o apoio da massa de trabalhadores do campo e institucionalizar o movimento camponês que crescia intensamente. Pode-se entender o interesse destes grupos pelo campesinato em parte como resposta à mobilização dos trabalhadores rurais que ganhava força no cenário político nacional. Segundo Grynszpan: “É este movimento que João Goulart vai procurar atrair para a órbita do Estado, promovendo a sua institucionalização e isolando as facções mais arredias.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 195).

Desde a década de 1950 a questão agrária foi reconhecida como um dos problemas brasileiros mais sérios, resultado de um padrão concentrador da propriedade da terra instituído ainda no período colonial. No governo Jango houve um estreito envolvimento do Poder Executivo com a questão agrária. O seu comparecimento ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas organizado pela UItab e ocorrido em 1961 é indicativo deste envolvimento. É ainda no governo Jango que se institui a legislação sindical rural e é criado o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, através do qual direitos trabalhistas básicos existentes na cidade há pelo menos duas décadas foram estendidos ao campo. Nele ocorre a criação da Supra e investiu-se na aprovação de uma reforma agrária pelo Congresso (GRYNSZPAN, www.cpdoc.fgv.br).

A atuação de Jango nas políticas para o mundo rural fazia parte de um conjunto mais amplo de reformas a serem realizadas por seu governo, as chamadas “reformas de base”, denominação que aglutina um conjunto de iniciativas, tais como as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária (FERREIRA, www.cpdoc.fgv.br).

A resistência do Congresso em aprovar as reformas constitucionais propostas por Jango para possibilitar a realização de uma reforma agrária levou-o a anunciar, no dia 13 de março de 1964, num Comício na Central do Brasil, sua intenção de executar uma reforma

¹¹¹ Vale lembrar que “[...] a luta entre grupos ligados à Igreja e setores da esquerda, particularmente o PCB, pelo controle das organizações camponesas no período que antecedeu o golpe de 1964, não foi exclusiva do estado do Rio.” (GRYNSZPAN, 1987, p. 261). Além disso, essa disputa não se deu apenas no meio rural, mas também entre operários.

¹¹² A Ação Popular foi fundada em 1962 e era marcada por uma forte influência do humanismo cristão. O movimento era formado a partir dos membros mais radicalizados das juventudes especializadas, principalmente da Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Estudantil Católica (JEC). Após o golpe civil-militar de 1964, a AP sofreu um processo de esvaziamento e por volta de 1967 assumiu uma postura, marxista-maofista, marcando a radicalização do movimento.

agrária à margem das rodovias, ferrovias e obras públicas. Este anúncio acirrou a tensão entre o governo e grupos opositores e abriu caminho para o golpe de 1964 (GRYNSZPAN, www.cpdoc.fgv.br; SILVA, 2006). Palmeira explicou que “a ‘agitação camponesa’ foi um dos pretextos mais fortemente utilizados pelos organizadores do golpe para, em nome da ameaça ao princípio de propriedade, buscar apoio social ao seu projeto.” (PALMEIRA, 1985, p. 43).

Temendo perder seus privilégios, setores conservadores das elites políticas e empresariais juntaram-se aos militares que, por meio de um golpe, “[...] atentaram e desmantelaram as instituições democráticas.” (FERREIRA, 2004, p. 209). Com o golpe, Jango deixou o país e exilou-se em Montevideu, enquanto milhares de pessoas nas ruas do Rio de Janeiro comemoravam a sua derrocada (REIS, 2008).

O golpe civil-militar de 1964 provocou um refluxo nas lutas dos trabalhadores do campo. As organizações do campesinato sofreram intervenção. Algumas lideranças foram perseguidas, assassinadas e torturadas pelo Exército e por organismos policiais do Estado. Outras fugiram ou se exilaram no exterior, como Lyndolpho Silva, ou no próprio país, como ocorreu com Elizabeth Teixeira, líder das Ligas Camponesas na Paraíba¹¹³ (MEDEIROS, 1989).

No estado do Rio de Janeiro, grande parte dos STRs sofreu intervenção. Segundo Pedro, “[...] veio a revolução e os sindicatos quase que na sua totalidade foram esmagados, tolhidos”.¹¹⁴ Inicialmente, a intervenção não poupou sequer os sindicatos ligados aos Círculos Operários, grupo que apoiou os militares no golpe de 1964, como o STR de São Gonçalo.

José contou que o STR de Magé fechou com o golpe de 1964 e que o presidente do sindicato na época teve que fugir para o sertão do Espírito Santo. Nos arquivos do STR, após a ata da assembléia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Magé realizada em 21 de junho de 1962, o próximo registro disponível é de 27 de julho de 1968 por ocasião de uma assembléia eleitoral. Este intervalo coincide aproximadamente com o período em que José disse que o sindicato ficou fechado: cerca de três anos. Embora a ausência de registro de atas de assembléias não signifique necessariamente a inexistência da atuação sindical neste período, este dado é indicativo de que, por um período, o STR de Magé provavelmente não funcionou normalmente.

Algumas entrevistas indicam que, num primeiro momento, os militares buscaram paralisar os trabalhos nos sindicatos, não distinguindo entre aqueles ligados a grupos de esquerda, sobretudo aos comunistas, daqueles que tinham relação com os Círculos Operários. Posteriormente, em relação ao contexto nacional, houve uma atuação conjunta entre circulistas e militares, como menciona Barcellos (2008), citando Ricci (1999):

depoimentos de lideranças afirmam que a Igreja negociou com o governo federal a manutenção dos STRs, logo após o Golpe Militar. O acordo consistia em unificar os diversos organismos sindicais em uma única base: o Sindicato de Trabalhadores Rurais; manter abertos os STRs, principalmente aqueles sob controle da Igreja e que a Igreja indicasse parte dos interventores (BARCELLOS, 2008, p. 73).

A manutenção da organização sindical se deu porque, “para o regime que se constituía, marcado por uma proposta modernizadora da economia e da sociedade, não se tratava de eliminar o sindicalismo rural, mas sim de lhe dar outra direção, mais condizente com os novos tempos.” (MEDEIROS, 1989, p. 88). Pode-se entender o acordo entre militares

¹¹³ Sobre a repressão política no campo nos anos da ditadura militar, ver Carneiro; Ciocari (2010).

¹¹⁴ Entrevista concedida por Pedro a LSM no dia 26/10/1982.

e os Círculos como parte de uma aliança mais geral entre militares e setores da Igreja Católica que apoiaram o golpe de 1964. Sobre este apoio, Palmeira diz:

A participação da Igreja na articulação do movimento golpista de 1964 iria, paradoxalmente, garantir um certo tipo de continuidade ao sindicalismo rural, que contrasta, em toda a linha, com o que aconteceu com o sindicalismo urbano em 1937 e 1964. Se é verdade que a repressão contra os líderes sindicais e trabalhadores com militância sindical no campo foi, possivelmente, mais contundente que a que atingiu o operariado e outros setores urbanos, atingidos que foram pela intervenção direta do aparelho repressor estatal e pela violência privada dos proprietários, é preciso não esquecer que as entidades sindicais, tidas como ligadas à Igreja, foram, num certo sentido, poupadas. Muitas “intervensões”, embora pouco oficializadas. Mais comuns foram a prisão de diretores e sua substituição por suplentes ou a nomeação de interventores, alguns deles trabalhadores rurais indicados por elementos da Igreja (PALMEIRA, 1985, p. 45).

Foi, portanto, o grupo circulista que conduziu o trabalho de intervenção nos sindicatos e federação, nomeando as Juntas Governamentais que os dirigiriam (MEDEIROS, 1989; BARCELLOS, 2008). A atribuição de indicar as novas direções sindicais no Rio de Janeiro coube ao padre Carvalho, assistente eclesiástico da FCOF. No início de 1965, quando ocorreu a nomeação de interventores,¹¹⁵ Pedro foi solicitado por amigos do Círculo Operário para reabrir a federação¹¹⁶ que estava fechada desde o golpe. Ele aceitou o convite e contou com a colaboração de Luciano e Felipe.¹¹⁷ Luciano se tornou o presidente, Felipe secretário e Pedro tesoureiro da Fetag-RJ.

Vale destacar que Felipe era trabalhador rural de Magé e *posseiro* da GAF. Há poucos dados sobre sua atuação, mas José disse que ele foi muito perseguido durante a ditadura militar e teve que prestar esclarecimentos ao juiz sobre a situação da GAF diversas vezes. De toda forma, o fato de ter alguém de Magé, da GAF, na direção da federação após o golpe indica que havia uma articulação entre as pessoas de Magé e o movimento sindical em âmbito estadual, pelo menos em relação ao grupo que assumiu a direção da federação após o golpe.

Na reabertura da federação, a FCOF foi um apoio central para a Fetag, ajudando-a tanto em relação à orientação de ação, quanto em termos de infraestrutura, cedendo inclusive espaço para o seu funcionamento (BARCELLOS, 2008). Palmeira (1985) explicou que, nos primeiros meses que se seguiram ao golpe, várias lideranças de grupos ligados à Igreja já estavam encaminhando as reivindicações dos trabalhadores e dando prosseguimento ao trabalho de organização sindical. Processo semelhante se encaminhava em sindicatos não ligados à Igreja, embora em menor escala, devido à própria extensão da repressão.

No Rio de Janeiro, o trabalho da Junta Governativa indicada pelo padre Carvalho para a federação parece ter se centrado inicialmente na eleição para a sua diretoria, convocada para 1965 (BARCELLOS, 2008). Luciano diz, entretanto, que esta eleição já tinha “as cartas

¹¹⁵ Os entrevistados referem-se ao grupo nomeado pelo padre Carvalho para assumir a direção da federação no pós-golpe como interventores. Barcellos utiliza a o termo “Junta Governativa”. Neste trabalho, respeitou-se o uso dos termos conforme forem utilizados pelos seus formuladores.

¹¹⁶ Após o golpe civil-militar, as federações que existiam e eram reconhecidas foram transformadas em Federações dos Trabalhadores na Agricultura, conforme orientava uma portaria do Ministério do Trabalho, unificando todas as categorias presentes no campo em uma única entidade. Assim, Falerj transformou-se em Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag-RJ). Também os sindicatos passaram a ter uma denominação única: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, seguidos do nome do município que representavam.

¹¹⁷ Entrevista concedida por Pedro a LSM no dia 26/10/1982.

marcadas”.¹¹⁸ A nova diretoria eleita mantinha a diretoria nomeada pelo padre Carvalho após o golpe.

A primeira etapa do trabalho na federação após as eleições foi basicamente dedicada a reorganizar os sindicatos que estavam fechados, já que alguns de seus dirigentes haviam sido presos ou então estavam foragidos. Pedro conta que a tarefa foi penosa e cheia de dificuldades.¹¹⁹ A reorganização era necessária, pois, como afirmou Medeiros (1984, 1989), os trabalhadores, assustados com a repressão instituída no pós-golpe, afastaram-se dos sindicatos. Era preciso, portanto, novos quadros para compor a direção destas entidades.

A maior atenção ao trabalho de reestruturação dos sindicatos e da federação, contudo, não se desenvolveu somente porque era preciso reorganizar os sindicatos fechados. De acordo com Luciano, o governo os impedia de fazer qualquer tipo de atividade em favor dos trabalhadores rurais. Com isso, restou à federação a preocupação em organizar as entidades sindicais, suas estruturas e parte econômica que estava em dificuldade.¹²⁰ A fala de Luciano indica que o trabalho de reorganização sindical parece ter sido um caminho encontrado pelos dirigentes da Fetag para dar prosseguimento à atuação sindical no estado do Rio no pós-golpe. De toda forma, este trabalho parece ter sido fundamental para a retomada das lutas e das ações políticas do MSTR nos anos seguintes.

Deve-se destacar que Luciano, Pedro e Felipe, nomeados pelo padre Carvalho para a direção da Fetag, antes de serem interventores, eram trabalhadores rurais, os dois primeiros membros de sindicatos, e tinham, portanto, alguma noção sobre experiência das lutas dos trabalhadores rurais e conheciam algumas das reivindicações dos seus companheiros. Luciano fazia parte de um grupo sindical em Barra Mansa no momento do golpe, enquanto Pedro participava das lutas por terra em São Gonçalo. Ambos os grupos, tanto o de Luciano como o de Pedro, eram ligados aos Círculos Operários.

Sendo assim, os dirigentes que deram continuidade aos trabalhos na federação após o golpe não foram pessoas distantes da base e das demandas dos trabalhadores rurais, mas sim parte deles. Por isso, após o golpe, pode-se perceber que houve uma continuidade do trabalho de defesa dos interesses do campesinato na federação e nos sindicatos. Mas se antes predominava a linha de atuação do Partido Comunista, agora era o grupo circulista que tinha a hegemonia no campo fluminense.¹²¹

O golpe de 1964 “[...] atingiu o sindicalismo de esquerda com uma brutalidade particular, quando os militares afastaram os sindicalistas do Partido Comunista da cena política para impor os seus testas-de-ferro.” (SILVA, 2006, p. 275). Em um estudo sobre o sindicalismo dos trabalhadores rurais no estado do Paraná, Silva disse que os comunistas que até então haviam dominado o sindicalismo rural, foram varridos da cena pelos militares e seus postos foram ocupados por militantes cristãos. (SILVA, 2006).

Se antes do golpe militar, os comunistas chegaram a ocupar a posição dominante no campo sindical rural, eles não teriam jamais, nem de longe,

¹¹⁸ Entrevista concedida por Luciano a LSM no dia 09/11/1982.

¹¹⁹ Entrevista concedida por Pedro a LSM no dia 26/10/1982.

¹²⁰ Entrevista concedida por Luciano a LSM no dia 09/11/1982.

¹²¹ Para a FCOF tratava-se de conscientizar o indivíduo para a busca por uma melhor posição na ordem social vigente e, nesse sentido, o sindicato era um instrumento privilegiado de ação, na medida em que sua função consistia na promoção econômica, profissional e cultural dos seus associados. “Assim, dentro desta concepção, a luta sindical era, basicamente uma luta econômica, de defesa do trabalho e dos interesses específicos dos lavradores” (GRYNSZPAN, 1987, p. 290). Para os comunistas, a sociedade se compõe por classes, que se opunham entre si e por isso o centro do seu discurso era o grupo social. Caberia ao grupo, dentro desse projeto, romper com a ordem social vigente. A conscientização dos lavradores se relacionava à quebra da adesão à ordem estabelecida. A atuação do campesinato se dava em um projeto mais amplo de transformação da sociedade e não apenas se restringia ao campo. As organizações camponesas enquanto elementos de participação política teriam um papel central nesse processo (GRYNSZPAN, 1987).

após o processo de exclusão, a força de mobilização empreendedora que experimentaram no meio agrário, no princípio dos anos 60. (SILVA, 2006, p. 288).

O processo de intervenções que se abateu sobre sindicatos e federação não deixou de atingir também a confederação. Após o golpe, a Contag sofreu intervenção do Ministério do Trabalho. Dirigentes comunistas foram alijados dos seus cargos e colocados em seu lugar católicos circulistas. É o caso de José Rotta, que ocupou o cargo de presidente da confederação até 1968 (MEDEIROS, 1989).

Medeiros (1989) avalia a ação dos trabalhadores no pós-golpe. Para a autora, parece que, onde os sindicatos se reestruturaram, suas ações se destinaram basicamente em garantir alguns direitos conquistados pelos trabalhadores no pré-golpe. Em locais onde os conflitos fundiários existiam, quando o sindicato agia, era buscando garantir que os trabalhadores permanecessem na terra, seja através de ações na justiça, seja por meio do pedido de desapropriação da área, com base no Estatuto da Terra. Contudo, uma ressalva é necessária, e ela é feita por Medeiros:

Essas práticas, no entanto, eram extremamente pulverizadas, localizadas e estavam longe de constituir um padrão de ação sindical. A maior parte dos sindicatos existentes no país na segunda metade dos anos 60 não se constituíram em um referencial para as demandas dos trabalhadores. (MEDEIROS, 1989, p. 90).

Embora pulverizada, a mobilização dos trabalhadores do campo não desapareceu. Onde foi possível, a luta permaneceu, mesmo que com novas práticas. Foi o caso das lutas pela terra na GAF e FCS. A permanência da mobilização de alguns trabalhadores rurais, entretanto, não se fez sem ameaças ou perseguições.

José conta que, após o golpe de 1964, a perseguição aos trabalhadores rurais cresceu em Magé. Os despejos passaram a acontecer do dia para a noite e as intimidações aumentaram. Os grileiros passaram a agir com mais intensidade, inclusive com apoio dos policiais, como explicou José, e começaram a despejar os trabalhadores rurais de suas casas mesmo sem mandado do juiz. Os policiais apenas alegavam que os trabalhadores rurais eram *subversivos* ou *comunistas* e isto era suficiente para justificar o despejo.

Os policiais agiam, de acordo com alguns entrevistados, a mando dos *grileiros*, que os pagavam para executar os despejos. Segundo José, era um tempo difícil e por isso era preciso ter cuidado em suas ações, pois qualquer ato podia ser utilizado pela polícia como justificativa para prendê-los e/ou agredi-los.

Estas falas dão materialidade à observação de Palmeira sobre a gravidade da repressão contra os líderes sindicais e trabalhadores com militância sindical no campo, uma vez que foram atingidos pela intervenção direta do aparelho repressor estatal e pela violência privada dos proprietários. O medo de ser despejado, agredido ou mesmo assassinado fez com que inúmeros trabalhadores e suas famílias deixassem a terra ocupada rumo a outro lugar. Outros, por sua vez, resolveram permanecer e lutar pela desapropriação. No tópico a seguir, buscar-se-á trazer alguns elementos para entender este duplo movimento.

2.4 A intensificação da repressão: entre o abandono e a permanência na terra

As entrevistas indicam que ao longo dos anos 1960 não houve apenas a chegada de homens e mulheres vindos de diferentes locais do estado e do país na GAF e FCS. Ao longo da década de 1960 e primeiros anos da de 1970, ocorreu também um movimento migratório de saída de *posseiros* das terras ocupadas. Os entrevistados revelam que este abandono

ocorreu devido à forte pressão que os *posseiros* sofriam dos *grileiros*. A saída é um indício de que a ação dos *grileiros*, pelo menos em parte, foi bem sucedida. Indica também o grau de tensão a que estavam submetidos estes homens e mulheres. Segundo os entrevistados, o abandono da área aconteceu durante todo o período da luta pela terra na região, mas se intensificou nos momentos nos quais a repressão era mais forte, como no pós-golpe de 1964.

Estes dados são importantes na medida em que revelam que não houve uma adesão total dos *posseiros* à luta pela permanência na terra. Esta observação é pertinente, pois, em geral, ao falar sobre a ação dos trabalhadores rurais em luta pela terra, omite-se o fato de que neste processo muitos optam por não resistir.

Em geral, as pesquisas feitas sobre o período da ditadura militar, como é o caso deste trabalho, ressaltam histórias e aspectos dos sujeitos que lutaram e resistiram contra o regime que se instalou. Esta memória se tornou predominante na escrita da história. Considera-se a não-resistência ou o desengajamento político como parte do processo da luta política. Acredita-se que para entender a posição dos que optaram em resistir é fundamental considerar que houve os que decidiram não resistir.

Todavia, não é tarefa simples ter acesso à visão destas pessoas. No caso deste trabalho, não foi possível localizar os que preferiram deixar a terra ocupada. O longo período que separa esta pesquisa dos acontecimentos analisados dificulta ainda mais localizar qualquer personagem desta história.¹²²

Na fala dos entrevistados analisadas neste estudo, a referência ao medo da violência em suas diferentes expressões (agressões, ameaças, destruição de benfeitorias etc.) foi o principal motivo para os trabalhadores deixarem suas casas e fugir da repressão que vinham sofrendo. Um entrevistado relatou, por exemplo, que em 1964, após uma ação do exército, que despejou e queimou as casas de alguns *posseiros*, estes abandonaram a terra ocupada.

Outro entrevistado disse que o clima na GAF era muito “quente”. Ele contou que trabalhava na roça, mas com o perigo de despejo ele voltou a trabalhar na cidade e que, como ele, muita gente partiu. Contudo, eles retornaram depois da desapropriação, que ocorreu em 1972.¹²³

José explica que os *posseiros* partiam porque temiam ser despejados e porque tinham medo da polícia e da violência. O fato de eventualmente aparecer alguém morto gerava ainda mais medo entre as pessoas, que temiam ser a próxima vítima. José diz que só na GAF apareceram três mortos. Ele explica que até hoje ninguém sabe a causa do assassinato destes homens.

José relata que não foi só na GAF e FCS que apareceu gente morta, mas também em outros locais de Magé. Ele conta o caso, por exemplo, de um episódio ocorrido no km 6,5 da estrada Rio-Friburgo, num lugar chamado Cachorro d’Água, onde também havia conflitos de terra. Neste local um homem foi encontrado morto e “ficou quatro dias com o urubu comendo na chuva”, porque a polícia não providenciava o recolhimento do corpo. Os trabalhadores pressionaram a polícia. Contudo, o corpo sumiu e até hoje ninguém sabe o seu paradeiro.

Em geral, antes de partir, os *posseiros* vendiam a terra ocupada para alguém: era a *venda da posse* ou a *venda do direito*, como eles chamavam.¹²⁴ Por conta da situação no local, de tensão e insegurança em relação à permanência na terra, o valor do lote era muito baixo, o que teria sido um atrativo para algumas pessoas.

Um dos lavradores que chegou à GAF dessa forma foi Jessé. Ele *comprou o direito* de um lavrador que foi embora porque estava cansado da insegurança da vida naquela situação,

¹²² Somente uma investigação apurada sobre estes casos poderia trazer mais respostas sobre este movimento de fuga, para além da explicação dada aqui. Contexto político e social e análise da trajetória individual poderiam trazer um rico painel sobre o que motivou as pessoas que optaram em não resistir e sobre seus destinos.

¹²³ Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

¹²⁴ No capítulo um se falou sobre a *compra do direito* ou a *compra da posse* na seção 1.4.3.

com risco de despejo iminente. Ele comprou uma casa na GAF aproximadamente em 1972, depois de um ano e meio que frequentava a região.¹²⁵

A ameaça ou a ocorrência de despejos e/ou atos violentos, entretanto, não provocou a saída de todos os trabalhadores das terras ocupadas. Foi significativo o número de *posseiros* que, junto com suas famílias, permanecerem. Ao que parece, foi principalmente a falta de alternativas de mudança para outro local que fez com que alguns *posseiros* ficassem, mas não foi só isso. Também a concepção de que a ação dos *grileiros* era um ato injusto, pois a terra deveria pertencer a quem nela trabalhava, mobilizou homens e mulheres a não deixar suas posses.

José está entre os trabalhadores que resolveram permanecer na terra. Contudo, mesmo entre a sua família, esta opção não foi consensual. Pelo contrário. José se casou com moça da região, Joana, em 1966. A família de Joana, porém, deixou a terra em que viviam logo depois, após seu pai ter sido ameaçado de morte por um dos *grileiros*. O *grileiro* disse para o pai de Joana que ele era “subversivo” e que por isso ele estaria na “camisa de força” em no máximo uma semana. Diante desta ameaça, ele mudou-se para Piabetá, deixando para trás a casa sem sequer vendê-la. Somente algum tempo depois ele retornou para *vender a posse*. Contudo, o preço de venda foi irrisório: quatro sacas de arroz e duas de milho.

Pais e irmãos de José também deixaram a FCS e mudaram-se para outro local. Com o seu envolvimento na defesa da permanência dos *posseiros* na área que ocuparam, sua família passou a ser alvo de ameaças. Ele relacionou este fato à partida da sua família: ela teria abandonado a terra em CS em busca de um novo lugar para viver, uma vez que se tornou insustentável para eles permanecerem num local no qual eram foco de perseguição e ameaças. O estopim ocorreu após o assassinato de dois dos seus irmãos na região: um foi morto em Rio do Ouro, região próxima a FCS, em 1965, com um tiro na nuca; o outro foi assassinado em Conceição.¹²⁶

Contudo, José permaneceu na terra ocupada. No trecho a seguir, ele fala sobre o porquê de ter optado por ficar em CS e lutar pela permanência na terra ocupada.

Marco: Por que o senhor resolveu ficar?

José: Porque eu digo ó, a minha família nunca correu de rastro de onça, só quando vê a onça. Botei na cabeça que ia ficar aqui. Fiquei aqui, comecei a trabalhar, logo depois eu casei aí mesmo, com uma menina da roça mesmo, vamos fazer 44 anos de casado. Estamos aí. O homem tem que ter coragem, primeira coisa é coragem, muita fé naquilo que ele faz. O cara não pode

¹²⁵ Ele contou que se mudou para o Rio de Janeiro vindo do Espírito Santo após ouvir no rádio que no Rio as pessoas não estavam satisfeitas com a questão da terra e que aqui havia sindicatos. Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

¹²⁶ Em uma das entrevistas, José relatou não saber se foram os *grileiros* que mataram seus irmãos, mas também não se estendeu no assunto. Em outra entrevista, buscou-se explorar a questão da saída da família de José da FCS e da sua permanência, procurando elementos que ajudassem a explicar as motivações para a partida da sua família e para a sua permanência. Foi uma tentativa de fazê-lo falar mais sobre o assunto, em parte silenciado na entrevista anterior. José manteve a explicação de que a principal motivação para a partida da sua família foi o assassinato de dois dos seus irmãos na região. Desta vez, entretanto, ele deixou claro que os assassinatos dos seus irmãos não ocorreram por conta dos conflitos de terras. Na entrevista anterior, apesar de não ter afirmado que os conflitos eram os motivos do assassinato, ele disse: “Eu também tive um problema muito sério, não sei se foi mandado por *grileiro*, eu perdi dois irmãos matado aqui”. Nesta fala ele não descarta a possibilidade de seus irmãos terem sido mortos por *grileiros*. Na nova entrevista, quando perguntado sobre as motivações destes assassinatos e se eles tinham alguma relação com os conflitos de terra, José respondeu que não. Ele explicou que seus irmãos foram assassinados devido a brigas pessoais. Um dos seus irmãos era lutador e foi morto pelo primo, seu competidor, que nunca conseguia vencê-lo. Seu outro irmão era policial e foi morto aparentemente porque teve uma relação com a mulher do assassino. Foi depois da morte de dois membros da família que pais e alguns irmãos de José não quiseram mais ficar na região.

desanimar. Ou, se ele olhar assim, se voltar no meio do caminho, mais nada dele vai pra frente.¹²⁷

Também argumentou que tudo que tinha estava na terra: suas benfeitorias, seu trabalho. E para conseguir isso, ele sofreu muito: permaneceu dois anos após a ocupação plantando e abrindo vala na região. Por isso, ele não aceitava ser despejado sem direito a nada, deixando tudo o que construiu para os *grileiros*.

Mais do que a recusa em perder os bens que conquistou, está presente na fala de José uma concepção de que não considerava justa sua saída da terra ocupada sem direito a nada. Isto porque, depois de ter passado por momentos difíceis, ele conseguiu se estabelecer na terra, construir benfeitorias e produzir alimentos.

Tal qual faz Elias (1995) analisando a trajetória de Mozart, pode-se pensar em que medida a escolha de José foi pessoal e em que medida pode-se encontrar elementos da configuração social que conformaram esta opção. Em última instância, foi de José a decisão de permanecer na terra e lutar por sua desapropriação. O restante da sua família, por exemplo, não fez esta escolha. Apesar disso, é importante refletir sobre as possibilidades que se apresentavam para ele em tal contexto.

Elias mostra que Mozart, assim como todos os músicos profissionais da sua época com empregos permanentes, obedecia a ordens de seus empregadores, que decidiam quando e onde um concerto deveria ser feito e, muitas vezes, o que deveria ser composto. Contudo, Mozart recusava-se a se submeter aos padrões principescos. Ele não se identificava com o *establishment* aristocrático. Um dos seus desejos primordiais era seguir sua própria imaginação.

Sem dúvida, Mozart sabia que sua arte, tal como a via, iria definhando se ele, sob as ordens de pessoas desagradáveis ou mesmo detestáveis, tivesse que criar música para agradá-las, a despeito de seu próprio humor ou de sua afinidade interna com o que lhe fosse encomendado. Embora jovem, sentia claramente que sua energia como compositor se desperdiçaria caso continuasse a se consumir nos confins estreitos da corte de Salzburgo e nas tarefas por ela determinadas, particularmente porque nessa cidade não havia nem mesmo um teatro de ópera, e apenas uma orquestra medíocre (ELIAS, 1995, p. 124-125).

Pode-se dizer que foi essa situação, grosso modo, que formou a vontade de Mozart em deixar a corte de Salzburgo. Assim, em 1781, Mozart rompe com o príncipe-arcebispo de Salzburg e com grande dificuldade obtém sua dispensa. Esse momento “foi o clímax de sua revolta pessoal contra a imposição de um papel subordinado, como serviçal de um senhor absoluto.” (ELIAS, 1995, p. 27). Mas não foi só contra o príncipe que Mozart rompeu. Sua revolta se deu também contra seu pai, para quem era incompreensível a atitude do filho.

Ao analisar a trajetória de Mozart, Elias considera aspectos dos processos sociais mais amplos e da personalidade individual do artista para entender sua atitude de romper com o arcebispo de Salzburgo e partir para Viena:

Certo que foi do próprio Mozart a decisão de abandonar o emprego e arriscar-se ao salto. Mas, em última análise, até mesmo tais decisões individuais ficam obscuras quando não se consideram os aspectos relevantes dos processos sociais não-planejados em que ocorrem, e cuja dinâmica determina, em grande parte, suas consequências. Se pudermos reconstruir o que a grande mudança na relação entre produtores e consumidores de arte

¹²⁷ Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

significou para a experiência e a situação dos primeiros, e portanto para a natureza de suas obras, podemos chegar a um entendimento mais claro e profundo de um artista individual como Mozart, que deu – em parte porque quis, em parte porque foi impelido – alguns passos na direção deste processo (ELIAS, 1995, p. 48-49).

Elias busca mostrar a importância da decisão individual de Mozart na sua escolha em romper com a corte de Salzburgo e tornar-se um artista autônomo, uma atitude inusitada para sua época. Contudo, essa decisão não pode ser satisfatoriamente compreendida se deslocada da análise dos processos sociais dos quais são constitutivas. É a partir da consideração dos aspectos individuais e sociais que se pode ter um melhor entendimento da vida de Mozart e dos motivos para as suas ações. É a partir da relação entre as esferas individual e social, pensadas de forma relacional e interdependente, que essa compreensão se fará de forma mais adequada. É preciso considerar e analisar as estruturas sociais para perceber de maneira realista e convincente, segundo Elias, o destino da pessoa individual.

Só dentro da estrutura de tal modelo é que se pode discernir o que uma pessoa como Mozart, envolvida por tal sociedade, é capaz de fazer enquanto indivíduo, e o que – não importa sua força, grandeza ou singularidade – não era capaz de fazer. Só então, em suma, é possível entender as coerções inevitáveis que agiam sobre Mozart e como ele se comportou em relação a elas – se cedeu à sua pressão e foi assim influenciado em sua produção musical, ou se tentou escapar ou mesmo se opor a elas (ELIAS, 1995, p. 19).

No caso de José, a situação impunha uma reposta: o que fazer diante das ameaças de despejo, diante do perigo de deixar a terra em que vivia? Ele optou por lutar pela permanência. Esta opção, entretanto, não foi apenas de âmbito individual. Provavelmente ele sabia que naquele momento havia um clima propício para conseguir a desapropriação da terra. Isto porque tanto o governo estadual como o federal realizavam desapropriações nos primeiros anos da década de 1960 e até o golpe, como se mostrou anteriormente. Esta conjuntura, portanto, pode ter influenciado na escolha de José.

Quando explica as motivações que o fez ficar na terra, José narra uma metáfora que é lembrada por ele várias vezes: no meio da selva passa um rio. Dos dois lados do rio, a água passa e deixa a areia. À noite, a onça vai até o rio para tomar água e banho e passeia na beira do rio, deixando seu rastro na areia. O caçador então vê aquele rastro. Ele vai desistir da caça porque o rastro é grande? Se desistir, ele não é caçador, mas um medroso porque correu com medo do rastro da onça. Assim, José disse que se fosse preciso ele morreria com a espingarda na mão.

Foi marcante no discurso dos entrevistados uma valorização dos que optaram por ficar na terra ocupada e lutar por ela em contraposição àqueles que resolveram *vender o direito* ou abandonar a terra e mudar-se para outro local. Neste discurso, o sentimento de coragem é acionado para traduzir o que significou a opção de permanecer na terra. José disse: “Não tinha, nós chegamos a ter 68 *posseiros*. [...] na desapropriação nós tava em 43, muitos largou, outros [...] foi embora. [...] eu não. Eu nasci e posso morrer hoje, mas nunca fugi do rastro da onça, quero ver a onça primeiro.”¹²⁸

Neste ponto, vale à pena discorrer sobre o processo de inserção de José na luta pela terra em Magé para tentar explicar, na medida do possível, a configuração¹²⁹ que tornou possível que ele se destacasse e se tornasse líder desta luta. Foi durante a luta pela permanência na terra e pela desapropriação da GAF e FCS que José tornou-se líder. Este

¹²⁸Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

¹²⁹Configuração conforme utilizado por Elias (2006; 2008)

processo se deu conforme José vivia a experiência da luta pela terra e não em uma situação anterior qualquer. Considera-se José líder não só porque ocupou cargos na direção do STR de Magé e na Fetag-RJ, mas também porque há um reconhecimento dos entrevistados, pessoas que viveram esta história, da centralidade do papel desempenhado por ele para a conquista da desapropriação.

José contou histórias que indicam sua inclinação a resistir às investidas dos *grileiros* na tentativa de despejar os *posseiros* desde os primeiros momentos de luta. Contudo, até fins dos anos 1960, sua ação seria principalmente localizada, desenvolvendo-se a partir da organização de comissões de trabalhadores. Eles se organizavam em pequenos grupos para irem ao Rio de Janeiro para pedir as autoridades do governo que intervissem no conflito e desapropriassem as terras.

Até o fim dos anos 1960, José não se envolveu com o trabalho no sindicato, porque disse temer esta organização, pelo desconhecimento sobre o que era um sindicato, qual a sua utilidade e função. Seu principal temor era em relação ao uso que os dirigentes do sindicato faziam com o dinheiro pago pelos trabalhadores rurais filiados. Após a reabertura do sindicato, porém, ocorrida provavelmente em 1968, José se aproximou e passou a pagar a mensalidade da entidade.

O fato que o aproxima definitivamente da organização sindical aconteceu em 1970. Neste momento a federação buscava uma aproximação dos trabalhadores rurais. Por conta disso, a Fetag, junto aos STRs, buscava realizar reuniões nos locais onde os conflitos estavam acontecendo. Foi assim em Magé. O sindicato então pediu a José que ele organizasse uma reunião com os *posseiros* de CS. No dia combinado, federação e sindicato encontraram-se com os *posseiros* de CS na casa de José. Ele conta que conseguiu reunir 69 trabalhadores. Dias antes do evento, ele foi à casa de cada trabalhador convidando-os a participar. Ele explicava para os trabalhadores da FCS que, se eles quisessem ficar na terra, deveriam participar do encontro, pois a Fetag estava lá para ajudá-los. Disse também que a federação só faria isso se os conhecesse e eles falassem das suas demandas. Ele se lembra que, nesta reunião, a Fetag fez um filme do seu “barraquinho”, mostrando as condições em que ele vivia. Este filme teria sido feito por Bruno Nogueira, assessor da federação naquele momento.

A grande capacidade de mobilização de José teria impressionado os dirigentes da Fetag. Por conta disso, ele recebeu um convite da federação para compor uma chapa para concorrer às eleições no sindicato de Magé. O convite foi feito por Eraldo Lírio de Azevedo, então dirigente da federação. Ele aceitou e, ainda no ano de 1970, concorreu às eleições e saiu vitorioso. No ano seguinte, em 1971, tem início a atuação de José no STR de Magé, onde ficaria até 1991, com alguns intervalos ausente para ocupar algum cargo na federação.

Com a entrada de José no sindicato, houve uma maior sensibilização da organização sindical para os litígios na GAF e FCS. A luta pela desapropriação destas áreas era a principal reivindicação de José, afinal era o local onde ele vivia. Ele dependia desta desapropriação para permanecer com sua família na terra ocupada. Ao que parece, a permanência do debate sobre estas desapropriações na pauta do dia do movimento sindical se deveu em grande medida aos esforços de José.

Contudo, como explicar a emergência de José como líder das lutas por terras que se travaram em Magé, principalmente da FCS e GAF? O que explicaria seu engajamento nas lutas sociais e sua transformação em liderança naquele momento, uma vez que inúmeras outras pessoas estavam sujeitas ao mesmo contexto político e social no qual ele vivia e tiveram por outro caminho? Neste ponto, discorrer sobre a trajetória de José pode ajudar a elaborar algumas possíveis respostas a esta pergunta.

O exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus

recursos, as formas como as utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nela se locomovem ou as abandonam. Centrando nossa atenção em atores estamos, ao mesmo tempo, refletindo sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos. (STRICKON; GREENFIELD, 1972, p. 11-13; MATTA, 1980, p. 194-1998 *apud* GRYNSZPAN, 1990, p. 2-3).

Os caminhos percorridos por José após sair de Paraíba e até chegar à FCS ajudam a entender os elementos que contribuíram para a sua formação. Em 1952, aos 16 anos, José deixou a cidade de Lagoa Nova, na Paraíba, onde vivia com sua família rumo ao Rio de Janeiro em busca de uma vida melhor. Ele seguia os passos dos irmãos, que vieram antes dele para o Rio, e de milhares de nordestinos na época. No Rio, José morou no morro de Santo José, localizado no centro do Rio de Janeiro e desmontado na década de 1950.

O primeiro emprego no Rio foi como ajudante de cozinha. Atuou neste ofício até ingressar no Exército. Depois disso, trabalhou por cerca de dois anos na empresa Moinho da Luz. Em 1958, demitiu-se para “tentar a vida” em Brasília, onde trabalhou como cozinheiro. Em 1962, retornou à Paraíba, após pedido do pai, para buscar sua família e levá-la para viver com ele no Rio. Foi quando ele se mudou para a FCS.

A trajetória de José mostra que ele esteve em diversos locais e passou por variadas experiências. Este momento da vida de José parece ter sido fundamental em sua formação, pois o tornou habilidoso para lidar com as questões do dia-a-dia. Esta experiência provavelmente o ajudou a lidar com os problemas que enfrentaria no futuro.

Sendo assim, quando José ingressou no STR, ele tinha não só a experiência de anos resistindo às investidas dos grileiros que tentavam expulsar os *posseiros* das terras ocupadas, mas também uma trajetória de vida na qual passou por variadas experiências que contribuíram para sua formação. Além disso, embora não tivesse permanecido na escola por muitos anos, era alfabetizado. Todo este quadro contribuiu para que ele encontrasse espaço entre os trabalhadores do campo para desenvolver-se enquanto líder.

Uma vez no sindicato, José participou de muitos cursos, reuniões, encontros etc. no Rio de Janeiro e também em outros estados. Participou de reuniões com outros sindicatos, como o dos jornalistas. Também pôde participar de cursos oferecidos pela federação e pela Emater, por exemplo. José conta que ele teve também aula de educação sindical.

José: Nós, dirigente sindical. Eu sou leigo no assunto, como que eu vou orientar qualquer um sair, e coisa e tal? Eu não posso contar história da minha família, da minha mulher, eu tenho que contar uma história que eu to fazendo aqui, tem que ser desapropriado, tem que contar uma história que vai servir pra cem famílias, não pra minha família. Minha família já tá incluída, eu sou representante. Então tem que estudar estratégia e com isso o assessor jurídico, a gente não trata de advogado, que tá dando aula pra gente, discutindo com a gente, ele tá aprendendo com a gente, que a gente que lutou, ele era um dos que representava a gente, um dos que chegou a ser o coordenador, depois mudaram, botaram pra delegado de reforma agrária do Rio de Janeiro, do Incra. Por quê? Conhecimento. Ele [Bruno] começou de estagiário. [...] então precisa estudar, isso não é um dia nem dois dias, não. E outra coisa, tem que aprender estratégia também. Fazer igual à onça, tem uma moradia, [...] mora numa caverna, mas durante a noite a onça viaja, porque ela é um bicho feroz, predador. Ela vai apanhar a caça, principalmente se tiver filhote, 5, 6, 10 km de distância. Vai trazer pra toca. Era o que naquela época a gente fazia. Mesmo vigiado, a gente ia pra Bahia num ônibus cheio, às vezes quando não ia, um cara ia de ônibus e o outro ia de avião, quando podia ir de avião. Ia pro Paraná, ia pra Curitiba. Ia pra Belo

Horizonte, uma vez tinha uma reunião lá, perto do aeroporto da Pampulha em 1976, quatro Polícia Federal olhando pra cara... falei “hoje vou ser preso, vou ser bem insolente”. Aí pára pro almoço, o cara olhou pra mim, falei “sou bonito, né? Você gostou?” (risos). O filho da puta não respondeu. Bem que mamãe dizia que eu sou bonito.

Marco: E vocês iam pra esses estados, o que tinha nessas reuniões que vocês iam?

José: Meu filho, seminário. Integração de movimento, tá entendendo? É o seguinte: é o passo, a minha luta daqui. Tá lutando pela desapropriação de uma fazenda lá em Minas Gerais. Você dizer quantos municípios Minas Gerais tem, 800 e pouco [...], e os mineiros passam a luta deles pra nós. Igual a gente fazer um check up, você pegando minhas palavras, eu pegando da Marina, põe seus estudos no gravador, aproveita, o que não é bom joga fora. Mas o fundamento do movimento... Então era isso, na Bahia, Curitiba.¹³⁰

José contou também que propunha aos assessores jurídicos que fossem à Conceição de Suruí aos sábados para que eles pudessem conversar sobre vários assuntos. Nestas ocasiões, José estudava com eles: discutiam sobre a questão agrária e sobre táticas para proteger os trabalhadores rurais.

José se destacou entre as demais pessoas que atuavam no sindicato. Como participava de muitas reuniões, acabou sendo conhecido pela federação, que o convidou para fazer um curso que era feito para formar politicamente as pessoas que compunham o movimento sindical. Depois disso, a federação acabou o acolhendo na sua equipe educacional, onde ficou por mais dois anos. Tudo isso foi contribuindo para lhe dar experiência e conhecimento sobre como se comportar e agir para dar continuidade à luta por terra. Além disso, José conta que sempre buscou aprender com as pessoas de fora que iam trabalhar junto com o movimento sindical, como os advogados, médicos e dentistas.

2.5 A permanência da luta pela terra na gleba América Fabril e fazenda Conceição de Suruí após o golpe de 1964

O encaminhamento da luta após o golpe parece não ter contado com o apoio do STR de Magé, porque o sindicato foi fechado e o então presidente fugiu. Após 1964, a luta que se travou na GAF foi para fazer cumprir o decreto de desapropriação de 1963. Para que ele se efetivasse, era preciso que o governo do estado, desapropriante, pagasse o valor da indenização. Na FCS, a luta ainda se desenvolvia com o objetivo de obter o decreto de desapropriação. As tentativas de despejo, ameaças e violências continuaram em ambos locais.

Os entrevistados pouco falaram sobre como se deram suas atuações na luta pela terra após o golpe de 1964 e até fins dos anos 1960. Além disso, para este período, não há documentos sindicais disponíveis, uma vez que o STR de Magé estava fechado. Apenas o que se sabe é que, segundo José, neste momento, os trabalhadores rurais se organizam em comissões para irem ao Ibra na tentativa de conseguir que aquele órgão desapropriasse a FCS e ajudasse a efetivar a desapropriação da GAF de acordo com o decreto de 1963.¹³¹

A atuação dos trabalhadores junto ao Ibra, entretanto, não teve o efeito esperado. Alguns entrevistados disseram que o prazo de efetivação do decreto de 1963 se esgotou sem

¹³⁰ Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.

¹³¹ O Ibra foi criado junto com o Inda em substituição a Supra quando foi editado o Estatuto da Terra, em 1964. O Ibra existiu até 9 de julho de 1970, quando o Decreto nº 1.110 criou o Inbra, resultado da fusão do Ibra com o Inda. Disponível em: <http://www.inbra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=270&Itemid=288>. Acesso em: 19 maio 2011.

que o governo depositasse o valor do terreno em juízo. Eles explicaram que, para que a desapropriação da GAF acontecesse, era preciso que a indenização aos supostos proprietários fosse paga num prazo de até cinco anos, fato que não ocorreu, e em 1968, o decreto perdeu a validade. José diz que as lutas entre *posseiros* e *grileiros* intensificaram-se na GAF e continuou também em CS.

Contudo, não foi simplesmente o prazo para a efetivação do decreto de desapropriação que levou ao fracasso desta ação. A fazenda Cachoeiras, desapropriada em 1963, foi devolvida aos supostos donos, conforme apontou Medeiros (s.d.). Esta ação fez parte de um conjunto mais amplo de atos empreendidos pelo governo federal após o golpe de 1964. Medeiros explica que, para empreender esta ação, o Estado invocava a necessidade de “ajustes técnicos” e “correção de erros” cometidos no período anterior. Assim, comissões técnicas foram criadas com o objetivo de estudar cada uma das fazendas desapropriadas. A conclusão do estudo foi de que 12 das fazendas desapropriadas não tinham condições de aproveitamento e por isso deveriam ser devolvidas aos antigos proprietários. São elas: Penha-Caixa, Piranema, Capivari, Mato-Grosso, Campanha, Tocaia, São José da Cachoeira, Floresta, Engenho do Mato, Largo, Ponta do Largo e Atalho. A recomendação do estudo para as demais fazendas (Imbé, São José da Boa Morte, Coletivo Santa Alice, Vargem Alegre, Rio das Ostras, Cachoeiras, São Pedro, Pedra Lisa, Tenente Pacheco, Parati Mirim e Independência) é de que elas deveriam ser encaminhadas para a elaboração de projetos de assentamento.

No entanto, a mudança de conjuntura para os conflitos implicou em que nem mesmo para as áreas em que era recomendado o prosseguimento da ação desapropriatória isso fosse feito. Áreas como Imbé, São José da Boa Morte, Cachoeiras, Parati Mirim, Independência também foram devolvidas. (MEDEIROS, s.d., p. 36).

Fatos como este mostram a posição do governo frente aos problemas fundiários e são indicativos das dificuldades que os trabalhadores encontrariam para encaminhar e negociar suas reivindicações junto ao Poder Executivo nacional.

Ao que parece, foi somente em 1968 que o STR de Magé voltou a funcionar. José contou que a reabertura do sindicato ocorreu no clube mageense e que ele não esteve à frente desta entidade logo após sua reabertura, mas só anos depois.

2.5.1 Os despejos e outras ações violentas nas lutas da gleba América Fabril e fazenda Conceição de Suruí

Os despejos, ameaças de despejos e outros atos violentos atravessaram todo o período da luta pela terra na GAF e FCS e não estiveram restritos apenas aos primeiros anos da década de 1960. Por este motivo, foi difícil encadear a análise deste fenômeno na sequência cronológica da luta pela terra que se tentou dar ao texto. Por isso, optei por, nesta seção, fazer a análise destes fenômenos. Espero que o leitor possa compreender que estes atos não foram localizados num dado momento, embora ganhassem contornos mais radicais em algumas situações, mas que estavam presentes ao longo de todos os anos da luta pela desapropriação da GAF e FCS.

Como em alguma medida se viu até aqui, quase todos os entrevistados se referiram, com mais ou menos detalhes, a algum episódio de despejo ou ameaça de despejo. Junto às narrativas sobre os despejos, era comum os entrevistados falarem sobre agressões, intimidações e até mesmo assassinatos. Em geral, era no momento do despejo ou em virtude da sua ameaça que estes outros atos violentos se expressavam contra os *posseiros*. Contudo,

os atos violentos contra os trabalhadores rurais e suas famílias não se restringiram a estes momentos, embora ainda estivessem vinculados à questão da luta pela terra.

Despejos, tentativas de despejo, destruição de benfeitorias, agressões físicas, intimidações e assassinatos, todas estas ações são consideradas neste trabalho atos violentos. A quantidade de referências aos episódios de despejo ou sua ameaça parece proporcional ao desencontro destas informações. É difícil precisar quando eles ocorreram, quantos se deram, quem foi despejado e quem despejou, por exemplo. Contudo, a lembrança recorrente deste tipo de ação na memória dos entrevistados é indicativa de como estes atos foram marcantes para estes homens e mulheres. Os dados colhidos nas entrevistas e nos documentos indicam que o despejo ou sua tentativa e outras ações violentas contra os *posseiros* permeou todo o período entre a ocupação das terras e a desapropriação, tendo acontecido mais intensamente em alguns momentos. Houve inclusive casos de tentativas de despejo e despejos mesmo após a publicação do decreto de desapropriação, no caso da FCS, como se verá a seguir.

Nesta seção, será mostrado, a partir da fala de alguns entrevistados, como era desenvolvida a ação do despejo e qual o significado que este ato tinha para os trabalhadores rurais. Mais do que isso, serão evidenciadas outras ações violentas, muitas delas feitas no contexto do despejo, seja no momento de sua execução, ou mesmo antes, através de ameaças que geralmente atormentavam a vida dos trabalhadores.

Estes fragmentos de lembranças dos entrevistados ajudarão a compreender o que foi este tipo de ação, uma vez que os despejos pareceram ter características muito semelhantes durante todo o tempo de estudo. Além disso, dará materialidade à afirmação constante dos entrevistados e também dos documentos de que se vivia em um estado de permanente tensão.

Em geral, os entrevistados explicam que os despejos eram ações empreendidas pelos *grileiros* contra os *posseiros* para expulsá-los da terra onde moravam e trabalhavam. Ricardo explica no trecho a seguir em que consistia o despejo:

Despejo era tirar todo mundo da casa, né. A ideia era tirar nossos cacarecos de dentro de casa, o pouquinho que a gente tinha, botar no caminhão e levar lá na prefeitura de Magé, na época. [...] Vinha 30 carros, 15 por aqui [aponta para a rua] e 15 pela América Fabril. [...] Pegava o que a gente tivesse dentro de casa, botava no caminhão, vinha 50 policiais do batalhão de Caxias e não sei quantos aqui de Magé. Ia pegar o pouquinho que a gente tinha, os cacarecos, ia botar no caminhão, levar e despejar a gente lá em Magé, na prefeitura de Magé lá na praça.¹³²

Para efetivarem os despejos, os *grileiros* pareciam estruturar uma rede de colaboradores para garantir o sucesso da ação. A execução do despejo era empreendida por polícias, exército e/ou por uma polícia privada (ou jagunços). Todos eles estavam vinculados, na percepção dos trabalhadores, a algum *grileiro*, que era o mandante desta ação. No trecho a seguir, por exemplo, Alberto explica que a ação de despejo era empreendida pelo Exército e pela Polícia a mando da CAF.

[...] a fábrica botava o Exército em cima deles [os *posseiros*], eles dormiam no mato, vinham aqui mesmo, tem muita história aí que eles dormiam no mato.

Marco: Por quê?

Alberto: Porque senão a polícia vinha e apanhava eles a mando da fábrica.¹³³

¹³²Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

¹³³Entrevista com Alberto concedida a MAT no dia 30/07/2010.

Eram estes mesmos sujeitos – Exército, Polícia e jagunços – os responsáveis por ameaçar os *posseiros* ou cometerem algum ato violento. José disse: “O problema do *grileiro* naquela época é porque eles perseguiam com a Polícia, com os jagunços, eles observavam até a hora que o cara ia à cidade fazer uma compra. O cara tinha que ir de dia e voltar de dia porque de noite era mais difícil.”¹³⁴ O trecho abaixo é elucidativo sobre as forças que cometiam atos violento contra os *posseiros*. José discorre sobre o episódio de um homem que foi assassinado.

José: Teve companheiro nosso, Manuel Francisco Flor, morava no quilômetro 5,5 da Rio-Friburgo, sumiram com ele. [...] Ficou quatro dias os urubus já estavam comendo ele no campo, trabalhando na roça. E outros companheiros que sumiram, que até hoje ninguém sabe onde que entrou. Tempo da ditadura eles sumiam com o cara que ninguém via.

Marco: Quem era que sumia com essas pessoas?

José: Eram os *grileiros*.¹³⁵

Interessante nesta fala é que José atribui a violência à ditadura militar, mas quando perguntado sobre quem cometeu o ato violento, ele responde que foram os *grileiros*. O que esta história contada por José revela, longe de ser uma confusão sobre os adversários dos trabalhadores rurais na luta pela terra, é a dupla perseguição a que estes sujeitos estiveram submetidos, como disse Palmeira (1985).

Para executar os despejos, os *grileiros* contavam também, em alguns casos, com a conivência da Justiça de Magé, nos casos dos despejos executados a partir de uma ação judicial. Segundo Bruno, até fins dos anos 1960, os despejos eram coletivos: os advogados dos *grileiros* argumentavam que a terra em questão havia sido invadida por várias pessoas antes de 1964 e requeriam a posse da terra de volta. A partir de fins dos anos 1960 e início da década de 1970, as ações de despejo passaram a ser individuais, visando à expulsão de um ou outro trabalhador.¹³⁶

As ações de despejo se caracterizavam basicamente pela expulsão dos trabalhadores das terras onde viviam. Em geral, após expulsar os trabalhadores e suas famílias, casas e lavouras eram destruídas. Foi o que contaram alguns entrevistados. Nos trechos a seguir, Alberto fala sobre este tipo de ação na GAF e Ricardo se refere à FCS.

Marco: O senhor não disse que às vezes a Polícia, ou o jagunço, ia lá derrubar as casas... E aí as pessoas ficavam onde?

Alberto: Caía no mato, se ficasse lá, ia preso. [...] Eles queriam usar o caminhão do meu irmão pra derrubar a casa ali, que o caminhão era forte. Mandavam meu irmão ir pra lá derrubar as casas do pessoal. Meu irmão não ia não. Quase que mandaram meu irmão embora.

Marco: Quem mandava?

Alberto: A fábrica. Mandava ele encostar a carroceria do caminhão pra derrubar as casas. Ali, naquela beira da rua ali, meu irmão foi derrubar, o outro motorista pegou o caminhão e foi derrubar as casas, pegava a carroceria do caminhão e derrubava.

Marco: E as coisas que estavam dentro?

Alberto: Quebrava tudo. Não era quase nada, né... E o pessoal entrava no mato.

Marco: Mas ninguém ia embora daqui...

¹³⁴ Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

¹³⁵ Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

¹³⁶ Entrevista com Bruno concedida a MAT no dia 23/06/2011.

Alberto: Voltava. Voltava e fazia o barraco de novo. E foi essa luta até desapropriar.¹³⁷

Ricardo: Derrubaram a casa, [...] a casa ali do seu Nascimento. Derrubaram a casa ali no meio, tinha morador, só que tiraram as coisas pra fora, pra derrubar a casa. [...]

Marco: Foram muitas vezes que eles vieram derrubar casa?

Ricardo: Aqui dentro, que eu saiba, a casa do seu Nascimento, com telhado e tudo, só tirou as coisas pra fora. No brejo, uma vez. Uma vez só. Ali era até do Cici, uma barraquinha que ele tem no meio do mato, ali embaixo.¹³⁸

A casa de Ricardo também foi alvo da ação de despejo. Contudo, ele conseguiu negociar com o *grileiro* e se manter na terra ocupada. Ele disse: “quando você trata a pessoa bem, quando ele vem com má intenção contigo, ele pensa duas vezes, né.”¹³⁹ No trecho a seguir Ricardo explica como se deu essa negociação.

Eu expliquei pra ele: “olha, eu comprei isso aqui pensando que era terra, mas se eu comprei o direito, se é do Doutor Leão”, acho que era Doutor Leão, se eu não me engano, “se a terra é do fazendeiro, só tem uma coisa, eu tô devendo mercado, eu vou ver quanto eu tô devendo do mercado, que eu compro adubo, compro muita coisa, semente, que vem de São Paulo, ele me paga esse dinheiro e eu tenho família, me dá dinheiro, eu vou alugar um quarto pra botar minha família”. Não falei isso pra ele, mas eu tinha um lugar em Caxias que graças a Deus eu podia botar minha família, se fosse no caso, né. Aí ele foi, conversamos. Ele chegou lá em casa com tanto medo que ele chegou lá em casa num burro branco, uma mula, sei lá que que era, que ele não quis apear da mula, ele botou a mula pra frente da rua. Eu morava num barraco de sapê lá no cantinho. Ele chegou e tal, pediu licença, virou a mula de fora, frente pra rua, “eu queria conversar com o senhor”. Porque meu vizinho lá, o seu Zé, quis cortar ele de foice. E acho que por isso também quiseram cortar a casa lá de cima. Aí eu falei: “não, o senhor não veio conversar comigo, então o senhor apeia da mula”. Eu tinha um banco lá, só que não era um banco assim, era de pé de árvore...

- “O senhor apeia, a gente toma um café e conversa”.

- “Não, eu to com um pouquinho de pressa”...

- “Mas o senhor tem que apear da mula”... Aí ele com um chapeuzão, apeou da mula, a mulher fez café, nós tomamos café.

- “Vim aqui falar com o senhor porque o Garcia mandou eu fazer uma proposta ao senhor”.

- “Proposta de quê?”

- “O senhor pode ficar morando na casa, mas ele vai acertar com o senhor e o senhor fica trabalhando pra ele”. Falei:

- “Não, o senhor não leva a mal, mas não vou ficar trabalhando pra ele. Eu tenho uma profissõzinha, não é lá grandes coisa, mas eu tenho uma profissõzinha, eu trabalho porque eu posso viver disso aqui, mas se o terreno é dele eu não vou discutir com ele, eu mando carga pro mercado, tenho negócio no mercado, eu vou ver quanto to devendo no mercado, semente”. Aí expliquei tudo pra ele: “eu compro semente no mercado, semente de vagem, semente de quiabo, adubo, vem lá de São Paulo, de Campinas, a gente não compra aqui no Rio, a gente compra lá de fora que é

¹³⁷ Entrevista com Alberto concedida a MAT no dia 30/07/2010.

¹³⁸ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

¹³⁹ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

uma semente mais apurada, melhor. Pimentão...” Aí conversando tudo com ele direitinho, né, parece que ele perdeu o medo, que ele viu que não gosto de confusão, tamo lá tomando café e ele foi embora. Quando é um dia, ele passou, ele e o patrão dele. Aí eu escutei quando ele falou pro patrão dele “olha, ali mora um escurinho, mas ele é muito educado, ele me tratou muito bem, o senhor vê o que senhor pode fazer por ele”. [...] Então graças a Deus meu barraco não foi derrubado. Talvez se eu saio na ignorância com ele, meu barraco era derrubado também, mas como eu tratei ele bem, conversamos, ele perdeu o medo, que ele chegou com a mula já na posição de partida, com medo, amarrou a mula e nós conversamos. Graças a Deus até hoje to aí. É isso aí.¹⁴⁰

Esse trecho da entrevista revela que, para além das lutas coletivas, das ações e estratégias traçadas coletivamente pelos trabalhadores para resistirem aos despejos, havia espaço para manobras e negociações individuais. Interessante destacar como Ricardo retratou no trecho citado a pessoa a mando do *grileiro* para despejá-lo ou pelo menos intimidá-lo. Tratava-se de um sujeito que temia os trabalhadores, uma vez que havia sido vítima de um ato violento praticada por um trabalhador. Este fato demonstra que a tensão instalada nestas áreas se dava não só entre os *posseiros*, que temiam o despejo, mas também entre os *grileiros*. A gravidade da situação podia provocar um ato violento por qualquer uma das partes, embora fossem os *grileiros* que detinham, em geral, mais poder político, econômico e repressivo para agir contra os *posseiros* do que o contrário.

Mas não eram somente as benfeitorias dos lavradores o alvo das ações dos *grileiros*. Os próprios *posseiros* foram fisicamente agredidos, segundo um dos entrevistados. Alberto, que na época era funcionário da fábrica e vivia na FCG, pôde ver os acontecimentos ocorridos na gleba AF. Ele conta que a polícia tirava os moradores das suas casas através de agressões físicas. Ele diz: “Porque o pessoal era tirado daqui embaixo de porrete mesmo. A lei aqui, não discutia no Fórum não, a Polícia chegava aqui batia em todo mundo...”¹⁴¹ Na entrevista com José e Marina, eles também citam casos de agressões físicas dos policiais contra os *posseiros* nos momentos dos despejos. Referindo-se a uma situação de despejo, eles contaram:

Marco: E como eles despejavam todo mundo?

Marina: A Polícia.

Marco: Eles chegavam e faziam o quê?

Marina: Enfiavam o cacete.

José: Bate, três, cinco, seis que tão ganhando dinheiro com isso, mete a mão, bota abaixo. [...]

Marco: Quebravam as coisas...

José: É, quebra tudo, não pode fazer nada.¹⁴²

O próprio José foi vítima de uma tocaia dos *grileiros*, que tentaram matá-lo:

José: Escapei da morte, me cercou pra me matar quatro da manhã, tocaia.

Marco: Como foi isso?

José: Aqui, nesse morro ali. 1975, por aí. Eu ia pra luta quatro da manhã.

Marco: O senhor tava indo pra onde?

José: Trabalhar, pro Rio. A bem dos trabalhadores.

Marco: E o que aconteceu?

¹⁴⁰Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

¹⁴¹Entrevista com Alberto concedida a MAT no dia 30/07/2010.

¹⁴²Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.

José: Os dois caras meteram a lanterna, igual caçador faz com a paca, com o gambá, com o bicho do mato. Fogo [...], pulei na pirambeira, cabeí a camisa, igual lagarto, de costas, mais de cinquenta metros dentro do mato.¹⁴³

José fala mais sobre este episódio em outro trecho da entrevista:

Quando eu escutei, mais de 40 metros, o cara gritou, sentou a lanterna na minha cara, “é ele mesmo, fogo nele!”, vazei de costas mesmo, a pirambeira, sumi, no meio do mato. Saí na casa de um amigo que mora até hoje, chama-se Ricardo. Hoje eu to contando a história, mas muitos companheiros, muitos amigos, até hoje velho, vai contar a história do que ele sofreu, que ele passou.¹⁴⁴

A perseguição sobre José parece ter sido intensa, possivelmente por ele ter sido uma das principais lideranças na região. Já com o gravador desligado, ele contou que cada dia saía com uma roupa diferente porque tinha gente o vigiando.

Ele conta que ficou cerca de um ano indo para Niterói, em 1970, para se apresentar na Polícia Federal. Queriam saber dele o que ele fazia, por onde passava, se viajava, para onde ia. O interrogatório durava cerca de duas horas e no fim ele era obrigado a aguardar, pois não havia sido liberado, o que só ocorria no fim do dia. Segundo José, foi sua passagem por Brasília, quando trabalhou como cozinheiro para os militares, que o salvou deste interrogatório.

Sabe por que eu escapei da Dops? Eles queriam me enquadrar. Primeiro era... Conhecido como subversivo, quer dizer, comunista, eles lutaram muito. Sabe o que me salvou? Porque antes de eu vir pra área rural, na fundação de Brasília, em 58, eu fui trabalhar pra uma empresa que o diretor, dono da empresa, era militar. Morava lá na Urca, o general já velhinho, [...] era o dono da empresa, [...] na época que eu conheci ele era major, depois passou pra coronel. Chegou a ser chefe de gabinete de Jânio Quadros que renunciou, tava lá em Brasília. Trabalhei três anos com ele, era cozinheiro dele. [...] Aí fiquei 3 anos lá, depois pedi demissão e vim embora. Aí lutaram, lutaram, até descobrir quando eu andei, por onde eu passei, o que eu fiz, o que eu não fiz, outras empresas que eu trabalhei, trabalhei no Moinho da Luz, que é macarrão, biscoito, e eu trabalhei na parte que é divisão de duas fábricas, uma é fábrica de vela de solda. Era operador de máquina, trabalhei 11 meses. Eles correram tudo... [...] Saber o que eu fiz, lá em Brasília o que eu fazia, se eu aprontei alguma coisa durante os três anos e tal, aí pedra noventa que eu pedi demissão, me aborreci com uma amiga lá do coronel, queria me gritar e eu não aceitei, que ela era amiga lá do coronel. [...] tratei do pai dele muito bem, [...] lá na Urca, ele até chorou quando eu vim embora... [...] Então, trabalhei, tinha lá outro general, [...] Alencastro, tinha o coronel [...] de não sei que lá, não lembro mais, [trecho inaudível] era administrador de empresa, chefe de escritório geral lá em Brasília, então gente tudo assim, legal, saí bem com eles. Me salvou, bateu minha ficha, isso é tudo trabalhador, pedra noventa, cumpriu, tanto que ninguém me mandou embora, pediu demissão, não sei onde que anda. E eu tava aqui lutando. Aí o delegado da Dops em Niterói, que era estado ainda, no último dia ele falou comigo, aí acabou. Foi difícil, [...] “daqui a Brasília, por onde você passou, durante o tempo que você tá no Rio, você tá livre a partir hoje. Só se você cometer, a partir de hoje, outra coisa qualquer. Você trabalha em

¹⁴³ Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.

¹⁴⁴ Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

cima da linha, hein. Algumas coisas, algumas manobras suas, todo mundo tem que ter, pra ganhar o trabalhador, pra defender o trabalhador. Ser subversivo igual taxaram você, comunista, você não tem nada. Tem nada disso”. [...] Aí zerou. Fiquei livre.

José contou que teve muita gente sumida durante a ditadura militar em Magé.¹⁴⁵ Ele cita o destino trágico de dois dos seus companheiros: Manuel Francisco Flor sumiu e Zé da Bota foi assassinado.

A gente tinha um companheiro chamado Zé da Bota, mataram ele trabalhando [...]. O outro companheiro que era [...], ficou três dias e três noites, o urubu já tava começando a comer ele [...] Naquela época eles usavam muito. Pegavam o cara, as duas pernas, os dois braços, levava pro rio, com mais de três metros de fundura, quatro metros, amarrava um arame forte no pescoço e uma pedra de vinte quilos e jogava. A pedra afundava ele, levava, aí o peixe comia, acabou. Ia responder o que? Acabou. O tempo da ditadura foi muito difícil. O Manuel Francisco Flor, é até pernambucano ele, a família dele passou a morar em [trecho inaudível], estive duas vezes lá pra dar assistência à mulher dele, porque ele sumiu, não tinha nada. Pra conseguir uma pensão por desaparecimento.¹⁴⁶

Marina também fala sobre as pessoas desaparecidas.

Às vezes sumia com você, ou sumia com José, e boca fechada pra não sumir também. Você não vê na televisão até hoje que estão procurando parente daquela época? Era assim.

Sérgio fala que, após 1964, muita gente sumiu e a pressão em cima dos líderes começou. Ele conta que muitos colegas foram apanhados. Sérgio se salvou porque ele dizia para a polícia e o exército que não tinha nada a ver com aquele movimento de luta pela terra. Seu argumento era que ele trabalhava com o frete do caminhão que tinha e um dos clientes era os trabalhadores rurais.¹⁴⁷ Sérgio conta que hoje tem alguns colegas na cadeira de rodas porque foram torturados, inclusive gente de Magé. Ele fala que a época da ditadura foi de muito sofrimento e tristeza e que só não foi pego porque Deus o guardou, pois ele estava sempre junto com as pessoas envolvidas na luta pela terra.¹⁴⁸

Para além dos atos violentos em si, como as destruições de casas e lavouras, agressões, assassinatos e sumiços, a tensão vivida cotidianamente por eles de que algum desses atos pudesse vir a acontecer é constantemente lembrada nas entrevistas. Ricardo fala sobre a insegurança que vivia no tempo em que eram *posseiros*, pois temiam que os *grileiros* os expulsasse das terras ocupadas:

A gente aqui tinha aquela coisa: você amanhecia, não sabia que ia anoitecer. Anoitecia... Era sempre assim. Porque os grileiros... Tinha o tal do doutor Leão, tinha o tal do doutor Daniel, que era um português, uma tal de viúva Márcia, que eu não conheci ela, mas era muito falada na época. Então era aquilo, a gente plantava uma batata, não sabia que ia colher a batata, plantava o aipim, não sabia que ia colher.¹⁴⁹

¹⁴⁵ Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

¹⁴⁶ Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.

¹⁴⁷ Entrevista com Sérgio concedida a MAT no dia 30/07/2010.

¹⁴⁸ Entrevista com Sérgio concedida a MAT no dia 30/07/2010.

¹⁴⁹ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

Depoimentos como os citados acima lançam luzes sobre as análises como a de Sigaud (1986). Um quadro elaborado pela autora a partir de diversos levantamentos sobre assassinatos no campo¹⁵⁰ revela, para o caso do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, que entre 1964 e maio de 1986 foram assassinados 39 lideranças (dirigente sindical, delegado sindical, líder conhecido) e trabalhadores rurais. Deste total, foram 36 trabalhadores e três lideranças. O total de trabalhadores e lideranças assassinadas em todo o país foi de 916, sendo 92 lideranças e 824 trabalhadores. Para a autora,

Embora se possa supor que haja inúmeras falhas nos levantamentos pelas razões já apontadas, não se pode ignorar que **a partir de 1979 se observa um aumento progressivo do número de assassinatos**. Se até então o número oscilou entre 3 (o mínimo em 1969)¹⁵¹ e 35 (o máximo em 1977), a partir de 1979 a cifra chega a 45 e se torna ascendente até 1985 quando são registrados 93 casos e o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário estimava a existência de 2.147 casos de conflito em todo o país (SIGAUD, 1986, p. 8).

A concepção de que a partir de 1979 ocorre um aumento do número de assassinatos precisa ser relativizada. Há que se pensar no contexto social e político dos anos no qual os dados se referem. Por que há indícios do aumento do número de assassinatos a partir de 1979, justamente quando ocorria a distensão do governo militar no país? Sigaud se fez essa pergunta. Ela argumentou que a violência aumentou a partir de 1979, pois este ano foi um marco para os trabalhadores rurais na medida em que a ampliação do espaço político possibilitou o que o movimento sindical considera a passagem de “lutas individuais” para as “lutas coletivas” e assim “a expressão política de uma luta em defesa de seus interesses.” (SIGAUD, 1986, p. 13). Para isso, a mediação política foi indispensável, pois permitiu que os trabalhadores desnaturalizassem o que viviam e se predisusessem a resistir às imposições que lhes impunham (Sigaud, 1986).

Assim, se a redemocratização criou condições favoráveis para o fortalecimento da organização dos trabalhadores e a transformação dos constrangimentos que sofriam em objetos de luta, ela também permitiu que a pressão sobre os fazendeiros aumentasse com uma intensidade até então desconhecida, pelo menos desde os idos de 64, quando os militares desmobilizaram pela via da repressão os principais focos de resistência dos

¹⁵⁰ Os dados analisados por Sigaud são registros do que é considerado violência contra os trabalhadores rurais pelos próprios trabalhadores, seus representantes, instituições que os apóiam e Estado. Não se trata de dados primários colhidos a partir de uma concepção abstrata de violência. Por isso, só se considera violência aquilo que é socialmente reconhecido como tal. Nem tudo que é considerado violência, portanto, foi registrada como tal. Uma análise dos levantamentos sobre violência contra os trabalhadores rurais feita por diferentes instituições revela isso, pois não há compatibilização absoluta entre os dados. “A ausência de registro pode ser atribuída tanto à ausência de preocupação de registro, sobretudo no que se refere ao passado, por parte da imprensa, das entidades de classe e da Igreja Católica (principais fontes) quanto ao desconhecimento propriamente dito de fatos.” (SIGAUD, 1986, p. 5-6). Para contornar estas dificuldades, Sigaud se limitou a dimensionar os casos de assassinatos, considerando os levantamentos da Contag (1981-1984), do Movimento Sem Terra (1964-1985) e do Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (1985 e 1986 até maio). Após serem compatibilizados, os dados foram reunidos em um único quadro. Nele, os assassinatos de lideranças foram separados dos de trabalhadores. A análise feita pela autora trabalhou não só com esses dados, mas com outras informações sobre violências que não tenham provocado mortes, cuja quantificação em termos nacionais seria impossível.

¹⁵¹ Os três casos apontados por Sigaud no texto contradizem os dados da tabela, presente no mesmo texto, no qual estão presentes quatro casos de assassinatos, dois no Rio de Janeiro e dois no Pará, sendo três deles de lideranças e um de trabalhador. Isso, porém, não mudaria significativamente o resultado apresentado.

trabalhadores, como as Ligas Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Inexistindo condições políticas, num contexto de redemocratização para enfrentar a pressão organizada dos trabalhadores através do uso indiscriminado da força pública (embora ainda o façam como atestam os dados aqui apresentados), os grandes fazendeiros reativaram o poder privado, reconstituindo as milícias e as equipando com armamentos, muitos dos quais privativos das forças armadas. (SIGAUD, 1986, p. 13).

Os dados apresentados até aqui, sobretudo os relatos de entrevistas, revelam que foi significativa a violência que se abateu sobre os trabalhadores rurais após 1964. A manutenção de ações violentas contra os *posseiros* da GAF e FCS continuará nos anos seguintes e até pelo menos o decreto de desapropriação. Portanto, o caso estudado ajuda a relativizar a concepção de que após 1979 tenha ocorrido um aumento significativo dos assassinatos no campo. O que parece ter acontecido foi a continuidade do que vinha ocorrendo nos anos anteriores.

Acredita-se que o aumento do número de assassinatos a partir de 1979 indicados por Sigaud seja reflexo de um maior registro dos casos de assassinato por parte das organizações que realizaram o levantamento. As entrevistas citadas aqui revelam inúmeros casos de mortos e desaparecidos no período da ditadura militar, antes de 1979, que não entraram nas estatísticas. Este fato indica a necessidade de se fazer estudos sobre a violência que se abateu sobre os trabalhadores rurais no período do regime militar, uma vez que a situação pode ter sido mais complexa e grave do que se supõe até então.

CAPÍTULO 3

DA NÃO EFETIVAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO DE 1963 À DESAPROPRIAÇÃO DA GLEBA AMÉRICA FABRIL E DA FAZENDA CONCEIÇÃO DE SURUÍ: A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA NA GLEBA AMÉRICA FABRIL E NA FAZENDA CONCEIÇÃO DE SURUÍ

Neste capítulo, serão analisadas as formas de ação dos trabalhadores rurais em luta pela terra na busca pela desapropriação da GAF e FCS. Em primeiro lugar, será frisada a importância do MSTR no encaminhamento desta luta. Depois, destacada a ação dos trabalhadores e sua articulação com outros sujeitos na busca pela contenção do despejo, questão sempre urgente e garantidora da permanência na terra. Em seguida, serão abordadas as formas de ação dos trabalhadores rurais e do MSTR na luta pela desapropriação. Neste debate, será analisado ainda como se dava a organização desta ação, dando destaque à fala dos entrevistados sobre as reuniões organizativas anteriores a ação. Por fim, será analisada a conquista da desapropriação em ambos os casos, na GAF e na FCS.

3.1 A relevância do movimento sindical dos trabalhadores rurais no encaminhamento da luta pela terra na fazenda Conceição de Suruí e gleba América Fabril

Há um discurso comum de alguns entrevistados sobre a importância do movimento sindical como apoiador dos *posseiros* da FCS e GAF na luta pela desapropriação. Devido a este apoio, foi possível analisar a história desta desapropriação também através dos documentos das entidades sindicais de representação dos trabalhadores rurais: STR de Magé, Fetag-RJ e Contag. Estes, juntos com a fala dos entrevistados, revelaram em alguma medida o passo a passo dos fatos que levaram à desapropriação. Assim, a partir também destas fontes, foi possível identificar a forma como se deu a atuação dos *posseiros* de CS e AF e entidades sindicais na luta pela permanência na terra ocupada.

Deve-se destacar que a atuação do STR de Magé na luta pela desapropriação da GAF e FCS se intensificou a partir do início dos anos 1970. Isto porque, os dois últimos anos da década de 1960 foram marcados pela reorganização do sindicato, que foi fechado após o golpe e só reabriu em 1968. Além disso, em 1971, José iniciou seu trabalho como dirigente da federação. A sua entrada no STR de Magé foi importante para o encaminhamento da luta pela desapropriação da GAF e FCS via sindicato porque, para José, interessava, antes de tudo, obter uma solução para os conflitos fundiários na FCS e na GAF, região onde vivia. Como a permanência de José na FCS dependia da obtenção da desapropriação desta terra, havia, portanto, uma dupla motivação para o seu engajamento na luta da GAF e FCS: por ser *posseiro* da FCS e por ser dirigente sindical.

Por estar permanentemente preocupado com este conflito, José mantinha o debate na pauta do dia. Uma forma de fazer isso era encaminhar as reivindicações desta luta para outras instâncias do MSTR, como a Fetag-RJ e a Contag. Instâncias superiores ao sindicato na estrutura sindical dos trabalhadores rurais, a federação e a confederação tinham mais força política para negociar com o governo a desapropriação de terras e outros tipos de intervenção. O encaminhamento da luta via federação e confederação constituiu-se um padrão de ação sindical neste período.

Além disso, ainda em relação à participação do MSTR nos casos aqui estudados, há que se destacar a fala de Bruno sobre a presença de membros do MSTR fluminense na direção da Contag no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970.¹⁵² Ele avalia que este elemento

¹⁵² “A chapa eleita para a diretoria da CONTAG na gestão 1965-1968 tinha a seguinte composição: presidente José Rotta; primeiro vice-presidente Euclides Nascimento; Secretário-geral João Almeida Cavalcanti; Tesoureiro

facilitou o diálogo entre a confederação e a federação e o STR de Magé. Com isso, as reivindicações e ações dos trabalhadores rurais do Rio de Janeiro tinham repercussão em Brasília, como a luta pela desapropriação da GAF e FCS.¹⁵³ Dito isso, serão apresentadas as formas de ação dos *posseiros* na GAF e FCS.

3.2 A contenção dos despejos

A ação dos *posseiros* da GAF e FCS tinha como principal objetivo permanecer na terra e obter a sua desapropriação. Como já foi dito, o despejo, ou a sua tentativa, foi o principal problema enfrentado pelos *posseiros* da GAF e FCS, mas também pelos trabalhadores rurais fluminenses ao longo dos anos 1950 e 1960, pelo menos. Nas áreas em questão, foram significativos os casos de trabalhadores despejados, como foi dito no capítulo anterior. Por conta disso, para permanecer na terra, os *posseiros* precisavam inicialmente agir para frear os despejos.

Geralmente, os despejos aconteciam com autorização judicial, embora isso nem sempre fosse regra. Uma vez decretado o despejo pelo juiz, os trabalhadores tinham poucos dias para evitar sua execução. Os documentos revelaram que, nesta situação, a principal prática do STR de Magé, em geral junto com a Fetag-RJ e a Contag, era recorrer ao Incra e ao Ministério da Agricultura. Solicitava-se a estas instituições que intervissem na região para impedir a execução do despejo.¹⁵⁴ A atuação do Incra nestas situações é lembrada em alguns documentos, como um ofício de janeiro de 1973,¹⁵⁵ no qual o STR de Magé destaca que a ação de reintegração de posse movida por Márcia havia sido sustada graças as diversas intervenções do Incra junto ao juiz da comarca de Magé. Em outro ofício,¹⁵⁶ de março de 1973, da Contag para o Ministério da Agricultura, foi dito que o Incra vinha conseguindo o adiamento do despejo dos lavradores de CS com sucesso através de ofícios enviados ao Juiz da Comarca de Magé.

Diante da ameaça de despejo, o Incra dialogava com o juiz de Magé e solicitava a ele o cancelamento da execução desta ação, alegando que a desapropriação da área estava em estudo. José contou que algumas vezes o procurador do Incra foi pessoalmente a Magé entregar o ofício no qual solicitava o adiamento do despejo ao juiz.¹⁵⁷ Já Bruno lembrou de um episódio no qual o procurador do Incra foi à casa de um juiz na véspera do dia marcado para a execução do despejo.¹⁵⁸ Em todas estas ocasiões, o juiz aceitou o pedido e deu um prazo ao Incra para solucionar o problema. Até o fim do prazo acordado, o juiz se

– Agostinho José Neto, do Rio de Janeiro. O segundo tesoureiro – Antonio João de Faria também era do Rio, do município de Campos.” (BARCELLOS, 2008, p. 88).

¹⁵³ Entrevista com Bruno concedida a MAT no dia 23/06/2011.

¹⁵⁴ É o que revelam alguns documentos, como os ofícios da Contag para o presidente do Incra (OF. SE Nº 150/73) e para o Ministro da Agricultura (OF. SE Nº 151/73), ambos de 30/01/1973, no qual a confederação encaminha fotocópia do telegrama recebido da Fetag-RJ dando conta do despejo dos trabalhadores rurais da Fazenda Conceição de Suruí, decretado pelo juiz da Comarca de Magé e que estava previsto para ser executado a partir do dia 30/01. Nestes ofícios, a Contag solicita providência destas instituições. No Ofício para o Ministro da Agricultura (OF. Nº SE/782/73), de 11/05/1973, e no ofício para o presidente do Incra (OF. Nº SE/784/73), de 14/05/1973, a Contag encaminha cópia do telegrama enviado pela Fetag-RJ, informando da iminência do despejo na Fazenda Conceição de Suruí para o dia 16 de maio. Diz que a área abrangida pelo município de Magé fora declarada zona prioritária para fins de Reforma Agrária, conforme Decreto nº 72134, de 26/04/1973. A confederação pede atenção destas instituições no assunto. No ofício enviado ao Incra, consta a mensagem do telegrama, que diz: “Dezenas famílias rurais 400 pessoas aproximadamente ameaçadas despejo 16 maio Fazenda Conceição Suruí Magé RJ pedem urgente sustação despejo STR Magé Fetag-RJ”.

¹⁵⁵ Ofício nº 8/73, de 11/01/1973, de Pedro (1º secretário da Contag) para José Neto (presidente do STR de Magé).

¹⁵⁶ Ofício nº 54-SE/74, de 15/03/1974.

¹⁵⁷ Entrevista com José concedida a MAT no dia 12/07/2011.

¹⁵⁸ Entrevista com Bruno concedida a MAT no dia 23/06/2011.

comprometia a não autorizar a execução do despejo. Bruno explicou que o juiz de Magé sempre concedia novos prazos ao Incra porque receava não atender ao pedido de um órgão do governo federal, que neste momento estava sob o domínio de militares. Assim, na avaliação de Bruno, embora o Incra não realizasse a desapropriação, pelo menos era possível conseguir através do apoio desta autarquia a contenção do despejo.¹⁵⁹

Contudo, em geral, o prazo concedido pelo juiz ao Incra se encerrava sem que a desapropriação ocorresse. Os advogados do STR eram constantemente lembrados pelos oficiais de justiça da comarca de Magé da proximidade do fim do prazo firmado entre Incra e juiz pela não execução do despejo.¹⁶⁰ Diante deste quadro, o Incra solicitava novamente, com o mesmo argumento, a suspensão da execução do despejo ao juiz da Comarca de Magé. Os documentos consultados indicam que a ação do Incra junto ao juiz da Comarca de Magé solicitando a suspensão de despejos contra os *posseiros* da AF e CS foi constante nos primeiros anos da década de 1970 e até a concretização da desapropriação.

A proximidade do fim dos prazos estabelecidos pelo juiz de Magé e a não efetivação da desapropriação gerava um “clima de tensão” entre os trabalhadores das terras em questão, como é relatado nos documentos. O adiamento do despejo solucionava apenas momentaneamente o problema e dava aos trabalhadores rurais um prazo maior para o encaminhamento de ações na busca da desapropriação. Deve-se entender a intervenção do Incra junto ao juiz da Comarca de Magé como parte da constante pressão que os trabalhadores rurais de Magé e as entidades sindicais faziam sobre esta autarquia. Esta pressão se fazia através de visitas periódicas de trabalhadores rurais, dirigentes sindicais e assessores a sede deste órgão, em Brasília ou em sua regional, no Rio de Janeiro.

Para convencer os funcionários do Incra a intervir no caso, os trabalhadores recorriam constantemente a um estudo elaborado ainda pelo Ibra. Trata-se do processo nº 1.163/69, um estudo que selecionou diversas áreas do município de Magé, entre elas a fazenda Conceição de Suruí e a gleba América Fabril, como locais de interesse para fins de desapropriação. O estudo constatou, através de um levantamento aerofotogramétrico,¹⁶¹ análise de solo, avaliação etc., que diversas áreas de Magé não eram propriedades particulares e por isso poderiam ser utilizadas para fins de desapropriação.¹⁶²

Segundo Bruno, este relatório foi como um “combustível para o movimento”, uma vez que foi utilizado pelo MSTR como justificativa para o pedido de desapropriação dos *posseiros*. Ele explicou ainda que o fato do relatório ter sido produzido por um órgão do governo, sendo por isso uma informação oficial, dava ainda mais legitimidade ao pedido de desapropriação.

O uso do estudo realizado pelo Ibra pode ser visto em vários documentos das entidades sindicais dos trabalhadores rurais como respaldo para o pedido de desapropriação da GAF e FCS. É o caso de um ofício de 1973, enviado pela Fetag-RJ à Contag. Na nota intitulada “Tensão social no município”, a federação argumentou:

No município de Magé há diversas áreas onde a tensão social existente provocou a realização de exaustivo levantamento por parte do Incra (na época Ibra), cujo resultado, no processo Incra nº 1.163/69, foi encaminhado pelo Coordenador Regional, professor Luiz Carlos Hoquem, ao Presidente do Incra, José de Francisco Moura Cavalcanti, no qual se conclui que, para

¹⁵⁹ Entrevista com Bruno concedida a MAT no dia 23/06/2011.

¹⁶⁰ Ofício 54/72, de 08/09/1972, do STR de Magé (José Neto e Raul de Almeida Andrade) ao presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

¹⁶¹ Segundo definição do dicionário Houaiss, a aerofotogrametria é uma técnica de fotogrametria que utiliza fotografias aéreas.

¹⁶² Tentou-se sem sucesso localizar este estudo em diversos locais, como o Incra, Fetag/RJ, Arquivo Paulo de Assis Ribeiro, no Arquivo Nacional.

solucionar problemas processórios pertinentes aos imóveis denominados, Fazenda Rio D'Ouro (América Fabril), Covap, Santa Rosa, Conceição de Suruí e outros, deveriam ser desapropriados 632.000 ha de terras em Magé.¹⁶³

A existência deste estudo é indicativa de que o debate sobre a desapropriação da GAF e FCS não cessou após o golpe de 1964. Acredita-se que a permanência deste debate se deve em grande parte à pressão dos trabalhadores destas áreas junto às autoridades governamentais responsáveis pela questão agrária. A pressão dos trabalhadores rurais era motivada pela constante tensão existente em cada uma das áreas em disputa. Esta tensão era geralmente provocada ou ganhava contornos mais intensos devido à ameaça de despejo.

Porém, referir-se ao estudo feito pelo Ibra não era suficiente para convencer o Incra da necessidade de intervir nos casos: era fundamental que os trabalhadores rurais pressionassem esta autarquia para que os ajudassem a frear os despejos ou suas ameaças na GAF e FCS.

José contou que não era simples a tarefa de convencer os funcionários do Incra de intervir no caso. Ele explicou que o contato com José Francisco de Moura Cavalcanti, então presidente do Incra, por exemplo, era difícil. Pelo menos por duas vezes, eles conseguiram encontrá-lo já quando deixava o Incra no fim do dia. Nestas ocasiões, Moura Cavalcanti tinha que se posicionar, pois estava frente a frente com os trabalhadores exigindo dele uma posição. Em situações como estas ele enviava ao juiz de Magé um ofício solicitando a sustação do despejo. Contudo, segundo José, a atuação de Moura Cavalcanti restringiu-se ao envio de ofícios. Bruno falou que após constantes idas dele, dirigentes sindicais e trabalhadores de Magé, eles se tornaram conhecidos por Moura Cavalcanti, que só de encontrá-los já os reconhecia e sabia o que queriam. Bruno explicou, por exemplo, que quando eles percebiam que Moura Cavalcanti identificava algum trabalhador de Magé, eles mantinham este sujeito sempre nas comissões que iam ao Incra, para assim serem facilmente identificados.

Na regional do Incra no Rio, os *posseiros* de Magé e os dirigentes e assessores sindicais estabeleceram uma relação para tratar do caso da FCS e GAF com Domenico, superintendente no estado. Apesar dele não ter poder para desapropriar a área, sua ajuda era importante na contenção do despejo. Pelo menos por duas vezes Domenico esteve presente em Magé, segundo Bruno, para negociar com o juiz o adiamento do despejo.

José explicou que suas idas constantes ao Incra fizeram com que ele conseguisse estabelecer uma relação cordial com alguns funcionários desta instituição, com quem era possível dialogar e negociar.¹⁶⁴ Bruno narra que sempre procurou estabelecer boas relações com os funcionários do Incra ou de outros órgãos governamentais, pois assim ele conseguia pelo menos conversar e negociar a desapropriação ou o encaminhamento da contenção do despejo. Ele explicou que se no contexto da ditadura militar ele chegasse ao Incra com um discurso anti-regime, ele sequer conseguiria ser atendido por algum funcionário.

Bruno explica também que nas constantes idas ao Incra foi possível identificar os funcionários que se dispunham a ajudá-los e eram estes que eles procuravam para conseguir o apoio necessários e para obter as informações sobre o andamento do processo de desapropriação. Através dos funcionários simpáticos à causa dos trabalhadores rurais, foi possível obter informações que os ajudavam a encaminhar a luta. Bruno se lembra que o setor de cadastro do Incra era o local com mais funcionários que os ajudavam. Assim, neste setor, quando eles identificavam uma propriedade cadastrada como latifúndio improdutivo, eles tentavam encaminhar este caso para ser desapropriado.

¹⁶³ Ofício nº 24/SE/73, de 02/02/1973, de Nicanor Prezidio Brandt (presidente da FETAG-RJ) e Eraldo Lirio de Azeredo (secretário da FETAG-RJ) para José Francisco da Silva (presidente da Contag).

¹⁶⁴ Entrevista com José concedida a MAT no dia 12/07/2011.

Assim, a cordialidade no tratamento foi uma tática para conseguir negociar com esta autarquia. Esta forma de encaminhar a luta foi mantida pela Fetag-RJ nos anos subsequentes, ainda durante a ditadura militar, segundo Bruno. Para entender esta forma de ação dos trabalhadores rurais como luta, a reflexão proposta por Comerford sobre a polissemia da noção de “luta” pode ser útil.

Comerford (1999) mostra, a partir de uma pesquisa de campo em Santa Maria da Vitória e Coribe, no oeste da Bahia, como o termo *luta* assume diferentes significados para os trabalhadores rurais da região. O autor revela como um mesmo termo é ressemantizado conforme diferentes situações são vividas e interpretadas e na medida em que diversas práticas são postas em ação, estabelecendo diferentes conjuntos de relações. Deve-se ter em mente, entretanto, que esses diferentes discursos e contextos não são separados e estanques, mas fazem parte de um mesmo universo social complexo (COMERFORD, 1999).

Comerford mostra que o termo *luta* é utilizado pelos trabalhadores da região estudada para caracterizar três dimensões: 1) o cotidiano do trabalho dos *pobres*; 2) enfrentamentos concretos e prolongados; 3) disputa na esfera sindical.¹⁶⁵ O trabalho de Comerford traz uma contribuição metodológica importante, pois alerta para a importância de se entender os significados que os atores sociais estudados atribuem aos termos utilizados. Este trabalho deixa claro, portanto, que *lutar* pode ter múltiplos sentidos. A ação dos trabalhadores e dirigentes sindicais para conter os despejos da GAF e FCS é apenas uma expressão da luta desenvolvida por estes homens e mulheres e deve ser entendido no seu contexto histórico.

A permanente presença dos trabalhadores rurais de Magé junto com suas entidades sindicais de representação nas sedes do Incra ajuda a explicar o porquê desta entidade ter intervido no caso da GAF e FCS. Mais do que isso, a forma como a pressão foi encaminhada ajuda a explicar a aceitação do Incra em agir: o tratamento cordial nas negociações; o contato com funcionários simpáticos a causa dos trabalhadores rurais; as reivindicações com base na legislação; e o estudo elaborado pelo Ibra.

Mas os trabalhadores rurais de Magé também agiram de outras formas para conter os despejos. Era o caso da pressão direta ao juiz responsável pela decisão sobre a execução, ou não, do despejo. Diante da iminência de um despejo, por exemplo, os trabalhadores se reuniam e iam ao fórum de Magé com o objetivo de pressionar o juiz a dar um parecer favorável a eles. Um entrevistado contou sobre uma situação dessas: o juiz os recebeu e explicou que nada poderia fazer para ajudá-los, pois o advogado da autora do pedido de despejo, Márcia, estava em vantagem no processo em relação ao advogado dos trabalhadores. A par desta informação, o advogado dos trabalhadores propôs um acordo, que foi aceito pelo juiz, e permitiu a eles ganhar tempo para lutar pela desapropriação.¹⁶⁶ O “ganhar tempo” era parte da estratégia de ação dos trabalhadores. Ganhava-se tempo através do adiamento das ações de despejo para assim encaminhar os pedidos pela desapropriação definitiva das terras.

José contou um episódio interessante sobre a negociação entre os trabalhadores rurais e seus advogados e um juiz de Magé. Segundo o entrevistado, o juiz em questão era evangélico. Sabendo disso, os advogados alegaram na época que, caso o juiz autorizasse a desapropriação, este ato repercutiria negativamente entre sua comunidade religiosa, uma vez que havia em Magé apenas famílias pobres, que somente tinham aquela casa para viver. Diante disso, o juiz adiou o despejo. Isso teria acontecido pelo menos duas vezes, segundo José. Esta informação revela que a argumentação utilizada pelos trabalhadores rurais e seus advogados para convencer o juiz era também marcada por aspectos morais.

Em algumas situações, os *posseiros* da FCS e GAF precisaram resistir de forma direta para evitar o despejo. Esta reação se deu através da formação de aglomerações de pessoas para impedir qualquer ação do seu opositor. Estas aglomerações não pareciam ter nenhum

¹⁶⁵ Para entender melhor a polissemia do termo *luta*, ver Comerford (1999), capítulo 1.

¹⁶⁶ Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

planejamento prévio, mas se formavam de acordo com a necessidade. Ricardo, por exemplo, contou que, diante das tentativas de despejo, as pessoas se juntavam para resistir e impedir aquela ação.¹⁶⁷ Ao que parece, portanto, trata-se de mobilizações que aconteciam de acordo com as circunstâncias, para dar uma resposta rápida ao que ocorria e tentar evitar a ação em curso. Plínio também se lembrou da reação dos trabalhadores rurais diante de uma ordem de despejo.

Depois que o juiz deu o despejo ficou todo mundo lá de prontidão. Daqui não saímos. Botaram as crianças lá e daqui não saímos. Ou ele acaba com nós ou nós ficamos aqui. Foi como se conquistou as terras daqui. Aconteceu em Cachoeira Grande e lá com a América Fabril.¹⁶⁸

Esta fala revela uma prática que parece ter acontecido algumas vezes. Os trabalhadores se reuniam diante da necessidade de resistirem a uma ação e mulheres e crianças se colocavam na linha de frente da luta, para assim impedir a ação de jagunços, policias ou do exército que tentavam, em geral, despejar os trabalhadores de suas casas e expulsá-los das terras que ocupavam. Colocar mulheres e crianças na linha de frente tinha por trás a concepção de que estes não seriam atacados, uma vez que eles são vistos como pessoas mais frágeis e atacá-los se configuraria num ato covarde.

Estas ações revelam uma expressão da luta dos trabalhadores que aconteciam sem um planejamento prévio e articulado. Tratava-se de reagir diante das necessidades. Resistir ao despejo através de uma ação como a citada revela aspectos cotidianos da luta pela terra travada na GAF e FCS. Para esta reflexão, foi fundamental considerar a perspectiva de Soctt (2002), que destaca a importância de se estudar os aspectos cotidianos da luta como uma forma de compreender melhor os conflitos de classe e sua resistência. Esta ação mostra que nem toda a luta pela terra na GAF e FCS envolvia aspectos organizados e planejados, mas que se fazia no seu processo.

Vale ainda destacar a observação de Palmeira (1985), para quem, no pós-1964, nas áreas onde a mobilização sindical foi intensa, ocorreu uma “internalização da luta de classes”. “Ao invés dos grandes movimentos, a resistência cotidiana interferindo no processo produtivo [...], como nos incontáveis casos de disputa pela posse da terra por todo o país”. (PALMEIRA, 1985, p. 48-19).

3.3 As formas de lutas

3.3.1 O *andar* e a luta a partir da legislação

Além das ações com caráter de urgência para frear os despejos e garantir a permanência na terra, tratadas no tópico anterior, os trabalhadores também atuavam para conseguir a desapropriação da GAF e FCS. A principal ação dos trabalhadores era pressionar as autoridades do governo para que eles desapropriassem as terras em questão. Esta ação se fazia principalmente através de idas dos trabalhadores e dirigentes e assessores das entidades sindicais aos órgãos públicos responsáveis pela questão agrária. No Rio, ia-se à sede regional do Incra. Em Brasília, ia-se ao Incra nacional, ao Ministério da Agricultura e ao Ministério da Justiça, principalmente. José contou que quase todo mês ia-se a Brasília para pressionar às autoridades. No Rio, ia-se à regional do Incra com mais frequência por conta da maior proximidade e facilidade de acesso. Bruno explicou que as idas constantes dos trabalhadores

¹⁶⁷ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

¹⁶⁸ Pela data da entrevista, Plínio está se referindo a luta na gleba AF. Entrevista com Plínio concedida a LSM no dia 23/08/1982.

aos órgãos governamentais era importante para manter a questão da desapropriação na ordem do dia.

Ia-se ao Incra porque era a instituição responsável desde 9 de julho de 1970, data da sua criação, por promover e executar a reforma agrária no país. De acordo com o regulamento geral do Incra, esta autarquia tinha como objetivos primordiais:

promover e executar a reforma agrária, visando a corrigir a estrutura agrária do país, adequando-a aos interesses do desenvolvimento econômico, e social; promover, coordenar, controlar e executar a colonização; e promover o desenvolvimento rural através da coordenação, controle e execução, preferencialmente, das atividades de cooperativismo, associativismo e eletrificação rural.¹⁶⁹

Ia-se também ao Ministério da Agricultura porque era a instituição a que o Incra estava vinculado na época. Tratava-se, portanto, de ir a estas entidades com o objetivo de solicitar a elas a desapropriação da FCS e GAF. As idas ao Ministério da Justiça se fazia quando era necessário tratar de alguma questão referente à violência sofrida pelos trabalhadores.

Silveira-Lindoso chamou esta forma de ação dos trabalhadores de Magé de *andar*. O *andar* consistia em “idas sistemáticas às autoridades para apressar o despacho do processo e exigir uma solução que atendesse aos interesses dos lavradores.” (SILVEIRA-LINDOSO, 1983, p. 36). Ela explica que o

Andar foi a categoria mais usada para se falar de como os lavradores de Cachoeira haviam reagido às ameaças. Pode ser entendida como um sinônimo de “lutar” ou como uma forma de luta. Pode até aparecer, sem dúvida, uma forma de luta um tanto burocrática, já que o *andar* significa ir aos escritórios e tribunais acompanhando o processo, ir atrás dos juízes e das autoridades, “pedindo” ou “pressionando” por uma solução a favor dos lavradores em Cachoeira. Quem *andava* era geralmente um grupo, não todos. Iam a Magé, Niterói, Guanabara, segundo a necessidade. (SILVEIRA-LINDOSO, 1983, p. 48).

Mas como se organizavam as idas dos trabalhadores aos órgãos públicos? No início da luta contra a América Fabril, ainda nos anos 1960, os trabalhadores se organizavam em pequenos grupos. Nesta época, esta organização ainda era precária, contou um dos entrevistados. Isto porque o STR ainda não estava organizado. Com a criação do STR, este pôde contribuir para a luta travada pelos trabalhadores, que então se intensificou.¹⁷⁰

As inúmeras referências nas entrevistas ao *andar* indicam a força desta estratégia de atuação dos trabalhadores do campo na segunda metade dos anos 1960 e primeira de 1970. José falou:

Mas pra entrar, pra gente conseguir essa desapropriação aqui [CS], nós recebemos uma base 12 mandados de despejo, resistimos aos mandados de despejo, uma hora era carta do Incra, outra hora era ministro da reforma agrária, e a gente **fomos em Brasília diversas vezes, pedir a desapropriação**, mas era uma época da ditadura militar, a gente sofria muita pressão. Os *grileiros* só alegavam que todos nós era comunista e subversivo,

¹⁶⁹ Decreto nº 68.153, de 1 de fevereiro de 1971. Aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68153.htm>. Acesso em 09 jun. 2011.

¹⁷⁰Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

coisa que nós não entendia o que era subversão, o que era comunista. Comunista pra nós era uma coisa comum, que serve pra todo mundo. Né?”¹⁷¹

Não se pode deixar de destacar, no trecho acima, a referência de José ao momento de ditadura militar. Por outro lado, ele se refere aos *grileiros* como sujeito responsável por pressioná-los e acusá-los de comunista. Esta narrativa é indicativa da dupla perseguição a que estavam submetidos os trabalhadores rurais.

É possível saber um pouco melhor como se davam as idas dos trabalhadores e dirigentes a Brasília em busca de apoio na luta pela desapropriação no trecho a seguir. Esta fala revela também a constante presença do MSTR no apoio aos trabalhadores de Magé nestas ações.

José: Naquela época, quase todo mês a gente tava em Brasília junto com a Contag. Na época nós tinha uns companheiros muito bons na Contag. Lutava-se muito no Brasil inteiro pró-reforma agrária.

Marco: Na época o senhor ia pra Brasília? Com quem?

José: Ia com a Contag, Fetag. Sindicato, representante do sindicato. A gente ia a Brasília, lá em Brasília a gente se juntava à Contag. Então já morreu também há muito tempo um companheiro que nós tinha, que foi tesoureiro, secretário da Contag, chamado Pedro. Depois ele aposentou, ficou velho, doente, veio embora. Ele tinha casa, propriedade aqui em Niterói, aí veio embora, morreu aí. Ajudou muito a gente em Brasília. Ficava três dias pra conseguir reunião com o Incra, na Câmara de Deputados, era uma luta braba mesmo. Primeiro da América Fabril, depois gleba da fazenda de Conceição de Surui”¹⁷²

Os responsáveis por visitar os órgãos públicos eram as principais lideranças locais, dirigentes do STR de Magé, junto com representantes da Fetag-RJ e Contag, quando era o caso, geralmente acompanhados dos assessores jurídicos. Um lavrador disse: “Quem ajudou muito aqui foi José [...] Ele ia para Brasília para tentar não tirar a gente daqui”.¹⁷³

Se as idas a Brasília eram feitas basicamente pelos líderes da luta e dirigentes sindicais, uma vez que a longa distância implicava em custos que nem sempre era possível à organização sindical financiar, nas idas ao Rio de Janeiro, em alguns casos, os demais trabalhadores rurais participaram das mobilizações. Eles iam a locais como a Câmara dos Vereadores e o Palácio Guanabara. Mas outras circunstâncias também mobilizavam estes trabalhadores. Era o que ocorria quando era preciso pressionar o juiz por algum motivo. Pressionava-se o juiz, através de idas a sua casa, por exemplo, para pressioná-lo a decidir favoravelmente aos trabalhadores.¹⁷⁴

José contou que eles chegaram a lotar de três a quatro ônibus nas idas ao Rio de Janeiro para protestar. É marcante em sua fala a referência a união dos trabalhadores como um elemento que possibilitou a realização destas ações. Ele explicou: “Você chamava o pessoal, nós queremos montar quatro ônibus rumo ao Incra, rumo ao governo do Estado, amanhã, 24 horas nós juntava”. No trecho abaixo ele fala mais sobre isso:

Marco: Como vocês conseguiam esses ônibus?

José: O ônibus era que a gente fazia vaquinha, alugava o ônibus de carreira. Trabalhador, quando é unido, faz esse sacrifício. Um não tem dinheiro,

¹⁷¹Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

¹⁷²Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.

¹⁷³Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

¹⁷⁴Entrevista com Manoel Ferreira concedida a LSM em 1982.

quando eu entrei na luta sindical eu tinha bastante plantação. Tinha três burros pra puxar mercadoria, não passava caminhão nem carro aqui. Quantas vezes eu não pagava passagem pra dez trabalhador, daqui pra Niterói, daqui pro Rio. Antes tem que ter união, o grupo. Depois a gente criava as vaquinhas, preparava antes, as reuniões, as idas lá no Rio, pressionar os órgãos competentes da apropriação da luta da terra. Quinze dias antes dividia galinha, outro dividia ovo, outro dividia banana...

José também falou sobre as idas ao Rio de Janeiro no trecho abaixo. Desta vez, ele descreveu como foi o processo de convocação dos trabalhadores para as idas à capital fluminense. Neste momento, optou-se por citar as falas dos entrevistados para aproximar o leitor do que eles contaram sobre este cotidiano da luta, que significa falar sobre como era a organização desta atuação, para onde iam, com quem falavam, o que faziam. Trazer estes elementos significa qualificar o que significou o *andar* dos trabalhadores, revelar o colorido das suas ações.

Marco: Fiquei curioso pra saber, pro senhor contar... Como eram essas idas? O senhor falou que às vezes enchiam três ônibus, né, lá pra cidade, como que era? As pessoas todas iam, como vocês convocavam as pessoas?

José: Aí é fácil. Tem que ter tática e treinamento. Pra convocar as pessoas da área rural... Hoje em dia não, hoje, de 20 trabalhadores, hoje quatro ou cinco tem um carrinho. Antigamente não tinha nem bicicleta. Tinha dois, três de bicicleta. O que a gente conhecia? Um companheiro que sabia assinar mais ou menos bem o nome dele, sabia ler mais ou menos bem um boletim, o que a gente fazia? Mandava rodar, muitas vezes fazia até na gráfica mesmo, rodava mil, dois mil convites. [...] as datas ficam em branco, as linhas pra preencher à mão. Se calculava se tinha 50 família, mandava 50 convites. Convidava um companheiro, se não tivesse nenhum companheiro da diretoria naquela área, se pagava a ele meio dia, um dia, correspondente a um dia, naquela época era cinco merréis o dia de trabalho. Botava na bicicleta e ia casa por casa, ou então a cavalo mesmo, entregando o convite. Entendeu?

Marco: Ele mesmo lia o convite pras pessoas?

José: Se precisasse ele lia. Ele já tinha na cabeça, também, que ele era um convidado. Ele não botava estranho. [...] Em Cachoeira Grande, onde tem área grande, produção maior... Hoje é menos, mas ainda produz bastante... Ele pegava um aluno de segundo grau que estudava em Piabetá só à noite. Estudava até as dez da noite, acordava 6, 7 horas, dava pra fazer um servicinho aí pra gente, de 3 horas. Ir na casa do companheiro, coisa e tal... Vai lá, rapaz, que aquele menino tá precisando de um dinheirinho pra pagar passagem, condução pra ir e voltar... Calcula hoje, o dia de serviço na roça tá 20, 25 reais. Três horas, faz pra você dez reais. Quer dizer que dava pra ele ir duas vezes pra lá, duas vezes pra cá, tirar a hora pra ele estudar, duas horas de serviço na bicicleta. Tudo tem jeito se souber distribuir.¹⁷⁵

Apesar de na entrevista José citar alguns casos de mobilização dos trabalhadores no *andar*, sobretudo quando esta ação era empreendida no próprio estado do Rio de Janeiro, Silveira-Lindoso diz que, em geral, era somente um grupo (uma comissão) ou apenas uma pessoa que ia às autoridades pressioná-las pela desapropriação. “Fazia-se uma coleta para pagar a passagem e a estadia e um grupo ou apenas um deles *andava*, tentando conseguir a desapropriação.” (SILVEIRA-LINDOSO, 1983, p. 42). Isto porque ir à cidade exigia dinheiro

¹⁷⁵Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

para passagem, alimentação, hospedagem, além de representar um relativo abandono da lavoura. Em alguns casos, os trabalhadores e/ou dirigentes precisavam se preocupar inclusive com a roupa que usariam em uma conversa com alguma autoridade do governo. Foi o que contou José. Ele explicou que nas reuniões com os ministros era preciso utilizar terno e gravata. E houve uma ocasião em que ele precisou ir a Brasília, mas não tinha dinheiro para comprar um terno. Nesta situação, alguns trabalhadores se reuniram e juntaram dinheiro para lhe comprar a roupa um terno. Assim, ele pôde ir a Brasília negociar com o ministro o adiamento do despejo dos *posseiros* da GAF. José contou ainda que com o dinheiro reunido pelos trabalhadores foi possível também comprar os alimentos consumidos na viagem.¹⁷⁶ Em suma, depoimentos como este revelam as estratégias criadas pelos trabalhadores para suprir a falta de recursos necessários para os deslocamentos até o Rio de Janeiro ou Brasília. Mais do que isso, mostra que havia envolvimento e aprovação dos trabalhadores com a luta, ao ajudarem no *andar* com contribuições financeiras. Afinal, se ajudavam o *andar*, era porque provavelmente aprovavam esta ação. Bruno destacou que os trabalhadores da FCS e GAF estavam constantemente mobilizados e atentos para o que estava acontecendo, apoiando o encaminhamento da luta conforme era viável.¹⁷⁷ Chamar a atenção para o envolvimento dos trabalhadores rurais da GAF e FCS com a luta pela terra, e não só das lideranças, implica em destacar a importância de se considerar a gente comum como agente histórico.

Sobre a mobilização dos trabalhadores no *andar* (se quem *andava* era um grupo numeroso ou apenas uma comissão), o que as entrevistas indicaram foi que, quando as ações eram empreendidas no próprio município de Magé, como as pressões ao juiz quando este decretava um despejo, ou mesmo nas idas ao Incra ou ao Palácio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, buscava-se mobilizar o maior número de trabalhadores como forma de ampliar a ação e causar um impacto maior. As idas a Brasília, entretanto, por exigirem mais tempo e recursos, eram empreendidas por um grupo restrito de pessoas, normalmente lideranças locais, do STR, e dirigentes da federação, além dos seus assessores, como advogados. Como uma das lideranças do sindicato era José, e ele era *posseiro* em CS, isso garantia que ele tivesse um duplo papel: dirigente e morador da área.

Deve-se entender o *andar* a partir da lógica de ação do MSTR neste momento, agir tendo por base a legislação.

Marco: Vocês iam falar com quem lá em Niterói e no Rio?

José: Ah, de acordo. Antigamente a coordenadoria do Incra era em Niterói, na Amaral Peixoto. [...] Porque pagava aluguel, o governo federal, lá do Incra. [...] Tinha o destino certo pra onde a gente ia discutir os problemas. Lutar em cima da legislação. [...] primeiro foi o Ibra, o problema da terra, levou sete anos e não fez nada. Depois criou-se o Incra, o Incra tem um tempo bom, hoje em dia chama-se encravo. Primeiro foi a Supra, diz que a Supra não soprou, o Ibra não ibrou e o Incra encravou”.¹⁷⁸

Bruno explicou que esta atuação era o que permitiam as circunstâncias naquele momento. Falar nos limites da ação de um indivíduo ou um grupo, questão abordada por Bruno, e discutida acima, tem relação com o debate de Elias, apresentado no capítulo anterior, sobre o campo de atuação em que um indivíduo poderia se desenvolver num dado contexto. Para entender a ação dos trabalhadores rurais de Magé na luta pela desapropriação é preciso entender o contexto da época, a “figuração”, para utilizar um termo de Elias: a ditadura militar.

¹⁷⁶ Entrevista com José concedida a MAT no dia 12/07/2011.

¹⁷⁷ Entrevista com Bruno concedida a MAT no dia 23/06/2011.

¹⁷⁸ Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

A orientação de agir com base na lei está presente também na fala de Pedro. Ele explicou que após 1964 não havia condições de resistência direta. Assim, a única forma de conter os despejos era através da justiça. Ele falou: “Chegamos a ter 10 advogados trabalhando direto, defendendo daqui, defendendo dali. Conflito mesmo, de resistência, não houve”.¹⁷⁹ Assim, depois do golpe o trabalho da federação junto ao sindicato era estritamente de defesa jurídica. “O trabalhador que se sentia molestado em seus direitos, vinha e colocava e a gente ia fazer a defesa dele na justiça”.¹⁸⁰

Para trabalhar com base na legislação, ou seja, recorrendo-se a ações na justiça, foi fundamental a presença dos advogados nos sindicatos e federação. Segundo Bruno, a atuação através dos mecanismos legais foi uma orientação incentivada pela Contag depois que José Francisco da Silva assumiu a presidência da confederação em 1967.¹⁸¹

Como o sindicato de Magé não tinha condições financeiras de pagar o salário de um advogado,¹⁸² a federação enviava um dos seus estagiários ao STR para prestar assessoria jurídica. José falou sobre o trabalho dos advogados no sindicato em uma das suas entrevistas:

Marco: Qual era o trabalho deles com o sindicato?

José: O trabalho deles era muito importante pra fazer orientação pra gente, participar em reunião, ter o direito de falar, de ficar calado também e ouvir... O advogado pode meter o bico”.¹⁸³

Pedro também falou um pouco sobre como era o trabalho do advogado: “Pegávamos o advogado e dizíamos: ‘Você vai trabalhar com esses sindicatos?’. E ele fazia um trabalho na sede dos sindicatos, fazendo a defesa dos trabalhadores”.¹⁸⁴ José contou que os advogados defendiam os trabalhadores rurais, definiam qual rumo dariam aos processos e orientavam os trabalhadores a não ceder, não fazer acordo nem assinar nenhum papel a pedido dos *grileiros*.¹⁸⁵

E tinha coordenação, conseguimos muito parceiro amigo com assessor jurídico bom, advogado que às vezes não ganhava quase nada. Quase metade do que se trabalhasse fora. Ao lado do trabalhador. Hoje tudo pra se conseguir, o pequeno tem que trabalhar muito e fazer conquista. Não é só a troca de dinheiro que se consegue alguma coisa, a troca de amizade, e conquistar, hoje. Mas graças a Deus, até hoje, quando eu falo, movimento sindical, tivemos grandes advogados. Perante advogado de grileiro eles pareciam rato. O juiz dava mais ouvido ao lado do grileiro, do forte, mas tivemos amigo... [...] doutora Angélica, e outros, doutor Edival, chegou a ser juiz de advogado em Cabo Frio, doutor Nilson Marques, chegou a estudar tanto com área rural, chegou como professor... Como era o nome... Gama, o que... Universidade Gama Filho... Chegou a escrever três ou quatro livros. Então nós tivemos grandes companheiros e apoio.¹⁸⁶

O advogado que trabalhava em Magé ia ao STR duas vezes por semana. Nestas ocasiões, ele atendia os trabalhadores rurais que iam ao sindicato em busca de orientação e fazia o encaminhamento de atividades junto com os dirigentes – colhia informações sobre o

¹⁷⁹ Entrevista com Pedro concedida a LSM no dia 26/10/1982.

¹⁸⁰ Entrevista com Pedro concedida a LSM no dia 26/10/1982.

¹⁸¹ Entrevista com Bruno concedida a MAT no dia 23/06/2011.

¹⁸² Entrevista com Pedro concedida a LSM no dia 26/10/1982.

¹⁸³ Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

¹⁸⁴ Entrevista com Pedro concedida a LSM no dia 26/10/1982.

¹⁸⁵ Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

¹⁸⁶ Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.

andamento dos conflitos, preparava ofícios e cartas etc. O advogado tinha ainda que acompanhar os processos na justiça e estar presente nas audiências que envolviam algum trabalhador rural ou o sindicato.¹⁸⁷

Os advogados, ou assessores jurídicos, como eles eram chamados, colaboravam ainda na orientação dos trabalhadores sobre como proceder na relação com os *grileiros*. Isto era importante para evitar que algum trabalhador rural fosse enganado por aqueles que reclamavam a propriedade da terra. Os advogados orientavam os trabalhadores a não ceder, não fazer acordo nem assinar nenhum papel a pedido dos *grileiros*. José explicou que este trabalho era importante para conscientizar os trabalhadores sobre como agir com o grileiro, pois, uma vez que o *grileiro* conseguisse algum pedaço de terra e estivesse entre os *posseiros*, ele iria “infernizar” a vida dos outros *posseiros* ao seu redor, através de ações variadas, como soltar bois na plantação dos vizinhos para que suas lavouras fossem destruídas pelos animais. A intenção deste gesto era fazer com que os *posseiros* deixassem a terra ocupada.

Sendo assim, trabalhadores rurais, dirigentes sindicais e seus assessores jurídicos buscavam fazer valer seus direitos e reivindicações através do pedido do cumprimento das leis. Nesta perspectiva, o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural foram importantes instrumentos de luta. Bruno explicou que o Estatuto da Terra era uma legislação ambígua e ele buscava se aproveitar das brechas presentes nesta lei para tentar convencer as autoridades a atender aos pedidos dos trabalhadores rurais. Bruno comentou, por exemplo, que o artigo segundo do Estatuto da Terra dizia que deveria ser dada preferência para o trabalhador rural permanecer na terra.¹⁸⁸ Então este artigo era usado para tentar conseguir a desapropriação das terras em benefício dos trabalhadores.

Num memorial sobre os problemas dos trabalhadores rurais do estado do Rio de Janeiro enviado pela Fetag-RJ à Contag em maio de 1975, por exemplo, foi dito que a dinamização das leis – Estatuto da Terra e Estatuto do Trabalhador Rural – eram instrumentos essenciais para que se modificasse a então estrutura agrária fluminense.¹⁸⁹

Palmeira (2009) já havia chamado a atenção para o fato de que no pós-golpe a legislação havia se transformado numa importante ferramenta de luta para os trabalhadores. A partir de um estudo sobre a ocorrência de conflitos na Zona da Mata de Pernambuco em um momento de desmobilização política (1964-1974), ele identificou que o Estatuto do Trabalhador Rural transformou-se em uma importante ferramenta de luta para os

¹⁸⁷ Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.

¹⁸⁸ O artigo diz: “Art. 2º **É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social**, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

§ 2º **É dever do Poder Público:**

a) **promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;**

b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo. Fonte: Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso 09 ago 2011.

§ 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho.”¹⁸⁸

¹⁸⁹ Memorial sobre problemas dos Trabalhadores rurais do Estado do Rio de Janeiro. Anexo ao Ofício de José Francisco da Silva (presidente da Contag) (OF. Nº SE/597/71) para a Fetag – 18/05/1971, no qual acusa recebimento do memorial e diz já ter tomado as providências possíveis, encaminhando às autoridades competentes o memorial.

trabalhadores que, quase diariamente, mobilizavam-se politicamente para obrigarem os proprietários a atenderem às disposições da lei. Para este autor, no contexto pós-golpe de 1964, “a simples luta pelo cumprimento da legislação assume muitas vezes uma feição radical insuspeitada, podendo pôr em xeque a própria continuidade das relações sociais na agroindústria.” (PALMEIRA, 2009, p. 194).

O que Palmeira fez no estudo citado foi olhar para as diferentes formas de ação dos trabalhadores do campo e perceber nelas distintas expressões de lutas. Neste trabalho, o *andar* e a luta com base na legislação foram vistas como as principais ações dos trabalhadores rurais no sentido de buscar a desapropriação das terras em litígio.

No caso estudado, um pesquisador que durante seu trabalho procurasse por formas convencionais de luta social (como manifestações e ações armadas), provavelmente teria dificuldade em encontrá-las e, poderia assim, chegar à conclusão equivocada de que não haveria lutas sociais. Neste trabalho, o olhar voltou-se para as formas de ação dos trabalhadores rurais da GAF e FCS de forma a perceber se alguma delas representava um ato de resistência às tentativas de despejo que eles vinham sofrendo e/ou ação na busca pela desapropriação.

Algumas pistas sobre formas alternativas de ação política podem ser encontradas no trabalho de Thompson (1998), que tem como objetos a cultura política, as expectativas, as tradições e até as superstições dos trabalhadores que com mais frequência se envolviam em ações no mercado.¹⁹⁰ Além disso, Thompson buscava entender as relações, ou, às vezes, as negociações, entre a multidão e os governantes, denominadas pelo autor, segundo ele, de forma insatisfatória, como “motins”. Thompson mostra “como, em tempos de preços elevados e de penúria, a multidão podia, com uma vigorosa ação direta, impor ao mercado um controle protetor e a regulação dos preços, reivindicando às vezes uma legitimidade derivada do modelo paternalista.” (THOMPSON, 1998, p. 204).

Esse autor aponta que há diversas formas de ação coletiva alternativas à rebelião, comumente identificada como a mais óbvia. Entre elas, enumera: “petições em massa junto às autoridades, jejum, sacrifícios e orações, inspeções até as casas dos ricos ou migração de aldeias inteiras.” (THOMPSON, 1998, p. 206).

O que se pôde interpretar a partir dos dados que se obteve foi que a forma de ação deste grupo de trabalhadores rurais se deu, principalmente, a partir do *andar* e da luta com base na legislação. Mas estas não foram as únicas formas de ação nem devem ser vistas de forma isolada, já que o a ação com base na legislação muitas vezes era complementada pelo *andar*. Deve-se destacar a importância que assumiu neste momento a dimensão da negociação no encaminhamento das lutas pela terra durante a ditadura militar. Em suma, a opção pela negociação e resolução dos problemas pelas vias legais, como o recurso ao Judiciário ou a denúncia de despejos e violências sofridas a órgãos governamentais, e o *andar* representou uma forma de encaminhar às lutas dos trabalhadores rurais. Neste contexto, privilegiava-se a luta por vias legais e não mais o enfrentamento direto, com ações de resistência armada ou ocupações, como ocorreu em alguns locais nos primeiros anos da década e 1960.

3.3.2 O envio de ofícios

O *andar* era complementado por outra ação: o envio de ofícios a autoridades do governo. A intenção desta prática era fazer com que os conflitos em CS e AF fossem constantemente lembrados nos escritórios das entidades responsáveis pelo encaminhamento da questão agrária e assim permanecessem na agenda política como uma questão pendente. Além disso, segundo José, os ofícios tinham a função de ser um registro escrito das

¹⁹⁰O estudo de Thompson engloba o século XVIII na Inglaterra.

reivindicações feitas pelos trabalhadores e dirigentes sindicais no *andar*: “Se você pede de boca é igual ao vento, [...] fica no ar. [...] Tinha que mandar por escrito pra cobrar”.¹⁹¹

Os ofícios eram enviados principalmente para as mesmas instituições visitadas no *andar*: Incra regional, Incra nacional, Ministério da Agricultura e Ministério da Justiça. Em relação aos ofícios, foram analisados também aqueles trocados entre as entidades de representação dos trabalhadores rurais: STR, Fetag-RJ e Contag.

Em geral, os ofícios, antes de serem encaminhadas ao Incra ou ao Ministério da Agricultura, obedeciam à hierarquia sindical, ou seja, primeiro eram enviados do STR para a Fetag-RJ e desta para a Contag, quando então eram encaminhadas para as autoridades competentes. Contudo, isso nem sempre foi regra. Houve casos em que a comunicação via ofício se fazia de forma direta entre STR e Contag, sem a intermediação da federação.¹⁹²

Os documentos enviados pelo sindicato e federação à Contag geralmente solicitavam que a Confederação interferisse junto ao Incra no sentido de avançar na luta pela desapropriação da área em questão (GAF e FCS). Pediam também que a Contag acompanhasse o andamento do processo de desapropriação em Brasília, junto ao Incra e ao Ministério da Agricultura. Na maioria das vezes, junto a estas solicitações, pedia-se urgência na ação, uma vez que os trabalhadores estavam sob ameaça de despejo.¹⁹³

Em um ofício de janeiro de 1973,¹⁹⁴ por exemplo, o STR de Magé solicitou à Contag que acompanhasse o processo de desapropriação junto à Procuradoria do Incra em Brasília e verificasse se esta autarquia responderia ao ofício enviado pelo juiz de Magé, no qual foram solicitadas informações sobre o andamento do processo. A Contag, por sua vez, enviou um ofício¹⁹⁵ para o presidente do Incra, em 17 de janeiro de 1973, encaminhando um ofício do STR de Magé sobre a ação de despejo contra os trabalhadores daquele município. No documento, foi relatado que o despejo contra estes trabalhadores havia sido adiado devido a interferência do Incra regional e do Incra nacional junto ao juiz local. O prazo solicitado pelo Incra, entretanto, estava se esgotando e, por isso, o juiz pediu ao STR que cobrasse uma resposta da autarquia. Sem essa resposta, a ação de despejo seria executada.

Deve-se destacar que a Contag teve um papel fundamental nesta luta, uma vez que coube a ela ser a interlocutora ante as autoridades para pressioná-las e cobrar soluções para o caso em contenda. Era a Contag que estava em Brasília e podia acompanhar de forma mais próxima o andamento da desapropriação. Obviamente, a Contag só tinha conhecimento dos conflitos em Magé através da Fetag-RJ e do STR de Magé. Foi o trabalho destas entidades, na base, que dava sustentação à atuação da Confederação em Brasília junto às autoridades. Cabia, portanto, primeiro ao STR, normalmente, relatar a situação dos trabalhadores rurais e apontar suas reivindicações.

Os ofícios da Contag para a Fetag e, em alguns casos, para o STR de Magé, eram para prestar esclarecimentos sobre as ações da confederação junto as autoridades no tocante ao processo de pressão para obter a desapropriação e também para informar sobre o andamento

¹⁹¹ Entrevista com José concedida a MAT no dia 12/07/2011.

¹⁹² Como no documento (Ofício 54/72), de 08/09/1972, o presidente do STR de Magé (Assinam o documento: José Neto e Raul de Almeida Andrade) envia uma solicitação ao presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura; e ofício nº 8/73 de 11/01/1973 do presidente do STR de Magé (José Neto) a Pedro (M. D. Diretor 1º secretário da Contag),

¹⁹³ Exemplo: No ofício (OF. Nº 018/DA/72) para José Francisco da Silva (presidente da Contag), de 01/02/1972, por exemplo, a Fetag solicita que a Contag acompanhe o processo sobre os *posseiros* das terras pertencentes à AF, pois este seguiu para instâncias superiores, segundo informações da Coordenadoria do Incra, e em Magé já foi solicitado novo mandato de despejo. Portanto havia urgência para que a área seja desapropriada.

¹⁹⁴ Ofício nº 8/73, de 11/01/1973, de José Neto (presidente do STR de Magé) para Pedro (1º secretário da Contag).

¹⁹⁵ OF. Nº SE/96/73.

do processo desapropriatório no Incra e Ministério da Agricultura. Também solicitavam informações, quando necessário.¹⁹⁶ Medeiros (1983) identificou esta situação:

[...] os Sindicatos encaminhavam a denúncia dos conflitos à Fetag, muitas vezes acompanhadas de relatórios mais pormenorizados; esta, por sua vez, os levava à Contag que funcionava como porta voz do movimento sindical nas instâncias federais de poder. (MEDEIROS, 1983, p. 30).

Sobre a elaboração destes ofícios, Bruno contou que se reunia com os dirigentes do sindicato e estes passavam para ele a situação do conflito. Depois disso, ele redigia o documento e encaminhava inúmeras cópias para diversos órgãos, o que, segundo José, era uma forma de notificar, por exemplo, o Ministério da Agricultura sobre os pedidos que eram feitos ao Incra. Assim, caso quisesse, o Ministério poderia acompanhar a questão e forçar o Incra a resolvê-la, uma vez que esta autarquia lhe era subordinada. Os ofícios do sindicato para os órgãos do governo iam também com cópia para a Contag e a Fetag para fazer com que estas instituições tomassem conhecimento da situação e pudessem acompanhar e cobrar o andamento dos pedidos. O objetivo era “se cercar por todos os lados”, explicou José: “Igual pescador. Cercava o peixe”. Ele contou que muitas vezes os ofícios tinham resultado. Contudo, quando passava um mês e nada acontecia, eles mandavam outro ofício.¹⁹⁷

Nos ofícios, as entidades sindicais descreviam a situação conflitiva em curso na GAF e FCS e solicitavam providências junto às esferas federais no sentido de solucionar os litígios por terra. A principal reivindicação presente era o pedido de desapropriação das terras. A desapropriação era vista como a única solução definitiva para os litígios envolvendo ambas as glebas. Houve também um número significativo de ofícios solicitando intervenção das autoridades na contenção do despejo, como se mostrou anteriormente.

Na descrição sobre os conflitos, as entidades sindicais buscavam construir uma imagem de Magé como uma área de “tensão social”, em virtude dos conflitos fundiários. Geralmente este era o ponto de partida para a sequência do relato, que descrevia os problemas pelos quais passavam os trabalhadores rurais de um determinado local.

Em um ofício enviado pela Fetag-RJ à Contag em fevereiro de 1973, há um anexo que seria a cópia de algumas notas encaminhadas aos jornais sobre os acontecimentos recentes em Magé. No documento foi dito: “O clima é de insegurança e tensão social, estando, inclusive o próprio Presidente do Sindicato entre aqueles ameaçados de despejo”.¹⁹⁸ Dito isso, solicitam à Contag que não só divulgue o problema, mas também interceda junto às autoridades governamentais para que ocorra um “breve desfecho dessa angustiante situação, trazendo a tranquilidade ao Município de Magé”.¹⁹⁹

¹⁹⁶ A seguir, alguns exemplos destes casos. No ofício (OF. N° SE/168/73) para Fetag de 01/02/1973, a Contag comunica que encaminhou o ofício relatando a situação dos trabalhadores rurais de Magé ao Incra e ao Ministro da Agricultura. Informam também que o Ministério da Agricultura autorizou o Incra a tomar todas as providências cabíveis, o que será feito através da procuradoria do Incra. No ofício (OF. N° SE/194/73) para Fetag de 08/02/1973, a Contag encaminha cópia do ofício que encaminharam ao Incra sobre a situação dos trabalhadores rurais de Magé ameaçados de despejo. No ofício (OF. N° SE/279/73) para Fetag de 20/02/1973, a Contag informa que em audiência do dia 18 deste mês com o presidente do Incra foram informados que o projeto de desapropriação de Magé encontra-se na mesa do Ministro da Agricultura. Dizem que acompanharão o processo junto ao Ministério. No ofício (OF. N° SE/1061/73) para Fetag/RJ de 25/06/1973 e ofício (OF. N° SE/1062/73) para STR de Magé de 20/06/1973, a Contag encaminha o ofício dirigido ao Ministério da Agricultura (OF. N° AJ/1056/73). O ofício tem o objetivo de prestar esclarecimentos. No ofício (OF. N°-AJ/1707/78) para STR de Magé de 13/11/1978, a Contag acusa recebimento do ofício e comunica o envio de correspondência ao coordenador Regional do Incra, relacionada a situação dos lavradores de Conceição de Suruí.

¹⁹⁷ Entrevista com José concedida a MAT no dia 12/07/2011.

¹⁹⁸ Ofício n° 24/SE/73, 02/02/1973, p. 1.

¹⁹⁹ Ofício n° 24/SE/73, 02/02/1973, p. 1.

Caracterizar a situação em Magé como de “tensão social” era uma estratégia da entidade sindical para enquadrar este caso numa situação prevista no artigo 15 do Estatuto da Terra como prioritária para fins de reforma agrária. O texto do artigo diz: “A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social.”²⁰⁰

Como qualificativos do termo “tensão social”, falava-se em “desespero”, “angústia”, “intranquilidade”, sensações provocadas pela constante ameaça de despejo a que estavam submetidos os trabalhadores rurais. O despejo chegou a ser retratado em um dos documentos como um “fantasma” na vida dos trabalhadores e suas famílias.²⁰¹

A noção de “tensão” e seus qualificativos eram normalmente contrapostas à de “paz” e “tranquilidade”, sensações que só seriam alcançadas com a resolução dos conflitos. “Tensão social”, desta forma, sintetizava a situação deflagrada de conflitos de terras entre *posseiros* e *grileiros* e servia para se referir tanto a um ato de despejo em si, como a sua ameaça ou a algum outro temor dos trabalhadores e suas famílias.

Em suma, relatar a condição em que viviam era uma forma de apresentar às autoridades a gravidade da situação dos trabalhadores rurais e justificar a urgência para que a desapropriação ocorresse. Buscava-se com isso sensibilizar as autoridades para a urgência de intervirem a favor dos trabalhadores.

Em alguns casos, os relatos sobre as condições dos trabalhadores eram enviados também à imprensa. A tentativa de divulgar na imprensa os acontecimentos ocorridos em Magé revela o esforço do MSTR de publicizar estes acontecimentos, tornando-os conhecidos pelo grande público, e assim divulgar a “angústia” que vinham passando os trabalhadores. Segundo Bruno, as notícias divulgadas na imprensa ajudavam a manter a questão na ordem do dia e a divulgar a situação em Magé.

As notas à imprensa localizadas que acompanham os ofícios estão em papel datilografado. Não é possível saber se elas foram publicadas. Todavia, sua existência pelo menos revela uma tentativa dos trabalhadores de tornarem os acontecimentos de conhecimento público. Na nota intitulada “Zona prioritária de reforma agrária”, por exemplo, a Fetag-RJ disse que os decretos que transformavam o estado do RJ em área prioritária para reforma agrária prescreveram por falta de aplicação. Por conta disso, a federação acreditava que era possível que os fazendeiros se aproveitassem dessa situação para desalojar os lavradores de suas terras, o que provocaria um estado de “tensão social no local.”²⁰² Em outra nota, “Iniciativa do Incra”, eles dizem:

Num momento em que as iniciativas se voltam para o Nordeste, onde o Incra começa a implantação do PROTERRA²⁰³, necessário se faz uma medida de caráter urgente do Incra para o estado do Rio de Janeiro, e em particular, para o município de Magé, eliminando a tensão existente na área, trazendo a paz e a tranquilidade para que aquelas famílias possam continuar produzindo, desenvolvendo-se a si próprio e conseqüentemente o município do Estado do Rio.²⁰⁴

²⁰⁰ Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso 09 ago 2011.

²⁰¹ Ofício nº 266 SE/73, 19/10/1973.

²⁰² Esta nota é anexo do Ofício nº 24/SE/73, de 02/02/1973, de Nicanor Prezidio Brandt (presidente da FETAG-RJ) e Eraldo Lirio de Azeredo (secretário da FETAG-RJ) para José Francisco da Silva (presidente da Contag).

²⁰³ Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.

²⁰⁴ Ofício nº 24/SE/73, de 02/02/1973, de Nicanor Prezidio Brandt (presidente da FETAG-RJ) e Eraldo Lirio de Azeredo (secretário da FETAG-RJ) para José Francisco da Silva (presidente da Contag).

Em linhas gerais, pode-se identificar nestes ofícios os argumentos utilizados pelas entidades sindicais para convencer as autoridades a realizar a desapropriação das terras. Um documento produzido pela Federação e enviado à Confederação é indicativo do teor constante nestas correspondências. Este documento se destaca entre os demais, pois nele se encontra grande parte da argumentação utilizada pelo movimento sindical em outras correspondências ao longo do conflito pela desapropriação da GAF e FCS. Como explicou Bruno, em geral, um documento era produzido e a partir dele se produzia outros semelhantes, ou mesmo iguais, para serem enviados a diversos órgãos. Isto ajuda a explicar a repetição da argumentação em diversos documentos.

O documento em questão é um memorial de maio de 1971, encaminhado pela Fetag-RJ à Contag, contendo uma descrição dos problemas que afligiam os trabalhadores rurais do estado do Rio de Janeiro, particularmente os de Magé. Relatos como estes eram comuns também para outros casos de conflitos por terra. Destinado genericamente “às autoridades”, através deste memorial, a Fetag-RJ informava à Contag a situação dos trabalhadores rurais em Magé e solicitava à Confederação que intervisse junto às autoridades, pressionando-as a agir em prol dos trabalhadores.²⁰⁵ Dias depois, a Contag acusou o recebimento do memorial e disse ter tomado as providências possíveis, encaminhando às autoridades competentes o memorial.²⁰⁶

O memorial buscou chamar atenção da opinião pública e das autoridades para a situação dos camponeses residentes no município de Magé que estavam sendo alvo de despejo das terras que ocupavam. Neste memorial, foram tratados mais especificamente os casos da Fazenda Rio D’Ouro – Cachoeiras.²⁰⁷

No memorial, a federação afirma que, mesmo sabendo do risco permanente, os camponeses não pararam de trabalhar, produzindo o máximo rendimento, retirando daquele solo seu sustento e alimentando grande parte da população do grande Rio. Há nestas palavras uma concepção de que o trabalho do camponês beneficia não só a população do campo, mas também a da cidade, na medida em que fornece alimentos. Este argumento está presente em vários outros documentos e na fala de alguns entrevistados e parecia ser utilizado como forma de justificar e legitimar a relevância do trabalho do homem do campo. Com isso, ressaltava-se a necessidade do trabalhador rural ter acesso à terra, condição para continuar produzindo. Através deste argumento, portanto, buscava-se construir uma imagem que destacava o papel social do homem do campo. Bruno explicou que este argumento era utilizado para mostrar que, caso os camponeses não pudessem produzir, o abastecimento da cidade seria prejudicado, afetando toda a população da cidade. O problema enfrentado pelos trabalhadores do campo, portanto, de alguma forma afetaria a população de uma maneira geral.

No memorial, para embasar seu pedido, a Fetag-RJ recorre ao discurso de uma autoridade que apóia a sua causa, a reforma agrária. Trata-se da fala do Papa Paulo VI, de 1966, na Conferência Mundial da Reforma Agrária, promovida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no qual ele considera a reforma agrária necessária para aumentar a renda, melhorar as condições e a segurança do emprego, estimular a iniciativa, redistribuir a terra entre os homens e torná-la produtiva, além de erradicar a pobreza e a fome.

Há ainda um argumento que diz que, caso a desapropriação não ocorra e as terras sejam transformadas em lotes urbanos, o “cinturão verde” e reservas florestais seriam destruídos. A Fetag-RJ segue o relato no memorial ressaltando a situação precária daquelas famílias:

²⁰⁵ Ofício Nº 180/DA/71, de 06/05/1971, da Fetag-RJ para José Francisco da Silva (presidente da Contag).

²⁰⁶ Ofício Nº SE/597/71, de 18/05/1971, da Fetag-RJ para José Francisco da Silva (presidente da Contag).

²⁰⁷ Como José explicou em uma entrevista, esta área é a que os *posseiros* chamavam de GAF.

Duas centenas de famílias, sendo jogadas a sorte, tangidas de seu setor de trabalho (talvez o mais duro), desamparados, sem ter para onde ir, sem dúvida, forçados a aumentar as favelas, a mendicância, a prostituição, a delinquência, etc. Alguns já foram despejados, estando os documentos dos demais prontos para a deflagração a qualquer momento.

O despejo, neste argumento, deixa de ser um problema restrito ao local onde ele ocorre e passa a ser uma problemática social mais ampla. Além disso, já neste momento, está presente a preocupação em relação à favelização e a delinquência.

A Fetag concluiu no memorial que tudo isso poderia ser evitado se a desapropriação se realizasse. A Federação ressalta que bastava apenas um entendimento entre o Governo do Estado e o Federal, uma vez que com a criação do Incra a competência do caso passou a ser da União (e o Decreto de 1963 havia sido feito pelo estado), e o Incra poderia ter feito o depósito e dado prosseguimento ao decreto. Em vista disso, eles dizem:

Solicitamos ao Governo do Estado e ao Incra, que procurem chegar a um entendimento com vistas ao aproveitamento destas terras, para que novos casos de despejo não venham ocorrer. Entendemos serem necessários vários estudos e projetos, porém a situação não permite grandes levantamentos, demoradas formulações intelectuais, posto que, centenas de brasileiros não têm lar.

Como se pôde ver acima, a Fetag-RJ continuava buscando a efetivação do decreto desapropriatório de 1963. No trecho supracitado, a federação busca chamar atenção para a urgência da resolução do conflito. Neste caso, não falam da terra somente como lugar de trabalho, de produção de alimentos. Ela é também um lugar de moradia para estes trabalhadores. Não desapropriar a gleba AF e a fazenda CS significa deixar “centenas de brasileiros sem lar”. Esta é mais uma feição que a luta pela terra assumiu – terra como lugar de trabalho e moradia. Ainda no memorial, a Federação relata outras situações que caracterizam o que eles chamam de o “quadro desolador do meio rural”:

a) diversas irregularidades nos Cartórios, onde políticos e figurões ditam regras e recebem favores ilícitos; b) existência de grande número de famílias que trabalham a terra sem qualquer forma de participação, no que se refere à posse; c) escrituras outorgadas sem observância às determinações legais; d) registro de escritura sem o necessário exame; e) loteamentos fantasmas, com lotes vendidos irregularmente e situação de posse duvidosa; f) 500 anos de latifúndio e conseqüente exploração do camponês.

As situações relacionadas têm em comum a ênfase no descumprimento da lei. Diante deste quadro, a desapropriação era vista como a única maneira de sustar o despejo das famílias em Magé, bem como frear a tensão social no campo.

Mas a Fetag apresentou ainda outras sugestões para a resolução dos problemas levantados, além da desapropriação das terras: “Outra modalidade que poderia ser utilizada a curto prazo, seria a suspensão por 10 anos de quaisquer atos destinados a desalojar camponeses de suas terras: despejos, imissões de posse, manutenções, reintegrações, etc.” Tentava-se, através deste pedido, uma solução temporária para o problema que só seria resolvido definitivamente através da desapropriação.

Por fim, eles dizem já ter enviado mensagem para o Governador do Estado alertando da situação de iminente despejo dos *posseiros* da área da América Fabril e destacam que esta

situação merece atenção das autoridades do país, pois sua não resolução será “uma autêntica vergonha nacional”. Lembram ainda que o Estado do Rio encontra-se na área de zona prioritária para a reforma agrária, mas, apesar disso, nada de concreto foi feito que evidenciasse essa prioridade, com exceção da tentativa em curso no momento em Vargem Grande, no Município de Itaboraí. Por fim, a Fetag conclui argumentando que considera essencial a dinamização das leis – Estatuto da Terra e Estatuto do Trabalhador Rural – a fim de modificar a estrutura agrária atual. Como foi dito antes, é através da legislação existente que a Fetag recorria às autoridades para solicitar intervenção no caso e realizar a desapropriação.

O caso relatado neste memorial serve para entender não só uma das formas que a luta pela terra se desenvolveu após o golpe de 1964, recurso às autoridades solicitando intervenção e apoio para conter os despejos e conseguir a desapropriação. Este documento trás também os argumentos utilizados pelo MSTR para justificar e embasar seus pedidos às autoridades. Mais do que se referir a um caso concreto, uma fazenda em Magé, a partir deste memorial é possível entender a argumentação do MSTR junto às autoridades e a sua forma de atuar neste momento.

3.3.3 Reuniões

As ações do MSTR no encaminhamento das lutas eram geralmente precedidas de reuniões, que tinham por objetivo socializar informações, planejar atividades e mobilizar trabalhadores. Em Magé, o principal articulador das reuniões na FCS e GAF parece ter sido o STR. As reuniões, em geral, aconteciam entre dirigentes e/ou assessores do sindicato com os *posseiros* de cada uma destas glebas, mas também entre estes e a federação. Também ocorriam reuniões entre os sujeitos que compõe cada um destes grupos: *posseiros* e sindicatos.

Um lavrador explicou que havia reuniões entre os trabalhadores e destes com pessoas ligadas ao movimento sindical, como advogados e dirigentes da Fetag.²⁰⁸ Sérgio conta, por exemplo, que Pedro, dirigente da Fetag, foi por algumas vezes à Magé reunir-se com aqueles trabalhadores e apoiá-los na luta que travavam. Ele contou que os próprios trabalhadores de Magé se reuniam e juntavam dinheiro para levá-lo até lá.²⁰⁹

Como era um momento em que qualquer tipo de mobilização política era reprimida – ditadura militar – foi preciso ter cuidado nos momentos de reunião. Basta lembrar que o AI5 suspendia todos os direitos políticos dos envolvidos em atos considerados suspeitos.²¹⁰

As assembléias sindicais, para ocorrer, precisavam ser notificadas com quinze dias de antecedência ao delegado do Ministério do Trabalho, segundo alguns entrevistados. A análise do livro de atas das assembléias do sindicato revelou que após 1968, momento de abertura do

²⁰⁸Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

²⁰⁹Entrevista com Sérgio concedida a MAT no dia 30/07/2010.

²¹⁰ Art 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de frequentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado,

§ 1º - o ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário. Fonte: Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em < http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm>. Acesso 09 ago 2011.

sindicato, e ao longo de todo o ano 1970, ocorreram, em geral, assembleias gerais ordinárias e assembleias gerais extraordinárias. José explicou que as primeiras deveriam ocorrer obrigatoriamente, conforme orientação do Ministério do Trabalho. Já as segundas, ocorriam eventualmente conforme a necessidade local. José falou ainda que ocorreram assembleias eleitorais.²¹¹

As assembleias ordinárias ocorreram quase anualmente.²¹² Nelas, discutia-se e aprovava-se o relatório de atividades do sindicato (sempre em relação ao ano anterior de realização da assembleia), fazia-se o balanço financeiro do ano anterior da data de realização da assembleia (prestação de contas) e planejava-se a previsão orçamentária para o ano seguinte. Já em relação às assembleias extraordinárias, ocorreram apenas duas no pós-golpe e até o fim de 1979. Uma em 01 de maio de 1979, na qual se falou sobre a aquisição de uma sede para o sindicato, e outra em 13 de dezembro de 1979, quando se discutiu sobre o aumento da mensalidade do sindicato.

Neste período, ocorreu ainda uma reunião extraordinária da diretoria e conselho fiscal do STR de Magé, em 13 de janeiro de 1972, quando se debateu sobre o desentendimento entre o então presidente e tesoureiro do sindicato, e uma reunião ordinária da diretoria do STR de Magé, em primeiro de julho de 1972. Nesta ocasião, discutiu-se sobre a aprovação de gratificação aos membros da diretoria e sobre o estabelecimento de um valor a ser cobrado para a admissão de novos associados.

Considera-se a análise das atas das assembleias até 1979 porque, a partir deste ano, iniciou-se o período de distensão política do regime militar. Em 1979 se deu a revogação dos Atos Institucionais e a aprovação da Anistia, ensejando o retorno do exílio das principais lideranças da esquerda brasileira. Portanto, foi o período anterior a 1979 o de maior repressão política no contexto da ditadura militar.

Portanto, as atas revelam que as assembleias sindicais não pareciam ser momentos de discussão política e encaminhamento da luta pelos trabalhadores rurais. Caso isso tenha ocorrido, não houve o registro destas discussões. José disse que nestas assembleias não era possível se discutir encaminhamentos políticos e temas concernentes à luta pela terra, pois nelas sempre estavam presentes representantes do governo.

O tema das lutas era discutido apenas em reuniões com um grupo restrito de pessoas e nada era registrado em papel. Os trabalhadores rurais e dirigentes e assessores sindicais encontraram, portanto, outros meios de se reunir. As reuniões combinadas para mobilizar trabalhadores, falar sobre a luta pela terra ou traçar estratégias de ações precisavam ocorrer sem a presença de representantes de governo. Estas reuniões costumavam acontecer em locais discretos e variados, para se evitar que fossem identificadas por qualquer um.

José falou que as reuniões aconteciam nas próprias regiões onde estava instalado um conflito. Assim, uma reunião sobre CS ocorria em algum local de CS, sempre em lugares diferentes: no pé de um morro, embaixo de uma árvore ou na casa de alguém, como se lembrou um dos entrevistados. Um dos lugares onde os trabalhadores rurais das glebas AF e CS se reuniam era no bar da Marina, localizado na beira da ponte do rio Cachoeira Grande. Marina contou que, enquanto a reunião ocorria, ela ficava vigiando ao redor do bar para observar se não chegaria nenhum estranho ou alguém da polícia, o que nunca ocorreu, pois o seu bar não ficava na estrada principal e a polícia só passava por lá eventualmente.²¹³ José e Marina falam sobre estes episódios no trecho abaixo:

²¹¹ Contudo, a ata destas não foi localizada.

²¹² Após a reabertura do sindicato e até o fim de 1979, foram realizadas assembleias ordinárias nos dias 11/05/1969, 10/07/1969, 27/06/1970, 29/06/1971, 21/04/1972, 01/09/1973, 22/06/1974, 05/06/1975, 21/06/1976, 04/06/1977, 26/06/1979.

²¹³ Entrevista com Ricardo, José e Marina concedida a MAT no dia 29/07/2010.

José: Periodicamente mudando [as reuniões] de rota e local. Às vezes a gente pegava um papel em branco, e tinha aquela maquinazinha, mimeógrafo, pegava papel em branco e desenhava mais ou menos o que a gente queria, [...], finalidade, a bem da comunidade, se botava o que mais? Reforma agrária, aí caía na mão do policial, ia pro delegado de polícia. E quando era, assim, lá no sindicato, na época, 72 horas, tinha que mandar pra delegacia, comunicando o horário da assembléia, da reunião, do sindicato...

Marco: Vocês mandavam?

Marina: Tinha que mandar.

José: Tinha que mandar, uai! Rapaz! Nós ficamos preso!

Marco: Eles vinham na reunião de vocês?

José: Vinham, mas eles vinham igual você tá aí.

Marco: Mas vocês sabiam quem era?

José: A gente velho, acostumado a dialogar, a gente conhece. A gente sabe mais ou menos quem tá ali. Chega disfarçando, senta na cadeira, faz de conta que não tá vendo nada, mas todo mundo aplaude, ele não bate palma, balança a cabeça pra fingir que tá concordando...

Marco: Mas vocês conversavam sobre tudo mesmo com ele...?

José: Não, tinha uns casos sigilosos que a gente driblava ele.

Marco: Vocês falavam sobre o que, então?

José: Ah, meu filho, é de acordo com o movimento que tá ocorrendo na época.

Marco: E se não avisasse, o que acontecia?

José: Aí o bicho comia, porque eles ligavam pro delegado do trabalho. O delegado do trabalho era em Niterói. Muito rigoroso. O doutor José Camilo, um cara formado, delegado de polícia, botava ele lá de delegado do trabalho. O homem era ruim pra ser ruim. Chegava lá, batia com ele, coisa e tal. Isso, o sindicato dos trabalhadores rurais, a federação, a Contag, movimento sindical geral, tanto rural quanto urbano, ele ficou preso ao governo até a elaboração da nova constituinte em 5 de novembro de 88.²¹⁴

Eventualmente, havia uma desconfiança entre os trabalhadores e dirigentes de que havia pessoas infiltradas na reunião os vigiando. José contou como eles agiam diante de uma situação como esta:

Aí se dá o seguinte: cada reunião a gente fazia uma pauta. Fazia uma reunião com um representante. “Atenção, companheiro! Eu, representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Magé, quero falar pra vocês que o sindicato hoje não está sozinho na reunião. Nós temos um representante da Fetag. Hoje nós temos representante de associação. Tal, tal, ou nós temos da Contag, de Brasília.” só que antes de começar a reunião, tinha uma pauta. E tal. Lápis vermelho. Xis. [...] digamos assim, tinha 40 itens. Vem 5, 6, 8 itens. A gente vedava. Era vedado, boca fechada, não se pode falar neles. Aí o trabalhador “senhor presidente do sindicato, nós queria saber do assunto fulano de tal”. Aí que ele respondia? “Por força maior, esse assunto que o companheiro ouviu que ia ser levantado hoje ainda tá dependendo de discussão com o Inbra, com o Ministério do Trabalho”. A gente jogava. “Talvez na próxima reunião vai ser discutido”. Aí morreu aquele assunto.

Marco: Vocês faziam isso porque...

José: Não podia botar a boca... Você vai jogar osso pro cachorro, o que ele vai fazer? Tudo tem que ter tática, tudo nesse mundo.²¹⁵

²¹⁴Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.

²¹⁵Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.

Outro tipo de reunião também acontecia em Magé, conforme apontou José: as voltadas para traçar estratégias de luta. Estas reuniões eram restritas aos líderes sindicais e ao corpo de funcionários das organizações sindicais.

José contou que Otávio começou a estagiar no STR de Magé como assessor jurídico e lá ficou por sete anos. Nos sábados que José e Otávio não tinham reuniões nem estavam viajando, e quando Otávio estava de folga, José o convidava para ir almoçar e eles ficavam por cerca de quatro horas discutindo estratégias para vencer o *grileiro*. Ele disse que era preciso fazer isso, pois o *grileiro* também tinha este tipo de reunião com seus advogados e com seus capatazes, para pensar em como vencer os *posseiros*. Esses encontros para traçar estratégias eram importantes para que, quando eles chegassem às reuniões com os trabalhadores rurais, eles pudessem explicar qual era a estratégia montada. Nas reuniões com os trabalhadores era preciso orientá-los a não ser enganados pelos *grileiros*, como quando eles tentavam fazer com que os *posseiros* assinassem algum papel em branco aceitando sair da terra em troca de algum dinheiro, prática muito comum segundo José.

Já Bruno contou que não costumava frequentar as áreas de conflito. Ele preferia conversar com os trabalhadores na sede do sindicato. Isto porque ele sabia que estava sendo vigiado e temia que sua ida até os locais de conflito aumentassem a perseguição a ele. Deve-se destacar que Bruno era membro do PCB antes do golpe e pessoas como ele eram altamente visadas durante a ditadura. Bruno explicou que suas idas aos locais de conflitos eram eventuais e tinham sempre objetivos específicos, como expor para os trabalhadores alguma questão.²¹⁶

A ocorrência de reuniões para mobilizar os trabalhadores, traçar estratégias, socializar informações etc. revela que houve uma participação dos trabalhadores da gleba AF e CS na luta pela desapropriação destas glebas para além do *esperar*, como apontou Silveira-Lindoso. Estas ações mostram que a luta era vivida localmente pelos trabalhadores rurais.

3.4 A desapropriação da gleba América Fabril

A primeira referência encontrada em um documento de que a desapropriação da GAF estava próxima a ser realizada é de fevereiro de 1973. Trata-se de um ofício da Federação para a Confederação, no qual foi dito que o estudo realizado pelo Ibra foi encaminhado à presidência do Incra, que decidiu desapropriar 632.000 ha de terras no município para por fim à tensão social reinante.²¹⁷ No dia 02 de fevereiro de 1973, o Incra enviou um ofício para o juiz de Magé, que dizia:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com o escopo de informá-lo que o Incra já concluiu os estudos relativos a Magé, objeto de ação em tramitação perante esse respeitável juízo e que já foram encaminhados à apreciação do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, de molde a nos proporcionar a esperança de um breve pronunciamento conclusivo sobre a matéria.²¹⁸

Cinco meses depois do ofício do Incra para o juiz de Magé, no dia dois de julho de 1973, foi publicado o Decreto nº 72.420, desapropriando a gleba AF. Um dos entrevistados

²¹⁶ Entrevista com Bruno concedida a MAT no dia 23/06/2011.

²¹⁷ Ofício nº 24/SE/73 (02/02/1973), dirigido a José Francisco da Silva, presidente da Contag na época. Assinam o documento: Nicanor Prezidio Brandt (presidente da FETAG-RJ) e Eraldo Lirio de Azeredo (secretário da FETAG-RJ).

²¹⁸ (OF. INCRA/P/Nº13/73) enviado pelo Incra ao Juiz de Direito da 1ª Vara Cível – Comarca de Magé –, em 02/02/1973.

apresenta sua visão sobre o momento que antecedeu o decreto de desapropriação. Ele contou que a situação estava “pegando fogo” na gleba AF devido à ameaça de despejo. Diante deste quadro, representantes da Fetag-RJ e do STR de Magé foram à Brasília reivindicar a desapropriação das glebas AF e CS junto ao Incra e Ministério da Agricultura. Uma vez em Brasília, representantes da Contag juntaram-se a eles. No Ministério da Agricultura, os trabalhadores e dirigentes sindicais foram recebidos pelo secretário do Ministro, que lhes disse ter a autorização para resolver a situação.

O depoimento acima revela a visão de um dos trabalhadores de Magé sobre um episódio que ele considera definitivo para a realização da desapropriação. Este depoimento mostra uma das formas como os trabalhadores rurais e dirigentes sindicais atuaram para lutar pela desapropriação: o *andar*. Foi esta insistência na negociação com as autoridades que, em parte, parece ter garantido o sucesso da luta.

Houve outros casos de conflitos por terra nos quais os trabalhadores também pressionaram o Incra e o Ministério da Agricultura para desapropriar as terras em litígio, mas não obtiveram sucesso. Por que então foi feita a desapropriação da GAF neste momento? Qual é a particularidade deste caso? Na avaliação de Bruno, foi a forma como a negociação com o Incra e Ministério da Agricultura foi conduzida que, em parte, lhes garantiu a desapropriação. O tratamento cordial, a insistência no *andar*, o fato de não deixarem a questão ser esquecida, a identificação dos funcionários simpáticos à causa camponesa e a negociação com eles e, principalmente, o estudo do Ibra indicando algumas terras de Magé como propriedade sem dono, tudo isso contribuiu para a realização da desapropriação na GAF.

Além disso, para Bruno, houve outro fator facilitador para a desapropriação da GAF. Como se sabe, a disputa por esta terra se dava entre *posseiros* e a CAF. Nos anos 1970, esta empresa já acumulava dívidas referentes a impostos atrasados devidos ao governo. Bruno explicou que a CAF começou a enfrentar dificuldades financeiras após a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pois tinha um grande número de funcionários. Assim, a desapropriação foi uma forma da CAF saldar esta dívida a partir do valor da indenização das terras desapropriadas. Isto foi feito a partir de um acordo entre o governo federal e a fábrica.²¹⁹ Com isso, o governo atendia à reivindicação dos trabalhadores, desapropriava apenas uma parte das terras da CAF, lhes garantindo a permanência numa área, e ajudava a companhia a saldar sua dívida com o recurso da indenização da desapropriação.²²⁰

Deve-se considerar que a situação da empresa neste momento era grave. Em 1962, a CAF teve sua primeira fábrica desativada, a Carioca. Depois disso, em 1968, foi a vez da Fábrica Cruzeiro (PIMENTA, 2007). As diversas fábricas que constituíam a CAF foram sendo progressivamente desativadas ao longo dos anos 1960 até que, em 1971, a Companhia pediu concordata, concedida em julho do mesmo ano. Estes dados, junto ao depoimento de Bruno, revelam que a CAF passava por um processo de falência. Com isso, a fábrica perdia força e conseqüentemente poder de intervenção junto aos *posseiros*. Este é mais um elemento para entender a particularidade deste caso e a desapropriação na GAF.

O decreto de desapropriação do Conjunto Agro-Industrial América Fabril foi o primeiro passo de um conjunto de ações que foram empreendidas para a concretização da

²¹⁹ Entrevista com José concedida a MAT no dia 12/07/2011.

²²⁰ Um caso que ajuda na reflexão sobre os motivos que levaram o governo militar, no início dos anos 1970, a realizar uma desapropriação é o de Japuaara, localizada nos sertões de Canindé, estado de Ceará. Caracterizado por opor moradores e parceiros aos proprietários de terra, a desapropriação em Japuaara ocorreu em 1971. Para Barreira (1992), o decreto foi uma “medida acauteladora” do governo. Ele considera que este fato, na essência, traduz o temor de que o caso da fazenda Japuaara se estendesse para outras propriedades também em vias de conflito. “Se é inegável que a medida teve caráter pacificador, ela provocou, também, um debate sobre as questões da terra no Estado do Ceará.” (BARREIRA, 1992, p. 56). A interpretação de Barreira pode ajudar na reflexão sobre o caso de Magé. É possível que a desapropriação da GAF tenha tido, em parte, um caráter acautelador, contudo, não se pode afirmar que isto tenha ocorrido.

desapropriação desta área. Isto porque, uma vez publicado o decreto, ficou a cargo do Incra, a sua execução. Assim, em abril de 1974, teve início no Incra o processo administrativo com vistas a efetivar a desapropriação da GAF.

Merece destaque um documento de junho de 1973 da Contag para o Ministério da Agricultura, no qual a Confederação agradece o esforço do Ministério em desapropriar a GAF. Neste ofício, a Contag disse que o processo movido contra os trabalhadores rurais em Magé teve sua execução protelada graças ao trabalho das entidades sindicais, do Ministério da Agricultura e do Incra. Esta ação culminou com o Decreto presidencial nº 72.134, de 24/4/1973, considerando a área como prioritária para fins de desapropriação. Neste documento, portanto, a Contag reconhece a importância do Incra e Ministério da Agricultura para a obtenção da desapropriação.²²¹

Mais do que um reconhecimento de apoio, o papel desta mensagem parece indicar uma tentativa da Contag de abrir precedentes através desta vitória para a conquista de outras desapropriações. Basta lembrar que a desapropriação de CS não foi realizada em 1973 e, portanto a luta dos *posseiros* daquela área junto às entidades sindicais permaneceria nos meses seguintes. Além disso, outros conflitos ocorriam em Magé, no restante do estado do Rio e em outros estados do país. Um documento do Incra, de abril de 1974, no qual a autarquia responde a informações solicitadas pelo Procurador da República sobre desapropriação de terras da CAF no município de Magé, traz as seguintes informações sobre a questão da luta pela terra neste município: há o ajuizamento de várias ações possessórias perante o Juízo de Magé, relacionados aos imóveis denominados América Fabril, Covap, Santa Rosa, Conceição do Suruí, Ferraz e outras.²²²

Em um estudo sobre a luta pela terra no período da ditadura militar (1969-1979), Medeiros (1983) fez um levantamento dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro para o período em questão. A partir, sobretudo, de fontes do arquivo da Contag, o trabalho registrou 71 conflitos por terra no território fluminense, abrangendo 18 municípios, tendo 27 deles ocorridos na Baixada.

Após o decreto, José explicou que os despejos cessaram na GAF. Contudo, embora a luta tenha se encerrado para os trabalhadores, os trâmites da desapropriação da GAF continuaram por muito tempo em andamento sem envolver os *posseiros*. Isto porque após o depósito do Incra da importância oferecida a título de pagamento, foi deferida imissão provisória na posse, depois tornada definitiva. Estes trâmites foram suficientes para garantir a permanência dos *posseiros* na terra em que viviam.

No processo de desapropriação, o Incra e os supostos proprietário disputaram inicialmente o valor de indenização. Com o tempo, a disputa passou a ser entre diferentes supostos proprietários sobre quem seria o legítimo dono das terras desapropriadas. Desta disputa dependia a destinação do valor da indenização. Inicialmente atribuído à CAF, anos depois Márcia entrou no processo alegando ser proprietária de parte da área desapropriada. Para saber quem era o verdadeiro dono da GAF, foi realizada uma perícia. Esta concluiu que um trecho da área desapropriada pelo Incra é parte integrante da área que corresponde ao perímetro descrito nos títulos de Márcia. Por isso, o juiz julgou procedente a ação de Márcia, determinando ao Incra pagar a indenização a ela. A CAF, contudo, continuou disputando com Márcia a propriedade da GAF na justiça. Esta disputa levou a um acordo entre ambos. Coube à CAF 60% do território desapropriado e a Márcia 40%.

Este acordo foi visto pelo Ministério Público Federal como um indício de possível desonestidade da parte de Márcia, uma vez que ela admitiu receber somente 40% da indenização, quando o laudo parcial na ação expropriatória a considerava dona de toda a gleba

²²¹ Ofício Nº AJ/1056/73, de 15/06/1973, para Ministro da Agricultura.

²²² Ofício do procurador da república para o Incra de 04/03/1974 e resposta do Incra através de ofício de 14/04/1974. Ambos estão presentes no processo administrativo do Incra.

indenizada, parte da GAF. Os advogados de Márcia argumentaram que o acordo lhe foi desvantajoso, mas ela cedeu porque estava tentando receber pelo que lhe foi tomado. Isto porque a perda destas terras “a jogou na classe proletária”. O advogado disse sobre ela no processo: “Nunca foi rica nem teve muitas posses. Mas comprando, engordando e vendendo gado tinha uma vida confortável. Quando suas terras foram invadidas pelo Incra e seus parceiros, teve de vender tudo às pressas e de ‘mão beijada’”.

Os apontamentos feitos até aqui sobre o andamento do processo desapropriatório foi somente para indicar que o teor da disputa presente no processo administrativo do Incra revela uma enorme dificuldade em atribuir propriedade, o que caracteriza uma indicação de que muito provavelmente estas terras haviam sido griladas. Não se focou no andamento detalhado neste processo por fugir aos objetivos deste trabalho que, em linha gerais, buscou compreender a ação dos trabalhadores rurais na luta pela permanência na terra. No processo, outras tantas questões são debatidas, como a disputa em torno do valor da indenização a ser paga pelo Incra e em relação aos honorários advocatícios da expropriada, que deveria ser paga pelo expropriante. Não era o objetivo deste trabalho analisar estas situações.

3.5 A desapropriação da fazenda Conceição de Suruí

A desapropriação em 1973 abrangeu apenas a GAF, como se mostrou anteriormente. Meses antes da promulgação deste decreto, já havia uma indicação de que a FCS poderia ficar de fora do decreto desapropriatório, produzindo o que os trabalhadores chamaram de uma “solução parcial” para os conflitos. Em um ofício de janeiro de 1973 para a Contag, o presidente do STR de Magé disse que, segundo impressões colhidas nos contatos feitos com a Coordenaria Regional do Incra do estado do Rio de Janeiro por dirigentes da federação e do sindicato, a solução para o problema de Magé seria apenas parcial, pois somente os lavradores da área da CAF seriam atendidos. Diante deste fato, STR e Fetag-RJ alertaram a Confederação para a necessidade de solucionar os problemas das demais áreas do município, sobretudo a de Conceição de Suruí, uma vez que os supostos proprietários desta fazenda pretendiam executar o despejo.²²³

José explicou que a FCS não foi desapropriada junto com a GAF porque os técnicos do Incra não consideravam esta área apropriada para a desapropriação, uma vez que ela era repleta de morros e as terras mais produtivas eram as mais baixas. Além disso, a quantidade de morros dificultaria o uso de máquinas geralmente utilizadas na produção. Contudo, José disse que ele e os demais *posseiros* queriam permanecer nas terras que eles viviam e por isso continuaram lutando pela desapropriação da FCS.²²⁴

Em ofício de outubro de 1973 do STR de Magé para o Incra, encaminhado através da Contag, foi relatado:

Premidos pelo fantasma do despejo, que os vem angustiando há mais de 2 (dois) anos, somente não consumado graças as reiteradas intervenções deste órgão, os lavradores e seus familiares que ocupam o imóvel denominado Fazenda Conceição de Suruí, alguns há mais de 30 (trinta) anos, vêm, novamente, por intermédio do seu órgão de classe, apelar ao Instituto Nacional de Reforma Agrária, solicitando a V. Excia que o presidente interceda junto os Exmos. Srs. Ministro da Agricultura e Presidente da República, no sentido de que os efeitos do decreto 72.240, sejam também estendidos ao imóvel denominado Fazenda Conceição de Suruí, de forma que este imóvel seja também desapropriado para fins de Reforma Agrária,

²²³ Ofício nº 8/73, de 11/01/1973, de José Neto (presidente do STR de Magé) para Pedro (1º secretário da Contag).

²²⁴ Entrevista com José concedida a MAT no dia 12/07/2011.

uma vez que o imóvel de propriedade da Cia. América Fabril, alvo do citado decreto desapropriatório, talvez não tenha a extensão suficiente para abrigar as famílias que ocupam os dois imóveis, bem como ante a renitência da Sra. Márcia que não quer aguardar as providências que vêm sendo tomadas pelo órgão presidido por V. Excia., fazendo pesar sobre os trabalhadores a ameaça de despejo.²²⁵

Como se pode ver no trecho acima, as intervenções do Incra para evitar o despejo continuaram. Ainda neste ofício, foi relatado que em 1º de julho de 1973, o juiz de Magé suspendeu o despejo das famílias da FCS por 30 dias e determinou a expedição de um ofício ao Incra solicitando informações sobre quais imóveis seriam desapropriados em Magé. O juiz objetivava com isso saber se entre eles estava a Fazenda Conceição de Suruí.

Anexo ao ofício, há ainda o despacho do juiz, de 1º de junho de 1973, sobre o processo de reintegração de posse movido por Márcia contra Paulo Estevo e outros. Para o juiz, havia “excesso de tolerância e indulgência” por parte da autora que há dois anos aguardava a execução da sentença da qual saiu vitoriosa. Ele relata também que os executados alegam ter surgido novos fatos que mostram providências desapropriatórias da FCS – provam isto através da fotocópia do ofício oriundo do Ministério da Agricultura e de recorte de jornal. O juiz disse:

A matéria já está decidida, nada havendo a acrescentar no decisório, justamente pelos fundamentos jurídicos expendidos. Entretanto, tenho em mãos o Decreto nº 72134, de 26, publicado no D. Oficial da União de 27/4/73, modificativo do de nº 70983, de 18/8/72, cujo item II, art. 1º, que declarava zonas prioritárias nos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, para fins de reforma agrária, passou a vigorar com nova redação, incluindo áreas em outros municípios, mencionando expressamente o de Magé, confirmando, dessa forma, explicitamente, os dizeres do ofício 159/BR, do aludido Ministério, cuja fotocópia se vê às fls. 177.

Estes dados, na visão do juiz, confirmam o interesse do poder público federal em solucionar o caso pela via desapropriatória. Contudo, após 30 dias de sua publicação, o ato público não havia sido levado a cabo. Por outro lado, a decisão definitiva de 2ª instância tramitou em julgado no dia 26 de fevereiro de 1971, estando o ato reintegratório em poder dos oficiais de justiça desde março daquele ano. Assim, o juiz afirmou que não seriam admitidas procrastinações outras, provocadas pelos réus, sob pena de desmoralização do Poder Judiciário.

Ele diz que, com a evidência do interesse do governo federal na solução do caso, há que se ter novamente a indulgência da autora no aguardo da publicação do decreto expropriatório. O juiz diz ainda no documento que foi procurado pelo advogado do Incra, que declarou que o decreto de desapropriação estava sobre a mesa do Presidente da República, dependendo apenas de sanção para ser publicado. Diante disso, o juiz acordou com o patrono da autora para que os 20 dias combinado para que se efetivasse a desocupação do imóvel pelos réus passassem a ser 30. Assim, o juiz determinou:

a) suspensão da instância pelo prazo de trinta dias, como facultado no artigo 197, inciso I, do Código de Processo Civil; b) recolhimento do mandado reintegratório, ficando em Cartório até segunda ordem; c) expedição de ofício ao Incra (fls. 173), indagando sobre o andamento do assunto naquele órgão e as denominações dos imóveis, neste Município, que serão

²²⁵ Ofício nº 266 SE/73, de 19/10/1973, de José Neto para José Francisco da Silva.

desapropriados pela união, marcado o prazo de dez dias para a resposta e, d) intimação de todos os interessados, nas pessoas de seus patronos.

Enquanto isso, Márcia seguiu tentando realizar a reintegração de posse em seu nome. É o que revela o documento do seu advogado para o Juiz da 1ª Vara da Comarca de Magé, de 21 de agosto de 1973, solicitando o cumprimento da ação de reintegração de posse que moveu a Paulo Estevão e outros, ação já decidida judicialmente. No dia seguinte, o juiz enviou ao Incra um ofício²²⁶ solicitando informações sobre o andamento das desapropriações a serem feitas em Magé. Estes documentos indicam que havia certo interesse do juiz no caso, que adiou o despejo em algumas situações à espera da solução do caso.²²⁷

Em fevereiro de 1974, o processo de reintegração de posse movido por Márcia contra os *posseiros* da FCS continuava em andamento. É o que mostra o ofício da Fetag para a Contag, de 14 de fevereiro de 1974, no qual a federação encaminha cópia de intimação dos *posseiros* para que eles compareçam à audiência de conciliação no dia 22 de fevereiro de 1974. Foi dito neste ofício:

O processo, ação de reintegração de posse movida por Márcia contra Paulo Estevão, refere-se à área que está sendo objeto de estudo para possível desapropriação, em ampliação ao decreto que desapropriou terras de propriedade da Cia. América Fabril, sendo a propriedade “Fazenda Conceição de Suruí”, confrontantes com as terras que já foram desapropriadas. [...] É nosso receio que o Juiz da Comarca force os lavradores a aceitação de “Acordo”, através de pagamento em dinheiro, de valor irrisório por parte dos lavradores de glebas da “Fazenda Conceição de Suruí”, num total de 56 famílias mais ou menos, cuja propriedade é duvidosa, pois até hoje o Incra não esclareceu a quem pertence o domínio da referida propriedade.²²⁸

Diante disso, a Fetag pede à Contag que adote as providências necessárias. Na audiência,²²⁹ o advogado de Márcia ofereceu três propostas. São elas:

1) separação de uma área de terras de dez à quinze alqueires geométricos no máximo, para a localização dos réus; 2) a compra por parte dos réus, das áreas que ocupam, as quais seriam pagas em prestações; 3) venda total da propriedade, à vista, com o pagamento no valor de um terço da avaliação, que seria feita.

A Fetag disse que os *posseiros* foram obrigados a aceitar a primeira opção como uma forma de ganhar tempo e não porque estivessem satisfeitos com ela. Assim, os *posseiros* obtiveram um prazo de 90 dias, segundo a Fetag, e esperavam que ele possibilitasse que o Ministério da Agricultura, através do Incra, tivesse tempo para solucionar o problema definitivamente, através da desapropriação. Os *posseiros* não levaram em consideração as outras propostas porque Izabel não poderia vender partes nem o total da área por não possuir o domínio da propriedade. Ela propunha-se a ceder apenas seus direitos aquisitivos. Bruno explicou que Márcia tinha apenas um documento possessório, não se tratava de um registro de imóveis.

²²⁶ Ofício Nº 288/c/73, de 22/8/1973.

²²⁷ Ofício Nº 266 SE/73, de 19/10/1973, José Neto (presidente) para José Francisco da Silva.

²²⁸ Ofício Nº 39/SE/74, de 14/02/1974, da Fetag-RJ para presidente da Contag.

²²⁹ Pode-se saber o debate desta audiência através do relato contido no Ofício OF. Nº 54-SE/SE/74, de 15/03/1974, da Fetag-RJ para Ministro da Agricultura.

Para Bruno, Márcia não buscava a todo custo despejar os *posseiros*. Ele avalia que o objetivo dela era vender as terras e conseguir dinheiro a partir disso. Ele contou ainda que o que se falava na época é que ela e seu marido subornaram o juiz de Magé para lhes dar uma sentença favorável contra os *posseiros*. Esta sentença foi utilizada por eles para ameaçar os *posseiros*.²³⁰

O risco de despejo continuou marcando a vida dos *posseiros* da FCS nos primeiros meses de 1974. Além da ameaça de despejo, havia ainda a ameaça dos *posseiros* serem assentados em pequenos lotes, “onde não terão condições de subsistência nem de continuidade de suas atividades agrícolas”, avaliou a federação.²³¹

Para tentar evitar o despejo, a Fetag-RJ e o STR de Magé continuavam escrevendo para o Incra solicitando que esta autarquia intervisse no caso e conseguisse o adiamento dos despejos. A federação escreveu também para o Juiz de Direito da 1ª Vara Federal, em 5 de julho de 1974. Neste documento, a Fetag-RJ transmitiu apelo de lavradores de Magé, Angra dos Reis e Paraty sobre processo em tramitação na 1ª Vara Federal sobre ações de desapropriação.²³² Neste momento, portanto, a intervenção do Incra continuava sendo um importante recurso para conter os despejos.

Um documento de 22 de maio de 1974²³³ revela como se dava a ação do Incra junto ao Juiz de Magé em 1974. Nele há um relato de diligência empreendida a Magé pelo advogado Edson de Paula e Silva a mando do chefe da coordenadoria do Incra. Ele foi à Magé com o objetivo de conseguir do juiz local a sustação do despejo dos ocupantes da FCS até que o Incra estivesse imitado na posse da área vizinha, expropriada à CAF, e que tivesse condições de promover o assentamento dos que estavam prestes a ser despejados. Em seu relato, o advogado disse:

Dos entendimentos resultou que não há o risco de se dar a imediata execução da sentença que deu como procedente a ação de reintegração de posse cumulada com perdas e danos (Proc. 2813/68) movida por Márcia contra Paulo Estevão e outros, ajuizada no 3º Ofício, Cartório Lage, da Comarca de Magé.

O advogado afirmou também:

Embora decorrido o prazo do acordo estabelecido entre as partes para que os ocupantes de Suruí, em noventa (90) dias, optassem por uma das três soluções oferecidas pela exequente (compra direta, aquisição pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Magé, ou transferência para outro local da área, cedido gratuitamente pela autora), não há nenhuma ordem no sentido de que os oficiais de justiça executem a medida judicial decretada em 03/03/70, e mantida por acórdão do Tribunal de Justiça de 13/11/70.

O advogado do Incra disse, pelo que foi informado, que somente 16 de um total de 60 ocupantes da Fazenda Conceição de Suruí manifestaram-se favoráveis a uma das três alternativas alvitradas no acordo. Ele ainda fez um acordo com o advogado de Márcia. Este se comprometeu a não fazer despejo sem antes comunicar o Incra. Isto mostra que havia uma tentativa de negociação do Incra com o advogado de Márcia para resolver a questão.

Foi possível saber um pouco mais sobre o andamento da desapropriação através de um documento de abril de 1974, no qual o Incra respondeu informações solicitadas pelo

²³⁰ Entrevista com Bruno concedida a MAT no dia 23/06/2011.

²³¹ Em ofício de 28 de março de 1974 (Nº SE/0547/74), a Contag encaminha este ofício para ao Incra.

²³² Ofício. Nº 158/SE/74, de 05/07/1974, da Fetag para o Juiz de Direito da 1ª Vara Federal.

²³³ Este documento estava presente no processo administrativo do Incra de desapropriação da GAF.

procurador da República sobre a desapropriação de terras da CAF. O Incra informou as medidas que tomou:

I – desapropriação da área de 635,00ha aproximadamente de terras do imóvel denominado Conjunto Agro-Industrial América Fabril, de propriedade da Companhia América Fabril, com capacidade de absorver 100 (cem) famílias; II – transferência das restantes famílias de agricultores em número aproximado de 214 (duzentos e quatorze), para o Núcleo de Reforma Agrária de Macaé (Projeto Agro-Pecuário), ou para áreas a serem recuperadas da Fazenda Nacional de Santa Cruz, ou ainda para os Núcleos situados na região transamazônica, ou para as três áreas simultaneamente; III – transferência das 250 (duzentos e cinquenta) famílias, aproximadamente, que vivem de atividades extra-agrícolas (assalariados de fábricas de tecidos locais, trabalho para terceiros, atividades no comércio, etc.), para a Vila Rural a ser criada num canto do imóvel indicado para desapropriação no item I (América Fabril), ou para o Núcleo Urbano Parque Capivarí”. Pede complacência por parte dos exequentes para que o Incra tenha tempo suficiente de 6 a 8 meses para executar as medidas anteriores, desocupando os imóveis que não serão desapropriados.²³⁴

Os *posseiros*, entretanto, não aceitaram as propostas de transferência proposta pelo Incra, pois queriam permanecer na terra onde estavam. José explicou que estes programas de transferências foram criados pelo Incra que, por diversas vezes, reuniu-se com os trabalhadores rurais de Magé para lhes explicar sobre o programa e para convencê-los a aceitá-lo. José disse que o Incra propunha levá-los para Altamira, na Transamazônica, mas eles não queriam porque ouviam falar que lá só existia selva e mato. Ele disse: “Nós queríamos terra onde a gente já sabe pisar”. José contou que os trabalhadores não queriam mudar-se para um local com alta incidência de febre amarela e onde havia poucos hospitais e médicos. Em Magé, além de eles conhecerem o local, tinham atendimento médico em local relativamente próximo. Esta fala revela as prioridades dos trabalhadores rurais deste local. Tratava-se de ter terra para trabalhar, morar, mas também próximo de serviços básicos, como assistência médica.

Segundo José, ele, através do sindicato, pediu um prazo de 60 dias ao Incra para conversar com os demais trabalhadores para decidirem o que fazer. Contudo, ele queria mesmo com este prazo era ganhar alguns dias a mais para tentar pressionar os órgãos do governo a desapropriar a FCS. A recusa dos trabalhadores em relação às propostas de transferência do Incra foi mal recebida por esta autarquia.²³⁵

Em novembro de 1974, a ameaça de serem despejados ou assentados em outro local ainda estava presente na vida dos *posseiros* da FCS, como foi relatado no ofício da Federação para o Ministro da Agricultura.²³⁶ Em ofício da Contag para o Ministro da Agricultura, de 22 de novembro de 1974,²³⁷ a Confederação enviou documento encaminhado pela Fetag-RJ expondo fatos relativos à “situação aflitiva” em que vivem diversos trabalhadores rurais do Município de Magé.

São aproximadamente sessenta famílias de lavradores residentes há muitos anos nas terras descritas no citado documento, estando as mesmas com a medida possessória decretada em favor do duvidoso titular do domínio e que

²³⁴ Processo administrativo do Incra de desapropriação da GAF.

²³⁵ Entrevista com José concedida a MAT no dia 12/07/2011.

²³⁶ Ofício S/Nº/1974, de 22/11/1974, de Eraldo (presidente da Fetag-RJ) para o Ministro da Agricultura, assinado por Eraldo, presidente da federação.

²³⁷ Ofício. Nº-AJ/2082/74.

também jamais foi possuidor da referida área de terras. [...] O mandado de evacuação da área está em mãos dos Senhores Oficiais de Justiça, para ser cumprido na próxima segunda-feira, dia 24, sendo baldados todos os esforços de conciliação junto ao MM. Dr. Juiz de Direito da Comarca, para a sustação, até o assentamento destas famílias na área já desapropriada, acima referida e que limita com a ora questionada.

Em resposta a este ofício, o Incra informou que estava preparando a desapropriação e entrando em contato com o juiz para sustar a reintegração de posse da FCS. Diante desta notícia, a Contag enviou um novo ofício ao Ministro da Agricultura para agradecer o encaminhamento do conflito.²³⁸ Em seguida, enviou fotocópia do telegrama do Incra para a Fetag e para o STR de Magé.²³⁹

Em 27 de dezembro de 1974 foi desapropriada Conceição de Suruí, através do Decreto nº 75.146. José narra um episódio que, segundo ele, foi determinante para isso. Ele contou que um despejo estava prestes a ocorrer na FCS. Sabendo disso, ele recorreu à Fetag e junto com os diretores da federação foi à Brasília para tentar evitar o despejo. Uma vez em Brasília, eles, junto com a Contag, se dirigiram ao Incra e ao Ministério da Agricultura, mas não conseguiram resolver nada. Isso porque tudo dependia do ministro, pois o Incra só executava a reforma agrária, mas não podia decretá-la. Sendo assim, eles foram tentar conversar com o Ministro:

O último dia que tava desesperado, tava todo mundo naquela roda lá, eu era o cachorrinho vira-lata mais fraco do meio. Tava o assessor jurídico, o assistente social do Ministro, dois jagunço do Ministro, um do lado e outro do outro, tudo conversando, e eu prestando atenção, segurança lá era polícia da Dops mesmo, tão debatendo que o Ministro tava de viagem marcada. Acho que ia pro Rio Grande do Sul. Negócio urgente, não podia atender de jeito nenhum. E eu fui escorregando dentro do círculo, quando eles descuidaram eu tava lá dentro. (...) Aí quando eles olhou com uns olho assim, o ministro “que que houve?, esse conterrâneo aí burlou nossa confiança. Já que vocês não conseguiram barrar o homem, deixa o homem”. “Sua excelência, pelo amor da sua mãe, pelo amor dos seus filhos, se tiver netos, dos seus netos. Eu sou nortista da rede rasgada.” Aí eu falei com ele “eu sou presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Magé. Já viemos a Brasília mais de 30 vezes, 12 anos de briga na fazenda Conceição de Suruí. O Incra, desde o tempo do Ibra, não se resolve nada. A minha família e a família de todos os companheiros tá sendo despejada de hoje pra amanhã. Se vossa excelência não confirmar a desapropriação agora, mandar um fax pra Magé agora mesmo, vai ser todo mundo despejado. Agora, vossa Excelência vê o que vai dar”. As 64 famílias não vão aceitar despejo porque a luta é muito grande há muitos anos, decidiram sair morto, vivo não sai ninguém. E se acontecer isso, o Incra e o ministério de vossa Excelência, que vossa Excelência representa, o Ministério da Agricultura, vai ser um ato deplorável, pra nossa nação, pra nossa soberania toda. Vai ser um suicídio total. Pelo menos pra mim, que sou presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, minha família e meus filhos estão lá. Aí o ministro “mas vai acontecer isso? O senhor mora lá dentro? O senhor veio sozinho?”, eu disse “não, to com meus companheiros aí”.
Marco: Estava só o senhor e ele até então?

²³⁸ OF. Nº-SE/2106/74, de 28/11/1974.

²³⁹ OF. Nº-SE/2107/74, 28/11/1974 e OF. Nº-SE/2108/74, 28/11/1974, respectivamente.

José: É. Ele disse: “Então eu vou dar cinco minutos só pra ouvir o seu assessor jurídico”. Chamou todo mundo e em cinco minutos decidiu: “Companheiro, a partir de agora pode voltar pra sua terra”. Aí chamou o secretário geral lá do Ministério, faz de conta a voz do Ministro da Agricultura, “a partir de agora se considera a fazenda Conceição de Suruí situada [...] no município de Magé desapropriada. Mande um telex pro juiz de direito daquela comarca que desaproprie e não despeje ninguém, e isso tem que ser rápido, que diz que a polícia já tá encostada lá pra entrar”. Que já tava aí. Então na mesma hora, isso era de tarde, foi passado o fax. Nós tinha um encontro pra analisar outras coisas lá em Brasília, ficamos lá, dormimos, embarcamos no primeiro vôo, o vôo de 6 horas da manhã, saltei no Galeão ali, [...] foi pra Niterói, eu vim pra Piabetá, peguei o ônibus pra Piabetá. Aliás, pra Piabetá tinha que pegar um ônibus e saltar na avenida Brasil e pegar um ônibus pra Piabetá, que do aeroporto não tem ônibus pra cá. Cheguei em Piabetá e fui pra Cachoeira Grande. Quando eu saltei do outro lado desse morro, que era o caminho, encontrei gente de mudança, trouxe na cabeça, outro empurrando porco, varal de galinha, a polícia já tinha entrado aqui, avisando “olha, amanhã cedo, a partir de cinco horas da manhã, quem não quer seu barraco queimado, vai juntando suas coisas, suas panelas, e vai saindo, quem resistir vai preso, vai entrar no cacete”. Tempo da ditadura ainda. Quando eu vi aquilo, eu disse “companheiros e companheiras, ninguém vai sair da terra, se resistimos até hoje, agora nós temos o direito. O ministro garantiu que ninguém vai sair. Então vale a palavra dele”. Então nós... fiz passar, escolhi dois e saí avisando casa por casa, pra quem não arrumou os troços não sair. Aí, aqui tem um caminho, uma estrada velha, que um *grileiro* aqui explorou muita lenha de desmatamento, naquela época ninguém dizia nada. [...] Tem um lugar ali em cima com o nome de Castelo. Eu, cansado pra cacete, subi por ali pela estrada e cheguei lá em cima do morro, a polícia lá embaixo acampada. Aí subi, aquele movimento lá, caminhão, era estrada de chão tudo isso aí, oficial de justiça tudo arrumando os caminhão pra ir embora, eles já tinham recebido ordem do juiz pra retornar. Aí foi, ficamos aí.²⁴⁰

Com a desapropriação, a Fetag agradece à Contag pelo apoio das lutas. Neste ofício, há indícios do que representou e o que poderia representar para o MSTR a desapropriação da FCS.

Outrossim, valemo-nos desta oportunidade para ressaltar o apoio dos companheiros, no sentido de termos conseguido evitar os despejos de 60 – sessenta – famílias de trabalhadores rurais daquela área, trazendo-nos assim, uma pequena esperança para o nosso objetivo principal, que é a JUSTIÇA SOCIAL, servindo-nos também para avaliarmos a necessidade de um trabalho mais frequente em problemas idênticos.²⁴¹

A desapropriação de CS, assim como a da AF, era um exemplo e uma esperança para que outras terras pudessem também ser desapropriadas. Interessante destacar ainda a mensagem enviada no ofício da Contag para o Ministro da Agricultura,²⁴² em 14 de janeiro de 1975, no qual indica que a solução deste caso pode servir de exemplo para outras situações:

²⁴⁰Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.

²⁴¹Ofício N 8-se/75, de 09/01/1975, da Fetag para a CONTAG.

²⁴²OF. N°-??/00?0/74.

Foi motivo de grande satisfação para a Contag a promulgação do decreto nº 75.146 de 27 de dezembro de 1974, que declara de interesse social para fins de desapropriação a Fazenda Conceição de Suruí, situada no Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Nesta atitude vemos a sensibilidade social do Presidente da República, e em especial, a atenção de V. Exa. Em atender através do Sindicato, da Federação e desta confederação, aos reclamos dos trabalhadores rurais às portas do despejo judicial.

Agradecemos a compreensão de V. Exa. bem como da equipe colaboradora desse Ministério e acreditamos que podemos, em circunstâncias semelhantes, levar a solução de fixação do homem à terra que cultiva, e contribuir efetivamente para evitar a desintegração e marginalização social e econômica da família do trabalhador, procurando concretizar a Justiça Social em nosso país”.

3.6 Os conflitos em Conceição de Suruí não se encerram com a desapropriação

Apesar da desapropriação em fins de 1974, a ameaça de despejo continuou sendo um problema para os *posseiros* da FCS, pelo menos pelo que se pôde verificar em alguns documentos e entrevistas. O depoimento a seguir retrata isso:

Mesmo depois de desapropriada o juiz mandou despejar o pessoal. Foi um pau danado. Na época, eu estava em Niterói com os caras do movimento do Sindicato. Aí nós chegamos lá e o juiz falou que ia despejar o pessoal assim mesmo porque a área não era essa; a área que tinha sido desapropriada era maior do que essa. Então não podia ser essa área. Eles iam despejar numa quinta-feira. Então, de madrugada eu estava no fórum com mandato de despejo. Nós chegamos junto com o juiz e mostramos a planta: “O senhor não pode despejar esse pessoal. Vai ser um erro da parte do senhor. Essa área já foi desapropriada. Está aqui na planta. Nosso advogado vai vir a Niterói agora de manhã para mostrar para o senhor. O senhor vai despejar esse pessoal, mas o pessoal vai retornar”. E ele disse: “Não interessa. Eu vou mandar despejar”. Aí veio um batalhão lá de Caxias; uns seis carros cheios de policiais para fazer o despejo. Aí o nosso advogado chegou e foi conversar com o juiz. Inclusive nós traçamos a barra com o juiz e ele falou: “se vocês falarem mais uma palavra, eu mando prender vocês”. Aí nós tivemos que ficar quietos. Depois nosso advogado chegou e falou: “O senhor vai despejar, mas antes vamos bater uma petição para o senhor assinar mostrando que está ciente que essa área já está desapropriada”. Aí o juiz ficou discutindo, mas depois disse: “O pessoal que está nessa lista, vocês não despejam, mas quem estiver fora vocês metem o pau”. Mas esse pessoal que estava de fora era do loteamento urbano, não podia²⁴³

O decreto de desapropriação, portanto, não significou o fim das tentativas de despejo dos *posseiros* da FCS. Em documento de 4 de março de 1975 constante no processo de desapropriação do Incra, é possível saber que nesta data o advogado do Incra, Edson de Paula e Silva, foi à Magé entregar ao Juiz de Direito local ofício firmado pelo Coordenador Regional solicitando que fossem sustadas a execução de medidas judiciais que pudessem gerar tensões sociais na área expropriada de Conceição do Suruí. Pela leitura do documento, é possível perceber que o Incra atuou, neste caso, na busca de conter o despejo. Ao que parece,

²⁴³Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.

o Incra, dias antes, enviara ao juiz um documento visando frear o despejo que já se anunciava (este documento não consta no processo). O Juiz, entretanto, entendeu que este documento se tratava de pressão com o fim de limitar a sua ação e por isso recusou o pedido da autarquia. A justificativa era que somente o decreto desapropriatório não era suficiente para manter a ação favorável ao expropriante, mas era necessária também a imissão de posse. Nesta visita, o advogado esclareceu que a solicitação dirigida pelo Incra ao juiz era o único meio que se valiam os ocupantes, prestes a serem desalojados, de retardar tal ação entendida por eles com irreversível.²⁴⁴

Os documentos das organizações sindicais também retratam este momento, no qual a ameaça de despejo voltou a estar presente na vida dos *posseiros* de CS mesmo após a publicação do decreto de desapropriação. Nos documentos das entidades sindicais, encontram-se frases como estas: “A tranquilidade, a alegria, que lhes foi proporcionada [pelo decreto de desapropriação], se transformou agora em tristeza e preocupação”. “Estabeleceu-se o desassossego. Além do risco de terem de deixar a propriedade, junta-se o risco de perderem as benfeitorias edificadas com o suor e muitas lágrimas”.²⁴⁵ Elas demonstram em alguma medida o sentimento que pairava sobre aquelas famílias ou pelo menos o sentimento que eles gostariam de tornar conhecido pelas autoridades para as quais as cartas eram remetidas.

Duas cartas do STR de Magé, uma para o Incra e outra para o Ministro da Agricultura, de abril de 1975, relata que a “angústia” dos *posseiros* diante da ameaça de despejo permaneceu ao longo de 1975. Um dos documentos diz que, apesar do decreto de dezembro de 1974, em 10 de março de 1975, dois trabalhadores foram despejados. Isso teria gerado incerteza entre os trabalhadores, pois se dizia que todos os demais também seriam despejados. No dia 31 de março de 1975 foi expedido mandado de reintegração de posse aos supostos proprietários da FCS. Por conta disso, o sindicato solicitou a interferência do Incra para solucionar o caso. Os *posseiros* temiam que as famílias prestes a serem assentadas vissem o fruto do seu trabalho destruído com a reintegração.²⁴⁶

No dia 10 de março de 1975, os oficiais de justiça cumpriram o mandado de reintegração de posse e se dirigiram a Fazenda Conceição de Suruí. Nesta ocasião, dois trabalhadores foram despejados. O STR disse considerar este despejo após o decreto de desapropriação um pretexto dos *grileiros* para apropriarem-se indevidamente das benfeitorias edificadas na área pelos trabalhadores “com muito suor e muitas lágrimas”.

Em 31 de março foi expedido novo mandado de reintegração em favor dos supostos proprietários, como foi relatado numa carta do STR de Magé de 2 de abril de 1975 para o presidente do Incra. O Sindicato disse que esta notícia foi vista “como um golpe que fere os trabalhadores que somente alimentam o desejo de ter terra para trabalhar”.

Ainda na mesma carta para o Incra, o Sindicato disse que outra preocupação de todos era que, com estas reintegrações, o Incra fosse desacreditado. No documento constam as seguintes palavras: “o que se quer, talvez por temerária vingança, é desacreditar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A respeito é de notar-se a constância do ataque da suposta proprietária ao órgão, no processo de reintegração de posse.” Este trecho revela uma tentativa do sindicato de convencer o Incra de que a instituição seria prejudicada caso a desapropriação não se efetive e os despejos continuasse. Isto porque o poder do juiz seria maior do que o do Incra. Este argumento está presente também em outros documentos.

Na carta enviada ao Ministro da Agricultura no mesmo dia da carta enviada ao Incra, 2 de abril de 1975, o STR diz que os trabalhadores rurais de CS, por intermédio do seu Sindicato, utilizam a mesma argumentação da carta enviada ao Incra. O STR afirma ser público que o ministro tem procurado defender o homem do campo. Falam também que o

²⁴⁴ Diligência junto ao foro de Magé-RJ. Informação CR(07)J nº 34/75. 04 de março de 1975 (p. 6 – 7).

²⁴⁵ Carta, 02/04/1975, enviado pelo Presidente do STR de Magé ao Ministro.

²⁴⁶ Carta, 02/04/1975, enviado pelo Presidente do STR de Magé ao presidente do Incra.

despejo fere e afronta a autoridade ministerial, presidencial e do Incra. Assim como com o Incra, o Sindicato tenta convencer o Ministério de que a instituição também teria prejuízos com a não realização da desapropriação. As cartas enviadas pelo sindicato ao Incra e Ministério da Agricultura pedem uma solução definitiva para o caso.

O caso em CS também foi tratado pela Federação e Confederação. A primeira enviou para a Contag um relatório do STR com as ameaças de despejo que pairavam sobre os trabalhadores da FCS e pediam que a confederação o encaminhasse para o Ministro da Agricultura.²⁴⁷ Em ofício da Contag para o Incra, de 04 de abril de 1975,²⁴⁸ a Confederação enviou um dossiê com ofícios e relatório do STR de Magé e da Fetag-RJ sobre a situação dos trabalhadores rurais da Fazenda Conceição de Suruí, que diz em uma parte:

Agora, muito embora o Incra já esteja tomando as devidas providências para a efetivação da medida desapropriatória, os trabalhadores estão sendo despejados, não havendo para quem apelar a não ser para os órgãos superiores competentes no sentido de que alguma providência possa ser tomada com a urgência necessária, em favor dos trabalhadores, que já estão recebendo as notificações (mandados) para desocupar o imóvel.

Em relação a este ofício, o Incra respondeu ao presidente da Contag, em 04 de abril de 1975,²⁴⁹ prestando os seguintes esclarecimentos:

Como medida preliminar, a nossa Coordenadoria Regional do Leste Meridional (CR-07) adotou providências com vistas à atualização do VTN – Valor da Terra Nua – e a avaliação das benfeitorias expropriatórias, o que foi concluído no decurso do Mês passado.

Concluídas, assim, as providências de ordem administrativa, determinei, nesta data, à Procuradoria Regional do Incra, no Rio de Janeiro, que adote imediatas e urgentes medidas com vistas ao ajuizamento da ação expropriatória junto a Justiça Federal, o que deverá se efetivar na próxima semana, nos precisos termos do já citado decreto-Lei nº 554/69.

A Contag, por sua vez, transmitiu esta mensagem ao sindicato através da cópia deste ofício.²⁵⁰ O desfecho desta desapropriação foi conhecido através de um documento presente no processo desapropriatório do Incra. Em 30 de abril de 1975, o Incra, tendo em vista a decisão do Juiz ao qual concedeu ao expropriante a imissão de posse provisória, com base no artigo 7º do Decreto-lei nº 554/69, solicitou ao Juiz de Direito da 9ª Vara Federal que reconsiderasse tal decisão deferindo a imissão de posse definitiva e, depois, determinasse a expedição do mandato de transcrição imobiliária em favor da Autarquia autora.

Assim, em sete de maio de 1975 o Juiz dá por definitiva a imissão da posse e determina que se expresse mandado de transcrição imobiliária. Nos anos seguintes, o que se observa no processo de desapropriação do Incra é uma briga judicial para determinar o valor da indenização.

²⁴⁷ Ofício Nº 96/SE/75, de 03/05/1975, da Fetag para a Contag.

²⁴⁸ Ofício Nº-AJ/0786/75.

²⁴⁹ Ofício INCRA/P/Nº152.

²⁵⁰ Ofício Nº-SE/0800/75, de 04/04/1975, da Contag ao STR de Magé.

CAPÍTULO 4

A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA EM CACHOEIRA GRANDE

Até meados dos anos 1970, a situação dos trabalhadores de Cachoeira Grande era tranquila em relação a questões fundiárias. Eles assistiram aos conflitos da FCS e GAF das suas casas, tinham notícias de alguns fatos, mas não interferiram porque eram funcionários da fábrica e caso se envolvessem, poderiam perder diversos benefícios concedidos pela empresa.

Apenas uma estrada separava estes dois grupos: nas terras próximas ao alveijamento, na FCG, os moradores tinham luz, casas, escola etc., enquanto do outro lado da estrada, na gleba América Fabril, não havia nenhum destes benefícios. Apesar de a CAF orientar seus funcionários a não ter relações com os *posseiros* da GAF e FCS, Alberto, funcionário da fábrica e morador de CG, contou que, com o tempo, eles começaram a conhecer as pessoas que moravam do outro lado da estrada e a gostar deles.²⁵¹ Ele falou que quando a situação se acalmou na gleba AF, após a desapropriação, pessoas de lá começaram a trabalhar na fábrica.²⁵² O depoimento de Alberto indica que em algum momento começou a haver relação entre os trabalhadores de ambos os lados. Mais do que isso, os acontecimentos ocorridos na GAF e FCS eram conhecidos pelos moradores da FCG.

O fato de os trabalhadores da fábrica e moradores da fazenda CG conhecerem a luta que se travou nos anos 1970 nas glebas AF e CS parece ter sido um fator importante para o futuro das lutas que se travaram em CG na década de 1980. Isto porque o sucesso da desapropriação nestes dois casos serviu de exemplo para a atuação dos trabalhadores ameaçados de despejo na FCG. A história dos conflitos pela terra que se estabeleceram nesta área será o tema deste capítulo.

4.1 Antecedentes do conflito: a falência da Companhia América Fabril e a tentativa de expulsão dos trabalhadores

No momento da efetivação da desapropriação da GAF e da FCS, em meados dos anos 1970, a Companhia América Fabril já apresentava sinais de decadência. Contudo, esta decadência econômica teve início anos antes. A década de 1960, momento apontado por Leite Lopes e Maresca (1992) como de desinteresse do patronato em relação à política social para os seus funcionários, coincidem com o instante em que se iniciam as dificuldades econômicas da AF. “As unidades têxteis da Companhia América Fabril operavam com equipamento obsoleto, encontrando-se situadas em bairros que valorizaram muito com a expansão da cidade” (WEID; BASTOS, 1986, p. 267).

Ao longo dos anos 1960 a CAF teve algumas das suas unidades fechadas até que em 1971 a empresa pediu concordata, como foi dito no capítulo anterior. Em 1981, a empresa entrou em liquidação definitiva e iniciou a venda das propriedades que lhe sobravam. “Em 1983, as fábricas que lhe restavam em atividade (Deodoro e Santana) foram vendidas à Multifábrica Industrial Têxtil S.A., subsidiária do sistema Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina” (WEID; BASTOS, 1986, p. 268).

A fala de alguns entrevistados revela como eles viram e vivenciaram o início da decadência da fábrica. Márcio, por exemplo, contou que, em meados dos anos 1970, quando passou a dedicar-se à atividade agrícola, a fábrica já não cobrava mais a meia, como fazia em anos anteriores. Com o tempo, ele disse que era possível até mesmo conseguir lotes para plantar sem a interferência da empresa. Ele falou: “Tinha até a pessoa na fábrica que a gente devia avisar, mas depois ficou tipo uma fazenda sem dono. A América Fabril ficou igual

²⁵¹Entrevista com Alberto concedida a LSM no dia 03/05/2001.

²⁵²Entrevista com Alberto concedida a LSM no dia 03/05/2001.

fazenda sem dono...”.²⁵³ A diminuição ou fim do controle da fábrica sobre a vida dos trabalhadores é indicativo do esgotamento desta empresa.

A AF foi lembrada por alguns entrevistados, seus ex-operários, como uma empresa que oferecia múltiplos benefícios para seus empregados, como se mostrou no primeiro capítulo. Todavia, ao longo dos anos 1970, os benefícios oferecidos pela fábrica começaram a diminuir. Márcio contou que as pessoas ainda conseguiam empregar-se na fábrica neste momento, mas já não era mais tão fácil como antes. Roberto, por exemplo, só conseguiu um emprego na fábrica aos 15 anos e não aos 14, como seu irmão Márcio e outras tantas pessoas.²⁵⁴

Quando a fábrica fechou, Alberto disse que cerca de 90% dos funcionários estavam perto de se aposentar, como era o seu caso. Isto significa que o número de contratados nos anos anteriores à falência da fábrica foi reduzido. Os operários que se aposentaram foram indenizados pela fábrica. Ao que parece, os funcionários que não podiam se aposentar por tempo de serviço, foram aposentados devido a “inatividade decorrente de exposição aos riscos impotenciais da produção”. Esta explicação é apresentada numa matéria de jornal que fala sobre a expulsão dos trabalhadores das casas onde viviam.²⁵⁵ Interessante perceber que o caso da tentativa de expulsão dos trabalhadores de CG ganhou as páginas da imprensa local.

Em Pau Grande, a casa onde os funcionários moravam foi utilizada pela AF como uma forma de indenizar os trabalhadores. Quando a casa valia menos que a indenização, a fábrica pagava a diferença restante ao operário. Isso, porém, não pôde ser feito em CG, pois a AF não tinha o título de propriedade do terreno.

A falência da América Fabril deixou os antigos funcionários da CAF situados em CG, principalmente os que não podiam se aposentar, desempregados e em condições difíceis para sobreviver. Em geral, os ex-operários da AF que viviam em CG continuaram vivendo nas casas cedidas pela empresa e ampliaram os cultivos de lavoura branca, prática a qual muitos já se dedicavam.

Inicialmente vendida para a Multifábrica, em 1983, depois de algum tempo a área do atual assentamento Cachoeira Grande foi vendida para a Empresa de Urbanização Agropastoril e Industrial Estrela Ltda.

O destino da CAF foi determinante para a deflagração das lutas que deram origem ao assentamento Cachoeira Grande. Isto porque a empresa que adquiriu a AF desejava apossar-se da área onde viviam os ex-funcionários da fábrica. Estes, por sua vez, não aceitaram deixar as casas onde viviam há anos. Este impasse foi, em linhas gerais, o que levou à conflagração dos conflitos em CG.

A maioria dos entrevistados diz que foi a Agropastoril que iniciou as tentativas de despejo em CG e que a AF não teria tentado expulsar ninguém das terras onde moravam. Francisco, por exemplo, contou que o conflito começou por volta de 1982 e lembra-se disso, pois foi um ano após o seu casamento, que ocorreu em 1981.²⁵⁶

Para Alberto, a nova fábrica era uma empresa fantasma criada pela AF para tirar os trabalhadores das casas onde viviam. Tratava-se, na sua visão, de uma estratégia criada pela Companhia para expulsar os trabalhadores de CG.

Embora os entrevistados localizem o início dos conflitos em torno dos anos de 1982 e 1983, provavelmente as tentativas de expulsá-los da terra na qual viviam iniciou-se anos

²⁵³ Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

²⁵⁴ Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

²⁵⁵ Referência do jornal: Jornal Alvorada de Piabetá. Piabetá (Magé). Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1979, número 23. Título da matéria: “América Fabril ameaça de despejo empregados do falanstério” (matéria assinada por Renato Santos).

²⁵⁶ Esta fala mostra as formas como a memória é lembrada, através de marcos da história individual. Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.

antes. É o que mostra a matéria do dia 23 de fevereiro de 1979 do jornal *Alvorada de Piabetá*. Nesta reportagem, foi retratada a tentativa de expulsão dos trabalhadores de suas casas.²⁵⁷

Pressionando os empregados a desocuparem as casas, em razão de se haverem aposentado por tempo de serviço e inatividade decorrentes de exposição aos riscos impotenciais da produção, centenas de famílias correm o risco de ficarem desabrigadas, se as autoridades não tomarem medidas resolutivas urgentes.

[...] As famílias prestes a serem jogadas no olho da rua vêm recorrendo ao sindicato,²⁵⁸ que não encontrou uma solução viável para solucionar a questão.²⁵⁹

Portanto, este foi o panorama no qual tiveram início os conflitos por terra envolvendo os ex-operários da fábrica, moradores da FCG. Diante das tentativas de despejo, os moradores da FCG procuraram o STR de Magé para apoiá-los na resistência à expulsão. Deve-se destacar que a luta pela terra na FCG, ainda que ocorra durante a ditadura militar (1964-1985), se dá num contexto particular deste período. Se antes a repressão a qualquer forma de organização política era intensa, os últimos anos da década de 1970 foram marcados pela abertura do regime. A lei de anistia e a reforma política e o restabelecimento do pluripartidarismo são sinais de que se iniciava uma caminhada para a transição democrática.

Para o MSTR, o ano de 1979 é marcado pela realização do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Segundo Palmeira, uma nova estratégia de atuação do MSTR foi criada a partir do Congresso de 1979. A partir daí passou-se a incentivar

[...] as lutas coletivas e a pressão direta, bem como a busca de alianças com organizações envolvidas na luta pela redemocratização e na defesa de interesses populares (a Igreja entre elas) como meios não só de assegurar vantagens mais imediatas aos trabalhadores, mas de questionar o “modelo político” e o “modelo econômico”. (PALMEIRA, 1985, p. 48).

A relação do MSTR com os trabalhadores de CG será tema da próxima seção.

4.2 O apoio do movimento sindical dos trabalhadores rurais

Diante das tentativas de despejo, os trabalhadores que viviam na FCG, ex-operários da fábrica, procuraram o STR de Magé, que foi o articulador da resistência. O sindicato fez contato com a Fetag-RJ e algumas lideranças políticas e preparou um grande trabalho de mobilização.

Mas por que os trabalhadores não procuraram um sindicato da sua categoria, afinal eles eram, ou haviam sido, operários têxteis? Durante a pesquisa no Aperj, foi possível

²⁵⁷ O jornal *Alvorada de Piabetá* foi encontrado durante a pesquisa no APERJ como anexo de um documento sobre a paralisação do comércio de Piabetá devido à falta de segurança contra assaltos que se fazia constante no município. Referência do documento: RJ, 12/03/1979. Origem: Seção Regional Nova Iguaçu/DO/DPPS/RJ. Difusão: GAB/DO/DPPS/RJ. Assinado em 19/3/79 e carimbado pelo delegado de polícia Mário Covas, assistente do diretor do Departamento de Polícia Política e Social do DGIE. Encaminha documento à divisão de informações para conhecer.

²⁵⁸ A matéria não especifica de que sindicato está falando.

²⁵⁹ Referência do jornal: *Jornal Alvorada de Piabetá*. Piabetá (Magé). Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1979, número 23. Título da matéria: “América Fabril ameaça de despejo empregados do falanstério” (matéria assinada por Renato Santos).

identificar que existiu um sindicato chamado Sindicato dos Trabalhadores da Fábrica de Tecidos América Fabril em Pau Grande.²⁶⁰ Então por que eles procuraram o STR?

Segundo alguns entrevistados, além de operários da fábrica, eles eram também lavradores, uma vez que vários deles utilizavam parte do terreno das suas casas para o cultivo de produtos para a própria subsistência ou mesmo para a comercialização com a fábrica, como se mostrou no capítulo um. Por isso, no momento em que foram ameaçados de despejo, puderam recorrer ao STR de Magé. Segundo José, os moradores de CG procuraram o STR porque não tinham mais a quem recorrer. Como eles também eram lavradores, o sindicato pôde atendê-los.²⁶¹ Um elemento que provavelmente pesou para a opção em buscar apoio do STR foi o conhecimento da experiência bem sucedida dos trabalhadores da gleba AF, vizinhos da fazenda CG, que conquistaram a desapropriação daquela gleba nos anos 1970 numa luta contra a AF. A entrevista com Roberto é esclarecedora sobre este aspecto:

Porque essa parte de baixo da estrada (do calçamento pra lá) já tinha sido desapropriada pelo governo federal em 64, na década de 60. Então lá, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais já atuava. Mas essa área aqui ainda ficou na mão da América Fabril, porque ela tinha o domínio dessa área toda. Então, o sindicato já atuava do lado de lá, que era chamada área do Inca e esta aqui era a área da América Fabril [trecho inaudível]. Tinha um muro no terreninho aí do meio que não unia o pessoal do lado de cá com o lado de lá de jeito nenhum. Quando a coisa começou a ficar feia, apertada pro lado de cá, então o sindicato começou a orientar a gente...²⁶²

Alberto também falou sobre o início da participação do STR na luta de CG:

Marco: Como foi a vinda do sindicato para cá?

Alberto: Que o sindicato já trabalhava naquela área ali de baixo, do outro lado da estrada. [...] Aí, quando o sindicato viu a gente, veio aqui auxiliar. Nisso que o sindicato viu a gente, o sindicato passou a ser conhecido e aí o sindicato cresceu.

Marco: Ele veio ajudar vocês no quê?

Alberto: Na parte jurídica, que eles tinham advogado.

Marco: O senhor conhecia alguém do sindicato?

Alberto: Não conhecia. Aí que eu fui conhecer doutora Angélica, Plínio, seu José Carlos, Eraldo Lírio... Aí fizemos essa equipe, formamos a comissão da terra, dessa comissão fundamos a cooperativa e a briga continuou. Foi até...

Marco: Mas antes de se aposentar o senhor já conhecia gente lá do outro lado, não conhecia?

Alberto: Já. Conhecia bastante.²⁶³

Francisco também disse que os moradores da FCG já conheciam as pessoas do outro lado da estrada, os moradores da gleba AF, e por isso foram em busca de apoio.²⁶⁴ Leandro falou sobre o apoio dado pelo MSTR à luta de CG:

²⁶⁰ Isso porque em um dos documentos desta pasta uma pessoa é identificada como velho militante do PCB. Este sujeito teria feito parte anos antes do sindicato citado. Trata-se de um relatório da polícia sobre uma convenção do PMDB em Magé em 01/08/1982, no Mageense Futebol Clube. Referência do documento: Relatório de Serviço n° 094/82. Do Delegado Titular do SIE/DGIE/Baixada/NI ao Sr. Dr. Diretor Geral do DGIE. Assinado pelo delegado de polícia Claide Ribeiro Filho (chefe do Serviço de Investigações Especiais de Nova Iguaçu).

²⁶¹ Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.

²⁶² Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

²⁶³ Entrevista com Alberto concedida a MAT no dia 30/07/2010.

²⁶⁴ Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.

Leandro: O sindicato começou a andar nessa área aqui desde 64, desde quando começaram a iniciar a reforma agrária, o sindicato começou a andar aqui e orientar as pessoas. Porque a gente precisava de advogado, precisava de médico, e o sindicato realmente tinha essa condição, pra oferecer isso.

Marco: E aí quando começou o problema daqui o sindicato ajudou vocês?

Leandro: Ajudou. O sindicato era o primeiro que entrava, o primeiro que botava a cara pra apanhar, não posso crucificar ele não. [...] Ainda mais que era com a pessoa do José, aquele camarada era muito sério, muito honesto.²⁶⁵

Portanto, a identidade de trabalhador rural foi acionada por alguns moradores da FCG, ex-operários da fábrica, no momento em que se fez necessário recorrer ao STR em busca de apoio na luta pela permanência na terra. Esta ação revela como a identidade de um grupo é contextual e socialmente construída.

Ao que parece, o apoio do movimento sindical à luta de CG iniciou-se efetivamente por volta de 1982. Isto porque, no Levantamento de Conflitos de Terras realizado pela Fetag-RJ, em junho de 1981,²⁶⁶ CG ainda não estava presente nos relatórios e levantamentos da Fetag-RJ. Um documento de 26 de setembro de 1981²⁶⁷ revela que, neste ano, ocorreu uma reunião dos trabalhadores rurais de CG e adjacências na casa de Sebastião para discutirem a viabilidade, ou não, de construção de uma representação sindical do STR de Magé em CG, visando fortalecer a base do citado sindicato. Este documento indica, portanto, que desde 1981 já havia relação entre o sindicato e os trabalhadores de CG. Mais do que isso, revela que o sindicato era visto pelos trabalhadores de CG como um recurso possível no encaminhamento da luta que precisavam travar para permanecer na terra.

Em 1982, já há um relatório produzido pelo STR sobre os acontecimentos em CG. Este relatório²⁶⁸ foi enviado ao Incra e também à Fetag-RJ no mesmo dia, em 21 de dezembro de 1982. O documento que encaminhava o relatório solicitava o apoio da federação na luta contra a implantação de um conjunto habitacional nas terras da FCG, motivo pelo qual se tentava expulsar os trabalhadores das terras em que viviam no início dos anos 1980. O sindicato disse para a federação neste ofício: “É necessário que atuemos rápida e energeticamente no sentido de impedirmos a concretização desse projeto pois caso contrário estaremos diante da situação de consequências imprevisíveis.” O tópico a seguir discorrerá sobre este projeto.

A entrevista com Leandro apresenta elementos que indicam o tipo de ajuda dada pelo Sindicato e Federação à luta de CG:

Marco: Como que o Sindicato começou a ajudar vocês aqui?

Leandro: Nessa situação, indo com a gente, brigando pela gente, agilizando, chamando a atenção dos políticos corruptos, safados de Magé. Teve época aqui que queria matar até gente do sindicato. É que seu José não tem medo não, aquele velho é corajoso. O Plínio, Eraldo, parece que tá lá pro lado de Brasília. Eraldo era presidente da Fetag em Niteroi.

²⁶⁵ Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

²⁶⁶ Trata-se de um levantamento dos conflitos de terras existentes no Rio de Janeiro feito no arquivo da Fetag-RJ em junho de 1981. Para cada caso, foi feito uma caracterização simples sobre o local do conflito (com informações sobre em que município ele ocorria, tamanho da área, número de famílias, número de pessoas, tempo de posse e reivindicação), um histórico da luta e a situação atual da contenda. Este documento foi consultado no STR de Magé.

²⁶⁷ Trata-se de um anexo ao documento “Relatório sobre a situação dos posseiros da fazenda América Fabril – em Magé/RJ”, da Fetag-RJ, em 05 de maio de 1983.

²⁶⁸ 21/12/1982. Relatório do STR de Magé sobre o conflito de terras em Cachoeira Grande. Enviado ao Coordenador do Leste Meridional do Incra, Antonio Américo Ventura.

Marco: Ele também ajudou?

Leandro: Ajudou muito. Ajudava com ônibus, às vezes precisava de uma verba pra gente, pessoa ir a Brasília, eles ajudavam. Até a Brasília nós fomos. Eu, não, Alberto foi, foi um grupo pra Brasília. Gritar alto e denunciar a sujeirada que tinha aqui [em Magé], e tentar conseguir amenizar a situação pra ver se a gente conseguia ficar em cima da terra, igual estamos aqui até hoje. Mas tem gente com raiva, isso aqui, queria fazer área de lazer, casa de veraneio, essas coisas, porque montanha, cachoeira.²⁶⁹

Assim, STR e Fetag-RJ foram importantes sujeitos na luta dos trabalhadores de CG para permanecer na terra, uma vez que os orientou e os articulou sobre como proceder no encaminhamento da luta e articulou um pedido de apoio a políticos fluminenses.²⁷⁰

4.3 A tentativa de transformar a fazenda Cachoeira Grande em loteamento urbano

Segundo alguns entrevistados, a Agropastoril queria as terras da fazenda CG para utilizá-la como área de loteamento urbano. Através de um convênio do BNH, Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal de Magé, um conjunto habitacional seria construído na FCG, compreendendo inicialmente 2.500 casas populares para a população de baixa renda.²⁷¹ A chegada do BNH a esta área havia se dado quando a AF, para saldar sua dívida do FGTS, cedeu grande parte do imóvel de que dizia ser proprietária ao BNH.²⁷²

O trecho de um documento revela o que significou para os trabalhadores este projeto: “Esses lavradores estão em pânico ante a ameaça de expulsão da terra que sobre eles paira no momento, com a construção de um conjunto de terras ditas da América Fabril.”²⁷³ Para o STR de Magé, a implantação do conjunto habitacional “[...] representa uma efetiva ameaça de expulsão de dezenas de famílias de lavradores, e de perda de grande produção agrícola que virá fazer falta na mesa de todos nós, em um estado já tão carente.”²⁷⁴

Um relatório do STR, de 21 de dezembro de 1982, mostra a argumentação utilizada pelo sindicato para se opor à implantação deste projeto. Para o STR, o desenvolvimento de um conjunto habitacional em terras ditas da CAF ameaçava a sobrevivência dos agricultores que viviam naquela área, mas não apenas deles. Isto porque CG era o distrito de Magé onde se concentrava a população rural responsável pela maior parte da produção agrícola do município, talvez do estado. Os casos de CS e AF, áreas vizinhas a CG, eram exemplos do ótimo êxito produtivo desta área. Por isso, na visão do Sindicato, implantar um conjunto habitacional nesta região iria ameaçar a continuidade da agricultura local e, por conseguinte, colocaria em risco o abastecimento da cidade com produtos produzidos em CG.²⁷⁵

O Sindicato disse ainda, no mesmo documento, considerar louvável a iniciativa do governo de construir casas populares para a população de baixa renda. Contudo, não podia “aceitar” nem “tolerar” que tal projeto fosse implantado à custa da expulsão dos trabalhadores das terras que viviam e trabalhavam. Afirmou que projetos como este deveriam ser

²⁶⁹ Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

²⁷⁰ Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.

²⁷¹ 21/12/1982. Relatório do STR de Magé sobre o conflito de terras em Cachoeira Grande. Enviado ao Coordenador do Leste Meridional do Inbra, Antonio Américo Ventura.

²⁷² 5/5/1983. Relatório sobre a situação dos posseiros da fazenda América fabril – em Magé/RJ. Documento assinado pelo STR e Fetag-RJ.

²⁷³ Ofício enviado a Fetag-RJ pelo STR de Magé em 21/12/1982, no qual foi encaminhado relatório do STR de Magé, de 21/12/1982, sobre o conflito de terras em Cachoeira Grande.

²⁷⁴ 21/12/1982. Relatório do STR de Magé sobre o conflito de terras em Cachoeira Grande. Enviado ao Coordenador do Leste Meridional do Inbra, Antonio Américo Ventura.

²⁷⁵ 21/12/1982. Relatório do STR de Magé sobre o conflito de terras em Cachoeira Grande. Enviado ao Coordenador do Leste Meridional do Inbra, Antonio Américo Ventura.

desenvolvidos em solo inaproveitável para a agricultura e onde não estivesse vivendo nem trabalhando populações agrícolas.²⁷⁶

Como forma de mostrar a arbitrariedade do projeto, o Sindicato argumentou que os órgãos sindicais dos trabalhadores rurais sequer foram consultados sobre ele. E, caso fossem, não concordariam com “tal absurdo”. O STR questionou ainda se as autoridades responsáveis pela agricultura foram consultadas sobre o projeto.²⁷⁷ Além disso, o Sindicato avaliou que tais conjuntos feitos para as populações mais carentes não possuem os serviços de infraestrutura mínimos necessários. Também por esta razão, considerava o projeto incompatível com vida da população rural. Para mostrar a incompatibilidade da convivência entre os dois projetos num mesmo local, a utilização da terra para a agricultura e para o loteamento urbano, o Sindicato citou o exemplo de um conjunto habitacional instalado na área rural de Volta Redonda que teria causado “pânico” entre os lavradores. Neste caso, o esgoto das novas casas foi despejado nas plantações dos trabalhadores rurais, assim como suas produções foram constantemente roubadas pelos novos moradores.

Na tentativa de frear a instalação do projeto de loteamento, o MSTR e os moradores da FCG precisaram enfrentar sujeitos poderosos. Um deles foi a Prefeitura Municipal de Magé, na gestão do prefeito Renato Cozzolino, membro de uma família que há muito vivia no local e possuía negócios em diversos ramos. Um dos entrevistados acredita que os compradores da AF eram pessoas ligadas ao prefeito de Magé, o que para ele explicaria a atuação da prefeitura naquele local, visando expulsar os trabalhadores das terras onde viviam para facilitar a ação da nova empresa.²⁷⁸

O entrevistado, porém, disse não ter provas sobre a suspeita da ligação da prefeitura de Magé com a empresa compradora da AF. Na época, ele não pôde investigar sua suspeita, pois o mais importante naquele momento era lutar para permanecer na terra.²⁷⁹ Sobre a suposta participação da prefeitura de Magé na luta de CG, outro entrevistado disse que foi após o início do governo de Renato Cozzolino, eleito em 1982, que a gravidade dos conflitos aumentou, pois seu irmão, Rafael Cozzolino, era ligado à Agropastoril e buscou o apoio de Renato para expulsar os trabalhadores das terras onde viviam

A intervenção da Prefeitura se deu através do Plano Diretor Municipal de 1983, que transformou Cachoeira Grande em área de expansão urbana. Medeiros (2003, p. 74) diz que se deve entender a transformação da área de Cachoeira Grande em urbana como “parte da crescente especulação fundiária que marcou o município nos anos 80.” Dois decretos municipais provocaram a mudança nesta região.²⁸⁰ O primeiro,²⁸¹ de 02 de abril de 1982, declarou: “Fica alterado o zoneamento proposto no Plano Diretor na área abrangida pela parte norte do 6º Distrito”. As justificativas do decreto foram: necessidade de aumentar a área de expansão urbana no 6º Distrito, com o objetivo de atender à implantação do conjunto habitacional; a pavimentação da estrada MG-101 que liga Piabetá a Santo Aleixo como forma de impulsionar o desenvolvimento das atividades agrícolas da região; e a necessidade de proteção dos mananciais formadores da bacia do Rio Inhomirim.

²⁷⁶ 21/12/1982. Relatório do STR de Magé sobre o conflito de terras em Cachoeira Grande. Enviado ao Coordenador do Leste Meridional do Incra, Antonio Américo Ventura.

²⁷⁷ 21/12/1982. Relatório do STR de Magé sobre o conflito de terras em Cachoeira Grande. Enviado ao Coordenador do Leste Meridional do Incra, Antonio Américo Ventura.

²⁷⁸ Não foi localizada nenhuma bibliografia que ajudasse na contextualização deste governo em Magé.

²⁷⁹ Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.

²⁸⁰ Foi possível conhecer o conteúdo destes decretos através do ofício GP/093/984, Magé-RJ, 18/06/1984 – do prefeito de Magé Renato Cozzolino ao deputado Flávio Palmier Veiga e demais membros da Comissão de Justiça e Meio Ambiente da Alerj. Este ofício foi enviado no contexto do andamento do Projeto de Lei nº 131/83. Falar-se-á sobre este projeto de lei mais adiante.

²⁸¹ Decreto nº 456/982. Prefeitura Municipal de Magé. Secretaria de Administração.

Em 24 de junho de 1983, há um novo decreto.²⁸² Desta vez delimitando mais detalhadamente a área abrangida, o decreto determinou: “[...] área de expansão urbana a que fica compreendida entre a Estrada da Cachoeira e a estrada pública Piabetá – Santo Aleixo [...]”. As justificativas deste decreto foram: a necessidade de aumentar a área de expansão urbana no 6º Distrito de Magé; o fato de o trecho de terras situado entre as estradas Piabetá-Santo Aleixo (Estrada Municipal) e a Estrada da Cachoeira (particular) ter características tipicamente urbanas; e pelas vantagens em tornar pública a Estrada da Cachoeira nos termos da proposta para o uso do solo aprovada em janeiro de 1983 de acordo com o Decreto 456/982, citado anteriormente. Sobre este tipo de decreto, Novicki (1992) disse:

Os decretos municipais ao transformarem a área de uso rural em urbano, descaracterizando extensas áreas de terra como agrícolas e objetivando maior arrecadação de imposto predial e territorial urbano, contribuem para a reprodução da ‘zona cinzenta’ e intensificação do processo de especulação imobiliária e conseqüentemente para o aumento do número das áreas conflagradas, visto que a valorização das terras através da divisão do imóvel em sítios de recreio leva à expulsão de antigos posseiros (NOVICKI, 1992, p. 117).

A transformação de CG em área de expansão urbana retirou este território da área de abrangência de ação do Incra, uma vez que esta autarquia somente poderia atuar em áreas rurais. Este fator determinou o insucesso das investidas dos trabalhadores de CG junto ao Incra, que buscavam pressionar esta instituição a desapropriar a área em contenda. Diante da negação do Incra em intervir em CG, os trabalhadores passaram a pressionar o governo estadual em busca da desapropriação do terreno.

Mas não foi por acaso que os trabalhadores de CG foram pedir ao governo do estado para desapropriar as terras de CG. Deve-se destacar que a partir de 1983 o governo do estado passou a ser exercido por Leonel Brizola, político que há algum tempo atuava na questão agrária – No seu governo no Rio Grande do Sul (1959-1962), Brizola incentivou o Master e desapropriou terras ocupadas por lavradores.²⁸³ Sobre este aspecto, Marcelo falou:

Claro, pra mim ficou claro inclusive que você pode querer criticar o Brizola em algumas coisas, mas não nisso. Na questão da terra ele é muito [...], ele tem alguma ligação com isso, ligação histórica de anos, aquela questão, ele tem inclusive alguma ligação emocional com isso. Se nós não fizemos mais, houve questões de recursos, questão até de problemas administrativos, coisas mal encaminhadas, mas eu não me lembro que a gente tivesse levado qualquer tipo de decreto sem a compreensão do Brizola, de ele dizer: “esse eu não assino”, fosse a nível rural, fosse a nível urbano, nunca voltou pra nós um processo que nós tivéssemos encaminhado para uma área a ser desapropriada. Eu nunca vi voltar. E isso é uma coisa que a gente não pode dizer dos outros governos, essa vantagem ele tem.²⁸⁴

A luta pela terra em CG, portanto, ocorre em uma nova configuração, diferente da que se desenvolveu na luta anterior, pela GAF e FCS. Desta vez o Incra não era um ator central na negociação com os trabalhadores rurais, mas o governo estadual. Mais do que isso, este governo estadual havia sido eleito via eleições direita, a primeira vez desde 1965: as eleições

²⁸² Decreto nº 524/983. Prefeitura Municipal de Magé. Secretaria de Administração.

²⁸³ Sobre a política agrária de Brizola no governo do estado do Rio Grande do Sul (1959-1963), ver Alves (2010) e Eckert (1984).

²⁸⁴ Entrevista com Marcelo concedida a Victor Novick no dia 23/07/1990.

de 1982. Nestas eleições, o eleitor votou em candidatos para todos os níveis, exceto o presidencial. Os maiores partidos nestas eleições e que por isso contaram com uma maior estrutura de campanha, com propaganda sofisticada nos meios de comunicação, eram o PDS, partido do governo, e o PMDB. Os principais partidos menores eram o PT, PDT e PTB. Sobre os resultados desta eleição, Skidmore (1988) disse:

Primeiro, o partido do governo perdera a maioria absoluta na Câmara dos Deputados. Se a oposição votasse unida podia vetar qualquer lei proposta pelo governo (embora o Planalto contasse com o decurso do prazo se não houvesse votação). Segundo, mesmo para manter sua relativa força no Congresso e no colégio Eleitoral, o governo tinha que depender fortemente dos estados menos populosos e menos desenvolvidos, onde os governos podiam colocar a máquina de favores públicos a serviço do PDS para a obtenção de votos. (SKIDMORE, 1988, p. 454).

O voto do eleitor contra o PDS significou, segundo Skidmore, um meio encontrado para se manifestar contra o governo militar de Brasília. Assim, em nove estados a oposição conquistou o governo do estado, como em São Paulo (Franco Montoro), Minas Gerais (Tancredo Neves), Paraná (José Richa) e o Rio de Janeiro (Leonel Brizola). A eleição de Brizola e seu vice, Darcy Ribeiro, teve um significado especial. Darcy, assessor de Goulart, conclamou o povo a ganhar as ruas contra o golpe de 1964. Já Goulart fora constantemente hostilizado pelo governo militar. Ambos se exilaram durante parte da ditadura (SKIDMORE, 1988).

Os resultados das eleições de 1982 minaram o controle de postos políticos importantes detidos pelos governos militares anteriores. O PDS não somente perdeu a maioria na Câmara dos Deputados, como também perdeu os governos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, o presidente Figueiredo se achava em posição mais fraca, pois a maior parte dos poderes arbitrários que tiveram os três últimos presidentes, especialmente o AI-5, o general Geisel revogou. (SKIDMORE, 1988, p. 454).

A luta em CG se desenvolveu, portanto, numa configuração particular, no qual estava em curso um processo de transição democrática no país. No estado do Rio de Janeiro, a chegada ao poder de Brizola, político opositor ao governo militar que buscava se manter próximo aos movimentos populares, tinha um significado especial, pois permitia uma aproximação entre estes e o estado. É neste contexto que o governo estadual passa a ser uma opção de interlocução para os trabalhadores de CG, fato inexistente anos antes. A relação dos trabalhadores de CG com o governo Brizola e outros políticos fluminenses no início dos anos 1980 será o tema do tópico a seguir.

4.4 A relação com políticos fluminenses

O apoio de políticos e do MSTR foi elemento fundamental no decorrer da luta dos trabalhadores de CG pela permanência na terra. Este apoio está presente na fala dos entrevistados e talvez seja o elemento lembrado com mais força nas entrevistas. Recorrer aos políticos pode ser visto como uma forma de luta dos trabalhadores de CG para permanecer na terra. Este foi o meio que eles encontraram para conseguirem alcançar seu objetivo. No contato com os políticos, a ajuda do Sindicato e da Federação dos Trabalhadores Na Agricultura parece ter sido central, na medida em que foi o intermediário entre os trabalhadores de CG e os políticos fluminenses. Segundo Júlia:

Nessa época eu já era formada no terceiro grau, já tinha um conhecimento do Rio, sabia o que era deputado, vereador, a função de cada um, que aqui não tinha. Muita gente aqui tinha nada de estudo. A única escolinha que a gente tem, como até hoje só tem essa, de primeira a quarta, e os filhos dos filhos dos filhos dos agricultores remanescentes só estudavam, quando estudavam, até a quarta série. Ninguém passava disso porque voltava pra roça, tinha que plantar pra comer. Vim pra reunião, tomei conhecimento do que tava acontecendo realmente aqui. Nós fomos correr atrás. A gente foi até um deputado, Carlos Fayal, que é dentista. Fomos até a Assembleia Legislativa procurar alguém que pudesse nos ajudar [...] E lá a gente conseguiu um deputado que foi um que já tava presente. Aí esse deputado já era sensível à nossa causa, já conhecia nosso problema. Depois que a gente fez a associação ele pegou nossa causa de frente, que é o Carlos Fayal, nem sei onde ele tá hoje. E aí ele começou a lutar, fez um projeto de desapropriação por... Como é o nome...? Utilidade pública, ele fez uma desapropriação por fins de utilidade pública.²⁸⁵

Ao que parece, o STR de Magé e a Fetag-RJ, junto com um grupo de trabalhadores da FCG, levaram o caso de CG para alguns deputados, como Aloísio de Oliveira (PDT) e Carlos Fayal (PDT). O primeiro deles, por sua vez, levou esta demanda para a Comissão de Assuntos Fundiários. A partir de então, a Comissão passou a atuar em CG para conter a ameaça de despejo e efetuar a desapropriação. Nenhum dos entrevistados ao falarem sobre os políticos que os apoiou refere-se a algum partido. Este dado parece indicativo de que a relação entre trabalhadores e políticos se dava de forma personalizada. Todavia, a maior parte dos políticos que apoiaram os trabalhadores de CG eram quadros do PDT, partido do governador do estado.

A Comissão de Assuntos Fundiários foi criada no dia primeiro de novembro de 1983, vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Interior e constituída pelos secretários de Estado do Desenvolvimento Agropecuário, de Planejamento e Controle, Extraordinário do Trabalho e Habitação, Extraordinário para o Desenvolvimento da Região Metropolitana e pelo Procurador Geral do Estado. A coordenação do novo órgão ficou a cargo do Secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa, assim como a atribuição de indicar o Secretário Executivo da nova Comissão (NOVICKI, 1992). Segundo Mônica, desde que tomou ciência do que estava acontecendo, Vivaldo Barbosa “comprou a briga” de CG.²⁸⁶

Entre os objetivos da Comissão, destacavam-se: “arrecadar as terras devolutas estaduais, legitimar as posses existentes na área discriminada, assentar trabalhadores rurais nas terras arrecadadas e manter famílias nas terras, quer as que se destinassem para moradia ou atividade produtiva” (NOVICKI, 1992, p. 136). Novicki avalia que

com a criação de um órgão de terras [...] responsável pelo encaminhamento dos conflitos fundiários urbanos e rurais, a questão da luta pela terra, além de se reafirmar como um tema passível de tratamento político pelo Governo Brizola face a sua materialização na estrutura institucional do Estado, canalizou as reivindicações para um único aparato do Estado, o que potencializou o poder e a pressão dos movimentos de luta pela terra. (NOVICKI, 1992, p. 136).

Até o início do governo Brizola, em março de 1983, no estado do Rio de Janeiro, não havia um órgão específico a nível estadual para tratar a questão fundiária. Antes da Comissão

²⁸⁵ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

²⁸⁶ Entrevista com Mônica concedida a MAT no dia 25/06/2011.

de Assuntos Fundiários, foi criado na Secretaria de Agricultura o Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários, em maio de 1983. À Comissão, se seguiu a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, fundada em maio de 1986 (NOVICKI, 1992).

A discussão sobre a necessidade de se enfrentar os problemas fundiários, urbanos e rurais, remonta à campanha política para o governo estadual, em 1982, segundo Marcelo. João explicou que durante as eleições houve uma mobilização interna do PDT para que, caso Brizola vencesse, fosse criada uma secretaria ou um órgão que cuidasse da questão fundiária no estado.

A Comissão de Assuntos Fundiários teve inicialmente três funcionários (Marcelo, João e Regina), além do Secretário Executivo, Edgar Ribeiro. Alguns entrevistados disseram que um fator importante para o encaminhamento da criação de um órgão para tratar da questão fundiária no governo e no posterior desenvolvimento do trabalho neste órgão foi o perfil dos funcionários que foram contratados: embora não tivessem necessariamente uma atuação prévia com a questão fundiária, todos tinham alguma militância em movimentos sociais. Além disso, foi destacado que Vivaldo Barbosa e Caó (Carlos Alberto de Oliveira) tinham sensibilidade para lidar com a questão da terra e os trabalhadores rurais.

Novicki observou que o perfil das pessoas convidadas para assessoria e que permaneceram após a criação da Seaf foi um aspecto importante para melhor compreender como se deu a relação entre o governo e os movimentos de luta pela terra. A maioria deles pertencia a Famerj:

Com base em suas experiências anteriores de assessoramento ao movimento popular urbano, acrescida daquela adquirida no primeiro ano de atividade no governo (1984), passaram a desenvolver procedimentos rotineiros tanto nas áreas de resistência ao despejo quanto naquelas objeto de ação dos movimentos de ocupação de terras. (NOVICKI, 1992, p. 148).

Ter pessoas com uma atuação anterior em movimentos sociais trabalhando na Comissão e posteriormente na Secretaria pode ajudar a explicar a receptividade e o trato do Estado com os trabalhadores rurais. É claro que estas pessoas estavam lá porque o governo as colocou – e nisso é importante entender que o Brizola era um político que teve ao longo da sua trajetória alguma aproximação com alguns movimentos sociais. Além disso, teve a ação dos trabalhadores rurais de CG pressionando o governo a solucionar seus problemas. A inter-relação desses elementos ajuda a explicar a ação do estado, no governo Brizola, para por fim a ameaça de despejo e encaminhar a desapropriação daquela terra.²⁸⁷

A atuação do estado na contenção de despejos e na realização de desapropriações não ocorreu somente em CG nem apenas na área rural. Só para citar alguns exemplos, duas das primeiras ações de intervenção do governo estadual na questão fundiária foram: a transferência das famílias que ocuparam uma área em Xerém para Italva e a ocupação de Campo Alegre, então distrito de Queimados, município de Nova Iguaçu (NOVICK, 1992). Segundo documento “Ação do Governo Leonel Brizola na solução de conflitos fundiários, agrários e urbanos”, produzido pela Seaf no final do primeiro governo Brizola como um balanço da atuação do governo nos conflitos fundiários, esta Secretaria entrevistou em mais de duzentos conflitos. A maioria deles ocorreu na região metropolitana do estado.²⁸⁸

Segundo Marcelo, a atuação da Comissão de Assuntos Fundiários se dava basicamente no atendimento às demandas dos trabalhadores ameaçados de despejo, no caso da área rural,

²⁸⁷ Entrevista com Marcelo concedida a Victor Novick no dia 23/07/1990.

²⁸⁸ Para uma relação das áreas dos conflitos no qual o governo de Leonel Brizola realizou algum tipo de intervenção, ver o documento “Ação do Governo Leonel Brizola na solução de conflitos fundiários, agrários e urbanos”, produzido pela Seaf, no Governo Leonel de Moura Brizola.

num primeiro momento. Tratava-se de uma política de “apagar incêndios”. Os conflitos surgiam e ia-se tentando “improvisar soluções”, porque nunca houve no estado um órgão fundiário e, portanto, não se sabia com se encaminhar certas demandas. Marcelo contou que o caso de CG foi um dos primeiros conflitos em que a Comissão atuou.²⁸⁹

João explicou que, para evitar a expulsão dos trabalhadores das terras em que viviam, foi preciso desmilitarizar as ordens de despejo. Para isso, a Comissão fez um acordo com a Polícia, para que quando ela recebesse um mandado pedindo apoio para executar um despejo, eles primeiro comunicassem a Comissão antes de qualquer ação. Assim, a Polícia só daria apoio à justiça na execução do despejo após esta comunicação. A Comissão, por sua vez, teria 72 horas para evitar o despejo. Para isso, em primeiro lugar, eles investiam numa ação através de uma via jurídica. Quando não conseguiam resolver, eles buscavam alternativas, como negociar com os supostos proprietários ou até mesmo decretar a desapropriação. A orientação da Comissão era não deixar que nenhum despejo acontecesse. No enfrentamento jurídico para conter o despejo, o trabalho dos advogados da Comissão de Assuntos Fundiários foi fundamental.

Os dados coletados nas entrevistas indicam que a atuação do estado no período do primeiro governo estadual de Brizola (1983-1987) foi de fato marcante para os trabalhadores de CG. Nas entrevistas, alguns políticos e funcionários do estado, sobretudo da Comissão de Assuntos Fundiários e da futura Seaf, foram lembrados como pessoas que deram muito apoio à luta dos trabalhadores de CG para permanecer na terra, como pessoas que “brigaram” pelos trabalhadores.²⁹⁰

Mas o lugar de destaque nas entrevistas entre os políticos que ajudaram os trabalhadores de CG coube a Brizola, governador do estado que assinou o decreto que tornou a fazenda CG área de utilidade pública para fins de desapropriação. Em relação ao tipo de ajuda dada pelos políticos aos trabalhadores de CG, Leandro falou:

Rapaz, a gente não tinha condições de pagar um advogado, a gente não tinha condições de se deslocar daqui e, vamos supor, 100, 200 pessoas pra ir lá no palácio Guanabara, pra ir na secretaria de assuntos fundiários, pra ir no próprio BNDES²⁹¹ fazer empréstimo, quando eu fiz. Nós não tinha condições de nada disso, tava aqui, não tinha perna pra andar, e esses deputados se colocaram à nossa disposição. Pedia ônibus, vinha. Pedia um caminhão, vinha.²⁹²

A intervenção de políticos se fez também, em alguns casos, para apoiar os lavradores na tentativa de frear a violência no local. É o que revela um ofício enviado por uma deputada à Delegacia de Polícia de Pau Grande.²⁹³ Neste documento, a deputada solicitou providências para resguardar física e moralmente os moradores da Estrada da Cachoeira, Morro da Cinza e adjacências, que se sentiam coagidos, ameaçados, por pretensos proprietários da área em que residiam.

Francisco disse que o apoio dos deputados²⁹⁴ foi importante na medida em que fez com que eles conseguissem se aproximar do governador e obtivessem assim a

²⁸⁹ Entrevista com Marcelo concedida a MAT no dia 05/07/2011.

²⁹⁰ Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.

²⁹¹ Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

²⁹² Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

²⁹³ ALERJ. RJ, 25 de abril de 1985. Da deputada estadual Luci Martins para o delegado policial da 70ª delegacia policial de Pau Grande – RJ. Documento obtido através de Alberto, que o guardou em sua casa. Ele me emprestou este material no dia em que o entrevistei.

²⁹⁴ Em geral, os entrevistados referiam-se aos políticos que os apoiaram como “deputados”, com exceção de Brizola, que era tratado como “governador”. Os políticos citados, em algum momento dos anos 1980, exerceram

desapropriação.²⁹⁵ No trecho abaixo, Júlia falou um pouco sobre que tipo de apoio lhes era dado pelos deputados.

Júlia: Fernando Lopes, antes de deputado... Ele sempre participou aqui, mas ele era Secretário de Planejamento do Brizola. Foi o cara que sempre nos recebeu dentro do palácio, foi o cara que lutou pela gente de ligar pro governador Brizola na época, não tinha hora pra ligar pro Brizola, ele falava pro Brizola da gente... “O pessoal de Cachoeira Grande tá aqui, o que a gente vai fazer [trecho inaudível] tem que resolver”. Ele sempre foi presente. Sempre. Carlos Fayal, não só presente na desapropriação como autor do projeto, como também presente na área. Ele vinha aqui, ele comia com a gente, vinha saber como a gente tava. Sempre presente, sabe aquela pessoa presente? Não era deputado, não existia, era o ser Carlos Fayal, que vinha aqui, comia e bebia na casa de qualquer um.

Vitor (marido de Júlia): Ele vinha comer aipim com a gente.

Júlia: Vinha só pra saber como a gente tava. “E aí, gente, como é que tá a situação?”, na casa de qualquer um, era aquele o deputado. Vivaldo Barbosa era na questão jurídica, o tempo todo presente. Aconteceu de alguém estar sendo despejado, corre no Vivaldo.

Vitor: Liga na delegacia, solta o trabalhador...

Júlia: Essas foram sempre as participações diretas. Aloísio de Oliveira, idem. Qualquer problema, Aloísio, tá acontecendo isso e isso, tô indo praí. Comitiva vinha pra cá. Não só aqui, no morro da Cinza, Raiz da Serra. A gente se juntava, “vamos queimar pneu, vamos bloquear a entrada”, e a gente se juntava. Entrava na frente, “sou deputado, sou parlamentar”. Isso realmente foi luta, e teve quem botasse a cara na reta. Não lembro se era federal ou estadual, não lembro, já faz muito tempo.²⁹⁶

Este trecho da entrevista com Júlia reforça a observação feita antes sobre o fato de a relação entre os políticos e os trabalhadores de CG ter ganhado contornos personalizados. A aproximação entre eles que Júlia destacou mostra a construção de uma imagem para a entrevistada de um político que não era apenas político, mas amigo deles. Antes do político, vinha o “ser”.

4.5 Os despejos e a reação dos trabalhadores aos despejos

A partir dos dados das entrevistas, foram identificadas duas formas de ação da Agropastoril na busca pela expulsão dos trabalhadores de CG das terras onde viviam: uma através de vias legais, com ações na justiça; e outra por meio da contratação de jagunços, que eram utilizadas para intimidar e/ou expulsar os trabalhadores de suas casas. Ao que parece, as duas formas de ação foram concomitantes e não se distanciaram da forma como agiam os *grileiros* na tentativa de despejar os *posseiros* da GAF e FCS, como foi mostrado nos capítulos anteriores. Estes dados mostram que, embora o contexto tenha mudado, pois na primeira metade dos anos 1980 já estava em curso uma abertura política, a repressão aos trabalhadores do campo por milícias privadas permanecia intensa.

Márcio explicou que as tentativas de despejo através dos jagunços se davam com espingardas, revólveres e máquinas derrubando as casas dos trabalhadores. Francisco contou

cargo no legislativo. Contudo, alguns deles, no decorrer da luta pela terra em CG, exerciam cargos no executivo, sobretudo à frente de alguma secretaria do governo do estado. Portanto, havia a presença tanto de membros do executivo como do legislativo em apoio aos trabalhadores de CG.

²⁹⁵ Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.

²⁹⁶ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

um episódio no qual os jagunços contratados pela Agropastoril foram armados até a casa de algumas famílias tentar expulsá-las. Perguntado sobre como os jagunços agiam, Francisco respondeu que eles iam à casa dos trabalhadores ou “então encontrava as pessoas na rua e apontava a arma mesmo para as pessoas”.²⁹⁷ Segundo Francisco, os jagunços procuravam afrontar e intimidar os moradores de todas as maneiras para forçá-las a deixarem as terras para eles a ocuparem.²⁹⁸ Ele falou sobre os jagunços:

Eles juntavam aqui uma hora dessa, assim, meio dia, passando na porta da casa da gente com algema e rifle na mão, pra amarrar os trabalhador pra tirar daqui. Se não é essa turma do estado entrar firme mesmo, não tinha ninguém aqui não. Tinha botado todo mundo... As casas derrubadas, tudo a mando dessa Pastoril.²⁹⁹

Mas não eram somente os jagunços que os ameaçavam. Francisco contou que a polícia também dava cobertura aos oficiais de justiça que iam efetuar a ordem de despejo.³⁰⁰ Alberto mostrou um recorte de jornal que diz que a polícia intimidava os moradores de CG. Perguntado sobre o assunto, ele disse.

Marco: Aqui tá dizendo que a polícia intimidava os moradores, né? Intimidava como?

Alberto: Botava polícia em cima da gente. A Polícia em vez de ficar do lado da gente, ficava contra. Eles achavam que a gente não ia conseguir resolver o problema.

Marco: Mas eles chegaram a agredir alguém aqui?

Alberto: Chegou a agredir, batia. Só não batia na gente que eles tinham medo da gente.

Marco: Quem era liderança...

Alberto: Eles sabiam que eu era liderança da associação, eu tinha cobertura dessa doutora Angélica, tinha cobertura desse Vivaldo Barbosa...³⁰¹

Estas falas revelam que o recurso à violência foi empregado nas ações da Agropastoril para executar o despejo dos ex-operários. As noções de “injustiça” e “covardia” marcaram a fala dos entrevistados sobre as tentativas de despejo, uma vez que era considerado “injusto” e “covarde” tirar os trabalhadores e suas famílias das casas que moravam há anos. Leandro disse: “A América Fabril foi covarde com os funcionários, ela mandou embora, indenizou mal, e quis tomar a casa, que não era dela, nós descobrimos aqui que nada era dela”.³⁰²

²⁹⁷ Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.

²⁹⁸ É importante falar sobre as condições desta entrevista com Francisco. Ele tossiu e ficou inquieto e desconfortável durante toda a entrevista. Em alguns momentos ele pediu para desligar o gravador, exatamente quando falávamos sobre uma memória traumática, difícil de ser lembrada para eles, que parece ter deixado marca na sua vida até hoje. Quando conversamos sem a presença do gravador ao longo do dia, Francisco pareceu sentir-se à vontade para conversar comigo e então me ajudou bastante, apresentando-me a outras pessoas e contando a história da luta pela terra em CG. Deve-se lembrar que Francisco teve parte da sua casa demolida e foi despejado. Algumas fotos foram tiradas neste dia e Francisco disse que não guarda nenhuma delas. Também não guarda os jornais onde este acontecimento foi noticiado. Isto porque estas lembranças mexem muito com ele. Ele diz que, hoje, qualquer movimento diferente que ele vê aquilo parece que voltou do passado. “Então eu não gosto muito de lembrar certas coisas não. Eu gosto de tocar minha vida pra frente e esquecer o passado. Mas tem coisas que a gente tem que lembrar, né? Porque faz parte da história da gente”. Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.

²⁹⁹ Entrevista com Alberto concedida a MAT no dia 30/07/2010.

³⁰⁰ Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.

³⁰¹ Entrevista com Alberto concedida a MAT no dia 30/07/2010.

³⁰² Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

Um despejo foi contado e recontado em quase todas as entrevistas feitas com as pessoas envolvidas na luta de CG. Trata-se do despejo que resultou na destruição de parte da casa da família de Francisco, em 1983, e na demolição de outras duas casas. Fernando, marido de Júlia, disse que este foi o fato mais marcante para ele da luta de CG. O próprio Francisco fala sobre este episódio.

Leonilde: Chegaram a fazer algum despejo na marra?

Francisco: Houve, houve despejo. Inclusive essa casinha que eu tenho aqui hoje. Com 28 dias que eu bati laje, foi num domingo, na segunda ela foi quase toda derrubada. A casa da minha mãe foi da mesma forma. Nós fomos despejados...

Leonilde: A casa da sua mãe também foi derrubada?

Francisco: Foi derrubada também. Nós ficamos dois anos afastados daqui. Tivemos a ordem de despejo. A ordem de despejo veio para tirar as pessoas, não para derrubar a casa. Eu tenho lá no sindicato, que eu entrei na justiça com o direito de danos morais.

Leonilde: E foram muitas as casas derrubadas?

Francisco: Foram três casas: a minha, de minha mãe e outra lá na Vila perto do Valdair, casa de uma senhora que já faleceu.³⁰³

Carlos, dirigente do STR de Magé na ocasião do despejo, contou que neste dia ele estava de plantão no Sindicato e por volta das dez horas da manhã recebeu a notícia de que a Polícia estava em CG realizando um despejo. Imediatamente, ele se dirigiu à CG, deixando apenas a secretária no Sindicato. Até a sua chegada, duas casas já haviam sido derrubadas. A próxima seria a da mãe do Francisco.

Diante da execução dos despejos, a comunidade de CG se movimentou para evitá-los, segundo Francisco. Carlos disse que, quando chegou a CG, orientou as pessoas que tentavam resistir ao despejo a não insultar os policiais para evitar um confronto, mas ele contou que foi difícil controlar tanta gente.

A maneira encontrada pelos moradores de CG para evitar a destruição de mais uma moradia foi se colocar em frente à casa que seria destruída, compondo uma barreira humana contra a ação de despejo. Em geral, esta barreira era composta por mulheres e crianças. Assim, foi impossível para os policiais destruírem a casa devido à quantidade de pessoas que compuseram o bloqueio. Júlia falou sobre este episódio:

E aí nessa época que foram derrubar a casa da dona Palmira, de repente todo mundo sabia, então todo mundo chegava junto. Não pode, não pode, entraram na frente de máquina, entraram na frente de tudo...³⁰⁴

Contudo, houve um fato novo, planejado pelos policiais, segundo Carlos, que desestruturou a resistência construída. Os policiais se aproveitaram de um momento em que dois rapazes os desacataram e deram ordem de prisão a eles. Esta situação provocou uma confusão generalizada no local. Assim, as mulheres e crianças que estavam em frente à moradia e impediam sua demolição, deixaram o local para socorrer os rapazes que estavam sendo presos. Foi desta forma que o tratorista se aproveitou da situação e demoliu parte da casa de Francisco.

Esta forma de agir dos trabalhadores revela expressões da luta que se estruturavam mesmo sem um planejamento prévio ou uma orientação de uma organização de representação. No caso, homens e mulheres moradores da FCG precisaram dar respostas à tentativa de

³⁰³ Entrevista concedida por Francisco a LSM no dia 04/07/2001.

³⁰⁴ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

despejo que estava sendo empreendida contra eles. A barreira humana feita para conter o despejo é uma expressão da esfera cotidiana da luta pela terra que se desenvolveu em CG.

Outra pessoa despejada nesta ocasião foi a mãe de Gregório. Sem ter para onde ir, ela foi acolhida pelos vizinhos. Gregório, presente no dia do despejo, se lembrou da presença de muitos policiais.³⁰⁵ O único entrevistado que não se recordou da presença da Polícia em CG após a falência da fábrica foi Fernando, antigo administrador da área rural da CAF. Talvez seu esquecimento esteja relacionado ao lugar social que Fernando ocupou nos anos anteriores, uma vez que ele era responsável por controlar os trabalhadores de CG, impondo a eles os limites do que podia ser feito na fazenda CG. Ou talvez ele simplesmente não quis falar sobre o assunto.

Leonilde: Agora tem gente, nesse trabalho que a gente está fazendo aqui, tem gente que disse que teve um tempo que teve muita polícia aqui depois que a fábrica faliu, que tinha gente que queria colocá-los para fora, que teve polícia, que teve...

Fernando: Não, não.

Leonilde: O senhor não lembra de ter nada disso não?

Fernando: Não. E também eu já estava fora do serviço aí, não queria saber mais.³⁰⁶

Neste caso, deve-se lembrar que a fala dos entrevistados é filtrada pela memória. Esta é seletiva e sofre flutuações a que são função do momento em que ela é expressa – “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (POLLAK, 1992, p. 4). A memória é um fenômeno construído – “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 5).

Ainda em relação à reação dos trabalhadores diante das tentativas de despejo, a entrevista com Leandro revelou que houve variadas formas de resistência dos trabalhadores a esta ação.

Marco: Eles [os jagunços] ameaçavam como?

Leandro: Ameaçavam de prender, vinham com polícia, espingarda, escopeta, mas nós fomos pra cima deles, com foice, machado, enxada, espingarda de socar pela boca... Isso aqui virou uma praça de guerra. [...] Mas era isso que eu to falando, eles vinham pra poder tirar a gente da terra, e a gente pegava armado, a gente costumava armar trincheira, igual lá na Colômbia, entendeu. Cercando o inimigo pra ele não penetrar na nossa jurisdição, cercava ali, se chegasse um deles, a gente já encurralava eles num canto e já queria saber o que eles queriam. De quem, com ordem de quem, fazer o que... Tinha que fazer isso, ou você faz isso com eles, ou então você tá disposto lá fora... Eles não ofereceram resistência, pedimos socorro ao governador, o governador mandou na época o secretário de justiça, Vivaldo Barbosa, depois veio Nilo Batista, a mesma coisa, ajudando... Quantas vezes não chegou na delegacia e dava esculhambação naqueles polícia tudo lá, mandando deixar a gente de lado.

M: Quem fazia isso?

P: Nilo Batista. Vivaldo Barbosa...³⁰⁷

³⁰⁵ Entrevista com Gregório e Juliana concedida a MAT no dia 01/08/2010.

³⁰⁶ Entrevista com Fernando concedida a LSM no dia 02/05/2001.

³⁰⁷ Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

Esta fala mostra uma forma de ação dos trabalhadores de CG que não existiu nos anos anteriores, no caso da resistência dos *posseiros* da GAF e FCS: a resistência direta, ou seja, o recurso à arma em um dado momento. Somente é possível entender a forma de agir descrita por Leandro caso se considere que houve uma mudança no contexto do país, que no final dos anos 1970 e primeiros anos da década de 1980 vivia um momento de transição democrática. Anos antes, a ação destes homens e mulheres poderia resultar em prisão e tortura. Esta forma de ação, entretanto, parece ter sido episódica.

Para mostrar a repercussão deste despejo, Carlos contou que houve repórteres no local o registrando. Alguns entrevistados falaram sobre isso.

A casa mesmo do pai do Francisco, do próprio Francisco aconteceu isso, eles devem guardar a foto até hoje – no Globo saiu – eu vi essa foto, eles devem guardar até hoje. Igual eu tenho documento também que a América Fabril, através da Agropastoril, intimava a gente a deixar a terra.³⁰⁸

A dona Palmira teve a casa com máquina derrubada, uma parede toda derrubada, via oficial de justiça. Era tudo legal, porque veio oficial de justiça, veio a polícia, veio tudo. Era como se ele fosse o dono. Mas na realidade ele era o grileiro.³⁰⁹

Eu lembro... Me marcou muito quando veio as máquinas, veio polícia para derrubar as casas.³¹⁰

Rodolfo: Eu sei que... Juntou todo mundo e foram pra lá e chamaram a reportagem tudo, aí quando a reportagem foi embora, aí o pessoal, os caras da máquina junto com os policiais começaram a bater nas pessoas que estavam lá”.

Leonilde: Ah! Bateram é?

Rodolfo: Bateram. Aí todo mundo saiu correndo e eles derrubaram a metade da casa.³¹¹

Interessante ainda destacar como este episódio de despejo impactou na vida de algumas pessoas. Leandro, por exemplo, contou que o pai de Francisco morreu devido à destruição da sua casa. Ele disse:

Leandro: Esse negócio do despejo foi horrível, deu até algumas mortes. Foi horrível.

Marco: Quem morreu?

Leandro: Esse Francisco, que tava sentado ali conversando com você, o pai dele mesmo. Tinha construído uma casa, tinha colocado lá, e o Banco do Brasil, junto com a América Fabril e os latifundiários, chegou e deu ordem de despejo. Como eles não saíram, vieram máquinas, derrubaram, começaram a quebrar laje com eles dentro. O moço não morreu na hora, mas ficou abalado, atingiu o sistema nervoso dele, veio morrer de derrame, repetiu depois. Esqueci o nome dele. Teve outros também que morreram, minha sogra com quase 80 anos, ela não morreu disso, claro, mas sofreu um abalo também, mexeu com o sistema nervoso dela, morou ali, quase 40 anos

³⁰⁸ Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

³⁰⁹ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³¹⁰ Entrevista com Rodolfo concedida a LSM em 03/10/2001.

³¹¹ Entrevista com Rodolfo concedida a LSM em 03/10/2001. Edson tinha em torno de onze anos na época do despejo.

naquela casa ali, de repente deu uma voz de despejo um cara que não é dono nem nada.³¹²

Além de resistirem emergencialmente para conter o despejo, organizando barreiras ou pegando em armas, os trabalhadores também recorreram a alguns políticos fluminenses solicitando que eles intervissem no caso e sustassem a ordem de despejo. Com isso, o despejo de cerca de 200 famílias de lavradores foi suspensa por pelo menos quatro meses.³¹³

Os dados revelam, portanto, que foram múltiplas as formas de resistência dos trabalhadores de CG. É importante estar atento a esta variedade de formas de ação que a luta pode assumir, relacionando seja os aspectos cotidianos de resistência ou a esfera organizada da luta, através de protestos e batalhas que tiveram notoriedade, por exemplo. Neste ponto, os trabalhos de Scott (2002), Thompson (1987, 1998) e Palmeira (2009) foram referências orientadoras desta reflexão, pois, cada um à sua maneira, mostra que há diversas formas de ação alternativas as mais comumente identificadas na literatura sobre a ação coletiva, como a rebelião.

A suspensão do despejo foi obtida no dia 24 de maio de 1983, quando o secretário de Desenvolvimento Agropecuário, Antonio Carlos Pereira Pinto, o deputado estadual Carlos Fayal, representantes da Cehab³¹⁴ e lavradores estiveram com o juiz David de Oliveira Varella, da comarca de Magé, e conseguiram deste a suspensão do despejo por 30 dias. Mais tarde, este prazo se expandiu e passou a ser de quatro meses. Sobre a relação entre políticos e o Judiciário, Marcelo disse:

Foi bom e foi traumático. Foi bom no momento que juízes mais progressistas correspondiam e aceitavam segurar o despejo, mesmo que fosse pra gente negociar. Porque, na verdade, com isso, metiam o pescoço na corda, porque eles não tinham base legal pra suspender o despejo, eles se arriscavam com isso. E foi traumático quando os juízes eram mais reacionários e a gente teve que se virar com todos os meios pra conseguir segurar o despejo da moçada, através de medidas jurídicas ou às vezes até invenções da nossa cabeça, que não tinha nada a ver, mas a gente segurava só para tentar uma liminar e conseguir segurar os caras na terra mais tempo. A gente teve grandes dificuldades com o Judiciário [...] e teve muitas vitórias.³¹⁵

4.6 Dos primeiros passos da organização à criação da Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande

As primeiras tentativas de despejos levaram os trabalhadores a se juntarem e a iniciar uma organização para resistir à tentativa de expulsão de suas casas. Tratava-se de um movimento incipiente, uma resposta às circunstâncias que se impunham a eles. Assim, formou-se uma comissão de dez pessoas que trabalharam para lutar pela permanência na terra. Segundo Alberto, a comissão era formada por dez moradores de CG que já plantavam.³¹⁶ O fato de a comissão ser formada por ex-operários da fábrica que recorreram à identidade de trabalhador rural rurais é indicativo de que a justificativa para o pedido de desapropriação se daria em torno do fato deles serem agricultores e precisarem da terra para plantar.

³¹² Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

³¹³ O Globo, 25/5/1983. “Suspenso por quatro meses despejo de lavradores de Cachoeira Grande”. Este recorte de jornal foi obtido através de Alberto, que o guardou em sua casa. Ele me emprestou este material no dia em que o entrevistei.

³¹⁴ Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro.

³¹⁵ Entrevista com Marcelo concedida a Victor Novick no dia 23/07/1990.

³¹⁶ Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.

Segundo relatos, formar a comissão foi uma sugestão do STR de Magé. Dessa comissão, formou-se mais tarde uma associação de pequenos produtores, criada para resolver o problema do conflito pela terra: a APPCG, criada em setembro de 1985. Porém, segundo Espíndola (2004), a criação da APPCG foi uma exigência da Seaf na época da legalização do Assentamento. Alberto, por sua vez, explicou que eles perceberam que a comissão não atendia mais as demandas do trabalho porque não tinha poderes para resolvê-las. Foi então que decidiram criar uma associação de pequenos produtores. A finalidade da associação no seu início era resolver o problema dos conflitos pela terra.³¹⁷

A Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande teve Alberto como seu primeiro presidente e institucionalizou a comissão criada pelos trabalhadores anos antes, dando continuidade a este trabalho. A APPCG é uma entidade civil, registrada como pessoa jurídica.

Um elemento importante para a criação da Associação foi a inserção de Júlia na comissão de trabalhadores. Júlia morava na gleba AF no terreno da casa da sua mãe e participava do Clube Agrícola que tinha naquela área, assim como de movimentos ligados a Igreja. Ao que parece, o Clube Agrícola foi uma organização criada por algumas pessoas de CG, GAF e FCS para ser um local de reunião e divertimento. Alberto conhecia Júlia do Clube Agrícola e então a convidou para participar da comissão e ajudá-los na luta pela permanência na terra. Ela, que já conhecia a situação dos trabalhadores de CG, aceitou o convite. Ela fala sobre como foi sua inserção na luta de CG:

E aí o Alberto me convidou por saber que eu fazia parte dos movimentos da igreja, que eu sempre fui muito ativa nessa coisa de correr atrás de benefício. Me convidaram pra vir numa reunião aqui, que eles tavam vendo o que podia fazer pra acabar com essa confusão que tinha aqui de gente sendo despejada, ameaçada. Eu vim pra cá.³¹⁸

A inserção de Júlia na comissão se deu após sua criação. Ela conta que quando se juntou a eles, a comissão já existia, mas era informal, desorganizada, e só tinha homens. Eles faziam uma reunião e escreviam no papel o que havia sido decidido, mas não havia uma associação legalizada, com estatuto. Ela disse:

Eles eram uma comissão de trabalhadores que queriam resolver. E botavam no papel, escreviam, brigavam entre si, lutavam pra caramba, mas não tinham um papel que dizia que eles eram alguém. Eu, quando cheguei pra cá, eu mostrei pra eles a necessidade de estar organizado documentalmente, ser alguém, ser uma pessoa jurídica. Na época eles não entendiam isso. Não adianta, gente, vocês vão falar, vão falar, vão falar, e as palavras vão ser levadas, ninguém vai fazer nada. Porque você tem que botar no papel. Até que meu marido também se engajou na luta e a gente montou o estatuto. O primeiro estatuto da associação foi montado por ele. Em reunião, reunimos, mostramos como funcionava a assembleia, como tem que ser, quantos membros tem que ter, isso tudo a gente foi mostrando pra eles. E aí foi feito, na época todo mundo... Um queria uma coisa, outro queria outra, meu Deus, era muito difícil.³¹⁹

Em outro trecho da entrevista, Júlia também falou sobre a criação da APPCG:

³¹⁷ Entrevista com Alberto concedida a LSM no dia 03/05/2001.

³¹⁸ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³¹⁹ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

Porque antes havia um grupo de pessoas que queria resolver o problema. Conversa daqui, conversa dali, temos que resolver o problema, organizar em associação. Porque a gente tem que ser primeiro legal, legitimado, pra conseguir alguma coisa. Ninguém vai ajudar se a gente não tiver legitimidade. Tanto é que eu sou fundadora dessa associação. [...] Aí montamos a associação. Meu marido trabalhava de empregado, na época, na Canon, ele era vendedor externo e ele tinha um pouco de conhecimento da escrita, escreve muito bem, a gente juntou e fez um estatuto, escrevemos o que a gente queria, uma assembleia geral, decidimos o que a gente queria, montamos uma... O que a gente queria? Qual a nossa meta? Montamos nosso estatuto, montamos nossa assessoria bonitinha e fomos pra assembleia.³²⁰

Não foi sem dificuldades que se deu a inserção de Júlia na comissão dos trabalhadores de CG. Ela fala sobre as dificuldades que enfrentou por ser mulher quando começou a participar do movimento de luta pela permanência na terra em CG:

Eu, na época que cheguei aqui, fui muito discriminada, depois que eu fui muito bem aceita, porque aí o pessoal viu que eu realmente tava aqui pra ajudar. Mas antes, as mulheres aqui eram cristãs, e a maioria era daquelas que nem de casa saía, não participava de nada, eu fui meio que abrindo porta.³²¹

Na visão de Júlia, sua atitude contribuiu para ela ser vista negativamente pela comunidade de CG. Ela conta, por exemplo, que fazia o curso normal em Piabetá e para chegar lá não havia transporte. Para deslocar-se, era preciso pegar carona, pois só havia uma linha de ônibus que passava de manhã e à noite. E pegar carona com homens de bicicleta ou caminhão não era bem visto pela comunidade:

A estrada não era calçada, era de barro puro. A gente saía com bolsa amarrada pra não sujar o sapato. E o que tinha na estrada? Ou era carro particular dos riquinhos poucos que tinham aqui, ou eram os caminhões de mercadoria, ou era um ônibus uma vez por dia ou uma bicicleta. E eu nem bicicleta tinha na época. Então eu pegava carona. Pegar carona em caminhão, nossa. Prostituta. Eu já casada, tá, com esse mesmo marido que tá aí. Mulher não pode pegar carona de homem, e eu pegava carona. E eu usava bermudinha, e as mulheres aqui só usavam saião. Até porque eu não gostava de short, nunca gostei. Eu usava bermuda, nunca usei frente única, mas usava camisetinha, as mulheres só usavam mangas. Era uma cultura completamente diferente daquela que eu vim no Rio. Vim do Rio, cara, cheguei aqui, meu Deus, as mulheres ficavam me olhando atravessado. Até que, conforme na reunião... Como tô falando com você aqui, também falava na reunião. Gente, não pode ser assim, tem que ser assado, não sei o quê. Elas começaram a olhar pra mim de forma diferenciada, não, não tem nada a ver, ela tá aqui pra ajudar a gente, vamos ajudar, e aí começou toda aquela história. Mas no início, nossa, como eu fui discriminada nesse lugar, eu e minha prima.³²²

4.7 A luta pela permanência na terra

³²⁰ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³²¹ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³²² Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

A contenção do despejo possibilitou aos trabalhadores rurais da FCG seguirem lutando pela desapropriação das terras. Nas entrevistas, é recorrente o discurso de que a luta em CG foi uma luta pela permanência na terra ou uma luta pelo direito de permanecer na terra em que viviam. José afirmou que, desde o início, a luta dos ex-operários foi para permanecer na terra. Ele disse que “a maior parte [dos ex-operários] ficou sem emprego e sem sobrevivência, só tinha a terra para sobreviver”.³²³ Contudo, os dados indicam que muitos deles tinham a aposentadoria concedida pela América Fabril no momento da sua falência. Isto leva a crer que a luta pela permanência na terra em CG, mais do que ser uma luta pela terra para servir como local de trabalho, era uma luta pela terra como local de moradia. Obviamente, ambos os aspectos não existem em separados, embora, ao que parece, haja uma predominância do segundo em relação ao primeiro. A fala dos entrevistados a seguir parece coincidir com esta observação.

Leonilde: E aí como é que foi quando começou essa pressão? Vocês fizeram o quê? Como é que vocês se juntaram?

Márcio: Nessa pressão, a gente era desorganizado, era isolado. Então, primeiro a América Fabril começou a mandar, a própria América Fabril, e inventaram a Agropastoril. Começou a mandar uns comunicados, tipo intimação. Primeiro ela começou a chamar o pessoal pra ir lá pra Pau Grande, pras casas que tinha lá vazias, pra que a gente deixasse isso aqui e fosse morar lá, porque lá era mais perto do serviço, e tal... Alguns aceitaram. Ela foi esvaziando isso aqui, foi esvaziando a área agrícola. E quando, aqueles que resistiram, ela começou a pressionar com carta de despejo, pedindo pra desocupar. Mas é aquela história, até aconteceu com três ou quatro que acharam que ela estava certa, ou que tinham condições melhores, e foram morar lá em Fragoso, ou Piabetá, essas coisas assim. Agora quem não teve condições teve que resistir. Que foi o nosso caso e muitos outros...

Roberto: Resistir por necessidade, porque essa sabedoria que a gente tinha direito a gente ainda não tinha. **Resistimos porque não tinha pra onde ir.**

Márcio: **A gente não tinha condições de ir para outro lugar e aqui em cima a gente tinha nossas benfeitorias...**³²⁴

Leandro contou que, com a tentativa de despejo, algumas pessoas de CG se reuniram para fazer valer o direito deles de permanecer na terra. Ele disse que um dos primeiros passos dos trabalhadores na luta para permanecer na terra foi pesquisar quem era o verdadeiro dono das terras em que eles viviam. Abaixo, o trecho da entrevista em que ele contou esta história:

Leandro: Nós reunimos aqui um grupo de pessoas, e fomos num lugar aí no Rio, alugamos uma lupa, e conseguimos pegar um documento antigo de um fazendeiro daqui, um tal de Julio, que ele tinha um escritório em Magé, e nós, mexendo lá na documentação, advogado junto com a gente, nós conseguimos achar o documento, só que antigamente era máquina de escrever, datilografada, ou então manuscrito, a gente pegou documento manuscrito, a pena, aquelas canetinhas de você molhar assim, ó. Pra ler aquilo foi difícil, tive que arranjar um camarada bom lá do Rio pra fazer isso pra nós. Aí descobrimos que não era deles, desmascaramos, América Fabril e Banco do Brasil, desmascaramos o prefeito... Através do Brizola, claro, se não tivesse o Brizola nessa parada nós não tinha conseguido nada, nós tinha saído fora daqui.

³²³ Entrevista com José concedida a LSM no dia 07/07/2000.

³²⁴ Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

Marco: O documento dizia o quê?

Leandro: O documento dizia que era desse camarada, que esse camarada não tinha mais herdeiro nenhum aqui, e que a América Fabril, o que ela fez foi se apossar da terra, colocar os trabalhadores dela, que ficava trabalhando como escravo, dava a terra pras pessoas plantar, existia colônia, colônia é as pessoas que plantam no terreno, dá a parte pra fábrica e fica com a outra parte. Então se apossou. Quer dizer, como ela tinha mais de cem anos em cima do terreno, era praticamente dona, mas nós descobrimos que era dona apenas de parece que 22 hectares, e o terreno todo soma de Pau Grande até Suruí, soma 346 alqueires de terra, então a gente conseguimos ficar com isso aqui na justiça. E deu problema à beça, deu briga...³²⁵

As viagens ao Rio de Janeiro foram presentes no cotidiano dos trabalhadores de CG que se engajaram na luta pela permanência na terra. Estas viagens, ao que parece, tinham basicamente o objetivo de buscar apoio de políticos fluminenses e fazer mobilizações e protestos para sensibilizá-los da necessidade da desapropriação da fazenda CG. Esta forma de ação se aproxima em grande medida como a forma como agiram os *posseiros* da FCS e GAF nos anos 1970, através do *andar*. Entretanto, neste novo momento, o *andar* compreendia ações para além das visitas a órgãos do governo para pedir a desapropriação e acompanhar esse processo. Nos anos 1980, além disso, houve protestos, passeatas e ocupação de prédios públicos pelos trabalhadores de CG. No contexto anterior, este tipo de ação era inviável pela conjuntura da época.

Devido à distância de Magé, ir ao Rio de Janeiro era um ato que implicava em planejamento, sobretudo quando era preciso deslocar um número grande de pessoas. Leandro contou que nem sempre era possível a todos irem à capital fluminense. Por isso, eles se reuniam com antecedência de alguns dias para planejar a viagem. Em geral, os moradores colaboravam para apoiar a viagem daqueles que iam até o Rio. Ele contou:

A gente reunia hoje [a entrevista foi feita num domingo] pra descer, digamos, quarta-feira. Aí marcava tudinho direitinho, se não tivesse um ônibus pra gente descer, corria nas famílias, cada um dava dois reais... Reunia pra poder levar cinco, seis pessoas lá pra dar um lanche, que não tinha condições de almoçar, um café, um pão com manteiga... Era isso. Ficava até dez, onze horas da noite lá embaixo.³²⁶

Há nas entrevistas algumas referências a viagens ao Rio na qual iam todos os moradores de CG. José, por exemplo, disse que eles chegaram a levar ao Rio entre dois e três ônibus cheios para fazer manifestações.³²⁷ Nestas ocasiões, eles iam até o Palácio do Governo para conseguir ajuda do governador e levavam os produtos que eles plantavam, como aipim e abóbora, fruto do seu trabalho.³²⁸ Os alimentos simbolizavam o trabalho deles enquanto trabalhadores rurais: era o resultado dos seus trabalhos e mostrava aquilo que poderia se perder caso fossem despejados.

Júlia contou que nas manifestações em que iam todos os moradores de CG, a união das pessoas foi importante, pois era preciso que elas dividissem os custos da passagem do ônibus até o Rio. Assim, quem tinha dinheiro pagava para quem não tinha. Fernando disse que normalmente eles iam até o Rio de ônibus de linha. Eles só conseguiam um ônibus alugado

³²⁵ Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

³²⁶ Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

³²⁷ Entrevista com José concedida a LSM no dia 07/07/2000.

³²⁸ Entrevista com Francisco concedida a MAT no dia 10/08/2010.

quando acontecia um evento grande. Júlia falou um pouco como era a ação na frente do Palácio:

Tinha um problema na porta do palácio, aí surgia polícia, botavam aquele cordão de isolamento, aí tava sindicato, Fetag e aí entrava: Eraldo, seu Sebastião, não era nem o seu José, que era vice na época. Seu Sebastião até já morreu... Plínio... Falava errado pra caramba. Quem falava melhorzinho era o Eraldo. Plínio, Eraldo, eu, Alberto, Fernando e Márcio. Essa era a equipe, fora isso não tinha mais ninguém. Éramos nós. A gente falava com a comunidade: não vão deixar entrar todo mundo, então vocês fazem a bagunça aqui fora que vão chamar a comissão. Vamos lá dentro negociar. Só entrava... O palácio, na época do Brizola, nunca ficamos no ar, sempre fomos recebidos. Aí fazíamos aquela comissão, botávamos sindicato, federação e nós.³²⁹

Ela contou que nestas manifestações a imprensa sempre aparecia.

E a gente sempre lá, a gente no palácio, na época do Brizola, ainda. E a gente ia muito, fizemos alguns, inclusive Jornal Nacional com a Fátima Bernardes entrevistando, a gente levou um caminhão, enxada, foice, tudo, pra sensibilizar que a gente tava com problema aqui.³³⁰

Francisco também disse que os empresários locais os ajudaram cedendo ônibus para eles se deslocarem até o Rio de Janeiro.³³¹ Isto mostra que havia uma articulação dos trabalhadores com a comunidade local e que havia algum tipo de apoio desta com eles.

Uma vez no Rio, eles procuravam principalmente a Comissão de Assuntos Fundiários (e posteriormente a Seaf).³³² Lá, eles falavam com Vivaldo Barbosa, no caso da Comissão, ou com Paulo Schmidt, no caso da Secretaria. Também conversavam com os demais funcionários destes órgãos. Nas reuniões, o governo ouvia as reivindicações dos trabalhadores. Mônica disse que era a partir desta conversa que o trabalho era encaminhado. “A partir da demanda, a gente corria atrás”.³³³ Em geral, o sindicato e federação acompanhava os trabalhadores nesta reunião. A reunião entre trabalhadores e governo para discutirem sobre os conflitos e possíveis formas de solucioná-los é indicativo de uma nova relação dos trabalhadores com o governo fluminense. No caso dos conflitos anteriores na GAF e FCS, o governo estadual sequer foi interlocutor dos trabalhadores em luta. Este dado é importante, pois é indicativo de uma nova forma de relação do governo do estado com os movimentos sociais, no caso, com os trabalhadores rurais, relação que não parece ter existido nos anos anteriores nos quais os militares estiveram no poder, conforme disseram alguns entrevistados.

Uma vez no Rio, eles procuravam também os deputados que os apoiavam, como o Aloísio de Oliveira. Leandro contou que até na Câmara Municipal do Rio eles foram buscar apoio e lá falaram com o vereador Mauricio Azedo, que os ajudou bastante. “Era esses caras que a gente procurava, e eles ajudaram a gente mesmo, realmente ajudavam”.³³⁴

Leandro disse que eles procuraram os políticos, pois eram eles que poderiam lutar a favor deles: “[...] nós começamos a procurar onde que podia lutar a nosso favor, e pra lutar a

³²⁹ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³³⁰ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³³¹ Entrevista com Francisco concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³³² A Comissão existiu até quando foi criada a Seaf.

³³³ Entrevista com Mônica concedida a MAT no dia 25/06/2011.

³³⁴ Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

nosso favor tem que ser político, né? E nós fomos atrás”.³³⁵ A fala de Leandro mostra que havia um reconhecimento dos políticos como sujeitos capazes de ajudá-los a solucionar o conflito.

Contudo, quando foi necessário, os trabalhadores de CG traçaram outras estratégias de luta. Houve um momento em que a Agropastoril quis ocupar o galpão do alvejamento e área ao seu redor. Para evitar isso, Márcio disse que eles cavaram um buraco no caminho que levava para a unidade para que nenhum carro passasse ali. Também colocaram tratores no caminho para evitar a entrada de material da Agropastoril. Além disso, estavam armados para agir, caso fosse necessário. Ele contou:

Márcio: Quando passou o primeiro caminhão com máquinas pra fábrica de papel, lá pro galpão, a gente arrumou dois tratores, um era o trator da associação... Botou em cima da ponte, pra nenhum outro caminhão passar, e foi todo mundo de pá e de enxada cavar a rua

Roberto: eu sei que quando eu cheguei lá, já tava todo mundo cavando de pá, tinha vários armados... Eu nem sabia que tinha tanta arma aqui!

Leonilde: Todo mundo tirou as armas debaixo da cama...

Roberto: Eu sei que quando eu vi era o irmão dela (da Ilana, esposa), e o Francisco, mais um garoto que tavam com arma na mão e foram pro meio do mato ficar escondido..., aí eu falei que não podia deixar aqueles garotos ali, que eles podiam perder a cabeça muito fácil, o sangue ferver... [...] Aí a gente saiu pra ir atrás dos meios legais, procurar a justiça e tal. Mas o negócio era evitar ocupar, porque depois, se eles ocupassem, ficava mais difícil pra tirar. E isso foi numa sexta-feira à tarde, porque aquela história, a justiça não trabalha nem sábado nem domingo, e depois de 72 horas, sei lá quantas horas, fica classificado e pra voltar...³³⁶

Este trecho revela as formas conjugadas de luta que ocorreram ali. Ações armadas, com resistência direta, conjugada à luta por vias legais, através da negociação com o governo. Além disso, também neste contexto houve a prática o envio de ofícios às autoridades governamentais solicitando a intervenção no caso a favor dos trabalhadores. Os trabalhadores rurais de CG, através do STR de Magé e Fetag-RJ, enviaram relatórios para o Incra³³⁷ com o objetivo de expor a situação dos conflitos no município e pedir intervenção deste órgão para desapropriar a área.

Também foram enviados ofícios com o objetivo de pedir a intervenção para impedir os casos de violência que ocorriam. É o caso do ofício de 31 de maio de 1983, no qual STR e Fetag denunciavam a situação de violência a intranquilidade que estavam vivendo mais de 140 famílias de posseiros da fazenda AF, em CG. Eles reivindicavam providências urgentes deste órgão no sentido de cessar o clima de violência e realizar a desapropriação da área, vista como única solução para pôr fim ao conflito, “devolvendo a tranquilidade aos trabalhadores”.³³⁸

Nestes relatórios, era comum, antes de apresentarem suas reivindicações ou relatar os conflitos, citar o histórico da luta. Assim, os conflitos de CG eram relacionados às lutas travadas anos antes na GAF e, por conta disso, o decreto que desapropriou esta área em 1963

³³⁵Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.

³³⁶Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

³³⁷A interlocução com o Incra se deu principalmente no período anterior ao Plano Diretor Municipal de Magé que transformou a área de CG em zona de expansão urbana.

³³⁸OF. Nº 79/SE/83, de 31/05/1983. Do STR e Fetag para Coordenador do Leste Meridional do Incra, Antonio Américo Ventura.

era o primeiro fato lembrado.³³⁹ Buscava-se mostrar que a FCG era parte da área indicada para desapropriação anos antes, mas que não havia sido incorporada no decreto de 1973 que desapropriou a GAF.

No relatório enviado ao Incra, em 13 de maio de 1982, foi relatado que os conflitos continuavam intensos nas dezessete fazendas indicadas pelo estudo do Ibra como locais onde os conflitos sociais pela posse da terra eram intensos, em 1969. Assim, avaliam que a solução para os conflitos deveria ser urgente nas fazendas Santa Rosa, Santa Constança e Cachoeira Grande.³⁴⁰ A referência ao estudo do Ibra e às lutas anteriores é interessante na medida em que mostra uma continuidade entre os três tempos da luta: grosso modo, o primeiro nos anos 1960, o segundo nos anos 1970 e o terceiro, o de CG, já na década de 1980. Em outro documento,³⁴¹ o STR citou o caso da desapropriação da GAF e argumentou:

Lembramos a V. Sa. que a referida área da “América Fabril”, onde se pretende edificar o citado Conjunto Habitacional, na época do Ibra, sendo Governador do estado do rio o Sr. Carvalho Janotti, fora desapropriada para fins de reforma agrária, para ali serem assentadas as famílias de lavradores sem terra de Cachoeira Grande. Lamentavelmente, o Decreto de Desapropriação caducou, sem que as providências governamentais necessárias a sua efetivação fossem adotadas, uma vez que o Incra, órgão que sucedeu ao Ibra, implantou a medida expropriatória apenas em parte da área desapropriada, onde já havia família de lavradores trabalhando. Desta forma, aqueles que não possuíam sequer um palmo de terra para trabalhar, continuam até hoje na mesmíssima situação. Quem se beneficiou com a atuação do Incra naquela área foi a própria Companhia América Fabril, que recebeu de volta a maior parte da área desapropriada já então beneficiada.

Interessante eles falarem que CG não foi desapropriado nos anos 1970 junto com a AF. Naquele momento, CG era apenas local de moradia dos operários da fábrica, que usavam aquela terra também como local de plantio. Contudo, não há evidências de que eles participaram dos conflitos naquele momento. Os próprios entrevistados que moravam em CG indicam que assistiram aos eventos que ocorriam na GAF, mas não participaram, pois, como eram funcionários da fábrica, nada podiam fazer. O que o trecho acima revela é uma estratégia do STR de se apropriar dos fatos anteriores, referentes à desapropriação da GAF, e utilizar este caso a seu favor. A ideia era argumentar que CG já havia sido indicada como área de desapropriação e há anos aguardava o ato desapropriatório. Assim, criava-se um elo entre estes casos, buscando-se mostrar que era necessário concluir a desapropriação da área restante. Desta perspectiva, CG passou a ser parte da GAF, uma área não desapropriada nos anos 1970.

A luta em CG é ainda relacionada à da GAF quando é relatada a situação de violência vivida por estes trabalhadores. Assim, a GAF é considerada palco de conflitos sociais pela posse da terra há mais de quatro décadas. Nestes anos, relata o sindicato, alguns lavradores em luta pela posse da terra foram assassinados; famílias foram ameaçadas de despejo; acionadas na justiça; outras sofreram pressão e violência de toda ordem, tendo muitos deles suas casas e plantações destruídas a trator ou queimadas.³⁴² Estes fatos, para o STR,

³³⁹ 13/05/1982. Relatório sobre os conflitos de terra em Magé. Enviado ao Coordenador da 7ª CR do Incra, Américo Ventura.

³⁴⁰ 13/05/1982. Relatório sobre os conflitos de terra em Magé. Enviado ao Coordenador da 7ª CR do Incra, Américo Ventura.

³⁴¹ 21/12/1982. Relatório do STR de Magé sobre o conflito de terras em Cachoeira Grande. Enviado ao Coordenador do Leste Meridional do Incra, Antonio Américo Ventura.

³⁴² 21/12/1982. Relatório do STR de Magé sobre o conflito de terras em Cachoeira Grande. Enviado ao Coordenador do Leste Meridional do Incra, Antonio Américo Ventura.

confirmam serem aquelas terras palco do maior conflito social pela posse da terra no município de Magé.³⁴³

Ainda no relatório de 1982, STR e Fetag dizem que, até então, as únicas áreas desapropriadas em Magé foram parte da fazenda AF e CS. O que aconteceu nestas duas regiões? Eles fazem a pergunta e a respondem:

Na parte da América Fabril e Conceição de Suruí onde trabalham com tranquilidade quase duas centenas de famílias de lavradores saem 60% de toda a produção hortifrutigranjeira do Município, como principal abastecedor destes produtos no mercado do grande Rio.³⁴⁴

Estes dados são utilizados para mostrar que a desapropriação trouxe resultados positivos em termos produtivos.³⁴⁵ Além disso, eles procuram ressaltar que os resultados positivos na produção beneficiaram não só os trabalhadores, mas também a população, que é a receptora dos alimentos produzidos. A argumentação de que a problemática do trabalhador rural influenciaria na vida nas cidades está presente no trecho a seguir:

Se efetivados os despejos destes trabalhadores, serão centenas de pessoas sem qualquer meio de residir e trabalhar que virão ingressar o contingente de desempregados do nosso Estado, numa situação de grave crise econômica por que passa a Nação, vendo crescer dia-a-dia a massa humana sem moradia, sem emprego, que perambula de porta em porta por uma colocação no mercado de trabalho.

A desapropriação da área para ali assentar definitivamente essas famílias virá beneficiar não só aqueles trabalhadores, mas também toda a população do estado do Rio, que sofre com o crescimento da miséria, da criminalidade, da violência em razão da fome gerada pelo desemprego.

Assim, confiamos e esperamos que V. Exa., fazendo prevalecer os ditames da Carta Magna e da Lei 4.504 que destina à terra uma função social, desaproprie o imóvel e titule a posse dessas famílias devolvendo-lhes a tranquilidade com restituição de suas casas e plantações únicos bens de que são possuidores e que vêm assegurando-lhes a sobrevivência.³⁴⁶

Este argumento foi utilizado algumas vezes nos anos anteriores e por isso revela uma continuidade na argumentação utilizada pelas instâncias do MSTR para justificar o pedido de desapropriação. Além disso, o envio de ofícios também é uma continuidade da prática sindical de anos anteriores.

Até 1982, o MSTR buscou construir um diálogo principalmente com o Inca, como indicaram alguns documentos citados nesta seção. Depois disso, o governo do estado passou a ser o principal interlocutor dos trabalhadores rurais da GAF e do MSTR.

No relatório sobre a situação dos posseiros da fazenda América Fabril,³⁴⁷ em Magé, de 5 de maio de 1983, o interlocutor do Sindicato e da Federação já é o governo do estado. Neste documento o STR e a Fetag apresentam a situação de CG e reivindicam providências urgentes

³⁴³ 21/12/1982. Relatório do STR de Magé sobre o conflito de terras em Cachoeira Grande. Enviado ao Coordenador do Leste Meridional do Inca, Antonio Américo Ventura.

³⁴⁴ 13/05/1982. Relatório sobre os conflitos de terra em Magé. Enviado ao Coordenador da 7ª CR do Inca, Américo Ventura.

³⁴⁵ 13/05/1982. Relatório sobre os conflitos de terra em Magé. Enviado ao Coordenador da 7ª CR do Inca, Américo Ventura.

³⁴⁶ 5/5/1983. Relatório sobre a situação dos posseiros da fazenda América Fabril – em Magé/RJ. Documento assinado pelo STR e Fetag-RJ.

³⁴⁷ Trata-se da FCG, chamada algumas vezes de fazenda América Fabril nos documentos.

por parte do governo estadual no sentido de impedir o despejo dos trabalhadores, desapropriando a área para que estas pessoas sejam definitivamente assentadas no imóvel e tituladas as suas posses. A argumentação deste ofício é a mesma dos anteriores. Eles lembram o histórico de lutas na região, a alta produtividade do local e falam sobre a violência nos conflitos.

Alguns elementos explicam a mudança do interlocutor dos trabalhadores, como já foi dito antes. Em primeiro lugar, o decreto municipal que transformou a área de CG em zona de expansão urbana impedia que o Incra interviesse neste caso, uma vez que esta autarquia era responsável pela ação apenas em áreas rurais. Ao mesmo tempo, assumiu o governo do estado um governador sensível às questões da terra. Mais do que isso, deve-se considerar a particularidade do governo do estado eleito em 1982, tendo Leonel Brizola a frente, um dos opositores do regime militar, que venceu o candidato do partido do governo federal. Havia espaço no novo governo para que os trabalhadores buscassem apoio eles souberam se aproveitar disso nesta conjuntura.

As formas de atuação do MSTR no início dos anos 1980 em CG estão também em consonância com os encaminhamentos definidos no 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais (1979) da Contag, que definiu que só através da mobilização coletiva dos trabalhadores na defesa dos seus interesses e direitos é que se avança na luta por melhores dias e se pode conquistar vitórias. Um documento da Fetag expressa esta forma de agir, seguido em CG:

Seja através da ida em massa dos trabalhadores para buscar soluções junto aos órgãos competentes quanto atingidos por violências dos latifundiários ou ameaçados de despejo, seja através da resistência e defesa organizada de suas posses quando estas são atacadas, vimos no ano que passou os trabalhadores participarem ativamente das lutas em sua defesa e pressionarem as autoridades para que houvesse solução favorável a nossos interesses.³⁴⁸

4.8 A violência na luta pela desapropriação em Cachoeira Grande

Despejos, agressões físicas, assassinatos e ameaças marcaram os conflitos por terra em Cachoeira Grande. Márcio contou um episódio no qual foi vítima de agressão física.

Eu, já até falei isso pra senhora: onde tem aquele poste ali, uma vez vieram dois caras, um com uma arma na cintura, e o outro com um chicote e bem ali ficaram me dando chicotadas. Isso na época do Belarmino... E o que se vai fazer, com dois caras e com um com um arma na cintura e outro com chicote? E eu sozinho ali... Mas é revoltante né, você ficar levando chicotada...³⁴⁹

Alberto falou sobre Zé Luíz, outra vítima de agressão por conta dos eventos envolvendo a luta pela terra em CG.

Era meu amigão. Apanhou, lutou, apanhou. Levou muita coronhada de revólver, mas nunca cedeu, sempre lutando com a gente. Graças a Deus eu nunca apanhei![...] Mas apanhar eu nunca cheguei a apanhar não. Eles tinham um certo respeito de mim eu não sei o porquê. Até hoje eu encontro

³⁴⁸ Relatório de atividades da Fetag-RJ no ano de 1980.

³⁴⁹ Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

algum jagunço da época aqui que diz: “eu não sei o que você tinha que nós não tinha como fazer nada com você”.³⁵⁰

Alguns entrevistados fizeram referências, umas mais precisas, outras nem tanto, a algumas pessoas assassinadas devido ao conflito de terras em CG. José, por exemplo, atribui a Belarmino a morte de muita gente em CG.³⁵¹ A mulher de Carlos também disse que houve muitas mortes na área, mas não citou nenhuma em específico.³⁵² Alberto contou um caso que resultou no assassinato de trabalhadores rurais. Ele explicou que uma das ações dos jagunços, a mando da Agropastoril, era depredar o patrimônio da fábrica – pegavam-se os materiais do galpão de alvejamento que podiam ser vendidos, como os fios do sistema elétrico. Dois trabalhadores tentaram impedir uma das ações de roubo e foram mortos pelos jagunços. Isso teria ocorrido em meados dos anos 1980.³⁵³ Júlia também citou um caso de assassinato. Conforme indicam os entrevistados, a violência aos trabalhadores que se mobilizavam para permanecer na terra continuou nesta nova conjuntura. Dados como estes revelam que muitos casos de assassinatos provavelmente ocorreram durante a ditadura e continuam até hoje desconhecidos.

Assim como na luta em CS e AF, os entrevistados relataram recorrentemente em suas entrevistas as ameaças e tensão vivida por eles no dia-a-dia. Medeiros cita depoimentos que revelam a situação de medo vivenciada pelos moradores. Um deles diz que não dormia dentro da própria casa, pois bastava ver um farol, referindo-se a um carro, para fugir (MEDEIROS, 2003).

Medeiros diz que nos depoimentos colhidos há relatos sobre as ameaças feitas por Belarmino. Foi preciso “vigílias noturnas nos lotes devido às ameaças de expulsão por parte de capangas de Belarmino, segundo os depoimentos” (MEDEIROS, 2003, p. 77). José contou que, até a desapropriação acontecer, algumas pessoas deixaram CG com medo da perseguição empreendida pelos jagunços. Ele disse que tinha jagunço dia e noite perseguindo as pessoas.³⁵⁴ Roberto também relatou o clima de insegurança que eles viviam:

A gente pra dormir aqui, Márcio também sempre foi assim. Chegava em casa e ia fechando as portas todas... Eu mesmo não dormia aqui. A minha mulher e minha filha dormiam em casa, eu não dormia dentro de casa. Alguém chegava, eu via um farol apontar lá eu saía por trás, pelo curral lá, saía lá por trás, porque a primeira casa era aqui. Tinha a da minha irmã, mas a casa do Márcio e do Roberto era aqui... Então eu não gostava nem de sair de carro pra ninguém me ver, de noite, só andava de bicicleta... Quando sai com carro, chegava, apagava o farol, porque teve um colega que... [...] Então a gente viveu um tempão assim, com medo.³⁵⁵

Júlia também falou sobre o tipo de ameaças. Neste caso, o algoz era a polícia:

Aí, nós ficamos lutando, lutando, ameaçados daqui e dali, sempre nos defendendo, a gente se defendia como podia. Inclusive eu, uma vez, coloquei um processo contra o delegado de Piabetá, que veio me ameaçar na minha porta, eu coloquei um processo nele lá na corregedoria de polícia, o desembargador doutor Luiz Gonzaga. Esse cara foi transferido de Piabetá depois dessa confusão aí, graças a Deus, havia havido uma chacina antes e

³⁵⁰ Entrevista com Alberto concedida a LSM no dia 03/05/2001.

³⁵¹ Entrevista com José concedida a LSM no dia 07/07/2000.

³⁵² Entrevista com Carlos concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³⁵³ Entrevista com Alberto concedida a MAT no dia 30/07/2010.

³⁵⁴ Entrevista com José concedida a LSM no dia 07/07/2000.

³⁵⁵ Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.

ele veio me ameaçar com essa chacina que teve lá em cima, onde morreu até um bebê. Se não me engano, morreram nove pessoas nessa chacina. E aí ele veio aqui na minha porta dizer que ia acontecer o mesmo comigo o que aconteceu com essa família, e aí botei o processo em cima dele.³⁵⁶

Uma forma da polícia e grileiros intimidá-los era circular armados na região. Uma entrevistada, que nesta época vivia num “barraco”, precisava da ajuda dos vizinhos para que pudesse dormir. Eles se revezavam para vigiar a sua casa, pois temiam que ela sofresse algum ataque. Esta entrevistada contou que precisava andar armada para se proteger. Vestia-se também como um homem: calça jeans, blusa, boné com o cabelo preso e armas na cintura. Disse que era conhecida como a “guerrilheira de Cachoeira”. Como sua casa era repleta de armas, ela contou que optou por ensinar seus três filhos, todos com menos de dez anos, a atirar. Ela disse que eles precisavam se defender, caso fosse necessário. Era importante ensiná-los a manipular a arma para reduzir o perigo de um deles utilizá-la e provocar um acidente.

Alguns documentos das entidades sindicais de representação dos trabalhadores rurais buscam relatar o clima de violência vivido pelas famílias de CG. Dizia-se nos documentos que os *grileiros* não davam “sossego” aos posseiros, impedindo-os inclusive de trabalhar.³⁵⁷ Neste relatório, foi declarado que os administradores da América Fabril vinham abusivamente invadindo as roças dos posseiros e colhendo “no peito” as culturas dos trabalhadores.

Na área da América Fabril não desapropriada dezenas de famílias de posseiros, antigos no local, que só contam com suas culturas para viver, estão impedidos pelos administradores da Fábrica de plantar, os capangas vigiam a área dia e noite ameaçando a todos caso insistam em cultivar suas áreas.³⁵⁸

A violência não atingiu apenas os trabalhadores rurais. Os funcionários da Comissão de Assuntos Fundiários também foram atingidos por ela. Marcelo, por exemplo, disse que a situação em CG era semelhante à de um “velho oeste”. Eles precisavam enfrentar os jagunços “no grito” e com “contra-ameaças”.³⁵⁹ Uma das funcionárias da Comissão (e depois também da Seaf) chegou a ser ameaçada por Belarmino com um revólver na cabeça.

Ocorrido em maio de 1983, o despejo que resultou na destruição de algumas casas mobilizou um dos deputados a que recorreram os trabalhadores a propor um projeto de lei que visava desapropriar a FCG. Este projeto de lei, seu andamento na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e suas repercussões serão o tema do tópico seguinte.

4.9 Do projeto de lei de 1983 ao decreto de desapropriação

Em 16 de agosto de 1983 o deputado Carlos Fayal propôs à mesa diretora da Alerj o projeto de lei nº 131/83, que declarava de interesse social, para fins de desapropriação, “[...] a área de terras com suas florestas, mananciais e demais formas de vegetação, situada no local denominada ‘Cachoeira Grande’, no município de Magé neste Estado”.

³⁵⁶ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³⁵⁷ 13/05/1982. Relatório sobre os conflitos de terra em Magé. Enviado ao Coordenador da 7ª CR do Incra, Américo Ventura.

³⁵⁸ 13/05/1982. Relatório sobre os conflitos de terra em Magé. Enviado ao Coordenador da 7ª CR do Incra, Américo Ventura.

³⁵⁹ Entrevista com Marcelo concedida a MAT no dia 05/07/2011.

A sustentação jurídica da desapropriação assentava em duas legislações. Uma parte da fazenda seria desapropriada segundo orientações do Art. 117, letra J da Constituição Estadual que diz:

Art. 117 – O Estado e os Municípios, com observância dos preceitos estabelecidos na Constituição Federal, procurarão realizar o desenvolvimento econômico e a justiça social, com a finalidade de assegurar a elevação do nível de vida e o bem estar da população.³⁶⁰ [...] j) propiciará meios para fixação do homem ao solo, nas zonas rurais, preservando o equilíbrio dos meios de produção e garantindo à propriedade o seu sentido social e econômico.

A parte restante seria destinada a uma reserva florestal, “[...] com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza da proteção da flora, da fauna e belezas naturais.” Utilizou-se o Art. 5º da Lei Federal n 4.771, de 15/09/1965 (que instituiu o Código Florestal), como orientação para esta destinação.³⁶¹

O projeto de lei tinha duas justificativas. A primeira dizia: “A referida área possui valor ecológico, dado à riqueza de atributos naturais de excepcional valor científico, e, também paisagístico.” Com isso, falou-se sobre a fauna, flora e mananciais desta área e se explicou que quase sua totalidade encontra-se pouco alterada em relação à ocupação humana. O segundo argumento para a desapropriação refere-se à parte da área ocupada (cerca de 190 hectares) por aproximadamente duas centenas de famílias de posseiros em antigas terras da Companhia América Fabril.

Estes posseiros lá residentes há mais de vinte anos, estão ameaçados de serem expulsos de suas terras numa operação imobiliária especulativa de métodos e objetivos obscuros. Estes posseiros são produtores rurais em plena atividade utilizando terras de elevada produtividade as quais, caso se efetive a pretendida operação especulativa, tornar-se-iam inaproveitadas, com grande prejuízo para a produção do Estado.

A particularidade deste projeto de lei é que ele não se justificou apenas para manter os posseiros nas terras em que viviam e estavam sendo ameaçados de expulsão. Chama a atenção neste artigo os aspectos ambientais incorporados na justificativa da desapropriação.

Depois de enviado à mesa diretora, o projeto seguiu para ser analisado por algumas comissões da assembléia. Foram elas: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão da Região Metropolitana, Comissão de Agricultura e Política Rural, Comissão de Trabalho e Legislação Social e Comissão de Controle do Meio Ambiente. Todas as comissões votaram pela constitucionalidade do projeto e fizeram elogios a iniciativa do deputado. Em geral, os pareceres das comissões ressaltaram a importância do projeto em relação aos aspectos ambientais. Contudo, a questão social, ou seja, o assentamento de um grupo de pessoas ameaçadas de despejo, não deixou de ser lembrada por algumas comissões.

A prefeitura de Magé não se calou diante da tentativa de desapropriação desta área. É o que se pôde verificar através de um ofício encaminhado pelo deputado Flávio Palmier Veiga

³⁶⁰ Este artigo compõe o Título III (Da ordem econômica e social), Capítulo I (Do desenvolvimento econômico) da Constituição Estadual.

³⁶¹ Art. 5º O Poder Público criava: a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos; b) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não-florestadas e destinadas a atingir aquele fim. Parágrafo único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, estaduais e Municipais.

ao deputado José Montes Paixão (presidente da Comissão de Controle do Meio Ambiente). O ofício,³⁶² de 18 de junho de 1984, encaminhado pela prefeitura de Magé, versava sobre o projeto de lei 131/83, relativo ao problema de terras em CG. Através dele foi possível conhecer em alguma medida a visão da prefeitura neste caso.

A prefeitura disse no ofício que, ao tomar conhecimento do projeto de lei, sentiu-se louvada pelo seu espírito de grandiosidade e também pela preocupação do autor pela Municipalidade de Magé. “No entanto, o Município sempre esteve atento a tudo aquilo que de alguma forma venha a ferir os nossos interesses sociais, bem como os ecológicos.” O prefeito explicou que, antes de aprovar um projeto para loteamento, todo o contexto local foi examinado. Para isso, foi solicitado à Câmara de Vereadores que formasse uma comissão de inquérito para apurar quaisquer irregularidades que envolvessem a transação destas terras, assim com ratificar ou retificar o zoneamento. No trecho a seguir, fica evidente o interesse de expandir a área urbana para a localidade de CG. “[...] é sumariamente necessário, para a região, o crescimento daquela área de expansão urbana, a fim de integrar os distritos deste Município”.

Sobre o projeto de lei, o prefeito disse que ele só deveria ser encaminhado após ser previamente estudado, discutido e aprovado junto às lideranças do município. Em relação à questão ecológica, disse que quase 50% da área proposta como de preservação ambiental pelo projeto já constitui de preservação ambiental absoluta de acordo com o zoneamento municipal. Sobre os problemas sociais, falou:

- a) que essa área é parte de um todo que a Cia. América Fabril, em liquidação pelo Banco Central, vem negociando com terceiros;
- b) que, todos os moradores desta área e das outras, eram funcionários daquela empresa, possuindo contratos de locação, comodatos, etc...
- c) que, esses moradores estão com ações de despejos já transitadas em julgado em nossa Comarca;
- d) que, o Município tem delineadas as suas áreas de produção agrícola, não sendo, a aludida, adequada a esse fim.³⁶³

Por fim, o prefeito disse:

Assim sendo, como representantes desta comunidade, estamos procurando sanear os problemas que nos foram criados com a desativação da Cia. América Fabril. De uma maneira ordenada, e que atenda, dentro de sua plenitude, aos interesses da Municipalidade e de seus habitantes. Assim é, que conseguimos dos novos proprietários da área, sustar as ações de despejo movidas pela Cia. América Fabril, contra àqueles moradores. Também, estamos mantendo gestão, junto aos novos proprietários, para a manutenção dos novos moradores naquela área, junto aos novos proprietários, para a manutenção de todos os moradores naquela área, já que, segundo aqueles, não há nenhum interesse em que haja curso nas ações de despejo, de vez que, o interesse comum se prende a normalização jurídica daqueles moradores, mantendo-os em suas habitações.

Um ano antes deste ofício, porém, houve a tentativa de despejo de vários trabalhadores, com a destruição de casas de alguns deles, como se mostrou no tópico anterior.

³⁶² Ofício GP/093/984. Magé-RJ, 18/06/1984. Do prefeito de Magé Renato Cozzolino ao deputado Flávio Palmier Veiga e demais membros da Comissão de Justiça e Meio Ambiente da ALERJ.

³⁶³ Idem.

Ao que parece, não foi a AF que moveu as ações de despejo, como ele disse, mas os novos proprietários, a Agropastoril, como revelaram os documentos e entrevistados.

Apesar das observações do prefeito de Magé, o projeto de lei teve andamento na Alerj. Após ser avaliado pelas comissões, o projeto recebeu algumas emendas. Em 20 de novembro de 1984, a emenda modificativa nº 1 alterou o artigo dois, passando a destinar a área desapropriada à fixação do homem ao solo. A justificativa era de que dentro da área desapropriada existiam dezenas de famílias de lavradores, “[...] que com seu trabalho digno, além de garantirem sua própria subsistência, ajudam a abastecer de alimentos a cidade do Rio de Janeiro.” Já a emenda aditiva nº 2, tinha o objetivo de deixar a cargo do Poder Executivo definir a área de reserva ecológica. Houve ainda subemendas aos artigos 1 e 2 propostas pelo deputado Romualdo Carrasco.

As mudanças no projeto de lei propostas pela Comissão de Constituição e Justiça foram aceitas e passaram a compor a redação final do projeto, em 29 de outubro de 1984. Tratava-se de ajustes para evitar possíveis ambiguidades que levassem a litígios em torno da área desapropriada e incorreções nos argumentos que respaldavam as leis. Na nova argumentação, além de deixar claro que a desapropriação se referia a uma área urbana e não rural, e assim utilizar elementos da lei que respaldassem esta especificidade, foi garantido o direito de indenização aos proprietários da terra desapropriada. Por fim, colocou-se ainda de forma clara na redação do segundo artigo o objetivo a que se propunha a lei: “reservar o direito do uso da terra como propriedade aos que nela trabalham.”³⁶⁴

Em 24 de outubro de 1984, o projeto de lei foi aprovado, com suas emendas, por unanimidade.³⁶⁵ Por ocasião da desapropriação, Fayal discursou na plenária. Neste discurso, o deputado acentuou que, ao aprovar a desapropriação para fins sociais, a casa “[...] dá início a um processo inédito nestes novos tempos de democracia em que o interesse da comunidade fala mais alto, particularmente daqueles mais sofridos”. Com esta fala, o deputado chama a atenção para o novo momento político do país, quando o fim do regime militar se anunciava e a transição para um regime democrático indicava a possibilidade dos interesses dos pobres prevalecerem sobre o de uma elite. O deputado considerava que este caso poderia servir de exemplo para outras experiências e que o lema central a partir de então deveria ser dar “a terra para quem nela trabalha”. Fayal considera que uma “nova era” começa a existir no estado do Rio de Janeiro a partir do governo Brizola, um tempo no qual a “democracia” prevalecia. Deve-se entender que Fayal faz este discurso ainda no período da ditadura.

Após ser aprovado na Alerj, o projeto de lei foi encaminhado, em dezembro de 1984, para o governador do estado para que ele o sancionasse ou o vetasse. A decisão do governador foi vetar o projeto por considerá-lo contrário aos interesses públicos. A justificativa foi a seguinte:

³⁶⁴ A redação final do projeto de lei Nº 131/83 ficou assim: Declara de interesse social, para fins de desapropriação, imóvel situado no Município de Magé.

Art. 1º - É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, a área de terras com suas florestas, mananciais e demais formas de vegetação, situada no local denominado “Cachoeira Grande”, no Município de Magé, neste estado, compreendendo as glebas M e P, registradas no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Magé, de acordo com o Ato nº 074, de folhas 147 e seguintes do Livro nº 388/157-D, mediante prévia indenização aos seus proprietários e dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Lei. As glebas são: M e P.

Art. 2 – Uma vez desativada a desapropriação por Decreto do Poder Executivo, fica este autorizado a destinar parte da área a uma Reserva Florestal, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza e da proteção da flora, da fauna e belezas naturais, reservando-se o direito do uso da terra como propriedade aos que nela residem.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as suas disposições em contrário. 29 de outubro de 1984.

³⁶⁵ DO, 24/10/1984. Ano X, nº 205, parte II, p. 27.

Acontece que, com o propósito de preservar a flora e os mananciais de abastecimento de água da região para que não viessem a sofrer ação predatória, o projeto incluiu na desapropriação a área contígua, constituída de montanhas e cobertas de matas. Este mesmo benefício poderá, no entanto, ser atingido pela declaração dessas riquezas naturais como de preservação permanente, sem utilização do processo de desapropriação, o que poupará os cofres públicos de dispêndio com tal finalidade.

Por isso, o governador optou por vetar integralmente o projeto de lei. Por outro lado, ele editou, simultaneamente, o decreto declarando de utilidade pública para fins de desapropriação as glebas M, O e parte da P, da referida área. Também decretou a área restante da gleba P como de preservação permanente. Isto ocorreu em 28 de dezembro de 1984.

Portanto, o projeto de lei criado por Carlos Fayal parece ter tido uma importância central, por ter impulsionado o decreto do governador, que se posicionou diante de uma demanda do legislativo. Se na memória dos trabalhadores de CG a figura de Carlos Fayal permanece viva como um dos políticos que deu apoio à luta pela desapropriação, nas entrevistas com os funcionários da CAF (e também da Seaf, anos depois), Carlos Fayal sequer é lembrado. Quando perguntados sobre a atuação de Fayal neste caso, em geral eles disseram que não se lembravam da presença dele, com exceção de João. Este disse que soube da atuação de Fayal, porém não soube dar mais detalhes. Para os funcionários da CAF, coube a eles e ao governo Brizola o bônus como apoiadores dos trabalhadores de CG. O que parece estar em jogo no esquecimento de alguns funcionários da Comissão sobre o projeto de lei parece ser o bônus sobre a desapropriação. Trata-se de reivindicar o papel de apoiador e responsável pela desapropriação da FCG.

O decreto de desapropriação, embora representasse uma vitória dos trabalhadores rurais, não garantia a efetivação da desapropriação. Para isso, era preciso que o Estado fosse imitado na posse da terra. A seguir, serão analisados basicamente os episódios que levaram à concretização da desapropriação.

4.10 A desapropriação

O primeiro passo para a desapropriação da FCG havia sido dado através do decreto do governador, de dezembro de 1984, que transformou a região em área de utilidade pública. Contudo, o decreto apenas tinha transformado a área em utilidade pública. As terras ainda não haviam passado para o domínio legal do governador nem dos trabalhadores rurais, mas continuavam sob o poder dos antigos donos.

Após o decreto de 1984, a primeira notícia que se localizou sobre CG foi numa matéria de jornal de janeiro de 1985. Nela, diz-se que os secretários Vivaldo Barbosa, da Justiça, Fernando Lopes, do Planejamento, e Elias Camilo Jorge, da Agricultura, e o secretário executivo da Comissão de Assuntos Fundiários, Edgard Ribeiro, iriam à CG no dia seguinte, 09 de janeiro, para uma reunião com os trabalhadores rurais de Magé, onde também estaria presente o presidente da Fetag-RJ, Eraldo Lírio de Azevedo. A reunião seria para discutir formas de implementar o assentamento e para discutir como se daria o apoio do governo do estado para o desenvolvimento das atividades agrícolas.³⁶⁶

A não concretização da desapropriação angustiava os trabalhadores, que continuavam a pressionar as autoridades governamentais. É o que mostra uma carta da federação enviada a

³⁶⁶ DO, 08/01/85. “Secretários vão a Cachoeira Grande no aniversário da desapropriação”. Este recorte de jornal foi obtido através de Alberto, que o guardou em sua casa. Ele me emprestou este material no dia em que o entrevistei. A notação do dia e fonte foi feita por ele.

deputados.³⁶⁷ Nesta carta, a federação disse que fazia mais de quatro meses e meio que o decreto que declara de utilidade pública para fins de desapropriação a área situada na região de CG havia sido assinado, sem ser cumprido: o estado não tinha sido imitado na posse e os técnicos não haviam feito o levantamento topográfico da área. Para mostrar a gravidade da demora do estado em intervir, a federação argumenta que, enquanto a desapropriação não era concretizada, os *grileiros* haviam invadido as partes da gleba ainda não ocupadas, fazendo pequenos loteamentos particulares nos moldes de “favelas na roça”. Além disso, o abandono do local após o decreto provocou a entrada de negociantes de madeira e carvão, que estavam destruindo toda a vegetação da zona de reserva dos mananciais que eram fontes de água para a Baixada Fluminense.

Os trabalhadores rurais, sindicato e federação foram diversas vezes ao Palácio do governo, para pressionar o governador a efetivar a desapropriação e tiveram como resposta do Secretário de Justiça o que eles chamam de a “insistente” proposta de negociar com os *grileiros* da terra. Para o governo, não se tratava mais de desapropriar a terra, mas destinar um terço dela aos supostos proprietários e o restante aos então ocupantes. A Fetag não aceitou esta solução, por considerar que ela contradizia o “espírito de reforma agrária”, ao retirar da terra trabalhadores rurais que estavam produzindo. Assim, a federação cobrava uma definição do governo porque a cada dia os *grileiros* avançavam mais na área e a desmatava, colocando novas pessoas para criar tumulto.

Os Trabalhadores Rurais que têm acreditado no governo do estado, mas exigem, por parte do mesmo que o decreto seja cumprido, com assentamento de cada família, com definição de cada pedaço de terra, sob pena de considerar a atitude do governo como demagógica e incapaz de resolver conflitos de terras em nosso Estado, inclusive traindo os trabalhadores e suas próprias promessas que em 1º de maio de 1982, garantiu solenemente que os posseiros não saiam das suas terras.

Os dados anteriores indicam que a insistência dos MSTR no pedido pela desapropriação total da FCG junto ao governo do estado foi fundamental para o sucesso da reivindicação, uma vez que setores dentro do governo buscavam uma solução conciliadora entre trabalhadores rurais e supostos proprietários, repartindo a área entre estes dois sujeitos, como se mostrou antes.

Apesar de o decreto de desapropriação só ter sido feito em 1986 (decreto 9.068, de 16/07/1986), a permanência das famílias na área foi garantida (MEDEIROS, 2003). Júlia falou sobre o que aconteceu após o decreto de desapropriação.

No 1º governo teve a desapropriação, aí nós conseguimos... Por que eu falo que é interessante? O que ia sossegar a gente aqui? O título de desapropriação para cada um. O povo não tinha segurança. Mesmo tendo sido desapropriado a gente não tinha segurança. [...] Então no 1º governo foi criada, através das nossas discussões com a procuradoria jurídica deles. Discute aqui, ali: “vamos lá brigar, nós precisamos de um documento”. Criou-se a APO, autorização provisória de ocupação. Aí distribuiu para toda a população. Na desapropriação existe um documento, que uma folha de computador, onde consta o nome da pessoa, da esposa, lote, tudo... Vinculado à desapropriação propriamente dita. Porque o decreto é uma coisa, a desapropriação é uma outra, não é? Então foi feito aquele ato, foi para o patrimônio, o estado de emitiu na posse, foi feita uma certidão. Então

³⁶⁷ 15/05/1985. Carta da Fetag para deputados. Documento obtido através de Francisco, que o guardou em sua casa. Ele me emprestou este material no dia em que o entrevistei.

veio uma lista, eram 104 famílias na época. E essa lista, o pessoal queria uma garantia que estavam não só com o nome naquele papel, mas poder dizer: “não, é meu, eu lutei”. Mas o estado não deu, deu uma APO. Mas a luta continua. Procuramos a procuradoria. Porque aqui é área rural, e área rural é Incra. Se fosse área urbana o estado poderia desapropriar e dá título, sendo área rural o estado não podia, tinha que ter convênio com o Incra. Então a gente brigou...³⁶⁸

Francisco disse que o governador desapropriou a FCG através da sua compra. Ele teria feito um cheque e só o daria a quem apresentasse um documento que comprovasse que era dono da área. Marcelo também falou sobre isso. Até hoje ninguém apresentou tal documento.³⁶⁹ Este fato é indicativo da grilagem daquelas terras.

A brecha que a Procuradoria do estado encontrou para fazer a desapropriação era desapropriar a terra para fins de utilidade pública. Mônica disse que o núcleo de terras da procuradoria do estado, que foi criado pelo governo Brizola, estudou o caso e avaliou que na situação de CG o melhor seria desapropriar para fins de utilidade pública.³⁷⁰

Assim, depois de desapropriar, o Estado primeiro passou uma autorização provisória de ocupação para os trabalhadores e depois lhes concedeu um termo de concessão de direito real de uso.³⁷¹ Marcelo disse que a autorização provisória do estado era apenas uma “enrolação”, não garantia que o trabalhador não pudesse ser despejado. Só com a cessão estes riscos foram afastados. A cessão é equivalente ao título de propriedade, explicou Marcelo, e só foi conferida aos trabalhadores já no governo Moreira Franco.³⁷²

Júlia e Alberto contaram, cada um deles, uma história à qual atribuem o desfecho para a efetivação da desapropriação. Estes episódios são destacados para mostrar o que ficou registrado na memória deles como representativo para a obtenção da desapropriação. Trata-se de ver como eles constroem esta história e que fatos privilegiam. A história de Alberto se passa numa festa do dia dos trabalhadores na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, com a presença do governador. Só a ocorrência de um evento como este, a celebração do dia primeiro de maio, dia do trabalhador, num local reunindo o governador do estado e representantes de diversas categorias de trabalhadores, é sintomático da mudança nos tempos. Os trabalhadores de CG participaram deste evento. Alberto contou que eles foram até lá para tentar falar com o governador e pedir a ele que interviesse no caso de CG a favor dos trabalhadores, evitando que eles fossem despejados:

Alberto: Ia ter uma festa do dia dos trabalhadores na Quinta da Boa Vista [Foi em 82 ou 83, segundo ele] e lá ia o governador, que era o Brizola. A única salvação nossa era ele, porque nós já estava com o despejo marcado para todo mundo para o outro dia. [...] E nós fizemos nosso cartazinho explicando o que estava acontecendo na área, o que não estava e tal... Que nós estava sendo expulso daqui, depois de tantos anos que a gente morava aqui. [...] A gente estava precisando de alguém para socorrer a gente. [...] Aí fomos para a Quinta da Boa Vista, com três ônibus.

Leonilde: Com três ônibus foi praticamente todo mundo.

Alberto: É, praticamente todo mundo. Que aí o pessoal era tudo unido, não é?

Leonilde: Foi mulher, criança, tudo...

³⁶⁸ Entrevista com Francisco e Júlia concedida a LSM no dia 04/07/2001.

³⁶⁹ Entrevista com Carlos concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³⁷⁰ Entrevista com Mônica concedida a MAT no dia 25/06/2011.

³⁷¹ Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.

³⁷² Entrevista com Marcelo concedida a MAT no dia 05/07/2011.

Alberto: Mulher, criança, todo mundo. O pessoal era muito unido e o interesse era um só. [...] Aí, lá na Quinta da Boa Vista, estava quase terminando... ia chegar a hora do discurso do governador e nós não conseguimos nada porque era muita gente. [...] Fiz uma cartinha e falei: “vou ter que entregar ao governador, explicando o que está acontecendo em Cachoeira Grande”. Porque nós ia deixar de produzir porque nós estava sendo despejado. E quando chegamos na Quinta da Boa Vista, já ia chegar a hora do discurso do governador. E a gente estava longe do governador. Aí ela [vizinha dele] chegou perto de mim e falou: “Alberto, e agora? Nós vamos sair daqui de mão abanando de novo. E amanhã é hora do despejo em Cachoeira Grande. Nós não vamos ter solução nenhuma para o que nós viemos fazer.” Aí eu falei assim para ela, ela se chama Mirene: “Dona Mirene, a senhora está disposta a levar umas bofetadas?”. Ela falou: “Por que?”. Eu falei assim: “Porque nós vai chegar até o governador, mas para isso vai ter que levar umas cacetadas que a polícia vai dar. Agora, vamos chegar lá nele?”. Ela falou: “vamos”. [...] Conseguimos chegar perto do governador, assim na grade daqui assim naquela arvorezinha. [...] Aí, eu muito nervoso e ela também muito nervosa. [...] Aí uma repórter da *Bandeirante* viu aquilo. Aí veio: “O que está acontecendo?”. Aí eu falei: “Está acontecendo isso, isso e isso... Eu queria colocar esse cartaz na mão do governador. Porque isso aqui está explicando o que está acontecendo em Cachoeira Grande, [...] Ela falou assim: “Isso é para agora! Me dá aqui que eu ponho na mão dele”. E pegou da minha mão. [...] Aí de lá e ele [o governador] olhou e fez assim. [gesto de positivo, polegar para cima] [...] Pegou a cartinha deu uma olhada assim, não dava para ler ali. Dobrou a cartinha e botou no bolso. Pegou o cartaz, botou em baixo do braço e fez assim para gente (sinal positivo). [...] Aí quando ele estava terminando o discurso dele, ele tirou o cartaz de baixo do braço. Abriu, mostrou para a televisão e falou: “Está acontecendo isso, isso e isso... em Cachoeira Grande. Estou com uma cartinha, estou aqui com esse cartaz. Isso eu... não pode acontecer. Vocês podem ir embora tranquilos, amanhã nós vamos resolver. Que de lá não sai ninguém. [...] Nós vamos resolver isso”. Os grileiros viram aquilo. E foi aí que a coisa apertou mesmo. Aí houve quebra, derrubaram casa. Mas aí o governador...

Leonilde: Ah, foi nessa hora que derrubaram casa.

JD: Aí o governador se envolveu no caso. Mandou aqui o secretário de Justiça, mandou o Secretário de Agricultura, que era o Antônio Carlos Pereira Pinto. Aí as coisas começou a melhorar para a gente. Aí nós tinha em quem apoiar. Tinha quem socorrer a gente. Aí foi uma luta danada do governador. Uma luta nossa. Uma luta mais ou menos de 83 a final de 84. Foi em 84 que o governador deu um presente à gente. Em véspera de Natal ele desapropriou a área...³⁷³

Júlia conta uma história, diferente da de Alberto, como definitiva para a obtenção da desapropriação.

A desapropriação foi um barato. Foi uma coisa fantástica. Fernando Lopes, na época, no apagar das luzes do governo Brizola, processo vai, processo vem, anda, não anda... Fomos pro palácio, eu, Alberto, Márcio... [...] “Fernando Lopes, pelo amor de Deus, a gente vai perder a terra, porque o governo tá acabando...”. Fernando Lopes, às seis horas da noite, liga pro Brizola. Brizola manda... que era ele o Secretário de Planejamento...

³⁷³ Entrevista com Alberto concedida a LSM no dia 03/05/2001.

Planejamento ou finanças, não sei. Sei que ele assinava o cheque. Ele assinou o cheque, ele deu uma cópia do cheque pra gente, do depósito que foi feito em juízo pro cara da fábrica. Deu essa cópia, que você pode conseguir facilmente, a própria associação tem toda essa documentação. Aí pegamos a cópia do cheque, eu falei pronto, tá depositado. Ninguém tira mais a gente. Aí me explicaram no governo, se ele tirar o depósito, ele aceitou. Se ele não retirar, ele vai ter que recorrer, e aí a gente vai pra briga e vai ver se tem que pagar mais ou menos pela área, mas está depositado em juízo, então ninguém mexe mais com vocês. O que ele pode fazer agora é batalhar um valor maior. Mas parece que nem isso ele fez, parece que ele tirou o dinheiro.³⁷⁴

Com a desapropriação, cada morador de CG ficou com a terra que já ocupava, conforme já estava dividido. José disse: “Na época ficou acertado de cada um ficar com o que já tinha. Os de fora pegaram sobra de terreno, terreno vago do pessoal que fugiu da luta”.³⁷⁵ Houve casos de pessoas que foram assentadas em CG, como Júlia. Ela, durante toda a luta, permaneceu morando na GAF, onde tinha uma casa no quintal da sua mãe. Ela disse que os moradores de CG sabiam disso e no momento da desapropriação, com o apoio da comunidade, ela foi assentada em CG. Ela contou:

o próprio Alberto começou a falar com o estado, porque eu morava de favor na casa da minha mãe. [...] E aí o próprio Alberto e a própria comunidade pediram ao estado que me assentassem aqui. Quem me assentou aqui foi o governo do estado, eu não paguei a terra, eu fui assentada.³⁷⁶

Júlia mudou-se para CG no dia que o estado tomou posse das terras. Ela fala sobre os primeiros dias após conseguir ser assentada:

E aí neste dia eu botei, junto com meu irmão, e muitos amigos, entraram roçando. Porque isso aqui era um brejo, brejo, não se entrava. Era cheio de... Qual o nome daquele mato, que arranha pra caramba? Tem um mato esquisito, que é uma árvore que era espinho puro. Era o que tinha nesse brejo, era só lama. A própria comunidade roçou no dia, pra mim. A própria comunidade. Como eu te disse, havia união. Meu marido ia trabalhar e a comunidade ficava aqui velando meu sono. Havia essa união.³⁷⁷

Ela fala mais sobre o episódio em que conseguiu ser assentada em CG e sobre o apoio da comunidade na sua mudança.

Sim, eu me engajei na luta, tive esse decreto de desapropriação com o Fayal, tive o respeito da comunidade, como eles sabiam que eu morava de favor na minha mãe, a comunidade me puxou pra cá. A própria comunidade e o sindicato rural. Ficaram sensíveis à minha situação, porque eu não tinha... Aí eles me botaram aqui, foram eles que me botaram. Como não tinha como fazer nada, eu consegui uma barraca. Minha prima me emprestou uma barraca pra eu montar e morar. Aí depois a própria comunidade, todo mundo junto, juntaram tijolo, a gente também deu um tanto, e aí levantou essas quatro paredes. Que hoje é minha fortaleza.³⁷⁸

³⁷⁴ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³⁷⁵ Entrevista com José concedida a LSM no dia 07/07/2000.

³⁷⁶ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³⁷⁷ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

³⁷⁸ Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.

Joaquim contou que houve também algumas famílias levadas de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, para serem assentadas em CG.³⁷⁹ Marcelo explicou que estas pessoas estavam ameaçadas de serem despejadas, por isso eles optaram levá-las para CG.³⁸⁰ Contudo, a maioria das famílias que foi assentada em CG era de antigos funcionários da América Fabril.

A desapropriação de CG faz parte de um conjunto de outras desapropriações realizadas no primeiro governo Brizola. Este fato levou o Secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa, a declarar que eles estavam realizando uma “reforma agrária silenciosa”.³⁸¹ Os funcionários da Comissão de Assuntos Fundiários e da posterior Seaf comentaram isso nas entrevistas. Marcelo disse que o governo Brizola mostrava através das ações de desapropriação que uma reforma agrária era possível. Já Mônica explicou que a reforma agrária era silenciosa porque eles não podiam fazer a reforma agrária de fato. Silenciosa porque, sem poder, eles faziam a reforma agrária, desapropriando para fins de utilidade pública. Eles não podiam anunciar que o Brizola fazia reforma agrária, porque a constituição não permitia que o estado fizesse reforma agrária, mas só o governo federal.³⁸²

Uma vez realizada a desapropriação, teve início do assentamento Cachoeira Grande um trabalho de organização interna da comunidade. Este trabalho teve como principal apoiador a Seaf. Muitos outros desafios a partir de então se impuseram aos trabalhadores da FCG, mas falar sobre eles ultrapassa os objetivos deste trabalho. Sobre o assentamento CG, há outros trabalhos que falam, em linhas gerais, sobre as condições de produção, sociabilidade, construção de identidade e implantação do projeto de assentamento. Sobre estes aspectos, ver Jorge (1996), Linhares et. al. (2002), Espindola (2004) e Dulcetti (2006).

³⁷⁹ Entrevista com Joaquim concedida a MAT no dia 07/07/2011.

³⁸⁰ Entrevista com Marcelo concedida a MAT no dia 05/07/2011.

³⁸¹ Jornal do Brasil, 15/12/1985.

³⁸² Entrevista com Mônica concedida a MAT no dia 25/06/2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos das desapropriações de terras da Gleba América Fabril, Fazenda Conceição de Suruí e Fazenda Cachoeira Grande são exemplos excepcionais da resistência de um grupo de trabalhadores rurais que lutaram no contexto da ditadura militar para permanecer na terra em que viviam. A particularidade da luta dos *posseiros* da GAF e FCS reside em seu sucesso, a desapropriação, ter sido obtido na década de 1970, momento indicado pela bibliografia como de refluxo nas lutas no campo no Brasil devido ao contexto político da época, a ditadura militar.

A análise da história da luta pela terra na GAF, FCS e FCG foi uma tentativa de compreender as formas como atuaram os trabalhadores rurais envolvidos em conflitos por terra neste período histórico. Foi importante identificar os sujeitos que atuaram nestas lutas e analisar o papel que cada um deles desempenhou. Mais do que isso, foi preciso analisar a figuração (ELIAS, 1994; 1995; 2006; 2008) na qual tiveram início os conflitos por terra em Magé. Os conflitos ocorridos nestas glebas travaram-se entre *posseiros* e *grileiros*. A oposição entre estes dois sujeitos, entretanto, não foi uma particularidade deste local, mas uma constante na luta por terra no Rio de Janeiro e também em outros estados do país durante algum tempo. Desta forma, embora o caso estudado seja único, ele traz elementos que ajudam na reflexão e no diálogo com situações semelhantes. O processo de ocupação destas terras por *posseiros*, por exemplo, é semelhante a outras narrativas de *posseiros* que ocuparam terra em diversos outros locais.

Uma das particularidades dos casos estudados é que um dos *grileiros* das terras era uma empresa têxtil, a CAF. Neste cenário, parcela de seus operários, que assistiram a parte dos eventos que marcaram o conflito na GAF e FCS, anos depois, quando foram ameaçados de despejo das casas em que moravam há anos, lembrou-se da experiência anterior bem sucedida e encaminharam a luta pela permanência na FCG acionando a identidade de trabalhadores rurais. Há que se destacar que alguns deles usavam parte do terreno das casas em que viviam para práticas agrícolas. Contudo, a maioria deles era de operários da fábrica e tinham nessa profissão sua principal atividade produtiva.

O conflito na GAF e FCS teve início anos antes do golpe. Acompanhar o desenrolar do conflito por terra nestes casos possibilitou analisar as formas de ação dos trabalhadores rurais em luta pela terra, questão central neste trabalho, em diferentes contextos políticos, mas também em situação de intensas transformações locais e regionais: grosso modo, no pré-golpe de 1964, uma conjuntura de intensa politização política; no pós-golpe de 1964 até meados dos anos 1970, a repressão aos movimentos sociais se fez mais intensa pelo governo militar; e fim dos anos 1970 e primeira metade dos 1980, o país passava por um momento de abertura política e transição democrática.

Considerar que cada luta esteve marcada pelo seu tempo histórico foi fundamental para perceber as diferentes figurações nas quais estas lutas se desenvolveram. Sem esta compreensão, não seria possível compreender o discurso dos entrevistados e os seus atos, como a decisão entre a opção de permanecer, ou não, na terra e lutar por ela, como se mostrou no capítulo dois. Ou também o papel nos mediadores em cada figuração, por exemplo.

Assim, se no pré-1964 foi possível desenvolver a luta através de ações diretas, como por meio de ocupações de terras e passeatas, após o golpe, houve uma reconfiguração na forma de agir. A luta passou a se dar basicamente através do recurso à legislação como forma de legitimar o pedido de desapropriação. Reuniões precisavam ser feitas em locais sigilosos e longe do olhar da polícia e exército. Também o *andar* e o envio de ofícios foram formas de manter a questão da desapropriação na pauta e serem constantemente lembradas pelas autoridades governamentais responsáveis pela questão agrária. Com a redemocratização e a liberdade de organização e mobilização política, foi possível fazer passeatas, ocupar prédios

públicos e, em alguns casos, recorrer a armas para resistir ao despejo das terras. Estas formas de ação, entretanto, não se sucederam linearmente, mas se sobrepuseram; em alguns momentos, algumas destas formas se destacaram mais do que em outros.

No que se refere às configurações locais, teve destaque a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que, por sua vez, vinculava-se a uma rede: o MSTR. O sindicalismo rural esteve presente no acompanhamento da luta pela terra nas diferentes períodos da luta em Magé, compreendendo os momentos iniciais, quando os primeiros sindicatos se constituíram, como foi o caso do STR de Magé, até meados dos anos 1980, quando o movimento sindical já tinha certa experiência no trato com esta questão. Deve-se destacar que neste período o sindicato mudou sua forma de atuação, seus dirigentes, assessores. Buscou-se acentuar estas diferenças ao longo deste trabalho, conforme se falava de cada figuração da luta pela terra. Na pesquisa, identificou-se um padrão na ação sindical no encaminhamento das lutas nos anos 1970: o tratamento entre as entidades pertencentes ao MSTR, sindicato, federação e confederação, em geral, obedeciam à hierarquia da sua estrutura na comunicação entre si e com diferentes atores, como com instituições do Estado (Incrá e ministérios, por exemplo).

Contudo, seria necessária a contribuição de outros estudos sobre a atuação do MSTR durante a ditadura militar para se verificar mais cuidadosamente se a forma de ação das entidades sindicais neste período e identificadas no encaminhamento das lutas na GAF e FCS constitui-se um padrão sindical ou mera exceção: o *andar*, a luta com base na legislação, a negociação cordial com entidades estatais.

As narrativas dos entrevistados indicaram algumas formas de violência a que estavam submetidos os homens e mulheres que viviam no campo e estavam envolvidos em conflitos por terras. Mostrou também a gravidade das suas situações, submetidos a uma dupla violência, dos supostos proprietários, os *grileiros*, e do Estado, através da polícia e exército, que teve variadas formas: assassinatos, agressões físicas, perseguição, ameaças, intimidações. Os dados revelados pela pesquisa são indicações de que os números oficiais sobre mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar no Brasil não são precisos. Como conhecer o impacto que o golpe teve sobre a vida dos trabalhadores rurais, por exemplo, se algumas vezes suas histórias não foram registradas em documentos? O trabalho com as entrevistas indicou que há uma riqueza de histórias que serão desconhecidas caso não se pense em maneiras de registrar estes dados. As histórias individuais, vale destacar, embora esta observação possa parecer lugar comum, são interessantes por referirem-se não apenas a trajetória individual das pessoas, mas por ser indícios de um dado momento histórico e por isso falarem sobre este contexto.

Em alguns momentos as falas dos entrevistados tiveram lugar de destaque neste trabalho como forma de dar visibilidade a história contada por eles da maneira como foi narrada. Estes dados conjugados a outros construídos a partir da análise de documentos e do tratamento com uma literatura específica, principalmente de autores como Thompson (1987) e Comerford (2009), foram analisados buscando ressaltar a forma como a experiência dos homens e mulheres que lutaram pela terra nos casos estudados os constitui em sujeitos históricos no próprio processo de luta pela terra. Foi, portanto, a partir da experiência vivida por estas pessoas que se buscou analisar esta história e entendê-la a partir de uma dada figuração (ELIAS, 1994; 1995; 2006; 2008).

Espera-se que este trabalho seja uma contribuição para os estudos dos movimentos sociais no campo, sobretudo em relação ao período da ditadura militar. A reflexão iniciada aqui e a conjugação deste com outros trabalhos poderá ajudar na compreensão das formas como se deram as lutas por terra neste país, mas também sobre como viveram os trabalhadores rurais no Brasil, com quem se relacionavam e entender também as relações que se estabeleceram e conformaram o rural do tempo a que se refere este estudo, mas também de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, B. J. P. **A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BARCELLOS, F. H. **Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro**. Mestrado. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro. 2008.
- BARREIRA, C. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BECKER, H. Sobre Metodologia. In BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- BELOCH, I. **Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BERLINCK, M. T. **Marginalidade social e relações de classe em São Paulo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- BOLTANSKY, L. **Les cadres: la formation d'un groupe social**. Paris: Minuit, 1982.
- CALICCHIO, V. **DHBB: Verbetes temático: Atos Institucionais**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 22 ago. 2011.
- CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M.. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.
- CASTIGLIONI, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. **Geografares**, nº 7, 2009.
- CATELA, L. da S.. De eso no se habla. Cuestiones metodológicas sobre los límites y el silencio en entrevistas a familiares de desaparecidos políticos. **Historia, antropología y fuentes orales**. Nº 24, 2000 , pags. 69-75
- CAVALCANTI, Sandra Tenório. **Tenório, Meu Pai**. São Paulo: Global, 1986.
- COMERFORD, J. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- _____. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRRJ, 2003.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964**. São Paulo: PUC-Departamento de Educação, 1994.

DULCETTI, Glauce Luna Garcia. **Assentamento Cachoeira Grande: formas de sociabilidade. Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais (PPHPBC) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. 2006.

ECKERT, Córdula **Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1984.

ELIAS, N. Conceitos sociológicos fundamentais: civilização; figuração; processos sociais. In: **Escritos e ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. **Mozart, sociologia de um gênio**. Organizado por Michael Schröter; tradução, Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

_____. **Sociedade dos indivíduos**. Schroter, Michael (org.). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

ENGELS, F. **La question du logement**. Paris: Éditions Sociales, 1969.

ESPINDOLA, Cláudia. **Comunidade de Cachoeira Grande: de operários fabris a agricultores assentados**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2004.

FERREIRA, J. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

GRYNSPAN, M. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964)**. 2 v. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1987.

_____. Os Idiomas da Patronagem: Um Estudo da Trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 14, p. 73-90, 1990.

_____. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: In: FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S., PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato).

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HONNET, Axel. "Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais". In: **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

JORGE, L. M. L. **Dilemas e contradições na política de assentamento - A realidade dos posseiros de Cachoeira Grande - RJ**. Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço Social. 1996.

LEITE LOPES, J. S.; MACHADO DA SILVA, L. A. "Introdução: Estratégias de Trabalho, Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica de Trabalhadores Urbanos". In: LEITE LOPES et.al. **Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação. Estudos sobre Trabalhadores urbanos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEITE LOPES, José Sergio. **A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/Museu Nacional, 1986. 3 v.

LEITE LOPES, J. S.; MARESCA, S. A Morte da "Alegria do Povo". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 113-134, 1992.

LINHARES, Elizabeth et. al. (coord.) **Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro**. Linhares Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

LOPES, J. R. B. **Sociedade industrial no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

_____. **Desenvolvimento e mudança social**. 5ª ed. São Paulo: Nacional, 1980.

MAGALHÃES, Jovianiano de Caldas. **Manual Agrário**. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1970.

MARTINE, G. "As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica". In: NADALIN, S. O. et. al. (eds.) **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo, IUSSP, Celade, Seade, 1990, p. 16-26

MATTA, Roberto da. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

MEDEIROS, L. S. **Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro**. (Relatório de Pesquisa). Dez anos de luta pela terra: 1969-1979. CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ, 1983. (mimeo.).

_____. **História dos Movimentos Sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. **Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, São Paulo. 1995.

_____. **Os trabalhadores do campo e desencontros na luta por direitos**. Disponível em: <http://www.ufrj.br/cpda/files/campesinato_e_cidadania_campesinato_na_historia.pdf>. Acesso em: 01 set. 2011. Texto publicado no livro organizado por André Chevitarese. O campesinato na História. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. **Lutas sociais no campo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, s.d.. 52 p.

MEDEIROS, L. S. et. al. (org.). **Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental**. 2003. (Relatório de Pesquisa).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio; BENEDETTI, Adriane Cristina; SOUZA, Inês Cabanilha de; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. “Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro; João Pessoa, PB: Relume Dumará; EDUEPB, 2002.

NOVAES, Regina Célia R. **De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVICKI, Victor de Araújo. **O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 – 1987)**. Dissertação de Mestrado (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro, 1992.

PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

_____. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S., PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato).

PEDROZA, M. da S. **Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas no sertão carioca: 1950-1968**. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UFRS, Rio Grande do Sul. 2003.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. **Retalhos de memórias: trabalho e identidade nas falas de operários têxteis do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. 2006.

_____. **Entre os Retalhos do Trabalho Esquecido: narrativa, memória e história dos trabalhadores têxteis no Rio de Janeiro**. *Cidade Nova – Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 1, p. 71-83, 2007.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1992, p. 3-15.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, (14), fev. 1997.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

QUEIROZ, M. I. P.. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, o. DE M. V. (org.). **Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora revista dos tribunais, 1988. (Enciclopédia aberta de ciências sociais; v. 5).

REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil**. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm>>. Acesso em: 05 Ago. 2008.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1999.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SIGAUD, Lygia. **Violência contra trabalhadores rurais: a duplicação da desigualdade**. Trabalho apresentado por ocasião da 38ª Reunião Anual da SBPC. Simpósio: Violência e Cidadania. Curitiba, julho de 1986.

SILVA, B. R. da. **Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

SILVA, O. H. da. **A Foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

SILVEIRA-LINDOSO, M. J. R. P. da. **A ambiguidade na transformação: um estudo sobre ideologia**. São Paulo: USP, 1983.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getulio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STRICKON, A.; GREENFIELD, S. "The Analysis of Patron-Client Relationships: An Introduction". In: STRICKON, A.; GREENFIELD, S. (eds.). **Structure and Process in Latin America. Patronage, Clientage and Power Systems**. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1972.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade**. v. 1. tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEID, Elisabeth Von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. **O fio da meada; estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878-1930.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

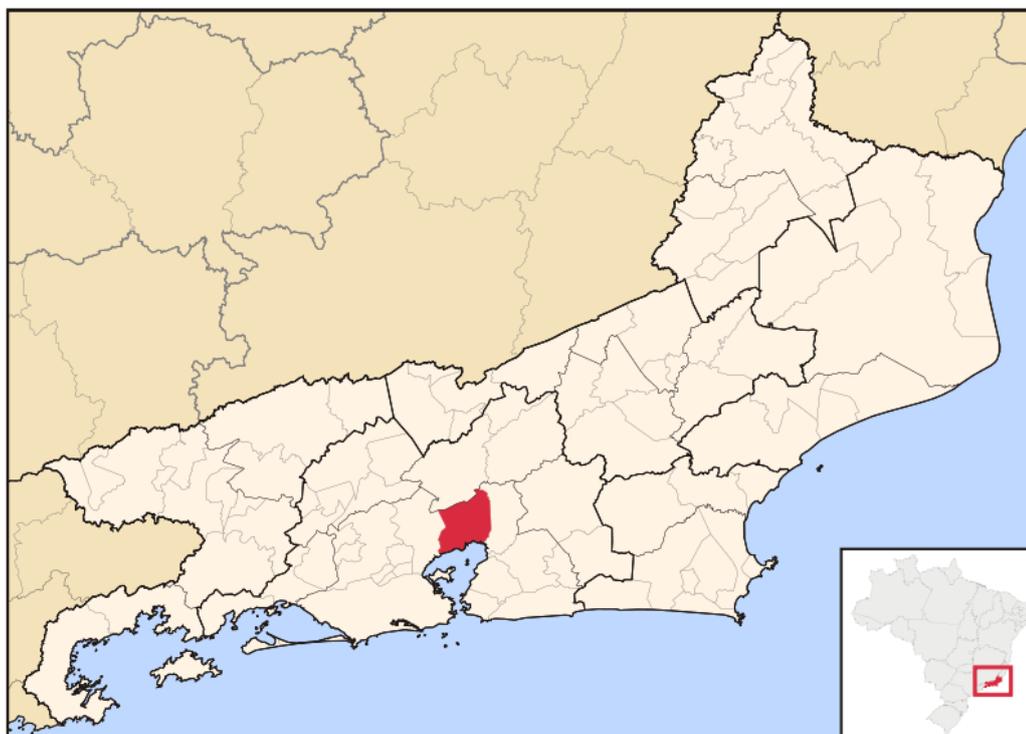
RELAÇÃO DE ENTREVISTAS

1. Entrevista com Alberto concedida a LSM no dia 09/08/2001.
2. Entrevista com Alberto concedida a MAT no dia 30/07/2010.
3. Entrevista com Bruno concedida a MAT no dia 23/06/2011.
4. Entrevista com Carlos concedida a MAT no dia 10/08/2010.
5. Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a LSM no dia 30/09/1982.
6. Entrevista com Fernando concedida a LSM no dia 02/05/2001.
7. Entrevista com Francisco concedida a LSM no dia 04/07/2001.
8. Entrevista com Francisco concedida a MAT no dia 10/08/2010.
9. Entrevista com Francisco e Júlia concedida a LSM no dia 04/07/2001.
10. Entrevista com Gregório e Juliana concedida a MAT no dia 01/08/2010.
11. Entrevista com João concedida a MAT no dia 11/07/2011.
12. Entrevista com Joaquim concedida a LSM no dia 13/06/2001.
13. Entrevista com Joaquim concedida a MAT no dia 07/07/2011.
14. Entrevista com José concedida a LSM no dia 07/07/2000.
15. Entrevista com José concedida a MAT no dia 05/05/2010.
16. Entrevista com José concedida a MAT no dia 12/07/2011.
17. Entrevista com José e Marina concedida a MAT no dia 21/07/2010.
18. Entrevista com José, Marina e Ricardo concedida a MAT no dia 29/07/2010.
19. Entrevista com Júlia concedida a MAT no dia 10/08/2010.
20. Entrevista com Leandro concedida a MAT no dia 01/08/2010.
21. Entrevista com Marcelo concedida a MAT no dia 05/07/2011.
22. Entrevista com Marcelo concedida a Victor Novick no dia 23/07/1990.
23. Entrevista com Maria concedida a MAT no dia 09/08/2010.
24. Entrevista com Mônica concedida a MAT no dia 25/06/2011.
25. Entrevista com Pedro concedida a LSM no dia 26/10/1982.
26. Entrevista com Plínio concedida a LSM no dia 23/08/1982.
27. Entrevista com Roberto concedida a LSM em agosto de 2001.
28. Entrevista com Roberto e Márcio concedida a LSM em julho de 2001.
29. Entrevista com Rodolfo concedida a LSM em 03/10/2001.
30. Entrevista com Rogério e Adriana concedida a LSM no dia 03/05/2001.
31. Entrevista com Sérgio concedida a MAT no dia 09/08/2010.
32. Entrevista com Sérgio concedida a MAT no dia 30/07/2010.
33. Entrevista com Severino concedida a MAT no dia 09/08/2010.
34. Entrevista com Manoel Ferreira concedida a LSM em 1982.
35. Entrevista concedida Luciano a LSM no dia 09/11/1982.

ANEXOS

ANEXO A – RELAÇÃO DE MAPAS

Mapa 1 – Localização de Magé no estado do Rio de Janeiro

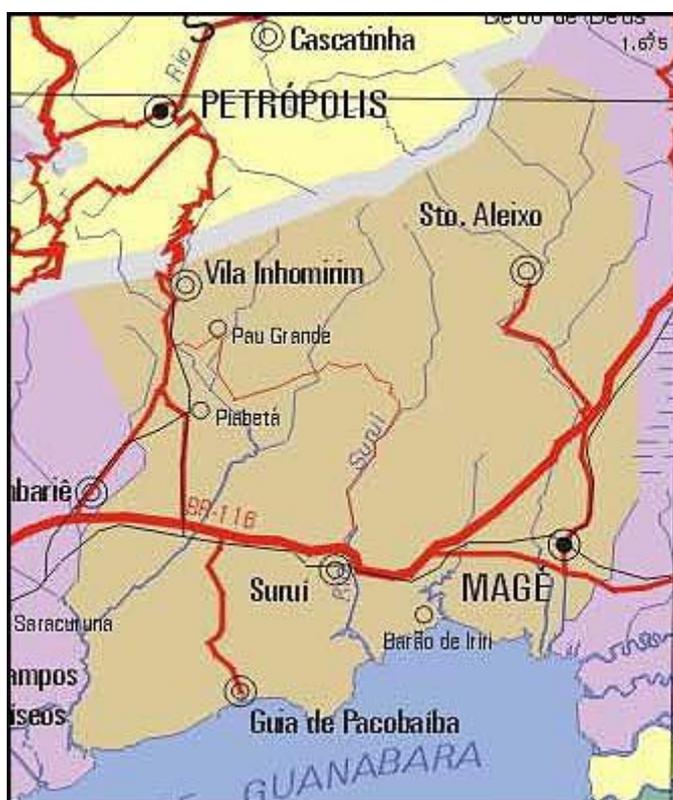


Fonte: Disponível em:

<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/20/RiodeJaneiro_Municip_Mage.svg>.

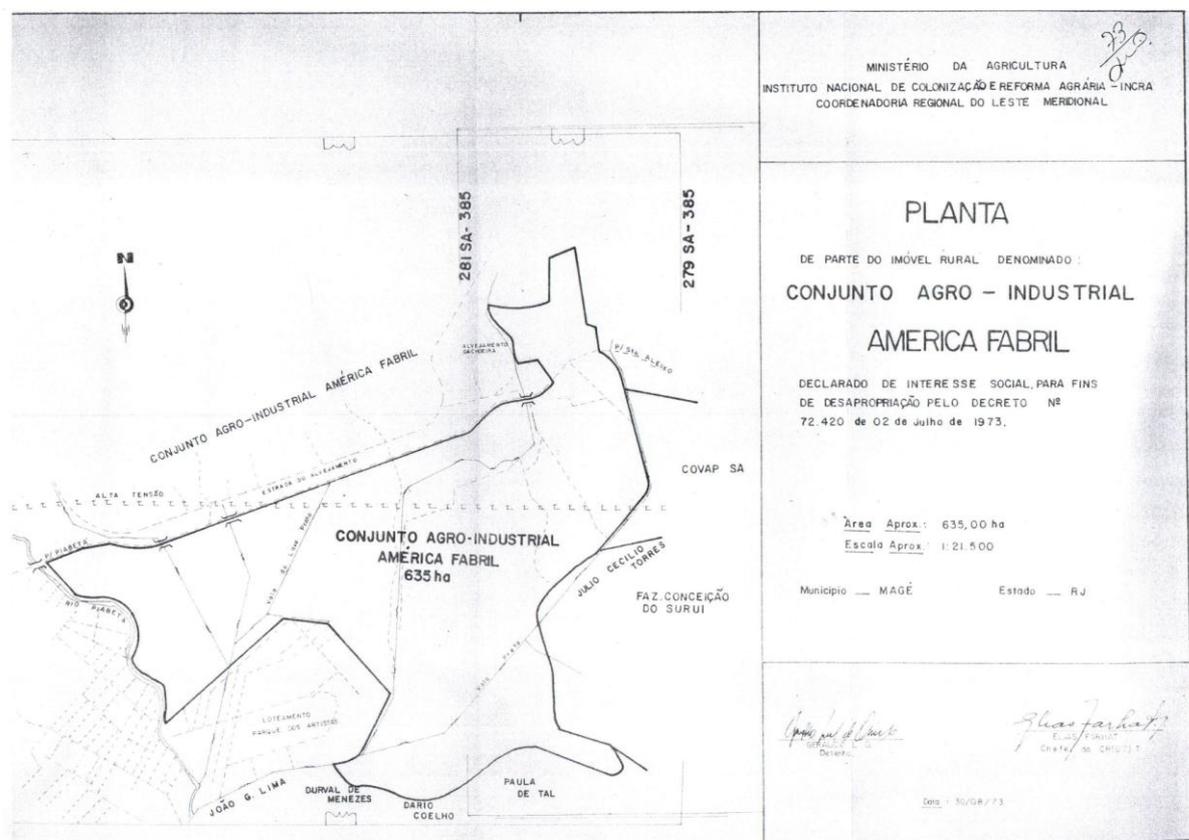
Acesso em: 30 ago. 2011.

Mapa 2 – Município de Magé



Fonte: SOUTO, R.D. *Avaliação do Impacto Antropogênico na Zona Costeira do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*. Rio de Janeiro, 2005. 160p. il. Disponível em: <<http://www.ivides.org/atlas/texto.php>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

Mapa 3 – Gleba América Fabril (detalhe da área do alveijamento – FCG – e a fronteira com a fazenda Conceição de Suruí)



Fonte: Processo administrativo do Incra

ANEXO B – DADOS BIOGRÁFICOS DOS ENTREVISTADOS

Adriana: Ocupou cargos na diretoria da APPCG. Mora na FCG.

Alberto: Ocupou cargos na diretoria da APPCG. Morador da FCG e ex-operário da CAF.

Bruno: assessor jurídico da Fetag-RJ e do STR de Magé nos anos 1970. Posteriormente, se tornou assessor jurídico da Contag.

Carlos: dirigente sindical. Ocupou cargos no STR de Magé nos anos 1980.

Fernando: assentado na FCG. Ex-administrador da FCG, quando era funcionário da CAF.

Francisco: Ocupou cargos na diretoria da APPCG. Nasceu em CG e, assim como seu pai, foi funcionário da CAF.

Gregório: Morador da FCG e ex-funcionário da CAF.

João: assessor da Comissão de Assuntos Fundiários e da Seaf no primeiro governo Brizola (1983-1987). Antes, ocupou cargos na Famerj.

Joaquim: dirigente sindical. Morava na GAF no momento das lutas pela desapropriação da FCG. Depois, mudou-se para a FCG, após a sua desapropriação. Nos anos seguintes tornou-se presidente do STR de Magé e da APPCG.

José: dirigente sindical. Ocupou cargos no STR de Magé ao longo dos anos 1970 e 1980 e, em alguns momentos, na Fetag-RJ. Morador da FCS.

Júlia: Ocupou cargos na diretoria da APPCG. Depois, foi secretária da agricultura de Magé e candidata a vereadora. Casada com Vitor e mãe de três filhos.

Juliana: Moradora da FCG. Casada com Gregório.

Leandro: Morador da FCG. Foi um dos líderes da luta pela desapropriação da FCG.

Luciano: dirigente sindical. Ocupou cargos na diretoria da Fetag-RJ no pós-1964 e na diretoria da Contag a partir do final dos anos 1960.

Marcelo: assessor jurídico da Comissão de Assuntos Fundiários e da Seaf no primeiro governo Brizola (1983-1987).

Márcio: Ocupou cargos na diretoria da APPCG. Assim como seu pai, foi funcionário da CAF. Irmão de Roberto.

Maria: Moradora da GAF e casada com Severino.

Marina: Moradora da FCS. Nascida em campos, Celita mudou-se para Magé no início dos anos 1970. Tinha um bar na área vizinha a GAF e FCG.

Mônica: assessor da Comissão de Assuntos Fundiários e da Seaf no primeiro governo Brizola (1983-1987). Antes disso, foi socióloga da Emater.

Pedro: dirigente sindical. Ocupou cargos na diretoria da Fetag-RJ no pós-1964 e na diretoria da Contag após 1971.

Plínio: dirigente sindical. Ocupou cargos no STR de Magé nos anos 1970 e 1980.

Ricardo: Morador da FCS.

Roberto: Morador da FCG. Ocupou cargos na diretoria da APPCG. Assim como seu pai, foi funcionário da CAF. Irmão de Márcio.

Rodolfo: Morador da FCG. Nasceu em CG. Seu avô foi funcionário da CAF.

Rogério: Ocupou cargos na diretoria da APPCG.

Sérgio: Morador da GAF.

Severino: Morador da GAF e casado com Ilda.

Manoel Ferreira: Foi presidente e, posteriormente, tesoureiro da Falerj, assim como vice-presidente da Ultab. Trabalhou em fábricas têxteis nas cidades de Magé por aproximadamente 20 anos, período no qual participou do movimento sindical têxtil. Participou da fundação das primeiras associações de lavradores em Magé.